

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

62



Dossiê
**Florestan Fernandes,
Teórico Social e Intelectual Público**

Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação anual do PPGS/UFPB
Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, nº 62 - 2025
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

César Barreira (Brasil), Christian Azais (França), Cynthia Lins Hamlin (Brasil), Edgard Afonso Malagodi (Brasil), Emília Araújo (Portugal), Howard Caygill (Reino Unido), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Jacob Carlos Lima (Brasil), Joanildo A. Burity (Brasil), José Arlindo Soares (Brasil), Julie Antoinette Cavignac (Brasil), Lee Jonathan Pegler (Holanda), MarieFrance Garcia-Parpet (França), Paulo Henrique Martins (Brasil), Regina novais (Brasil), Rubens Pinto Lyra (Brasil), Sandra J. Stoll (Brasil), Theophilos Rifiotis (Brasil), Vera da Silva Telles (Brasil), Zhou Zhiwel (China).

EDITORIA

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil; Rogério de Souza Medeiros, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Jesus Marmanillo Pereira, UFPB, Brasil; Jórissa Danilla N. Aguiar, UFPB, Brasil; Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil; Rogério de Souza Medeiros, UFPB, Brasil

EDITORAS-ASSISTENTES

Iolivalda Lima Estrêla (PPGS), UFPB, Brasil; Nínive Fonseca Machado (PPGS), UFPB, Brasil

REVISORA

Ana Carolina Costa Porto (PPGS), UFPB, Brasil

DESIGN GRÁFICO

Imagem da capa: Foto 3x4 para documentos de Florestan Fernandes aos 36 anos de idade. A foto pertence ao Fundo Florestan Fernandes, da Coordenadoria de Obras Raras e Coleções Especiais da Universidade Federal de São Carlos, e pode ser pesquisada no Pergamum do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFSCar sob o número de tombo 3787

Diagramação: Iolivalda Lima Estrêla (PPGS), UFPB, Brasil.

Projeto gráfico da capa: Rogério de Souza Medeiros, UFPB, Brasil;

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB: Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216-7204 – Email: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-graduação em
Sociologia da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

Número 62

2025

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Terezinha Domiciano

Vice-Reitora: Mônica Nóbrega

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Evandro Leite de Souza

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Vice-Diretora: Thaís Augusta Cunha de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Jórissa Danilla Nascimento Aguiar

Vice-coordenador: Jesus Marmanillo Pereira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFPB
Indexação



Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho está licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Central – Campus I –
Universidade Federal da Paraíba

R449	Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Vol. 1. n.62 (2025). João Pessoa, 2026.
	301 p.
	1517-5901 (online) -1. Ciências Sociais. 2. Política. 3.Trabalho.
UFPB/BC	CDU:32

SUMÁRIO

9 EDITORIAL | *Rogério de Souza Medeiros; Marcelo Burgos Pimentel dos Santos*

FLORESTAN FERNANDES: TEÓRICO SOCIAL E INTELLECTUAL PÚBLICO

DOSSIÊ

- 13 APRESENTAÇÃO | *Lucas Trindade; Diogo Valença de Azevedo Costa*
- 26 UMA CATEGORIA COM SENTIDO LATENTE: a noção de povo nos estudos de folclore no Brasil e a visão (crítica) de Florestan Fernandes | *Wilson Rogério Penteado Júnior*
- 52 ANTECEDENTES DO DILEMA RACIAL BRASILEIRO | *Ana Rodrigues Cavalcanti Alves; Eliane Veras Soares*
- 75 FLORESTAN FERNANDES, ROGER BASTIDE E A PALAVRA DA MILITÂNCIA NEGRA | *Paulo Henrique Fernandes Silveira*
- 93 A INTERPRETAÇÃO DE FLORESTAN SOBRE OS MOVIMENTOS NEGROS: afinidades com as teorias dos novos movimentos sociais | *Remo Mutzenberg; Eliane Veras Soares*
- 115 O ESPÍRITO DO CAPITALISMO REVISTO DESDE A PERIFERIA: expressões da racionalidade burguesa em Florestan Fernandes | *Lucas Trindade; Diogo Valença de Azevedo Costa*
- 148 POVOS INDÍGENAS E FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: leituras de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na Constituinte | *Aristeu Portela Júnior; Maria de Fátima Souza da Silveira*

ARTIGOS

- 176 O PRESTÍGIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE: contradições da ampliação do mercado de interpretação do mundo social no Brasil contemporâneo | *Michel Nicolau Netto*
- 197 REGULANDO O UBERISMO: Impasses na regulamentação do trabalho por aplicativo no Brasil | *Ruy Braga; Davi Camargo*
- 225 EMPREENDEDORISMO COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES? Dissonâncias entre o Programa Empreender-PB e a proteção social do trabalho | *Raynnara Laurentino Rodrigues; Maurício Rombaldi*

ENTREVISTA

- 251 ENTREVISTA COM ADALBERTO CARDOSO | *Cecilia Soares; Alexander Englander; Bruna da Penha; Thiago Brandão*

RESENHAS

- 285 O DISPOSITIVO DA SOCIOLOGIA: Elide Rugai Bastos interpreta Florestan Fernandes | *Rodrigo Estramanho de Almeida*
- 292 SOCIOLOGIA DO TRABALHO E MODERNIZAÇÃO: os caminhos compartilhados entre Brasil e França | *Tarik Dias Hamdan*

CONTENTS

- 9 EDITORIAL | *Rogério de Souza Medeiros; Marcelo Burgos Pimentel dos Santos*

FLORESTAN FERNANDES: SOCIAL THEORIST AND PUBLIC INTELLECTUAL

DOSSIER

- 13 PRESENTATION | *Lucas Trindade; Diogo Valença de Azevedo Costa*
- 26 A CATEGORY WITH LATENT MEANING: the notion of “folk” in brazilian folklore Studies and Florestan Fernandes’s (critical) perspective | *Wilson Rogério Penteado Júnior*
- 52 BACKGROUND OF THE BRAZILIAN RACIAL DILEMMA | *Ana Rodrigues Cavalcanti Alves; Eliane Veras Soares*
- 75 FLORESTAN FERNANDES, ROGER BASTIDE AND THE WORD OF BLACK ACTIVISM | *Paulo Henrique Fernandes Silveira*
- 93 FLORESTAN'S INTERPRETATION OF BLACK MOVEMENTS: affinities with the theories of new social movements | *Remo Mutzenberg; Eliane Veras Soares*
- 115 THE SPIRIT OF CAPITALISM REVIEWED FROM THE PERIPHERY: expressions of bourgeois rationality in Florestan Fernandes | *Lucas Trindade; Diogo Valença de Azevedo Costa*
- 148 INDIGENOUS PEOPLES AND THE BRAZILIAN SOCIAL FORMATION: Florestan Fernandes and Ailton Krenak in the National Constituent Assembly | *Aristeu Portela Júnior; Maria de Fátima Souza da Silveira*

ARTICLES

- 176 THE PRESTIGE OF SOCIAL SCIENCES TODAY: contradictions in the expansion of the market for interpreting the social world in contemporary Brazil | *Michel Nicolau Netto*
- 197 REGULATING UBERISM: Deadlocks in the regulation of app-based work in Brazil | *Ruy Braga; Davi Camargo*
- 225 ENTREPRENEURSHIP AS A STRATEGY TO COMBAT INEQUALITIES? Dissonances between the Empreender-PB Program and social protection of labor | *Raynnara Laurentino Rodrigues; Maurício Rombaldi*

INTERVIEW

- 251 INTERVIEW WITH ADALBERTO CARDOSO | *Cecilia Soares; Alexander Englander; Bruna da Penha; Thiago Brandão*

REVIEWS

- 285 THE DEVICE OF SOCIOLOGY: Elide Rugai Bastos interprets Florestan Fernandes | *Rodrigo Estramano de Almeida*
- 292 SOCIOLOGY OF WORK AND MODERNIZATION: the Shared Paths Between Brazil and France | *Tarik Dias Hamdan*

EDITORIAL

Rogério de Souza Medeiros*

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos**

É com renovado compromisso intelectual que a Revista Política & Trabalho apresenta seu número 62, uma edição comemorativa pelos seus 40 anos de existência. O presente número também celebra Florestan Fernandes com um dossiê especial que marca os 30 anos de sua morte. A edição atual também marca uma mudança na política editorial da P&T que, a partir deste número, passa a ter periodicidade anual, em vez de semestral. Essa mudança se faz necessária para melhor atender às demandas editoriais e facilitar o fluxo de publicações, garantindo maior celeridade ao processo para autoras/es.

Em um momento histórico marcado por profundas transformações nas relações de trabalho e por desafios crescentes à democracia, este número convida o leitor a uma reflexão que articula a herança do pensamento social brasileiro com as urgências do tempo presente.

A estrutura deste volume organiza-se em torno de um dossiê temático de fôlego, seguido por artigos de fluxo contínuo, uma entrevista biográfica e resenhas que dialogam com obras seminais da nossa área.

O núcleo central desta edição é o dossiê “Florestan Fernandes: teórico social e intelectual público”, que celebra o legado do sociólogo paulista nos marcos de 30 anos de sua morte e 50 anos da publicação de “A Revolução Burguesa no Brasil”.

Na apresentação, Lucas Trindade e Diogo Valença de Azevedo Costa, organizadores do dossiê, sublinham como a obra de Fernandes, enraizada em um “estilo de pensamento *lumpen*”, oferece ferramentas fundamentais para pensar o “devir-periferia do mundo”.

O dossiê é inaugurado pelo artigo de Wilson Rogério Penteado Júnior, que resgata a noção de povo nos estudos de folclore de Fernandes, demonstrando como o autor refutou visões inerciais e evolucionistas para forjar uma concepção dinâmica de coletividade.

* Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba.

** Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba.

Em seguida, Ana Rodrigues Cavalcanti Alves e Eliane Veras Soares examinam os antecedentes do dilema racial brasileiro. Por meio de uma análise diacrônica, as autoras contestam a leitura residualista do racismo na obra de Fernandes, evidenciando como, já nos anos 1950, o autor identificava as novas funções assumidas pelo preconceito na ordem social competitiva.

Dando sequência a este eixo, Paulo Henrique Fernandes Silveira, no artigo "Florestan Fernandes, Roger Bastide e a palavra da militância negra", mergulha nos arquivos do Fundo Florestan Fernandes (UFSCar) para lançar luz sobre uma dimensão metodológica e política fundamental da pesquisa Unesco realizada nos anos 1950. O autor demonstra como Fernandes e Bastide, ao incorporarem seminários, histórias de vida e o testemunho direto de dezenas de lideranças - a exemplo de Jorge Teixeira, Sofia Campos e José Correia Leite -, romperam com a tradição de silenciamento dos grupos marginalizados na academia.

De modo complementar, Remo Mutzenberg e Eliane Veras Soares estabelecem pontes entre a interpretação de Fernandes sobre os movimentos negros e as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). O artigo destaca a agência coletiva e a construção de quadros de referência (*frames*) na luta antirracista de São Paulo entre 1920 e 1937.

A dimensão econômica do pensamento de Fernandes é visitada por Lucas Trindade e Diogo Valença, que analisam o “espírito do capitalismo” revisitado desde a periferia. Os autores traçam um diálogo entre Weber, Sombart e as categorias de Fernandes, como a “racionalidade possível” e a “resistência sociopática à mudança”, para explicar a associação entre desenvolvimento capitalista e autocracia burguesa.

Encerrando o dossiê, Aristeu Portela Júnior e Maria de Fátima Souza da Silveira propõem um diálogo entre Fernandes e Ailton Krenak no cenário da Assembleia Constituinte. O texto confronta a “mitologia” da colonização pacífica e ressalta a importância do território para o reconhecimento das populações indígenas como nações.

Na seção de artigos de fluxo contínuo, o texto de Michel Nicolau Netto discute o prestígio das ciências sociais no Brasil contemporâneo. O autor argumenta que, embora a universidade tenha perdido o monopólio da interpretação social para novos agentes, como influenciadores e *think tanks*, ela permanece como o principal polo de legitimação simbólica do campo.

Já o mundo do trabalho em mutação é o foco de Ruy Braga e Davi Camargo, que analisam os impasses na regulamentação do “uberismo”. A pesquisa detalha a polarização entre

o conceito de “hora logada”, defendido pelos trabalhadores como prova de subordinação, e o de “hora trabalhada”, sustentado pelas empresas para manter a autonomia simulada.

Encerrando a seção de artigos de fluxo contínuo, Raynnara Laurentino Rodrigues e Maurício Rombaldi avaliam o programa Empreender-PB. O estudo revela as dissonâncias entre a retórica do empreendedorismo feminino e a realidade de precarização, mostrando como tais políticas frequentemente deslocam para os indivíduos a responsabilidade pela proteção social.

Este número conta ainda com uma entrevista exclusiva com o professor Adalberto Cardoso, conduzida por Cecília Soares e equipe. Cardoso narra sua trajetória acadêmica da USP ao IESP/UERJ, refletindo sobre sua formação interdisciplinar que transitou entre a sociologia urbana, as artes plásticas e os estudos sindicais, além de oferecer um diagnóstico sobre as mudanças tecnológicas e o acesso à pesquisa nas últimas décadas.

Nas resenhas, Rodrigo Estramano de Almeida discute o livro “A máquina das desigualdades”, de Elide Rugai Bastos, ressaltando o esforço da autora em sistematizar o pensamento social da Escola Paulista de Sociologia e a atualidade de Florestan Fernandes para a compreensão da marginalidade.

Por fim, Tarik Hamdan resenha a obra “As origens da sociologia do trabalho”, de Ricardo Festi, mapeando os percursos cruzados entre as tradições brasileira e francesa nas décadas de 1950 e 1960 e a influência de nomes como Friedmann e Touraine sobre os fundadores da sociologia uspiana.

Desejamos que as páginas que se seguem estimulem o debate crítico e contribuam para o adensamento das ciências sociais brasileiras, honrando a tradição desta revista em ser um espaço de diálogo entre a teoria rigorosa e o compromisso social.

Boa leitura!

Os editores.

DOSIÊ

Florestan Fernandes, teórico social e intelectual público

APRESENTAÇÃO:

Florestan Fernandes, teórico social e intelectual público

PRESENTATION:

Florestan Fernandes, social theorist and public intellectual

Lucas Trindade (UFRN)

Diogo Valença de Azevedo Costa (UFRB)

Em 2025 completam-se 30 anos da morte de Florestan Fernandes e 50 anos da publicação de uma das mais conhecidas e ambiciosas das suas obras, “A Revolução Burguesa no Brasil”. Este dossiê, lastreado em um amplo e renovado interesse na obra do sociólogo paulista, busca retornar ao seu legado a partir de um conjunto de premissas que têm sido cuidadosamente cultivadas por um grupo interinstitucional de pesquisadoras/es unidas/os pela paixão dos bons encontros e do rigor crítico-científico.

Formado em 2019 sob a coordenação de Eliane Veras Soares (UFPE), pesquisadora da obra de Florestan Fernandes desde fins dos anos 1980, empreendemos conjuntamente o projeto, vigente até 2021, “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente”, integrado por: Diogo Valença de Azevedo Costa (UFRB), Remo Mutzenberg (UFPE), Aristeu Portela Júnior (UFRPE), Ana Rodrigues Calvalcanti Alves (UFBA) e Lucas Trindade (UFRN). Além da intensa participação, coletiva ou individualmente, nas diversas comemorações do centenário de Florestan Fernandes em 2020, publicamos, como grupo, dois principais trabalhos: a obra “Florestan Fernandes: trajetória, memória e dilemas do Brasil” (2021) e o Dossiê “Florestan Fernandes: 100 anos” (2020). A partir de 2022, agora sob a coordenação de Diogo V. A. Costa, iniciamos o projeto “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”, financiado com recursos do Edital Universal do CNPq e abrilhantado pela integração ao grupo dos docentes-pesquisadores: Wilson Rogerio Penteado Junior (UFRB) e Maria de Fátima Souza da Silveira

(Unilab). Um produto destacado desse projeto, finalizado em março de 2025¹, é a obra, Florestan Fernandes' *critical sociology: a social theory of Brazil and Latin America*, publicada em 2024 pela editora Routledge em sua série *Classic and Contemporary Latin American Social Theory*.

Sob um modelo de artesanato intelectual que se inspira no próprio Florestan Fernandes, algumas das premissas que orientam o nosso trabalho científico coletivo e os artigos integrantes deste dossiê são: a) uma abordagem imanente e diacrônica da obra de Florestan, perseguindo, desse modo, temas diversos; b) análise de arquivo, por meio de visitas periódicas ao Fundo Florestan Fernandes, localizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); c) desconstrução sistemática de mitos em torno da obra de Florestan, produzidos por leituras intelectual e/ou politicamente unilaterais; d) interlocução coletiva e crítica recíproca permanentes acerca da produção intelectual dos integrantes do grupo; e) uma reflexão sobre a atualidade da obra de Florestan tratando-a, para utilizar as precisas expressões de Gabriel Cohn (1986, 1987), como um inventário de **tensões produtivas** que exprimem, rigorosa e criativamente, os **padrões e dilemas** do capitalismo subdesenvolvido, dependente e global.

Essa última premissa permite evidenciar duas hipóteses de trabalho que atravessam o nosso fazer intelectual coletivo. A primeira, no sentido dos fundamentos, é de que as contribuições teórico-científicas de Florestan Fernandes seriam impensáveis sem o seu enraizamento complexo em um estilo de pensamento periférico (Bastos, 2002) e *lumpen* (Costa; Soares, 2024), que o permitiu ver – e, em ciência, ver é reformular ou criar problemáticas – (Cardoso, 1996) a sociedade capitalista moderna de modos inauditos até então. Esse modo distinto de formular problemas científicos, com um enraizamento histórico e sociológico particular, permitiu a produção de uma obra com tal envergadura, profundidade e sistematicidade que deve ser lida – eis a segunda hipótese de trabalho – como uma teoria social crítica (Trindade, 2025) capaz de lançar luz não só às especificidades regionais (latino-americanas) e nacionais (brasileiras) dos problemas da ordem², da ação e da mudança sociais, mas de oferecer ferramentas para pensá-los em termos internacionais, especialmente em tempos marcados por diagnósticos sobre o **devir-periferia do mundo** (Canettieri, 2022).

¹ Um relato sobre o projeto foi publicado no blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (Alves *et al.*, 2025).

² Para uma reflexão específica sobre a problemática da ordem social em Florestan Fernandes, ver Silva (2020) que formaliza os atributos do modelo autocrático-burguês e (Silva, 2022) pensa a particularidade das categorias de diferenciação e integração sistêmicas em sua obra.

Sucintamente, sugerimos que a obra de Florestan Fernandes merece ser lida como uma teoria social que não só leva a marca da condição periférica e *lumpen*, mas que ativamente se engajou, cognitivamente e politicamente, com os setores subalternizados ou condenados (termo de Frantz Fanon adotado por Florestan) de um sistema global. O compromisso transversal e mutável entre o intelectual público e o teórico social permite afirmar que a teoria social crítica de Florestan Fernandes gravita em torno do problema central da mudança social. Mais precisamente, o interesse normativo de elucidar e promover uma mudança social orientada pela complexa dialética entre revoluções dentro e contra a ordem capitalista, ao lado da ação coletiva das classes trabalhadoras e segmentos subalternos, é o fundamento último do seu trabalho intelectual e científico.

Os textos deste dossiê apresentam formas inovadoras e originais de abordagem da trajetória intelectual e política de Florestan, aliando a análise diacrônica e imanente dos seus textos a partir de temas específicos, de um lado, e a interlocução com outras obras, autoras/es e tradições das ciências e das lutas sociais, do outro. No que diz respeito aos problemas básicos da teoria social, é perceptível, como veremos no correr desta apresentação, como alguns dos artigos lançam uma luz nova sobre como a ação social ou a agência é abordada no trabalho do sociólogo paulista. A seguir, comentaremos cada artigo respeitando a ordem cronológica de aparição dos temas tratados na obra de Florestan.

“Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história” (Fernandes, 2021, p. 51). Embora amplamente conhecida, essa passagem da Nota Explicativa de “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, de 1964, não motivou uma agenda sistemática de pesquisa em torno do uso de noção de povo na obra de Florestan. É a isso que se dedica Wilson Rogério Penteado Júnior, professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em seu artigo “Uma categoria com sentido latente: a noção de povo nos estudos de folclore no Brasil e a visão (crítica) de Florestan Fernandes”.

Como o próprio título evidencia, o texto literalmente **abre** a mencionada agenda ao realizar uma análise de como a noção de povo “foi operada, dinamizada e debatida” no que poderíamos chamar de primeiro Florestan, estudioso do folclore e crítico arguto das orientações que buscavam emancipar o folclorismo do campo de problemas mais amplo das ciências sociais. Para Florestan, ou o folclore é material analisado pelas ciências humanas e sociais – “a história, a linguística, a psicologia, a etnologia ou a sociologia” – ou pode ser uma modalidade de estudo humanístico, mas de modo algum uma ciência autônoma. Ao analisar as primeiras

aparições do povo na obra do nosso autor, privilegiando os textos sobre folclore escritos entre 1944 e 1962, Wilson abre margem para pesquisas futuras sobre as modulações dessa noção em trabalhos posteriores de Florestan e o seu diálogo crítico com outras tradições para além dos folcloristas.

Ao lado do estudo minucioso dos textos compilados em “O folclore em questão”, privilegiando a primeira edição de 1978, do diálogo com os principais comentadores do folclore em Florestan, e da reconstrução das posições de Florestan em relação às obras de Mário de Andrade, Silvio Romero e Amadeu Amaral, um outro ponto forte do artigo de Wilson é o uso de material pesquisado no Fundo Florestan Fernandes, na UFSCar. Nesse aspecto, é particularmente interessante a mobilização das dedicatórias de obras de autoria de destacados folcloristas – a exemplo de Renato Almeida e Veríssimo de Melo – endereçadas ao sociólogo paulista, o que evidencia a sua “prestigiosa reputação entre os estudiosos inseridos nesse campo”. Isso em razão, continua Wilson em seu texto, da “densidade do conteúdo dos textos que escrevia” e do “lugar que ocupava –, isto é, um eminente sociólogo da USP interessado no folclore e credenciado em prestigiados veículos de comunicação escrita”.

No que diz respeito ao problema central do artigo, Wilson demonstra como o próprio objeto pretensamente autônomo dos folcloristas era perpassado por posições normativas: uma concepção evolucionista das manifestações culturais do povo (leia-se, aqui, setores populares e subalternos) e, logo, uma imagem estática e inercial do fato folclórico como sobrevivência ou resíduo de tradições culturais tomadas como atrasadas ou ultrapassadas. Contra essa concepção apriorística e elitista, Florestan defende, escreve Wilson, que o “trabalho de campo” e a “análise de situações concretas poderia, então, oferecer uma concepção mais apropriada acerca do elemento folclórico e, conseqüentemente, da noção de povo”. O que dá lugar a uma concepção dinâmica, que toma o folclore (e a polissemia do “povo”) em sua “função modificadora e criadora” (nas palavras do próprio Fernandes, enfatizadas por Wilson), bem como a uma apreensão das diferenças culturais e de mentalidade entre grupos e classes, não em termos de natureza, mas de grau.

O segundo artigo do dossiê, “Antecedentes do dilema racial brasileiro”, escrito por Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Eliane Veras Soares, professora titular aposentada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), discute tema com ampla fortuna crítica, mas frequentemente tratado de modo parcial, unilateral e enviesado, a saber, a questão racial na obra de Florestan Fernandes. Para trazer

maior clareza a debate demasiado espinhoso, Ana e Eliane fazem movimento análogo ao feito por Wilson: assim como este analisa os primeiros usos da noção de povo no Florestan interessado no folclore, elas retornam à gênese, ou ao que chamam de “primeiro momento”, da noção de dilema racial brasileiro em seu pensamento, privilegiando o projeto de estudo “O preconceito racial em São Paulo” e a obra “Relações Raciais entre brancos e negros em São Paulo”, textos dos anos 1950, escritos em parceria com Roger Bastide.

A finalidade é evidenciar como já nesse primeiro momento há elementos para superar uma leitura – que fez carreira desde Carlos Hasenbalg – que interpreta as desigualdades raciais na obra de Florestan como um resíduo ou sobrevivência sem função específica na ordem social competitiva. Leitura esta que abdica da análise diacrônica de uma obra em processo – aspecto metodológico finamente explicitado e trabalhado no artigo – e se concentra em textos específicos tomados de modo isolado e descontextualizado, a exemplo de “A persistência do passado” e trechos de “A integração do negro na sociedade de classes”. Ao lado da análise diacrônica, as autoras se valem da pesquisa documental no Fundo Florestan Fernandes, consultando obras de Gunnar Myrdal, Donald Pierson e Carlos Hasenbalg, a totalidade de trabalhos resultantes da pesquisa Unesco e cartas de intelectuais – em torno das relações étnico-raciais – enviadas para Florestan. A pesquisa documental permitiu o acesso e a transcrição de importante carta (publicada como anexo ao artigo) de Hasenbalg para Florestan, na ocasião da publicação, na revista Dados, do artigo “Desigualdades raciais no Brasil”.

A análise detida do projeto de estudo que fundamenta a pesquisa Unesco e dos primeiros resultados dessa – a busca de um consenso a partir das diferenças entre Florestan e Bastide, as considerações teórico-metodológicas, a formulação das hipóteses diretrizes e o delineamento dos conceitos norteadores de preconceito racial, de cor e dilema racial – tornam o artigo uma leitura incontornável para aqueles interessados em aprender, revisitar ou criticar, com rigor e seriedade, a abordagem da questão racial na obra de Florestan (e de Bastide). Destacamos os seguintes aspectos: a) a construção do projeto e da pesquisa em estreita interlocução com o movimento negro, evidenciado o uso do preconceito de cor como categoria nativa mobilizada empiricamente; b) a reflexão sobre a questão racial, já desde esse primeiro momento, como central para pensar a formação social brasileira de modo mais amplo; c) em contraste com as teses de Donald Pierson, um claro esforço de distinguir (e não reduzir um ao outro) preconceito de classe e preconceito de cor; d) várias passagens que revelam o interesse de Florestan e Bastide em investigar, nas palavras das autoras, “a forma e as novas funções assumidas pelo

preconceito racial na ordem social emergente” e a tendência à sua perpetuação estrutural, em frontal contraste com as leituras residualistas da questão racial da obra de Florestan; e) a hipótese aventada, em diálogo crítico com Cida Bento, sobre a relação entre racismo e resistência sociopática à mudança.

Um último destaque, que revela o amplo valor teórico do artigo, é como o retorno à gênese do dilema racial brasileiro permite enriquecer e nuançar a genealogia da noção de **dilema** (tomada da obra de Gunnar Myrdal) na obra do sociólogo paulista, demonstrando como desde os anos 1950 – e não somente a partir dos anos 1960 – já há uma recepção crítica e tensa da teoria da modernização consubstanciada no conceito de **demora cultural** (tomada da obra de William Ogburn). Contra a temporalidade progressiva e linear suposta no conceito de *cultural lag*, o acento sobre a importância da noção de dilema nos primeiros delineamentos da pesquisa Unesco evidencia a precoce abertura cognitiva para a reflexão sobre bloqueios, impasses, contradições e paradoxos na abordagem da formação social brasileira, na qual o nó górdio da raça é fundante. Como hipótese de trabalho a ser seguida em textos futuros, as autoras sugerem a centralidade da interlocução com os movimentos e intelectuais negros para a definição do dilema racial, o que será feito através de uma análise exegetica do clássico “A integração do negro na sociedade classes” e dos textos “Aspectos políticos do dilema racial” brasileiro e “A sociedade escravista”.

Mais dois artigos do dossiê debruçam-se sobre a questão racial na obra de Florestan Fernandes: o texto “Florestan Fernandes, Roger Bastide e a palavra da militância negra”, de Paulo Henrique Fernandes Silveira, professor da Universidade de São Paulo (USP); e “A interpretação de Florestan sobre os movimentos negros: afinidades com as teorias dos novos movimentos sociais”, escrito por Remo Mutzenberg, professor titular aposentado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e Eliane Veras Soares. Se o texto de Ana e Eliane desfazem o mito de uma **leitura residualista** da questão racial na obra de Florestan, os artigos de Paulo e de Remo e Eliane tensionam com uma **leitura reificante**, se assim podemos chamar, que percebe naquela obra a negação da agência coletiva de negras e negros nos processos de mudança social.

No artigo de Paulo, contra a imagem do negro reificado no trabalho de Florestan, é salientado como “a pesquisa Unesco em São Paulo enfatizou a importância e a centralidade das experiências das pessoas negras na construção do conhecimento científico sobre o racismo”, importância observável na “elaboração do livro ‘A integração do negro na sociedade de

classes””, o que converge com a agenda de pesquisa proposta no artigo de Ana e Eliane. Como precisamente apontado por Antonio Candido, em trecho de depoimento transcrito por Paulo, “a partir dessa pesquisa do Florestan e do Roger Bastide, [o negro] deixou de ser objeto de estudo, para ser sujeito de estudo: ele participar, ele falar, ele orientar, junto com os pesquisadores”. Paulo reconstrói o contexto intelectual de proposição e realização da pesquisa Unesco: as dificuldades de publicação e circulação dos resultados da pesquisa em São Paulo, que colidiam frontalmente com o imaginário da democracia racial brasileira que motivou o projeto liderado por Alfred Métraux; o paradoxo, no pós-guerra, de um discurso antirracista que, ao mesmo tempo, não denunciava o colonialismo francês; a controvérsia sobre raça, colonialismo e eurocentrismo em escritos de Lévi-Strauss, Roger Caillois e Aimé Césaire; a crítica de Fanon, amparada em Césaire, ao “universalismo que silencia as experiências das pessoas negras”. Essa reconstrução intelectual prepara o terreno para uma erudita abordagem da relação entre **experiência** e **conhecimento**, fundamentando-se nos trabalhos de Marilena Chauí, Grada Kilomba e bell hooks, que, de diferentes maneiras, investigam e denunciam a violência implicada em um discurso supostamente racional e universal que nega a importância da experiência e das histórias pessoais na produção do conhecimento.

Baseado em ampla investigação documental no Fundo Florestan Fernandes, é exatamente a valorização da experiência de negras e negros na orientação da pesquisa empírica e na construção teórico-conceitual o que se depreende dos arquivos que registram os passos da pesquisa Unesco em São Paulo, realizada por meio de histórias de vida articuladas à observação de situações de grupo, conferências, seminários, entrevistas, questionários e formulários. No artigo, Paulo transcreve amplamente falas, em situação grupais, de Sofia Campos Teixeira, Maria Aparecida Camargo, Francisco Lucrécio, Arlindo Veiga dos Santos, Luiz Lobato, Carlos de Assumpção, da história de vida de José Correia Leite, de questionário respondido por Jorge Prado Teixeira, da conferência realizada por Nestor Borges, para demonstrar como essas foram fundamentais, seja no direcionamento de pesquisa³, seja na própria definição de discriminação racial, especialmente no mercado de trabalho, no qual o **emparedamento do negro** (expressão de Correia Leite mobilizada por Florestan) se revela de modo particularmente crônico. Não só o conhecimento sobre a discriminação racial é inseparável das experiências relatadas pelos

³ Bastide e Florestan, por exemplo, seguem a sugestão feita por Lucrécio de investigar manifestações do preconceito racial em escolas, o que é realizado por Virgínia Bicudo e Aniele Ginsberg. Lucrécio, por sua vez, escreve com Renato Moreira relatório sobre relações raciais em parques infantis.

interlocutores de Fernandes e Bastide, como também a palavra de ordem da **Segunda Abolição**, amplamente mobilizada por Florestan em seus textos, atesta, conforme Paulo, a ponte entre o vivido (pelos movimentos negros) e a ciência social defendida pelo sociólogo paulista.

No artigo de Remo e Eliane, como já afirmamos, continuamos a tratar da questão racial na obra de Florestan Fernandes, mas vista por um prisma distinto e particularmente inovador. Verticalizando a leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”, trata-se de analisar, por um lado, como essa obra publicada em 1964 – ao tratar dos fatores estruturais (o **porquê**) e estratégicos (o **como**) que desencadearam, deram perenidade e bloquearam o movimento negro – suscita questões teórico-metodológicas que só tiveram um tratamento mais sistemático pelas chamadas Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a partir dos anos 1970. São tais afinidades que permitem, inclusive, uma leitura de “A integração” pelas lentes de conceitos básicos da TNMS, a exemplo de *frame* (quadro de referência), estrutura de incentivos e restrições, espaço público, oportunidade política, funções das lideranças, ciclos de confrontos etc. Por outro lado, diferente de aventar apenas antecipações, os autores buscam captar as contribuições próprias de Florestan para a análise dos movimentos sociais, permitindo preencher, por exemplo, a surpreendente lacuna de uma análise do movimento negro dos anos 1920 a 1937 em Maria da Glória Gohn, referência básica da TNMS no Brasil.

Tal análise em via de mão dupla é realizada a partir de uma compreensão de “A integração”, na palavra dos autores, como um “campo antagônico em relação às análises da questão racial e à compreensão da formação da sociedade brasileira”, isso por basear-se: no riquíssimo material empírico proporcionado pela pesquisa Unesco nos anos 1950; no diálogo permanente com as formulações do próprio movimento negro; e em uma posição epistêmica e normativa peculiar, o estilo de pensamento *lumpen* de Florestan, que permitiu salientar as profundas **tensões** – em contraste com o **equilíbrio** (Gilberto Freyre) – que permeiam as relações raciais no Brasil. Revisitar “A integração” em diálogo com a TNMS revelou-se uma estratégia com amplo alcance teórico, na medida em que permite recolocar o problema da **agência** coletiva e da **contingência** na obra de 1964, deslocando-a de uma leitura que acentua exclusivamente os condicionamentos estruturais e funcionais de ordem macrosociológica. Assim, o artigo pode ser lido como uma importante contribuição no ensejo de ler “A integração” como obra de síntese. Síntese entre estrutura e ação para pensar uma sociedade em mudança ou, nas palavras de Florestan enfatizadas pelos autores, síntese entre “incentivos históricos sociais” – especialmente a ordem legal instaurada no pós-Abolição – e “requisitos psicossociais

ou socioculturais” – articulados em torno da contraideologia racial – para pensar a (situ)ação de negras e negros na passagem da ordem estamental para a ordem social competitiva no Brasil.

O estudo das relações raciais no Brasil é um ponto de partida fundamental, na obra de Florestan, para a inteligência dos dilemas estruturantes que atravessam a formação do capitalismo e da moderna sociedade de classes, dando base teórica e empírica para a formulação dos conceitos entrelaçados de capitalismo dependente, dupla articulação, autocracia burguesa e descolonização congelada. Logo, “A revolução burguesa no Brasil”, de 1975, não pode ser pensada sem “A integração do negro na sociedade de classes”, de 1964. No quinto artigo do dossiê, “O espírito do capitalismo revisto desde a periferia: expressões da racionalidade burguesa em Florestan Fernandes”, Lucas Trindade, professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e Diogo Valença de Azevedo Costa, professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), oferecem – ao lado do **dilema racial** trabalhado de diferentes formas nos artigos anteriores – uma segunda chave analítica para pensar a gênese e o desdobramento de outro problema central na obra de 1975: a particularidade da mentalidade, racionalidade ou espírito capitalista na América Latina, especialmente no Brasil.

Para fazer isso, os autores, em primeiro lugar, reconstroem o debate clássico entre Werner Sombart e Max Weber em torno dos atributos que definem a *differentia specifica* do espírito capitalista moderno. Aos autores importa destacar como, partindo de um consenso (a caracterização do espírito tradicionalista católico, anticapitalista), Sombart e Weber seguem caminhos distintos. Para o primeiro, que centraliza a influência da ética econômica judaica na formação do espírito capitalista, não há qualquer incompatibilidade entre racionalismo econômico e disposições predatórias e espoliativas, por isso os vínculos entre colonialismo, guerra, capitalismo e luxúria estudados pelo autor. Weber, por sua vez, que centraliza a influência do ascetismo intramundano protestante, estabelece uma clara descontinuidade entre princípio predatório (ética econômica judaica) e racionalismo econômico, bem como entre capitalismo pária (típico das colonizações e dos cercamentos) e capitalismo moderno (baseado na organização racional da empresa e do trabalho).

Feito isso, os autores investigam, em um recorte de textos escritos entre 1959 e 1974, como Florestan, leitor de Weber e Sombart, reelaborou criativamente a problemática do espírito capitalista ao pensá-lo a partir da periferia do sistema global. Além da análise diacrônica dos

textos, os autores também se valem da análise da marginalia de obras de Weber e Sombart consultadas na biblioteca e arquivo particulares de Florestan Fernandes, na UFSCar.

Se nos textos escritos entre 1959 e 1962 é possível notar a busca por uma clara distinção típica entre a primazia de atitudes/motivações favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento, bem como entre Fase Liberal e Era do Planejamento, bifurcações que ressoam a separação entre ação capitalista tradicional (predatória) e ação capitalista moderna (racional) em Weber, a partir de 1962, e da formulação do conceito de resistência sociopática à mudança, é notável uma crescente aproximação com o tipo sombartiano de espírito capitalista. Ao ponto de, em 1967, no texto “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, Sombart ser explicitamente mobilizado para caracterizar o caráter espoliativo, especulativo e a pirataria econômica do espírito capitalista na periferia. Um “*espírito capitalista especial*”, como define Fernandes em texto de 1971, caracterizado por uma “racionalidade pragmática” e uma “filosofia exclusivista” ou pela “associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”, na fórmula definitiva inscrita em “A revolução burguesa no Brasil”.

Nas páginas finais do artigo, Lucas e Diogo discutem como o próprio Florestan, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, começou a problematizar o dualismo entre um espírito capitalista de tipo weberiano no Centro (ou ao Norte) e um espírito capitalista de tipo sombartiano na Periferia (ou ao Sul), evidenciando tendências de autocratização a nível global, o que enseja uma agenda cosmopolita de releitura da sua obra.

O último artigo do dossiê, “Povos indígenas e formação social do Brasil: leituras de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na constituinte”, escrito por Fátima Silveira, doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), e Aristeu Portela Júnior, professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), estabelece um produtivo diálogo entre Florestan e Krenak tomando como terreno comum a atuação de ambos na Assembleia Nacional Constituinte, o que permite mostrar, nas palavras de Fátima e Aristeu, como os “dilemas da relação entre os povos indígenas, a ‘nação’ e o Estado no país” são pensados pelos dois intelectuais.

Pode causar estranhamento alocar um artigo sobre a questão indígena ao final de um dossiê dedicado à obra de Florestan. Fizemos essa escolha pelas seguintes razões. Primeiramente, o artigo parte da última fase de Florestan – a sua atuação parlamentar – para revisitar de modo transversal o tratamento do que poderíamos chamar de **dilema indígena** brasileiro em sua obra. Esse exercício permite, em segundo lugar, retirar o tema indígena de

uma suposta primeira fase funcionalista do sociólogo uspiano e pensá-lo como uma das vias privilegiadas que levaram Florestan a uma crescente consciência (teórica e política): da especificidade da violência que forja a sociabilidade autocrática – no e para além do Estado – no Brasil; das limitações de um olhar eurocentrado para pensar a nossa formação social; das diversas lutas e resistências que se insurgiram – e se insurgem – contra a estabilização do poder colonial, neocolonial e, por fim, heterônomo ou dependente.

No artigo, o nó que une as dimensões científica, ética e política é evidenciado na análise cuidadosa da atuação de Florestan na Constituinte. Elemento que ata tais dimensões é a socialização *lumpen* do sociólogo paulista, que permite uma práxis – teoria e prática – que vê **a partir e com** os setores excluídos e marginalizados da sociedade de classes, em especial no contexto do capitalismo dependente e subdesenvolvido. Por isso, a coerente e intransigente defesa da “iniciativa popular” como fundamento do fazer legislativo e da formação de “um processo popular de construção de um Brasil antielite e anti-imperialista”, nas palavras do sociólogo citadas pelos autores. A atuação de Ailton Krenak, na época coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), é símbolo do processo desejado, mas fundamentalmente frustrado, de Florestan. Frustração que perpassa os discursos dos dois intelectuais, cientes do imenso fosso que permeava o texto da Constituição e os anseios advindos da iniciativa e organização populares na Constituinte. Tal crítica comum baseia-se numa afinidade de atuação de Krenak e Florestan frisada por Fátima e Aristeu: “o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direito, de um lado, e a crítica à relação do Estado brasileiro com esses povos, de outro lado”.

No caso de Krenak, o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos significa reconhecê-los como **nações**, termo do colonizador estrategicamente ressignificado para reivindicar, contra esse, as ontologias, identidades e histórias próprias de cada um desses povos, o que Fernandes lê como evidência da racionalidade e autonomia dos povos indígenas, agudamente conscientes do que desejam, não como minorias, mas como nações “dentro do País”. Definir como “minorias” implica um jogo duplo de reconhecimento e subalternização, ao tomar o indígena como cidadão que demanda tutela, como cidadão de segunda categoria, crítica que perpassa as falas dos dois intelectuais e é analisada de modo fino por Fátima e Aristeu. No caso de Fernandes, a crítica à infantilização e à tutela do indígena concentra toda uma trajetória intelectual de oposição a concepções evolucionistas e eurocêtricas das organizações sociais, culturais e históricas que vem desde os seus estudos sobre os Tupinambá e sobre o folclore no meio urbano (como já vimos no texto de Wilson que abre o dossiê). Contra a “tutela

orfanológica”, representação ainda fortemente enraizada no imaginário brasileiro, Florestan e Krenak convergem na defesa intransigente de que os direitos indígenas e a sua integração ao processo constituinte deveriam se dar a partir da “consciência da realidade” (Florestan) e “visão dos problemas” (Krenak) dos próprios povos indígenas.

O fosso entre a Constituinte e a Constituição conforma um texto que não frena a violência do Estado, seja no que se refere às nações (não-reconhecidas) viventes em um território continental, seja no que se refere ao modo de relação com a natureza, tomada como mero recurso a ser extraído em prol do desenvolvimento, o que colide frontalmente com aquela visão indígena dos problemas. Para Krenak, o Estado brasileiro conforma-se como uma “plataforma extrativista” que toma os indígenas como “inimigos de guerra”, continuando, nas palavras precisas de Fátima e Aristeu, a “violência colonial por outros meios”. Essa compreensão guarda afinidades possíveis com a crítica de Florestan à captura da **nação** por um Estado autocrático conduzido, fundamentalmente, pelos interesses de uma burguesia ultraegoística e predatória, interpretação radical que enseja reflexões capazes de ir além do “paradigma da formação” ao pensar o Brasil e suas “fraturas” (Oliveira, 2025).

Embora subscritos por autoras e autores individuais ou em dupla, o conjunto de textos publicados neste dossiê são o produto de um frutífero e prazeroso trabalho coletivo, como deve ser a boa ciência. É transversal aos artigos não só a exposição de resultados alcançados a partir de escolhas metodológicas claras, mas, igualmente, a partilha de hipóteses e agendas de reflexão que possam ser recolhidas e cultivadas por outros grupos de pesquisa e investigações, ampliando assim a ressonância do afetuoso labor que orienta o grupo “Sociedade Brasileira Contemporânea”. É isso que ansiamos ao desejar, a todas/os/es, uma boa leitura!

Referências

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti; PORTELA JR., Aristeu; COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras; SILVA, Lucas Trindade da; SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da; MUTZENBERG, Remo; PENTEADO JR., Wilson Rogério. Anotações sobre o projeto “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”. **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://blogbvps.com/2025/08/11/o-artesanato-intelectual-de-florestan-fernandes-uma-perspectiva-latino-americana-sobre-o-desenvolvimento/>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. p. 183-230.
- CANETTIERI, Thiago. O devir-periferia do mundo: crise do capital e a condição periférica. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, e39362, 30 mar. 2022.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 89-128, abr. 1996.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: FERRANTE, Vera Lúcia; MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo (org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 125-148.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCÃO, Maria Angela (org.). **O Saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. p. 48-53.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes' critical sociology**: a social theory of Brazil and Latin America. New York: Routledge, 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Fractured form: formation and deformation in Brazilian social thought. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 86, e20250618, 2025.

SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo; MUTZENBERG, Remo. Dossiê Florestan Fernandes: 100 anos. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 3-362, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/issue/view/3160>. Acesso em: 11 jun. 2026.

SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes**: trajetória, memórias e dilemas do Brasil. Chapecó: Marxismo 21, 2021.

SILVA, Lucas Trindade da. Modelo autocrático-burguês: Uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 231-263, 2020.

SILVA, Lucas Trindade da. Diferenciação e integração sistêmicas em Florestan Fernandes. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2022.

TRINDADE, Lucas. A teoria social crítica de Florestan Fernandes. **SciELO Preprints**, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/13091>. Acesso em: 14 jan. 2026.

UMA CATEGORIA COM SENTIDO LATENTE: a noção de povo nos estudos de folclore no Brasil e a visão (crítica) de Florestan Fernandes

A CATEGORY WITH LATENT MEANING: the notion of “folk” in brazilian folklore Studies and Florestan Fernandes’s (critical) perspective

Wilson Rogério Penteado Júnior*

Resumo

Como se sabe, o sociólogo Florestan Fernandes teve importante participação no campo dos estudos de folclore no Brasil a partir dos fecundos debates que estabeleceu com intelectuais inseridos naquele campo de produção do conhecimento. Dentre os vários aspectos estudados de sua obra, no que se refere à sua relação com a temática do folclore, a noção de povo, tal como tratada e problematizada por esse autor, não mereceu a devida atenção de estudiosos. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo circunstanciar e problematizar como a categoria povo é acionada por esse autor no debate que estabeleceu com os folcloristas. Para tanto, toma-se como material de análise a antologia publicada por ele em 1978, intitulada “O Folclore em Questão”, que reúne textos de sua autoria veiculados na imprensa escrita entre 1944 e 1962. Como resultado, constata-se que Florestan Fernandes criticava certa concepção de povo que condenava setores da sociedade à inércia cultural e histórica, supostamente marcados por “sobrevivências culturais” e arcaísmos. Em contraste, povo para Fernandes assume no debate um sentido abrangente, não restrito a um único estrato social, e sim equivalendo a uma sociedade em sua extensão, onde os elementos tidos como folclóricos circulam pelas camadas dessa sociedade de modo dinâmico e inventivo. Dessarte, conclui-se que as críticas que Florestan Fernandes empreendeu sobre a pretensa formação de um campo autônomo dos estudos de folclore, envolvendo questões de método e objeto, perpassaram também pela concepção inventiva de “povo” colocada sob tensão naquele debate. Ademais, conclui-se que tal concepção de povo forjada por Fernandes nos ajuda a melhor compreender sua disposição em defender o folclore como uma disciplina humanística.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Estudos de Folclore. Folclore brasileiro. Povo.

Abstract

As is well known, the sociologist Florestan Fernandes played an important role in the field of folklore studies in Brazil, particularly through the fruitful debates he established with intellectuals engaged in that area of knowledge production. Among the various aspects of his work that have been studied, his approach to the concept of “folk” in relation to folklore has not received due attention from scholars. In this regard, the present article aims to contextualize and critically examine how the category of “folk” is mobilized by Fernandes in the debate he held with folklorists. To this end, the article analyzes the anthology published by Fernandes in 1978, entitled *O Folclore em Questão* (“Folklore in Question”), which compiles texts he published in the written press between 1944 and 1962. The analysis reveals that Fernandes criticized a certain conception of “folk” that condemned specific sectors of society to cultural and historical inertia, supposedly marked by “cultural survivals” and archaisms. In contrast, for Fernandes, “folk” in this debate assumes a broader meaning, not limited to a single social stratum but rather encompassing society as a whole, within which folkloric elements circulate across its layers in a dynamic and inventive manner. Thus, the article concludes that Fernandes’s critique of the supposed formation of an autonomous field of folklore studies—which involved questions of method and object—also touched upon his inventive conception of “folk,” which was placed under tension in that debate. Furthermore, it is argued that this conception of “folk” developed by Fernandes contributes to a deeper understanding of his commitment to defending folklore as a humanistic discipline.

Keywords: Florestan Fernandes. Folklore Studies. Brazilian Folklore. Folk.

* Doutor em antropologia social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: penteadowjr@ufrb.edu.br

Introdução

Mas, pense-se o que se quisesse, uma maior preocupação pelo folclore brasileiro e pelos estudos folclóricos em geral sempre esteve (...) desde os fins do [século XIX ...] e em particular, com a efervescência provocada pelo movimento modernista (...) na raiz da busca de uma identificação mais profunda e mesmo de uma certa comunhão da intelligentsia brasileira com o “saber popular” e com os estratos ao mesmo tempo mais humildes e mais conspícuos do Povo (Fernandes, 1978, p. 3).

A passagem que aqui se apresenta como epígrafe é parte do parágrafo que encerra a “Nota explicativa” escrita por Florestan Fernandes para o seu antológico “O folclore em questão”, livro publicado originalmente em 1978 e que reúne a maioria dos textos do autor voltados à temática do folclore entre as décadas de 1940 e 1960. No fragmento, Fernandes toca em um elemento essencial, ou espécie de base fundamental, dos estudos de folclore: uma pretensa busca pelo conhecimento da cultura do “povo”. Não à toa o autor finalizava a referida nota explicativa de seu livro com tal observação. Ele compreendia a centralidade dessa categoria no empreendimento folclorístico e a partir dela teceu suas reflexões críticas que espelham, em boa medida, a projeção entusiasmada, “endopática”, que “sempre cimentou o [seu] interesse pessoal pelo estudo do folclore” (Fernandes, 1978, p. 3).

Embora o autor tenha reconhecido que o folclore constituiu uma área de aprendizagem e “um setor marginal em [seus] centros de preocupações” (Fernandes, 1978, p. 1), o fato é que o conjunto de estudos que produziu nessa seara e os posicionamentos que assumiu marcaram um capítulo importante na história do pensamento social brasileiro. Como bem observa Oswaldo Xidieh, o trato de Florestan Fernandes com os estudos do folclore “foi rápido, de passagem, mas absolutamente significativo e fecundo” (Xidieh, 1987, p. 95). Especificamente, sua contribuição foi decisiva, pois “realizou um levantamento e um reexame das posições pré-teóricas, teóricas e das contribuições empíricas dos folcloristas brasileiros, deixando clara sua nova fórmula: os estudos científicos do folclore por uma perspectiva sociológica” (Mazza, 2015, p. 12).

Florestan Fernandes iniciou seus estudos sobre o folclore nos primeiros anos da década de 1940. Em 1941, ainda em seu primeiro ano como estudante de Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, foi-lhe solicitado um trabalho sobre “O folclore em São Paulo”, a ser apresentado à cadeira de Sociologia I, conduzida pelo professor Roger Bastide. Foi então que se dedicou à pesquisa de campo, beneficiando-se de seu conhecimento dos bairros populares paulistanos, dada sua origem modesta, para coletar dados a respeito das “trocinhas”, que consistiam em grupos formados por crianças que se reuniam

para brincar. Tais brincadeiras infantis foram detidamente observadas e analisadas por Fernandes, resultando em um trabalho de contribuição “ao mesmo tempo, (...) à sociologia e ao folclore” (Fernandes, 2004, p. 231).

A temática o acompanhou nos anos subsequentes, cujas investigações tinham como mote abordar aspectos do folclore brasileiro – e paulistano, em especial¹ – inserindo-os em uma abordagem sociológica de análise. Isso se constituiu, conforme nos lembra Sylvia Garcia (2001), em contraposição direta ao folclore como campo autônomo de estudos, de modo que Florestan Fernandes passou a travar uma longa discussão com os folcloristas ancorado em “sua adesão a uma sociologia científica, baseada na sistematicidade dos procedimentos de observação e na abrangência das explicações.” (Garcia, 2001, p. 143). Sobre isso, vale destacar o que disse o próprio Fernandes em artigo que escreveu em 1946²:

O folclore permanece até hoje [1946] numa posição incômoda, a cavalo entre a ciência e a arte. Isso por causa de seu próprio objeto. O mesmo nome folclore serve para designar os elementos da tradição oral, da arte popular, e o seu estudo propriamente dito. E tanto é folclorista quem se dedica ao estudo científico do folclore como quem se lhe dá por diletantismo (Fernandes, 1978, p. 162).

Com isso, do lugar de onde argumentava, isto é, da seara da sociologia, “Florestan defini[u] padrão e nível irreversíveis de trabalho científico” (Xidieh, 1987, p. 96), inclusive no debate travado com os estudos de folclore. Tal circunstância, em certa medida, o notabilizou de modo a ser “tomado quase sempre como ‘herói fundador’ das ciências sociais acadêmicas no país” (Vilhena, 1997, p. 58).

Ao longo de sua obra, Florestan Fernandes concebeu o termo folclore distinguindo-o de duas formas: como realidade objetiva e “como ponto de vista especial, que permite observar e descrever essa realidade” (Fernandes, 1978, p. 71). Foi, pois, tomando o folclore como “realidade objetiva” que o nosso autor iniciou sua incursão aos estudos de folclore, tendo como objeto de pesquisa a “cultura dos grupos infantis” e que deu origem ao seu “As ‘trocinhas’ do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis”, publicado em 1947 na Revista do Arquivo Municipal, de São Paulo. Não obstante, no mesmo

¹ Importante observar que Florestan Fernandes, embora tenha devotado ao longo daqueles anos atenção ao folclore brasileiro e, em especial, ao paulistano, demonstrava acurado conhecimento e interesse pelo folclore estrangeiro. Em sua biblioteca particular, que desde 1996 está organizada na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (SP), compondo o Fundo Florestan Fernandes, é possível constatar considerável quantidade de livros estrangeiros voltados à temática do folclore, tanto o folclore de países europeus como da América Latina.

² Mário de Andrade e o folclore brasileiro (Fernandes, 1978, p. 147-168).

período, desenvolvia seus primeiros textos analisando as características, potencialidades e limites do folclore como ponto de vista especial, isto é, enquanto pretenso campo de estudos. Neste tocante, Florestan não evitou tecer severas críticas a algumas pretensões de intelectuais que arrogavam para si o status de folclorista. Defendendo a cientificidade de sua disciplina – a sociologia – esse autor desenhava as impossibilidades de o folclore se tornar uma “disciplina científica autônoma” (Penteado Jr., 2020, p. 62). Tal aspecto de sua atuação intelectual se tornou evidenciado na história das ciências sociais no Brasil. Basta se acessar as dissertações e teses que, de um modo ou de outro, tocam nessa relação entre ciências sociais e folclore³ para se constatar que são unânimes em apontar Florestan Fernandes como figura central nesse debate fronteiriço.

Contudo, parece ser importante não se pensar essa relação entre ciências sociais e folclore apenas em termos de conflitos de interesses e perspectivas, mas também de intersecções.

Os antropólogos Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Luís Rodolfo da Paixão Vilhena, em um artigo publicado no início da década de 1990, fizeram importante provocação ao analisar aspectos da relação fronteiriça que marcou as ciências sociais e os estudos de folclore no Brasil: a de se lançar um olhar cuidadoso sobre esse capítulo da história da intelectualidade brasileira e sobre os materiais folclóricos. Em seus dizeres, “Uma leitura cuidadosa das posições de Florestan Fernandes, sem dúvida o sociólogo que mais se preocupou em discutir a posição do folclore no quadro das ciências sociais, nos revela as questões em jogo nesse debate” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 81). Sobretudo porque a noção de “folclore”, assim como a de “cultura popular” e demais categorias correlatas, compondo uma tradição de estudos, são construídas historicamente e de acordo com diferentes paradigmas conceituais, cujos significados variam ao longo do tempo (Cavalcanti, 2020, p. 1).

Ao examinar detidamente seus escritos, impressiona a minúcia com que Florestan Fernandes discute o folclore como área de estudos, analisando rigorosamente os trabalhos de folcloristas antecessores ao seu tempo e contemporâneos a ele. Nesse sentido, sua obra permanece importante manancial empírico, capaz de iluminar questões sobre aspectos que marcaram o folclore como campo do conhecimento e sobre aspectos da própria constituição do campo das ciências sociais no Brasil e do pensamento social brasileiro.

³ Ver, como alguns exemplos, os trabalhos de Rapchan (2000, p. 128-135); Silva (2008, p. 110-113); Cunha (2011, p. 26-37); Ramos (2014, p. 47-60).

Além do supramencionado artigo de Cavalcanti e Vilhena (1990), alguns outros, publicados anteriormente ou posteriormente a ele, se lançaram a investigar aspectos da obra de Florestan Fernandes e a temática do folclore, como José César Gnaccarini (1987), Oswaldo Elias Xidieh (1987), Sylvia Garcia (2001), Débora Mazza (2015) e Wilson Penteado Jr. (2020)⁴.

Apesar da marcante atuação e significativa produção de Florestan Fernandes no diálogo com os estudos de folclore, pode-se considerar ainda diminuta a produção de artigos voltados a esse aspecto do conjunto de sua obra, ficando muitas questões a serem refletidas.

O debate envolvendo os estudos de folclore no Brasil evoca uma gama complexa de noções para análise e reflexão. E é nesse ensejo que o presente artigo se anuncia e busca se somar às contribuições das autoras e dos autores referidos acima, tendo como objetivo recuperar a noção de povo na obra de Florestan Fernandes, na interface com os estudos de folclore no Brasil. Mais especificamente, trata-se de refletir sobre como tal noção é forjada pelo autor no conjunto de textos que publicou entre 1944 e 1962 e que redundou na antologia “O folclore em questão” (1978).

Curiosamente, em geral, os estudos que buscaram recuperar a trajetória – e sinuosidades – do campo dos estudos de folclore no Brasil e, em particular, sua relação com o campo das ciências sociais, incluindo aí o legado da obra de Florestan Fernandes, não devotaram detida atenção aos modos como a noção de povo é trabalhada por esse autor, quando em diálogo com o folclore⁵. Nesse sentido, interessa aqui compreender como o sociólogo paulista se insere nesse debate e como a ideia inventiva de “povo” foi operada, dinamizada e debatida por ele nesse contexto. Isto é, como Florestan Fernandes aciona a noção de povo nesse debate? Veremos que a concepção de povo sustentada por ele se contrapunha a certos “juízos de valor” mantidos no campo dos estudos de folclore da época que, numa orientação de cunho evolucionista, condenavam certos setores da sociedade à inércia cultural e histórica, pretensamente marcados por “sobrevivências culturais” e arcaísmos. Nesse debate, povo para Fernandes assume um sentido abrangente, não restrito a um único estrato social, e sim equivalendo a uma sociedade em sua extensão, onde os elementos tidos como folclóricos circulam pelas camadas dessa sociedade de modo dinâmico e inventivo.

⁴ No formato de dissertação de mestrado, registra-se o trabalho de Rebeca Carolina da Silva Bandeira (2020).

⁵ Uma ressalva deve ser feita ao estudo de Luís Rodolfo Vilhena (1997), conforme veremos ao longo deste artigo. Esse autor, ao recuperar o debate entre os campos do folclore e das ciências sociais no Brasil, chega a fazer menção ao modo como Florestan Fernandes rechaçava a ideia de povo equivalente a uma “cultura estacionária”, em favor de uma concepção “dialética do desenvolvimento histórico”.

Sobre o material analisado, cabe observar que os textos que compõem a supramencionada antologia correspondem a estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes, apresentados na forma de ensaios e resenhas, e que foram publicados em diversos periódicos. Dentre as revistas, destacam-se a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, a Revista Anhembi e a Revista Brasileira. Nos jornais, publicou, principalmente, em O Estado de São Paulo, além de outros de notável circulação à época, como Jornal de São Paulo, Folha da Manhã e Correio Paulistano. No presente artigo, considera-se como referência para efeito de análise e citações a primeira edição da antologia “O folclore em questão”, publicada em 1978⁶. A antologia conta com mais de vinte artigos publicados pelo autor e que aparecem organizados em três partes: A primeira parte é intitulada “O Folclore – antiga e novas perspectivas”, a segunda “Tendências dos estudos folclóricos em São Paulo”, e a terceira parte “O Folclore em resenha”. Os textos dispostos nessas partes não seguem a ordem cronológica de publicação original e foram reunidos em função das temáticas levantadas. Assim, na análise bibliográfica empreendida neste artigo, procedeu-se a uma leitura que fosse capaz de apreender tanto o sentido da totalidade dos textos reunidos na antologia quanto uma leitura que fosse capaz de atentar às especificidades de cada texto, considerando a data de publicação e o contexto dos debates no qual estava inserido.

Além desta introdução, o presente artigo busca contextualizar, para os propósitos aqui pretendidos, o lugar de crítico do folclore que Florestan Fernandes exerceu e, em seguida, aludir sobre como a noção de povo é acionada por ele na interlocução com os estudos de folclore para, enfim, tecer algumas considerações à guisa de conclusão.

Florestan Fernandes, um crítico do folclore

Antes de tecermos considerações sobre a disposição central que sustenta este artigo, isto é, refletir sobre as concepções assumidas por Florestan Fernandes em torno da categoria “povo”, mostra-se oportuno contextualizar, ainda que de modo sumário, seu posicionamento crítico⁷ no diálogo com os estudos de folclore.

⁶ Uma segunda edição foi publicada em 1989 pela mesma editora que publicou a primeira, a Hucitec.

⁷ Posicionamento crítico aqui entendido como o exercício de análise rigorosa, sistemática e cuidadosa que Florestan Fernandes desenvolveu junto aos estudos de folclore.

Oswaldo Elias Xidieh (1987), um intelectual contemporâneo de Florestan e que transitava entre a sociologia e os estudos de folclore, teceu o seguinte comentário, em tom de depoimento:

Do trabalho de Florestan, o que dizer? Na verdade, corre-se o risco de repetir o que está consignado nas capas e contracapas dos seus livros: que ele salienta a natureza social do folclore, examina as conexões do folclore com o comportamento social humano, põe em relevo as funções sociais das práticas folclóricas e sua contribuição para a formação da personalidade e para a continuidade social, considera como, perante a mudança social, as práticas folclóricas se modificam e desaparecem, balanceia as conexões de sentido e estruturais do folclore, visa a estabilidade e a mudança das sociedades humanas... etc. (Xidieh, 1987, p. 93).

Cavalcanti e Vilhena (1990) observaram com acerto que “(...) Fernandes (...) explicitamente não se declarava em polêmica com ‘o folclore’ ou ‘folcloristas’, mas com uma certa concepção que tomava a prática do folclore como ‘científica’” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 82). Isto é, tratava-se de um conjunto de questionamentos levantados pelo autor sobre a própria natureza do campo dos estudos de folclore, o que não implicava em um desprezo ou negação das potencialidades do folclore como vetor de conhecimento. Muito ao contrário, Florestan Fernandes se ocupou nas suas críticas em tecer contribuições para que o campo do folclore fosse conduzido com o devido rigor acadêmico, dentro dos parâmetros que entendia como os mais adequados.

O conjunto de textos escritos por ele evidencia que o autor, longe de ser contrário ao campo dos estudos do folclore, se incomodava com o que não era feito para sagrar o folclore como campo legítimo e bem elaborado de produção de conhecimento. Apontava, por exemplo, ainda em meados de 1940, a inadequação dos “cursos de folclore” oferecidos pelas faculdades de filosofia “que deviam incluir o folclore no curso de ciências sociais [...], mas] deram atenção ao folclore de uma forma pouco adequada [...] pois os irregulares e breves ‘cursos’ de folclore [eram] ministrados por pessoas interessadas mais diretamente pela sociologia [e] pela antropologia” (Fernandes, 1978, p. 219), ambiente do qual, na visão do autor, não partiriam “estímulos sérios para o estudo do folclore brasileiro (...), surg[indo] acidentalmente algumas contribuições parciais” (ibidem). Por outro lado, observava, em tom ácido, que “As instituições que visa[vam] o agrupamento de folcloristas [...] apenas [teriam] existência formal, [servindo], em geral, para aumentar o número de títulos de certas pessoas respeitáveis (...)” (Fernandes, 1978, p. 219).

Florestan Fernandes não apenas investiu farta atenção aos estudos de folclore, mas também alimentou certa expectativa ao desenvolvimento desse campo, ainda que nos moldes

por ele idealizados. Desse modo, as críticas que desenvolvia iam muito mais no sentido de contribuir para o fortalecimento daquele campo de estudos do que, necessariamente, desautorizá-lo. A preocupação do autor expressa em seus textos em relação à necessidade de criação de cursos apropriados de folclore, bem como de treinamento àqueles que se colocavam à tarefa de estudar o folclore como realidade objetiva, e a importância que conferiu a materiais folclóricos coletados por diversos estudiosos, são evidências disso. Por exemplo, ao analisar em forma de resenha, em 1962⁸, um livro de “farto material folclórico” – nos dizeres do próprio Fernandes –, intitulado *Brincando de Roda*, de autoria de Iris Costa Novaes, nosso autor se posicionava favorável ao teor do livro e entendia como importante a coleta de dados folclóricos. Ele argumentava que era preciso valorizar coleções mesmo sem intuítos maiores que o do registro e a compilação de dados, posto que “o nosso folclore se está empobrecendo e desaparecendo, sem deixar rastros” (Fernandes, 1978, p. 203). Nesse sentido, cumpriria a tarefa, nos dizia ele, de “multiplicar os esforços do tipo do que foi empreendido [... na referida] obra, para criar-se uma base sólida para investigações mais ambiciosas do folclore brasileiro”, sem abrir mão, evidentemente de um “trabalho feito com método, seriedade e objetividade” (Fernandes, 1978, p. 203).

A seriedade com que Florestan Fernandes conduziu suas críticas no âmbito dos estudos de folclore conferiu-lhe prestigiosa reputação entre os estudiosos inseridos nesse campo. Muitos deles, ao publicarem seus estudos em forma de livro, tratavam de encaminhar um exemplar para o conhecimento do sociólogo paulista. Renato Almeida, por exemplo, um dos intelectuais mais destacados dentre os folcloristas, e que ajudou a fundar a Comissão Nacional de Folclore (1947), escreveu a próprio punho os seguintes dizeres, estampados numa das folhas iniciais de seu “*Inteligência do Folclore*”, publicado em 1957: “Ao ilustre Professor Florestan Fernandes, homenagem de Renato Almeida / X-IX-57”⁹. De modo semelhante, alguns anos antes, em 1950, o folclorista Veríssimo de Melo (1948) escrevia em um exemplar de seu livro “*Adivinhas*” enviado a Florestan Fernandes: “Para o ilustre professor Florestan Fernandes, com a admiração do confrade e amigo, Veríssimo de Melo. Natal, 15.1.50”¹⁰. Casos como esses

⁸ Notemos que esse ano é aquele entendido pelo próprio autor como o que encerra suas análises voltadas ao folclore.

⁹ COLESP – Acervo Florestan Fernandes 02.06.01/001.

¹⁰ COLESP – Acervo Florestan Fernandes 02.06.01/27.

abundam nos exemplares existentes na biblioteca particular de Fernandes¹¹ – concentrando-se em maior volume ao logo da década de 1950 – e evidenciam não somente o prestígio do autor, como o reconhecimento do respeito que ele nutria pelo folclore (enquanto ponto de vista especial), pelos dados folclóricos (enquanto realidade objetiva) e para com os folcloristas, em aceno de consideração pelo que produziam sem, contudo, prescindir de críticas cuidadosamente construídas e, por isso mesmo, contundentes. No início daquela década de 1950, Fernandes já havia se consagrado reconhecido resenhista dos estudos folclóricos. Suas resenhas circulavam em importantes periódicos da época, alcançando tanto o público especializado quanto o público em geral. Esse conjunto de publicações na forma de resenhas revela a leitura atenta de Fernandes e seu domínio de um, digamos, panorama geral dos estudos de folclore vigentes à época em que escrevia tais textos. Ele se constituía crítico privilegiado tanto pela densidade do conteúdo dos textos que escrevia quanto pelo lugar que ocupava –, isto é, um eminente sociólogo da USP interessado no folclore e credenciado em prestigiados veículos de comunicação escrita.

Em alguma medida, podemos pensar que o reconhecimento adquirido por Florestan Fernandes no campo dos estudos do folclore no Brasil esteve à altura do ambicioso projeto que reivindicou para si: o de analisar (em termos críticos) o campo de conhecimento do folclore.

Sua postura sempre foi a de levar muito a sério os estudos de folclore. Em “Os estudos folclóricos em São Paulo”, datado da segunda metade da década de 1950, escrevia:

(...) é óbvio que os futuros desenvolvimentos das ciências sociais no Brasil terão muito que aproveitar das contribuições precursoras dos folcloristas. Isso quer dizer que a discussão crítica do assunto, em vez de conduzir a uma apreciação negativista, permite avaliar, em espírito positivo, o significado e o alcance da obra pioneira dos nossos folcloristas” (Fernandes, 1978, p. 97).

No conjunto de sua obra, o autor aludiu aos pioneiros do folclore no Brasil e analisou, a partir da produção de folcloristas antecessores e contemporâneos a ele, as especificidades do folclore: “folclore musical”, “folclore mágico e religioso”, “folclore caipira”, “contos populares”, “paremiologia (estudo dos provérbios)”, “poesia popular”, “anedotário popular”, “atividades lúdicas folclóricas”, “aspectos ergológicos e tecnológicos do folclore”, dentre outras.

¹¹ O acervo da biblioteca particular de Florestan Fernandes, que se encontra atualmente organizado no Fundo Florestan Fernandes, da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), foi acessado pelo autor deste artigo em duas visitas de trabalho de campo: em maio de 2023 e em fevereiro de 2025. Ambas as visitas ocorreram no âmbito do projeto de pesquisa “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”. Processo CNPq Edital Universal 2021, nº. 420043/2021-7.

Sobre os pioneiros dos estudos de folclore no Brasil, situou Celso de Magalhães (1849-1879), Silvio Romero (1851-1914), Amadeu Amaral (1875-1929), Mário de Andrade (1893-1945) e, dentre esses, dedicou especial atenção a Amadeu Amaral, cujo trabalho classificou como “nobre, paciente, isolado e silencioso” (Fernandes, 1978, p. 114), em artigo intitulado “Amadeu Amaral e o Folclore brasileiro”, de 1948. Lamentava, neste mesmo artigo, o fim logrado pelo pioneiro estudioso do folclore que não teve o prazer de ver reconhecida a sua autoridade de folclorista, posto que “Não contou com seguidores, não formou discípulos e também não saboreou os estímulos causados pelo entusiasmo permanente de um público” (Fernandes, 1978, p. 113), se comparado a Mário de Andrade. Veremos mais adiante que as reflexões críticas que Florestan Fernandes empreendeu sobre as obras de tais autores foram significativas no sentido de contribuir para o modo como forjou sua concepção de povo.

Não obstante todo o empenho de Florestan Fernandes em contribuir com o campo dos estudos de folclore durante o período em que esteve voltado a essa temática, é bom reforçar que foi sempre na condição de sociólogo que o fez. Em seus próprios dizeres, desde 1941 buscava “focalizar o folclore de uma perspectiva sociológica” (Fernandes, 1978, p. 33). Em artigos publicados naqueles anos iniciais, já assumia a posição de que o folclore não poderia ser uma “ciência positiva autônoma”. Esse posicionamento tensionava as pretensões de diversos folcloristas, que ambicionavam o reconhecimento do folclore como disciplina científica autônoma.

Os rumos para a institucionalização dos estudos de folclore no Brasil se deram a partir da criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL), em 1947. De acordo com Vilhena (1997), já em sua primeira reunião, a referida Comissão propunha-se um ambicioso plano de trabalho envolvendo diversas iniciativas para dinamizar o folclorismo brasileiro, e a atuação de folcloristas ligados a ela pode ser entendida como um “movimento folclórico” no Brasil, que esteve em plena atuação pelo menos entre os anos de 1947 e 1964¹². Ali, os folcloristas se empenharam enormemente para a institucionalização de sua disciplina enquanto campo legítimo do conhecimento. Acreditava-se que a institucionalização dos estudos de folclore no país seria capaz de fornecer, além de recursos de ordem financeira, a introdução dessa área do conhecimento nos círculos acadêmico-universitários, o que, de fato, não ocorreu (Vilhena, 1997). Em relação a tais pretensões, Florestan Fernandes manteve-se contrário, expondo as

¹² Respectivamente, o período inicial de atuação da CNFL e o ano do Golpe Militar de 1964, que propiciou a interrupção dos projetos alentados pelo “movimento” no país.

fragilidades e limites de uma proposta dessa monta, cuja argumentação central se assentava na ausência de um objeto próprio de estudos, visto que os fatos folclóricos poderiam ser estudados por ciências já estabelecidas, como a história, a linguística, a psicologia, a etnologia ou a sociologia.

Na segunda metade da década de 1950, esse debate se expressou de modo mais tenso, cujo clímax se deu na, já conhecida, polêmica entre Florestan Fernandes e Edison Carneiro. Em um texto publicado em forma de resenha na revista *Anhembi*, em 1957, sobre um pequeno livro de Edison Carneiro publicado em 1955, intitulado *Pesquisa de Folclore*, Florestan Fernandes teceu severas críticas, argumentando tratar-se de um escrito cujas indicações nele reunidas poderiam “ser úteis apenas a estudiosos de poucos recursos intelectuais, parecendo fora de dúvida que não possuem suficiente consistência para criar hábitos de pesquisa ‘científica’”. (Fernandes, 1978, p. 215). Em resposta, Edison Carneiro publicou o texto “A Sociologia e as ‘ambições’ do folclore” – primeiramente em comunicação à CNFL, em 1959¹³, e, logo em seguida, na *Revista Brasileira* –, em que acusava abertamente Fernandes de ser o “comandante da nova investida contra o folclore” (Carneiro, 1959, p. 133), lamentando o fato de o sociólogo paulista negar ao folclore “quaisquer títulos para candidatar-se a ciência” (Carneiro, 1959, p. 133)¹⁴. Na edição subsequente da mesma revista que abrigou esse artigo de Carneiro, Fernandes publicou, naquele mesmo ano de 1959, sua resposta, cujo texto trazia o título “Folclore e Ciências Sociais”¹⁵.

Se, no entanto, por um lado, Fernandes se posicionou contrário à pretensão do folclore de tornar-se campo autônomo de conhecimento científico¹⁶, por outro, identificou a possibilidade de ser assumido enquanto um campo de “estudo humanístico (... feito por folcloristas, que reúnem aptidões para analisar o folclore como e enquanto criação intelectual do espírito humano)” (Fernandes, 1978, p. 213).

No supramencionado artigo publicado em 1959, em resposta a Carneiro, Fernandes retomava aspectos de seu próprio percurso junto aos estudos de folclore para reafirmar seus

¹³ Documentos da CNFL – IBECC, nº. 429, 1959.

¹⁴ Embora Florestan Fernandes fosse o principal alvo a quem Edison Carneiro mirava suas críticas nesse artigo, o texto expunha críticas ao francês Roger Bastide e a seus discípulos, os “sociólogos paulistas”, que, além de Florestan Fernandes, incluíam Lavínia Costa Vilela Raymond e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

¹⁵ Este texto está reproduzido em “O folclore em questão”, ordenado como o primeiro texto, o que abre a antologia (Fernandes, 1978).

¹⁶ Para um aprofundamento das argumentações a respeito da negação do folclore como ciência por Florestan Fernandes, ver Cavalcanti & Vilhena (1990), Vilhena (1997) e Garcia (2001).

posicionamentos, de negação à possibilidade de o folclore constituir-se como ciência autônoma e de proposição para entendê-lo como campo de conhecimento humanístico. Assumia naquele momento sua convicção sobre o folclore como disciplina humanística, comparando aos seus escritos da década de 1940, mais voltados a conferir ao folclore a condição de método¹⁷.

O amadurecimento de tal elaboração serviu para Fernandes tanto reafirmar sua posição de negação a uma pretensa cientificidade aos estudos de folclore quanto empreender o que, na sua visão, deveria ser a tônica desses estudos (Penteado Jr., 2020), conferindo ao folclore uma singularidade, capaz de oferecer “um campo ideal de investigação”, composto de fenômenos que lançam luz sobre o comportamento humano, “como a natureza dos valores culturais de uma coletividade, [e] as circunstâncias ou condições em que eles se atualizam” (Fernandes, 1978, p. 13).

Dito isso, passemos às considerações sobre como, nesse campo complexo de relações e de aprofundado debate com os estudos de folclore, Florestan Fernandes lida com a categoria povo, pedra angular do empreendimento folclórico.

Povo, uma categoria com sentido latente nos estudos de folclore

O termo povo nos estudos de folclore, embora opere como noção primeva que sustenta o próprio empreendimento folclorístico, parece ter guardado sentido latente; uma categoria acionada de diferentes modos por diversos autores, como se seu sentido já estivesse subentendido por todos. Entre os folcloristas no Brasil, o termo não mereceu preocupação de definição conceitual. Isto é, não configurou reflexões demoradas ou debates acalorados em seus trabalhos. Talvez, isso se deva, em boa medida, ao próprio modo de produção intelectual a que se propunham, cuja preocupação essencial consistia em registrar as “coisas do povo” antes que desaparecessem, bem como certa preocupação obsessiva com uma pretensa identificação das “origens” das manifestações culturais (folclóricas) com que se deparavam.

Isso não significa afirmar, entretanto, que não houvesse discussões aprofundadas, e por vezes acaloradas, sobre determinadas categorias consideradas próprias de seu *metiér*, a exemplo da categoria “fato folclórico”. Seja como for, a categoria povo parece mais ter sido acionada pelos folcloristas brasileiros como um *a priori* necessário à missão a que se propunham: registrar “fielmente, sem enfeitar, sem interpolar, sem modificar” (Almeida, 1971, p. 12), bem

¹⁷ Para considerações mais demoradas sobre esse aspecto que marca a diferença de percepção de Florestan Fernandes em relação ao folclore, ver Garcia (2001).

ao tom do que preconizava a carta considerada fundante dos estudos de folclore no mundo¹⁸. É como se, de modo geral, a noção de povo surgisse como algo dado, sem merecer maiores reflexões ou definição de parâmetros conceituais. A própria “Carta do Folclore Brasileiro”, produzida no âmbito do I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1951, destacava em uma de suas alíneas que “Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo (...)” (Comissão Nacional de Folclore, 1951, p. 1), sem qualquer menção sobre o que se compreendia em torno do termo povo.

Diante disso, um caminho possível para melhor compreender os sentidos empregados a tal noção no campo dos estudos de folclore é analisar os diferentes modos como autores em diferentes contextos e sob diferentes perspectivas a acionaram em seus estudos. Pois, como bem argumentaram Cavalcanti & Vilhena: “(...) uma releitura crítica dos estudos de folclore pode ainda ser proveitosa” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 89).

No debate com os estudos de folclore, podemos afirmar que Florestan Fernandes, desde os anos iniciais de sua trajetória acadêmica, ainda na década de 1940, revelou atenção à categoria povo, que perdurou ao longo dos anos em que esteve envolvido com a temática folclorística.

Cavalcanti & Vilhena (1990) são quem, em uma passagem pontual de artigo, chamam atenção para o fato de que “a incompreensão mais séria presente na leitura marxista que Fernandes faz dos folcloristas é provocada, justamente, pela polissemia da palavra ‘povo’” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 83), no sentido de que os folcloristas estariam atrelando o termo necessariamente ao “camponês inculto”, enquanto para Marx o termo se aproximaria do “moderno proletariado industrial” (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 83). Anos depois, Vilhena (1997), ao se pôr a analisar a constituição do campo dos estudos de folclore no Brasil, reservou algumas páginas de seu livro para analisar o posicionamento de Florestan Fernandes frente aos estudos de folclore, ressaltando que: “É do ponto de vista da visão de mundo marxista que ele [Fernandes] elabora sua primeira crítica inicial à pretensão de cientificidade dos estudos de folclore” (Vilhena, 1997, p. 135). Fernandes criticava e rejeitava, pois, uma certa concepção dos folcloristas que entendia a cultura como algo estacionário, caracterizada por

¹⁸ Refiro-me à carta, cuja autoria é atribuída a Ambrose Merton – pseudônimo de William John Thoms (1803-1885) – que teria cunhado o termo folk-lore, aparecido pela primeira vez na imprensa em 1846, em uma carta endereçada à revista *The Atheneum*, de Londres, onde os vocábulos da língua inglesa *folk* e *lore* teriam sido unidos, criando o neologismo. Na carta, seu autor enfatizava a importância de se empreender estudos sobre o ‘saber tradicional de um povo’. Na própria carta o termo já aparece como um *a priori* e não conta com qualquer definição prévia.

“sobrevivências” de concepções pré-modernas que estariam no seio das camadas populares das sociedades avançadas (Vilhena, 1997, p. 135).

Essa crítica ganha ares de sistematização em artigos que escreveu em 1944, respectivamente, “A Burguesia, o ‘Progresso’ e o Folclore” e “Mentalidades grupais e folclore”. É, no entanto, em outro artigo escrito no ano seguinte, intitulado “Sobre o Folclore”, que Florestan Fernandes aprofunda suas argumentações críticas, identificando o surgimento dos estudos de folclore como “uma das mais audaciosas aventuras do século XIX” (Fernandes, 1978, p. 38), por aglutinar, a um só tempo, a necessidade da filosofia positiva de Augusto Comte – ao reivindicar uma cientificidade –, a influência do evolucionismo de Darwin e Spencer – ao pressupor estágios evolutivos de grupos humanos – e “uma necessidade histórica da burguesia” (Fernandes, 1978, p. 38.), que fomentava tal empreendimento. Mesmo o romantismo, que inspirava os estudos de folclore, foi criticado por Fernandes sob essa ótica, pois, segundo ele: “o romantismo era consequência, também, de uma mentalidade que caracterizava as sociedades ocidentais européias nos fins do século XVIII [... e] uma forma de ideologia burguesa” (Fernandes, 1978, p. 50). A crítica do autor recaía, no entanto, especialmente à concepção evolucionista, segundo a qual o progresso em uma dada sociedade não se processaria uniformemente, restando, nessa concepção, camadas da população que não participariam desse desenvolvimento, ou apenas o acompanhariam com evidente atraso. Tais camadas corresponderiam, portanto, aos “meios populares”, identificados como “grupos atrasados”, as “classes baixas”, ou a “gente do povo” (Fernandes, 1978, p. 40). A tais “juízos de valor” Fernandes se opunha terminantemente. Para ele,

(...) o folclore nasceu de uma representação do desenvolvimento social e cultural: mas surge em oposição a outra concepção de desenvolvimento dialético, tal como aparece no marxismo, procurando inverter simplesmente a tese sustentada pelos representantes do materialismo histórico. Essa inversão consistiu em admitir que os “meios populares” – na terminologia marxista o *proletariado* – eram incapazes de “progresso, vivendo imobilizados pelo passado e de valores residuais da burguesia, única, aliás, capaz de “progresso”, nessa concepção (Fernandes, 1978, p. 42).

Tais considerações mostram que a resistência de Florestan Fernandes em reconhecer os estudos de folclore como pretensão campo científico autônomo não se referia exclusivamente a um problema de método – levado, em geral, com pouca rigorosidade por alguns, ao ponto de beirar o diletantismo – e objeto próprio – visto que o “fato folclórico”, por ser elemento da vida cultural, poderia ser estudado por campos disciplinares já consolidados à época, como a

sociologia, a etnologia e a etnografia. A crítica perpassava também certa concepção reacionária que fundamentava aquele campo de estudos.

Nesse sentido, tais artigos produzidos naqueles meados da década de 1940 por Florestan Fernandes ganham importância de análise à medida que evidenciam que, desde aqueles anos iniciais de sua carreira, o autor criticava uma concepção de folclore comprometida, ou melhor, limitada a uma noção de povo correspondente a segmentos específicos de uma sociedade, caracterizados como atrasados, ou estagnados¹⁹. A negação a tal concepção, por sua vez, abria caminhos para que o autor pudesse forjar a sua própria concepção de povo.

Fernandes seguia na direção de compreender o folclore como correspondendo a “todos os elementos culturais que constituem soluções usual e costumeiramente admitidas e esperadas dos membros de uma sociedade (...) transmitidas por meios informais” (Fernandes, 1978, p. 16)²⁰. Tal concepção já estava presente na pesquisa pioneira que fizera sobre as trocinhas do Bom Retiro, sob a afirmação de que “os mesmos elementos folclóricos ocorrem indistintamente em ambos os meios ou classes sociais. Os mesmos provérbios, as mesmas ‘superstições’ e as mesmas ‘crendices’, os mesmos contos e as mesmas lendas etc., são igualmente usados por indivíduos do ‘povo’ ou das classes ‘altas’ e ‘cultas’ (...)” (Fernandes, 1978, p. 43), onde “crianças pobres ou ricas brincam de roda ou disputam os mesmos jogos (...); pessoas adultas, sem distinção, empregam formas de explicação geralmente consideradas não racionais (...)” (Fernandes, 1978, p. 44).

Essa experiência de pesquisa, voltada a estudar as brincadeiras de grupos infantis, parece ter sido de grande importância para Florestan Fernandes definir seus posicionamentos críticos em relação àquela concepção de folclore ancorada numa visão estacionária e segregada

¹⁹ Sobre isso, parece ser importante se fazer a ponderação a respeito de um aspecto do contexto da época. Conforme apontam Cavalcanti & Vilhena (1990), vários estudiosos do folclore, contemporâneos de Florestan Fernandes, já admitiam que o folclore poderia ser encontrado em diferentes segmentos sociais e “Apenas acredita[va]m eles que, no que chama[va]m de ‘povo’, o folclore se encontraria de forma mais autêntica e pura, mesmo influenciado pela cultura moderna (Cavalcanti; Vilhena, 1990, p. 83). Isso nos leva a atentar ao fato de que os folcloristas não configuravam um bloco monolítico e consensual, todos com os mesmos posicionamentos, mas sim uma rede de relações marcada por diferenças internas e dissensos. A esse respeito, cabe a observação de que o próprio designativo de quem era (ou poderia ser) considerado folclorista variava naquele contexto, comportando ressalvas em um jogo que envolvia atribuições e autoatribuições.

²⁰ Tal concepção, frequente nas investigações sociológicas de temas folclóricos, segundo o próprio autor, transparece nas contribuições de Roger Bastide e seus discípulos, como Lavínia Costa Vilela Raymond, Oswaldo Elias Xidieh e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ver a esse respeito, Fernandes (1978, p. 16). Embora a referida concepção apareça já nos primeiros estudos de Fernandes, foi nos artigos que escreveu ao longo da década de 1950, mais precisamente: “Os estudos folclóricos em São Paulo”, (1956/1957) e “Folclore e Ciências Sociais” (1959) que ela surge mais explícita e pontualmente declarada.

de cultura. Nesse tocante, a experiência de trabalho de campo parecia se impor como importante elemento – talvez, basilar – capaz de conferir rigor aos estudos de folclore. A leitura do conjunto de seus textos voltados à análise do folclore permite constatar que, para Fernandes, um bom trabalho folclorístico deveria ser subsidiado por competente trabalho de campo, sobretudo pela capacidade de desmistificar preconceitos.

Em dois de seus artigos, um escrito em 1944 – “Mentalidades grupais e folclore”, e outro datado de 1945, “Sobre o Folclore” –, após refutar o “esquema puramente evolucionista” de alguns folcloristas, que tomavam como objeto do folclore “o estudo dos elementos culturais praticamente ultrapassados”, no qual “a sociedade seria uma grande dicotomia, em que se poderia distinguir o povo, vivendo dos valores residuais da civilização, de um grupo de indivíduos quase homogêneo e de ‘elite’, com formas de conduta radicalmente diferentes e que muito pouco ou nada participava daqueles valores ‘ultrapassados’” (Fernandes, 1978, p. 41, grifo do autor), Florestan Fernandes colocava a tarefa do trabalho de campo como uma espécie de alento capaz de contribuir com uma visão mais aprimorada sobre o objeto do folclore. Escreve:

Felizmente, o trabalho de campo parece estar abrindo, lentamente, outras perspectivas, pondo de lado essa preocupação inicial de situar o folclore como uma ‘ciência do saber popular’ ou como análise de um novo tipo de pensamento humano, pelo menos no sentido restrito e pouco preciso em que o termo folclore foi empregado (Fernandes, 1978, p. 42).

E arrematava sua crítica observando que a distinção entre “povo” e as outras camadas da sociedade, considerada fundamental para alguns folcloristas, devia-se, sobretudo, ao fato de estes considerarem isoladamente os elementos folclóricos, desligando-os “dos fatores da ambiência social e cultural que os explicam” (Fernandes, 1978, p. 42). Essa concepção de relacionar, incondicionalmente, os elementos entendidos como “folclóricos” ao contexto social que os produz era o que balizava os estudos de sociologia e folclore por sociólogos da USP, sob orientação de Roger Bastide, e serviu de crítica basilar acionada por Florestan Fernandes a muitos estudos de folclore, cujo enfoque recaía sobre o “elemento folclórico” em si, sem considerar o contexto cultural que o produzia.

Florestan Fernandes compreendia, assim, que somente o rigor metodológico marcado por competente e comprometido trabalho de campo poderia dar conta de apreender a complexidade do folclore como um aspecto da vida social (nos seus dizeres, o folclore como “realidade objetiva”) e, com isso, impedir “juízos de valor” cultivados por certos folcloristas

que, numa orientação de cunho evolucionista, condenavam certos setores da sociedade à inércia cultural e histórica.

Interessante observar, em adendo, que se, por um lado, o nosso sociólogo paulista valorizava o trabalho de campo *in loco* (caracterizado pela observação direta de situações sociais e acompanhada de diálogos e outras interações interpessoais, como a escuta atenta), enquanto necessário recurso a conferir seriedade aos estudos de folclore, por outro, também valorizava o aproveitamento de fontes escritas, como relatos e registros de “viajantes, jesuítas, colonos, aventureiros etc.” (Fernandes, 1978, p. 188). Desse modo, ao apontar para a importância da observação direta e interações a partir de situações concretas e a valorização de fontes escritas, o autor apostava no rigor que o pesquisador (fosse ele um estudioso do folclore ou não) deveria ter na lida com suas fontes de pesquisa. A demonstração, ou não, desse rigor metodológico nos estudos de folclore era a tônica que guiava boa parte das resenhas por ele publicadas²¹.

Essa preocupação marcante de Florestan Fernandes em relação ao rigor com o trabalho de campo nos estudos de folclore se coloca importante para análise aqui, pois, em boa medida, na visão do nosso autor, seria ele – o trabalho de campo rigoroso e criterioso – recurso capaz de desmistificar a concepção estanque e preconceituosa de “povo” tão criticável. A análise de situações concretas poderia, então, oferecer uma concepção mais apropriada acerca do elemento folclórico e, conseqüentemente, da noção de povo.

No já citado “Sobre o folclore”, de 1945, Florestan Fernandes, ao se referir às potencialidades de se olhar para o folclore, trazia à baila o termo “patrimônio cultural folclórico” que, no contexto utilizado no artigo, se refere ao conjunto de elementos culturais que um grupo pode comportar, em que coexistem novos e antigos elementos culturais, ao sabor das inevitáveis mudanças ocorridas na vida em sociedade. Embora não tenha contado com maiores considerações no artigo, podemos compreender que esse termo é evocativo da própria concepção adotada pelo autor em relação à categoria povo. Povo, tal como compreendido por Florestan Fernandes, assume um sentido abrangente, não restrito a um único estrato social, e sim equivalendo a uma sociedade em sua extensão ou população. O termo povo corresponderia, nesse sentido, a uma sociedade cujo patrimônio cultural circula por suas várias camadas e que,

²¹ Nessa linha está, por exemplo, a crítica que faz à antologia de Herbert Baldus, *Lendas dos índios do Brasil*. Após tecer inúmeros elogios sobre outros aspectos da obra, em resenha publicada no *Jornal de São Paulo*, em 1946, observava que aquele autor não tornara explícitos “os critérios que lhe serviram de guia na seleção das lendas [indígenas que compõem o livro]” (Fernandes, 1978, p. 185).

por sua vez, pode apresentar diferentes graus de mentalidade, a depender dos processos de desigualdades nela existentes. Isto é, ao argumentar que diferentes camadas da sociedade podem compartilhar de semelhantes referenciais culturais entendidos como “folclóricos”, Florestan Fernandes não negava a diferença de “mentalidades” entre grupos e classes sociais. A diferença, no entanto, seria, no seu entender, uma diferença de “grau” e não de “natureza”, decorrente, portanto, de modos desiguais de participação na organização social de uma sociedade, e não como uma diferença “inata” de grupos ou classes sociais. Escreve:

A diferença de mentalidade, todavia, não deixa de ser bastante visível quando se analisa o comportamento de membros de classes diferentes e traduz-se a todo momento nas diversas formas de conduta e na interpretação de coisas e de ações. Como uma diferença de grau, resultante das possibilidades desiguais de participar da cultura do povo, e não de natureza, é suscetível de modificar-se, acompanhando o desenvolvimento da sociedade ou as mudanças de situações dos indivíduos ou grupos de indivíduos (Fernandes, 1978, p. 44).

Isto significa dizer que, por tais argumentações, Florestan Fernandes partia do princípio, desde os seus textos iniciais, de que o folclore é dinâmico, assim como a cultura e a sociedade o são.

A argumentação de que qualquer ordem de diferença de mentalidade seria de grau e não de natureza também aparece em uma resenha que publicou no ano de 1946 sobre o livro “Lendas dos índios do Brasil”, de Herbert Baldes, lançado naquele mesmo ano. Elogiando o fato de Baldes não ter reiterado em sua obra “o mais terrível monstro que devora as reservas morais do ‘civilizado’ diante do índio: [isto é,] a sua manifestação típica de etnocentrismo, resumida [na...] palavra *selvagem*” (Fernandes, 1978, p. 184, grifo do autor), nosso autor argumentava que “se existem diferenças entre os ‘civilizados’, que leem as lendas [indígenas] selecionadas [no livro], e os ‘índios brasileiros’, estas devem ser situadas no plano do equipamento cultural e do comportamento que ele origina e não no plano de uma diferença de natureza (...)” (Fernandes, 1978, p. 184).

Em artigo publicado em 1958, intitulado “Objeto e campo do Folclore”, Florestan Fernandes ao aludir ao “fato folclórico” reiterava sua crítica em relação à visão que considerava ainda predominante no campo do folclore naqueles finais da década de 1950: a de que se trataria de sobrevivências culturais. Em resposta contrária a isso, defendia que o folclore (enquanto realidade objetiva) é dinâmico, está em constante reatualização, porque a cultura também é dinâmica. Essa percepção do autor aparece desenvolvida por ele em diversos trabalhos e sob muitos exemplos argumentativos, desde os anos iniciais de dedicação ao tema do folclore. Em

artigo publicado em 1945, intitulado “Entre o romance e o folclore”, por exemplo, é na reflexão sobre a relação entre o gênero literário romance e o folclore que busca endossar a conveniência de se trabalhar o folclore enquanto expressão das condições do tempo presente, constituído de elementos típicos da vida em sociedade, incluindo-se aí os diversos grupos que a constituem e as contradições de classe. Essa concepção abriria, segundo o autor, uma “nova ponte entre a literatura e o folclore porque, então, desaparece[ria] aquela imagem do homem do povo vivendo imobilizado pela tradição e incapaz de progresso, surgindo em seu lugar o ser humano que ele é” (Fernandes, 1978, p. 68), de modo que a centralidade “desloca-se dos fatos folclóricos propriamente ditos para as pessoas que eles caracterizam” (Fernandes, 1978, p. 68). Surgiria, então, segundo Fernandes, o sujeito que interessa à literatura, com base naquilo no que ele pensa, crê, deseja e contra o que se revolta. Com isso, o autor buscava demarcar a relevância da literatura para o folclore e vice-versa. E ainda, com tais argumentações, buscava negar o pressuposto de um sujeito imóvel no tempo e incapaz de progresso. Em suma, o folclore constituiria, para ele, “algo dinâmico e complexo, em constante transformação” (Fernandes, 1978, p. 119), posto que os elementos folclóricos “não existem em si e para si, mas como formas de atuação e como ideais coletivos” (Fernandes, 1978, p. 120), integrados a um contexto sociocultural “que lhe[s] dá forma, significado e função” (Fernandes, 1978, p. 120).

Nos textos escritos por Florestan Fernandes que dialogam com os estudos de folclore, é perceptível como a categoria povo se mostrava um elemento digno de atenção e ressalvas. Era algo talvez, espinhoso, mas antes de tudo, especial no sentido de merecer reflexão e cuidado, algo que não poderia ser mencionado de maneira desatenta. A evidência disso é que, em seus textos, em alguns casos específicos, a palavra povo aparece sinalizada entre aspas ou trazida em itálico e, em outros casos, isso não ocorre. Em nenhum dos textos reunidos na antologia o autor declarou qualquer justificativa para os destaques – ou para a ausência deles – atribuídos ao termo povo, assim como não lhe deu uma definição prévia. Seja como for, pelo conjunto da obra analisada, podemos inferir que sua disposição não era a de sumarizar a noção de povo, mas, justamente, colocá-la em debate ante os estudos de folclore.

Podemos observar que os destaques empregados por Florestan Fernandes ao termo povo apareceram desde os anos iniciais de seus escritos, a partir da década de 1940, e seguiram até os momentos finais do período em que esteve comprometido com o debate sobre os estudos de folclore, no início da década de 1960. Nos artigos “A burguesia, o ‘progresso’ e o Folclore” e “Mentalidades grupais e folclore” (ambos de 1944), “Sobre o folclore” e “Entre o romance e o

Folclore” (de 1945) e mesmo nos que escreveu anos depois, como “Educação e folclore”, publicado em 1960, cujo elemento caracterizador é a crítica à concepção evolucionista (e romântica) inspiradora dos estudos de folclore, as palavras povo e cultura popular aparecem “aspeadas” ou em itálico ao longo de todas as páginas dos artigos, assim como noções correlatas a esses termos, como “cultura dos incultos”, “saber popular”, “sobrevivências” e “meios populares”. Do mesmo modo, nos artigos publicados entre 1956 e 1957, a exemplo de “Os estudos folclóricos em São Paulo”, o termo “cultura popular” aparece aspeado.

A partir de um exame atento sobre os textos escritos pelo sociólogo paulista, é possível constatar que esse uso de recursos tipográficos aplicados ao termo povo e seus correlatos não se dava de modo aleatório. O uso de aspas e de grifos itálicos, tal como empregado pelo autor, evidencia, na sua obra, uma espécie de crítica latente – um indicativo de sinal de atenção – ao modo como os folcloristas em geral, mantenedores dessa ideia no campo do folclore, utilizavam o termo de modo acrítico e a partir de pressupostos evolucionistas. Decorre disso que a conotação “povo”, assim aspeada ou grafada em itálico, corresponde, na obra de Florestan Fernandes, àquela visão contundentemente criticada por ele. De outro lado, no entanto, o mesmo termo povo, apresentado sem aspas ou destaque em itálico, aparece como conotativo de coletividade ou sociedade. Nesse caso, podemos inferir que, possivelmente, para o autor o termo acionado nessa outra conotação não merecesse ressalvas ou relativização. O termo empregado sem insígnias, portanto, corresponderia à própria concepção à qual Florestan Fernandes se apegava e entendia como oportuna para se pensar e estudar o folclore.

Dissemos que a concepção de povo, enquanto negação àquela que apostava nas “sobrevivências”, condenando certa parcela da sociedade à inércia, marcou o posicionamento de Florestan Fernandes desde os anos iniciais de sua carreira e o acompanhou pelos anos seguintes. A gênese dessa concepção do autor se deve, de modo significativo, ao diálogo reflexivo que empreendeu com alguns dos considerados expoentes do folclore brasileiro, especialmente Silvio Romero (1851-1914), Amadeu Amaral (1875-1929) e Mário de Andrade (1893-1945). Entre 1945 e 1948, Florestan Fernandes mergulhou nas obras desses autores, destacando delas argumentos com os quais se afinava e buscava sustentar sua visão sobre o folclore e, conseqüentemente, o modo como compreendia a noção de povo e seus correlatos.

Em dois textos escritos sobre Mário de Andrade, publicados em fevereiro de 1946 em periódicos paulistanos, muito claramente em decorrência do aniversário de morte do autor – ocorrida em fevereiro de 1945 –, Florestan Fernandes simpatizava com as ideias daquele “poeta,

contista, romancista, crítico e ensaísta” (Fernandes, 1978, p. 150) marcado pelo folclore, exatamente porque “em Mário de Andrade a distância entre a arte popular e a arte erudita diminui consideravelmente, atingindo em algumas produções excepcionais um grau de interpenetração e de equilíbrio notáveis” (Fernandes, 1978, p. 151). Em relação a esse autor, foi a noção de (caráter) nacional, equivalente à cultura de um povo, que despertou positivamente a atenção de Fernandes: “Nacional aqui significa expressividade, existência de um padrão característico e próprio de cultura” (Fernandes, 1978, p. 151). Na relação, sempre em movimento, entre o erudito e o popular, Mário de Andrade buscava no folclore os sentidos que constituem a vida coletiva e isso despertava o interesse de Florestan Fernandes. Escrevia:

tal como Mário de Andrade situa o problema: a arte erudita deve realizar-se na e através da arte popular – e a antítese, no caso a arte popular, cede o lugar a uma terceira forma de arte que, do ponto de vista da fatura, chama-se ainda arte erudita, mas que é uma coisa nova, mais essencial e mais expressiva (Fernandes, 1978, p. 154).

Por outro lado, o que configurava ponto elogiável na obra de Mário de Andrade, aos olhos de Fernandes – isto é, a arte erudita e a arte popular defrontando-se “numa relação dialética” (Fernandes, 1978, p. 154) –, era ponto de crítica na obra do pioneiro Silvio Romero. Em artigo escrito no ano anterior à publicação daqueles textos dedicados a Mário de Andrade, isto é, em 1945, não obstante o reconhecimento à importância do trabalho de Romero, admitida por Florestan Fernandes (1978) como “a primeira grande contribuição para o estudo do folclore brasileiro” (p. 181), o autor se ressentia com o fato de Romero ter se satisfeito “com o estudo em separado das duas manifestações culturais do povo brasileiro: de um lado, a cultura escrita e erudita; de outro lado, a cultura oral e popular” (p. 179), nos condenando, nos dizeres de Fernandes, a “uma imagem dupla da cultura brasileira” (p. 179). Em sua visão, a preocupação de Romero “pela ‘cultura brasileira’ e todos os seus esforços para descobrir o processo de sua formação e desenvolvimento (...) se não constituem um fracasso, permanece[ram] como um trabalho incompleto” (p. 179). Ou seja, na percepção arguta do nosso autor, Silvio Romero não havia conseguido transcender a ideia de folclore para além das camadas populares da sociedade, reforçando, pois, o pressuposto da incomunicabilidade de grupos sociais e, o que é pior, o confinamento de alguns ao atraso ante o progresso. De outro modo, em Mário de Andrade, os contatos iniciais com a arte popular, com o folclórico, perdem o caráter do que Fernandes (1978, p. 155) denominou de “um compromisso estreito com a tradição”, propiciando, pois, uma espécie de “libertação do tradicional”. Como modo de aprofundar a discussão, Florestan Fernandes se volta a analisar Macunaíma, entendido por ele como um “romance folclórico”,

correspondente a “uma síntese do folclore brasileiro levada a efeito na forma do romance picaresco” (Fernandes, 1978, p. 158). É romance folclórico, aliás, o “mais agradável que se poderia imaginar”, na visão do sociólogo paulista, pois nele Mário de Andrade vai compondo lentamente o seu herói e, ao mesmo tempo, um compêndio de folclore – uma verdadeira “introdução ao folclore brasileiro” – a partir do qual “pode-se estudar a contribuição folclórica do branco, do negro, do índio, a função modificadora e criadora dos mestiços e dos imigrantes (...) num corte horizontal de mestre” (Fernandes, 1978, p. 159). Atentemos às expressões “função modificadora e criadora”. Para Florestan Fernandes, parece somente fazer algum sentido pensar o folclore e, conseqüentemente, pensar a categoria povo, se for nesses termos. Ou seja, para Fernandes o estudo do folclore somente pode fazer algum sentido enquanto modo de caracterizar as experiências socioculturais de uma coletividade; povo, no sentido mais amplo, como equivalente à sociedade, onde os elementos tidos como folclóricos circulam pelas camadas dessa sociedade de modo dinâmico e inventivo.

Em 1948, em artigo que escreveu sobre Amadeu Amaral (1875-1929), Florestan Fernandes manifestava simpatia por esse autor, não obstante “confusões e incongruências lógicas”²² (Fernandes, 1978, p. 119) identificadas em sua obra. Dentre os vários aspectos elogiáveis, destacava-se, na leitura de Fernandes, o modo como Amaral se posicionava em relação ao folclore nacional, recusando uma visão essencialista de nação, identificada em “certos preconceitos de especialistas (...) para os quais o folclore seria ‘a cultura do inculto’, ou em outras palavras ‘o saber das camadas populares nos países civilizados’” (Fernandes, 1978, p. 121).

Apoiado nas ideias daquele pioneiro do folclore brasileiro, Florestan Fernandes concordava que “as suposições de ordem mais geral, segundo as quais o folclore brasileiro constituiria uma entidade auto-suficiente, dotada de fisionomia própria e voltada para os filões

²² As críticas desenvolvidas por Fernandes à obra de Amadeu Amaral consistem em: discrepância na obra desse autor entre a orientação metodológica que ele aceita e defende e a que é aplicada em seus estudos do folclore brasileiro, considerada por Fernandes como “bastante incompleta”, além de abstrair em sua investigação folclórica os fatores socioculturais, redundando em uma espécie de “limitação” nos ensaios de Amadeu Amaral sobre a poesia popular e outros ensaios. “Em geral”, escreve Florestan Fernandes, “[Amadeu Amaral] consegue apenas esclarecer as mudanças de forma e as transformações temáticas, sem conseguir ligá-las a causas sociais e culturais” (Fernandes, 1978, p. 126). Conservou-se assim, na visão de Fernandes, “preso aos cânones da explicação erudita [posto que...] tendo consciência da orientação metodológica adequada, não a seguiu cabalmente no estudo do folclore brasileiro” (Fernandes, 1978, p. 126). No entanto, arrematava: “Isso, contudo, não diminui o valor de sua contribuição pessoal para a discussão do problema. Deixou uma significativa lição aos especialistas brasileiros, insinuando a necessidade e a possibilidade de se considerar sempre os problemas especiais do folclore brasileiro de um ponto de vista geral” (Fernandes, 1978, p. 139).

mais profundos da nacionalidade, constituiriam mero palavrório” (Fernandes, 1978, p. 132). Tratava-se, pois, não de buscar uma “essência nacional”, mas de compreender como as várias “correntes étnicas que entraram em contato no Brasil [...] transformaram-no em unidade histórica” (Fernandes, 1978, p. 133). Isto é, a nação como uma realidade viva, variada, complexa e em constante transformação.

Esse posicionamento de Amadeu Amaral – de criticar a concepção do folclore como a “cultura do inculto” – ressoou simpaticamente aos posicionamentos de Florestan Fernandes, no exato sentido de que considerando o problema do ângulo da participação da cultura, Amadeu Amaral afasta ao mesmo tempo duas limitações consideradas insustentáveis por Fernandes: “a que identificava o folclore à cultura de sociedades rurais; e a que o restringia exclusivamente às camadas ‘rústicas’ das populações urbanas” (Fernandes, 1978, p. 121). Nesse sentido, o folclore não poderia ser, em absoluto, entendido como um conjunto de “produtos culturais *definitivos*” (Fernandes, 1978, p. 122, grifo do autor), tendo em vista que quem o produz, isto é, o povo – aqui sem aspas, posto que seu sentido assume uma concepção mais abrangente, equivalente à sociedade, população, ou nação, e não a um estrato da sociedade fadado ao “atraso”, ante o “progresso” – se constitui de modo dinâmico e ao sabor da história.

Em suma, a concepção de povo, lapidada por Florestan Fernandes no conjunto de textos que escreveu, voltados à temática do folclore, deve ser compreendida como equivalente a uma “coletividade”, a uma “população”, “sociedade” ou “grupo social”, não limitada à designação “popular”, proveniente daqueles pressupostos do romantismo e do evolucionismo que o sociólogo paulista tanto criticou.

Tal concepção de povo em Florestan Fernandes, forjada ao longo dos anos, nos ajuda a melhor compreender sua disposição em defender o folclore como uma disciplina humanística, tal como proposto em artigos que escreveu nos finais da década de 1950. Isto é, uma concepção desprovida do pressuposto voltado a uma estagnação ou “involução” de certos estratos sociais, e sim “o folclore como e enquanto criação intelectual do espírito humano” (Fernandes, 1978, p. 213); capacidade humana de criação, em seus aspectos estéticos e poéticos.

Em 1959, no artigo “Folclore e Ciências Sociais”, o autor considerava aquele momento o de mais clareza e convicção sobre o folclore como disciplina humanística, por entendê-lo como um conjunto de fenômenos que lança

enorme luz sobre o comportamento humano, como a natureza dos valores culturais de uma coletividade, as circunstâncias ou condições em que eles se atualizam, a importância deles na formação do horizonte cultural de seus portadores [...], a relação

deles e das situações sociais em que emergem com os sentimentos compartilhados coletivamente, [...] (Fernandes, 1978, p. 13-14).

A conveniência dos estudos de folclore enquanto disciplina humanística estaria para Fernandes, portanto, na vantagem de oportunizar compreender aspectos da vida humana, investigando as implicações artísticas, segundo padrões estéticos e filosóficos que se manifestam nas produções de cunho folclórico (Gnaccarini, 1987). Um empreendimento intelectual somente possível a partir de uma concepção de povo mais abrangente, considerando os vários setores e segmentos que o constituem. Povo assumido enquanto termo que agrega denominações diversas, porém, relacionadas entre si em um mesmo campo semântico – “coletividade”, “população”, “sociedade”, “grupo social” etc. Uma polissemia imprescindível para dar conta da complexidade do folclore enquanto realidade objetiva, nos termos elaborados pelo sociólogo paulista.

Considerações Finais

Partindo do pressuposto de que a categoria povo manteve certo sentido latente nos estudos de folclore no Brasil, buscou-se, neste artigo, circunstanciar e problematizar como ela foi tomada por Florestan Fernandes a partir do conjunto de textos que publicou entre 1944 e 1962, que redundou na antologia “O folclore em questão” (1978). Buscou-se, a partir dessa fonte de análise, percorrer algumas pistas capazes de conduzir a possíveis respostas acerca de como o sociólogo paulista em questão lidou com essa categoria no debate que empreendeu no âmbito dos estudos de folclore.

Um exame atento à sua obra nos permitiu considerar que desde os anos iniciais em que esteve voltado à temática do folclore recusou certa concepção evolucionista, segundo a qual o folclore corresponderia a “sobrevivências” culturais consideradas características dos “meios populares”, identificados como “grupos atrasados”, “classes baixas” ou “gente do povo”, condenados à inércia social e histórica. Compreendia que somente o rigor metodológico, marcado por competente e comprometido trabalho de campo, poderia dar conta de apreender a complexidade do folclore como um aspecto da vida social e, com isso, impedir “juízos de valor” cultivados por certos folcloristas. A análise de situações concretas poderia, então, na visão do autor, oferecer uma concepção mais apropriada acerca do elemento folclórico e, conseqüentemente, da noção de povo.

Nesse sentido, e em contraposição àquela concepção de inspiração evolucionista, Fernandes desenvolveu sua concepção de povo como equivalente a uma “coletividade”, a uma “população”, “sociedade” ou “grupo social”, em que os elementos tidos como folclóricos circulariam de modo dinâmico e inventivo, estando em constante transformação, visto corresponderem a experiências provenientes do meio social que os produz. Tal concepção, lapidada pelo autor ao longo dos anos, nos permite melhor compreender sua disposição em defender o folclore como uma disciplina humanística, isto é, uma concepção desprovida do pressuposto voltado a uma estagnação ou “involução” de certos estratos sociais, e sim o folclore enquanto capacidade humana de criação, em seus aspectos estéticos e poéticos.

Referências

- ALMEIDA, Renato. **Vivência e projeção do folclore**. Rio de Janeiro: Agir, 1971.
- ALMEIDA, Renato. **Inteligência do folclore**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- BANDEIRA, Rebeca Carolina da Silva. **Florestan Fernandes e o folclore**: um estudo sobre as suas primeiras elaborações (1941-1962). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- CARNEIRO, Edison. A sociologia e as “ambições” do folclore. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 23, p. 132-145, maio/jun. 1959.
- CARNEIRO, Edison. **A sociologia e as ambições do folclore**. Comunicação feita à CNFL. Documentos da CNFL – IBECC, nº. 429, 1959.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o folclore e a cultura popular**. 28 jan. 2020. Disponível em: <https://marialauracavalcanti.com.br/2020/01/28/entendendo-o-folclore/>. Acesso em: 23 maio 2025.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 3., n. 5, p. 75-92, 1990.
- COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. 1951. I Congresso Brasileiro de Folclore, Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/CartadoFolcloreBrasileiro1951.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentino da. **O Movimento Folclórico Brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba**: uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura (1960 a 1978). 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro. **Pro-posições**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 229-250, 2004.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 143-167, 2001.
- GNACCARINI, José Cesar. Folclore e consciência nacional: a visão crítica de Florestan Fernandes. **Revista USP**, São Paulo, n. 5, p. 67-77, jun. 1987.
- MAZZA, Débora. **A leitura sociológica do folclore paulistano**: a contribuição de Florestan Fernandes, 2015. 15 p. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/08/F-Fernandes-Sobre-Folclore-D-Mazza.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- MELO, Veríssimo de. **Adivinhas**. Natal: Biblioteca da Sociedade Brasileira de Folk-lore, 1948.

PENTEADO JR., Wilson Rogério. Diálogos possíveis em campos intercambiáveis: Florestan Fernandes e os estudos de folclore no Brasil. **Estudos de Sociologia**. Recife, v. 2, n. 26, p. 61-85, 2020.

RAMOS, Tiago Roberto. **Folkcomunicação, ciências sociais e estudos folclóricos**: entrelaçamentos e embates. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. **Negros e africanos em Minas Gerais**: construções e narrativas folclóricas. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Mônica Martins. **A escrita do folclore em Goiás**: uma história de intelectuais e instituições (1940-1980). 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getulio Vargas, 1997.

XIDIEH, Oswaldo Elias. O folclore em questão. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante** (ensaios sobre Florestan Fernandes). Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 85-96.

Recebido em: 4/8/2025

Aceito em: 14/10/2025

ANTECEDENTES DO DILEMA RACIAL BRASILEIRO

BACKGROUND OF THE BRAZILIAN RACIAL DILEMMA

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves*

Eliane Veras Soares**

Resumo

Este artigo visa a discutir a gênese da noção de dilema racial brasileiro no pensamento de Florestan Fernandes, elaborada a partir dos anos 1950 e retomada ao longo de sua trajetória intelectual, em seu esforço de desvelar a dinâmica das relações raciais no âmbito da sociedade brasileira. Orientado por uma leitura diacrônica, que se distancia da concepção de “obra acabada”, este trabalho se concentra na primeira fase de elaboração do dilema racial, inscrita ainda no Projeto de estudo “O preconceito racial em São Paulo”, que fundamentou a pesquisa Unesco em São Paulo, coordenada por Roger Bastide e Florestan Fernandes – e cujos primeiros resultados foram apresentados em “Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo” (1955). Embora o trabalho se limite a uma fase preliminar da pesquisa, acreditamos que uma análise exegetica desse material, em perspectiva diacrônica, somada aos documentos disponíveis no acervo de Florestan Fernandes, contribua para matizar interpretações cristalizadas acerca da questão racial no pensamento do autor e para a reconstrução do diálogo entre sociólogos acadêmicos e intelectualidade negra, que constitui uma das mais recentes agendas de pesquisa das ciências sociais brasileiras.

Palavras-chave: Dilema racial. Florestan Fernandes. Relações raciais. Análise diacrônica.

Abstract

This article aims to discuss the genesis of the notion of the Brazilian racial dilemma in the thought of Florestan Fernandes, developed from the 1950s onward and revisited throughout his intellectual trajectory in his effort to unveil the dynamics of racial relations within Brazilian society. Guided by a diachronic reading that moves away from the concept of a “finished work,” this study focuses on the initial phase of the formulation of the racial dilemma, which was still embedded in the research project *Racial Prejudice in São Paulo*. This project laid the foundation for the UNESCO study in São Paulo, coordinated by Roger Bastide and Florestan Fernandes, with its initial findings presented in *Racial Relations between Whites and Blacks in São Paulo* (1955). Although this work is limited to a preliminary stage of the research, we believe that an exegetical analysis of this material – considering a diachronic perspective and incorporating documents from Florestan Fernandes' archives – can help refine established interpretations of racial issues in his thought. Additionally, it contributes to reconstructing the dialogue between academic sociologists and Black intellectuals, a topic that has become one of the most recent research agendas in Brazilian social sciences.

Keywords: Racial dilemma. Florestan Fernandes. Race relations. Diachronic analysis.

* Professora adjunta do Departamento de Sociologia e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordena o projeto de pesquisa “Luta de raças, de classes e desenvolvimento: reconstruindo o artesanato intelectual de Florestan Fernandes”, que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), termo de outorga n. 0018/2024. E-mail: anarodrigues@ufba.br.

** Professora titular aposentada no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cofundadora da Coordenação de Estudos de África do Centro de Estudos Avançados da UFPE. E-mail: elianeveras1@gmail.com.

Introdução

Um dos desafios de se abordar a questão racial no pensamento de Florestan Fernandes é o de reconhecer que essa discussão foi desenvolvida – e constantemente reformulada – em diferentes momentos de sua trajetória intelectual, perfazendo um período de quase cinquenta anos. Podemos considerar os estudos sobre religião e folclore desenvolvidos na primeira metade dos anos 1940 como uma primeira fase, que possibilitou o contato do autor com temas relativos à questão racial¹, seguida pela participação na pesquisa Unesco sobre relações raciais em São Paulo, no início dos anos 1950, até sua produção na segunda metade dos anos 1980 ao longo de seus mandatos parlamentares pelo Partido dos Trabalhadores – cujos textos selecionados pelo autor encontram-se reunidos em “Significado do protesto negro”, publicado em 1989².

Nesse sentido, é possível afirmar que o esforço de análise e interpretação dos padrões de relações raciais vigentes na sociedade brasileira acompanhou o autor ao longo de toda a sua trajetória intelectual. No entanto, a sua abordagem da questão racial sempre esteve inscrita em um enquadramento mais amplo, voltado à interpretação da formação social do país, de sua estrutura social em diferentes momentos históricos – que foi e é uma estrutura racializada – e das condições de emergência e desenvolvimento do capitalismo e do regime de classes sociais no Brasil. Por essa razão, Florestan sempre buscou demarcar a sua posição com relação aos estudos sobre relações raciais, sobretudo os estadunidenses, seja no que se refere à perspectiva teórico-metodológica adotada, seja no que tange ao compromisso ético e político assumido com o negro, conforme será discutido mais adiante. É justamente esse enquadramento analítico que permitirá o entrelaçamento do dilema racial aos impasses da democracia no Brasil e, posteriormente, à noção de capitalismo dependente – sentidos a serem analisados em etapa posterior da pesquisa.

¹ Tais estudos encontram-se reunidos na quarta parte de “O negro no mundo dos brancos” (2007). Segundo Diogo Costa e Eliane Veras Soares (2024), esses estudos correspondem a uma primeira fase da análise de Fernandes sobre as relações raciais entre brancos e negros no Brasil, com foco nos sistemas culturais, desenvolvida a partir das pesquisas etnográficas realizadas durante o curso de graduação na USP, nos anos 1940.

² O livro reúne textos de procedência e finalidade diversas. Em um deles, “Carta à liderança do PT”, encaminhada em 14 de dezembro de 1993, Fernandes (2017a) faz um levantamento do conjunto de seus estudos sobre relações raciais.

Nesse enquadramento analítico, Florestan abordou, em cada momento de sua trajetória intelectual, diferentes aspectos das relações raciais, retomando e reformulando suas categorias de pensamento à luz de novas leituras e embates teóricos e políticos dos processos histórico-sociais vivenciados, bem como de suas experiências práticas junto ao movimento negro e a outros grupos sociais comprometidos com a democratização da sociedade brasileira.

A despeito disso, erigiram-se interpretações cristalizadas no campo das ciências sociais, que seguem orientando as leituras sobre o autor e seu papel na análise das relações raciais no Brasil. Entre elas, vale destacar a interpretação de que, para Fernandes, o dilema racial seria uma categoria residual, uma “sobrevivência do passado”, herdada do antigo regime, que despontou na obra de alguns(as) cientistas sociais brasileiros(as) e estrangeiros(as), consolidando-se possivelmente como hegemônica (Hasenbalg, 1979; Motta, 2000; Schwarcz, 2007; Souza, 2006; Wacquant, 2005, entre outros).

Entretanto, é possível observar, sobretudo a partir das últimas décadas, a emergência de novas leituras que permitem problematizar aquela interpretação, destacando, entre outras coisas, a tendência estrutural assumida pelo dilema racial no pensamento de Florestan Fernandes (Cardoso, 2008; Costa *et al.*, 2021; Costa; Soares, 2024; Gato, 2024; Silva; Brasil Jr., 2021; Silva, 2016). Algumas dessas análises destacam um progressivo processo de radicalização teórica (Costa *et al.*, 2021), que só pode ser apreendido por meio de uma análise do conjunto de sua obra, atenta aos processos de reelaboração conceitual, às continuidades e descontinuidades da análise, em seu empenho contínuo de apreensão da natureza complexa e mutável do fenômeno³.

Este trabalho converge com alguns dos procedimentos metodológicos e leituras sustentadas por essa segunda vertente interpretativa, focalizando, porém, não tanto a “fase madura” de Florestan Fernandes – em que tal radicalização teórica se torna mais explícita e destacada pela fortuna crítica do autor –, mas os momentos iniciais de elaboração conceitual, que já permitem antever elementos que parecem extrapolar certo “diagnóstico residualista” do dilema racial brasileiro, e cujos sentidos e dimensões serão desdobrados teórica e empiricamente ao longo da trajetória intelectual de Florestan Fernandes.

³ Paralelamente à análise diacrônica da noção de dilema racial no pensamento de Fernandes, está sendo desenvolvida uma pesquisa sobre a recepção do autor no campo de estudos sobre relações raciais no Brasil, em que já é possível antever as duas vertentes acima referidas, bem como algumas afinidades em seus respectivos percursos teórico-metodológicos e interpretativos.

Nos limites do presente artigo analisaremos “Branco e negro em São Paulo” (1959)⁴, notadamente o projeto de estudo “O preconceito racial em São Paulo”, publicado originalmente em 1951, no qual são apresentadas as hipóteses diretrizes da pesquisa e a perspectiva teórico-metodológica que guiou o estudo sobre relações raciais em São Paulo, realizado em parceria com Roger Bastide e com a colaboração de intelectuais e ativistas do meio negro. Acreditamos que essa discussão é fundamental tanto para demarcar a posição assumida por Florestan Fernandes no debate racial corrente no início dos anos 1950 no Brasil quanto para conhecer seus pressupostos no momento inicial da pesquisa⁵. Além disso, conforme destacado anteriormente, a discussão sobre as hipóteses de pesquisa e categorias assumidas nesse período permite matizar leituras e interpretações acerca da questão racial no pensamento de Florestan Fernandes, como aquela que insere a interpretação do sociólogo paulista dentro de uma abordagem histórica do racismo, considerado como algo “residual”, ligado ao passado e, portanto, sem uma função específica na ordem social emergente (Hasenbalg, 1979, p. 60).

Antes de iniciarmos tal discussão, é importante apresentar, em linhas gerais, a perspectiva teórico-metodológica que orientou nossa leitura da obra de Florestan Fernandes, estruturada a partir do que estamos chamando de análise diacrônica (Costa *et al.*, 2021) e da pesquisa documental. Nossa investigação ainda está em fase de desenvolvimento e, neste trabalho, analisamos somente um “primeiro momento” do dilema racial brasileiro. A presente discussão intenta destacar aspectos importantes da interpretação de Fernandes sobre o referido dilema, propondo um convite a novas leituras e interpretações de seu papel no debate sobre relações raciais no Brasil e, de modo mais geral, de seu esforço de elaboração teórica acerca dos dilemas que marcam as sociedades latino-americanas, especialmente a sociedade brasileira.

⁴ Originalmente o relatório da pesquisa foi publicado na Revista Anhembi, v. X-XI, n. 30-34, 1953. Em 1955, foi publicado como obra coletiva com o título “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo”. Em 1959, Bastide e Fernandes publicaram separadamente os resultados de sua pesquisa com o título “Branco e negro em São Paulo”. Trabalhamos com a edição mais recente de 2008. Ver notas detalhadas em “Bibliografia de Florestan Fernandes” (Soares; Costa, 2021, p. 353-354).

⁵ O próprio Florestan se abstém de aprofundar seus pressupostos teórico-metodológicos em obras posteriores, fazendo referência à extensa discussão apresentada no “projeto de estudo”, como ocorre na Nota Explicativa de “A integração do negro na sociedade de classes”. Os capítulos de “Branco e negro em São Paulo” são retomados e desenvolvidos de modo mais detido no argumento desenvolvido em “A Integração do negro na sociedade de classes”, o que reforça nossa escolha pela focalização do projeto como ponto de partida da análise.

Considerações sobre a análise diacrônica do dilema racial

A pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”, coordenada pelo professor Diogo Valença de Azevedo Costa, fundamenta-se em uma leitura diacrônica da obra de Fernandes, interessada no processo de construção do pensamento do autor ao longo de sua trajetória intelectual, nas continuidades e discontinuidades que marcam o seu exercício de elaboração teórica e conceitual, bem como nas condições que favoreceram as reformulações de suas categorias analíticas e interpretativas fundamentais.

Tal abordagem se inspira nas sugestões metodológicas da mais recente edição dos *Quaderni del carcere*, de Antônio Gramsci, que busca identificar a data precisa de redação de cada parágrafo da obra (Cospito, 2016). Nesse sentido, a disposição dos textos em ordem cronológica se mostra fundamental para uma análise que busca focalizar o pensamento de modo processual, distanciando-se da compreensão de “obra acabada”. Feitas as devidas adaptações às diferenças entre as fontes documentais, a obra de Florestan Fernandes pode constituir terreno fértil para a aplicação de uma leitura diacrônica. Como destacou Octavio Ianni (2004, p. 18), “em Florestan Fernandes, o pensamento se pensa todo o tempo. As suas contribuições históricas e teóricas estão permeadas pela reflexão crítica sobre as relações entre o pensamento e o pensado”. Assim, a presente análise parte do pressuposto de que as categorias elaboradas por Fernandes estiveram sujeitas a constantes revisões críticas por parte do autor, sendo reformuladas a partir de embates intelectuais e políticos, de novas influências teóricas, de processos histórico-sociais – como é o caso da revolução cubana, em 1959, e do golpe empresarial-militar no Brasil, em 1964 –, além de experiências práticas junto ao movimento negro e a outros movimentos sociais.

Obviamente, essa disposição para rever seu pensamento não passou despercebida pela fortuna crítica de Fernandes, que destaca desde a tese de uma “ruptura epistemológica”, a demarcar fases distintas na trajetória intelectual do autor (Freitag, 1987), até uma compreensão do caráter “processual” e “artesanal” de sua obra (Bastos, 2015, 2020; Brasil Jr., 2013; Campos, 2014; Costa *et al.*, 2021; Costa; Soares, 2024; Silva, 2016). Partindo dessa compreensão, a abordagem diacrônica se orienta pela 1) organização cronológica dos textos de Fernandes – com o objetivo de identificar o uso inicial de um conceito e suas diferentes variações sucessivas, que conduzem à incorporação de novos aspectos, reformulações ou até abandono dele – e 2) mapeamento das principais referências teóricas, métodos e categorias analíticas mobilizadas.

A análise diacrônica se interessa também pelos “bastidores” da produção intelectual, favorecida pelo recurso à pesquisa documental no Fundo Florestan Fernandes disponível na Coordenadoria de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Comunitária da Universidade de São Carlos, que reúne o acervo pessoal do autor (correspondências, livros, notas de aula, material de pesquisa, objetos pessoais, entre outros materiais), tomando tais arquivos como fonte de investigação e teorização. Desse modo, é possível consultar, por exemplo, suas referências teóricas, as marginálias dos livros lidos pelo autor, acessando, em alguma medida, as “conversações interiores” (Archer, 2011) de Florestan e sua relação com os textos; bem como o material empírico construído durante a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo no início dos anos 1950 e nos anos seguintes. O material coletado por meio da pesquisa documental permite, portanto, confrontar e complementar a leitura de sua obra no esforço de reconstrução do artesanato intelectual de Fernandes.

A análise diacrônica se orienta por uma perspectiva de síntese, que se coloca para além da dicotomia “texto *versus* contexto” na análise da produção intelectual. Nesse sentido, tão importante quanto a análise internalista dessa produção intelectual, é a consideração das condições históricas, socioculturais e políticas que possibilitaram a sua emergência – dando lugar, em alguns casos, a revisões críticas e construção de novas categorias interpretativas. Na trilha desse artesanato, consideramos também o conjunto de entrevistas e textos autobiográficos produzidos pelo autor, correspondências trocadas com intelectuais brasileiros e estrangeiros, assim como ampla revisão da sua fortuna crítica, os quais ajudam a reconstruir as circunstâncias históricas de sua produção teórica⁶.

Tal enfoque se mostrou particularmente profícuo na investigação sobre a noção de dilema racial, resultante de décadas de pesquisa teórica e empírica e cuja recepção no campo dos estudos sobre relações raciais no Brasil tem sido marcada por uma interpretação hegemônica que afirma o seu caráter “residual”, de modo que as desigualdades raciais tenderiam a ser superadas com o desenvolvimento do capitalismo. Uma breve análise dos textos que afirmam essa interpretação permite observar a concentração da crítica em ensaios específicos – como “A persistência do passado” – ou em uma única obra do autor, mais comumente “A integração do negro na sociedade de classes”⁷. Por outro lado, as interpretações

⁶ Infelizmente, os limites do artigo não nos permitem inserir aqui o rico material encontrado no acervo.

⁷ Ver, por exemplo, a crítica de Carlos Hasenbalg (1977, 1979), considerado possivelmente o precursor dessa interpretação (Silva; Brasil Jr., 2021, p. 14-15), de Jessé Souza (2006) e de Loic Wacquant (2005, p. 23-24).

que se contrapõem a tal diagnóstico – ou que enfatizam a tendência estrutural do dilema racial em Fernandes – tendem a privilegiar uma análise do conjunto da sua obra, mais atenta às nuances inscritas na análise do fenômeno e aos processos de reelaboração conceitual ao longo da trajetória intelectual do autor (Bastos, 2015; Campos, 2014; Costa *et al.*, 2021; Costa; Soares, 2024; Silva; Brasil Jr., 2021; Silva, 2016).

Alinhada a essa última perspectiva, acreditamos que uma análise diacrônica da obra de Fernandes possibilita a identificação da gênese e múltiplos sentidos e dimensões assumidos pela noção de dilema racial, bem como a emergência de novas leituras que permitam rever a recepção do autor no campo de estudos sobre relações raciais. Para tanto, a presente pesquisa partiu de uma organização cronológica das obras de Fernandes referentes à questão racial, algumas das quais foram lidas e discutidas coletivamente. Buscou-se identificar as referências teóricas, conceitos e categorias mobilizadas pelo autor nessas obras, conforme mencionado anteriormente. Paralelamente, foram consultados documentos disponíveis na biblioteca Florestan Fernandes, como anotações do autor sobre a noção de demora cultural, mobilizada para pensar alguns aspectos do padrão de relações raciais vigente na nova ordem social; livros como os de Gunnar Myrdal (*An american Dilemma*, 1944), Donald Pierson (Branços e Pretos na Bahia, 1945), Carlos Hasenbalg (Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, 1979) e todas as obras resultantes da pesquisa Unesco, além de cartas enviadas por diversos intelectuais⁸.

Sobre essas últimas, vale mencionar uma carta de Carlos Hasenbalg endereçada a Florestan Fernandes em junho de 1977, em que o autor comunica a publicação de seu artigo “Desigualdades Raciais no Brasil”, na revista Dados, informando sua leitura crítica ao trabalho do sociólogo paulista acerca da conexão entre escravidão e relações raciais pós-escravistas, ao tempo em que reafirma a importância da sua obra como ponto de partida para uma análise das relações raciais no Brasil (ver anexo I). Não sabemos se Florestan chegou a respondê-lo, mas, ao que tudo indica, o artigo de Hasenbalg assumiu um papel relevante na recepção da obra de Florestan Fernandes no campo intelectual brasileiro, contribuindo para consolidação daquela interpretação segundo a qual a questão racial seria um “resíduo” do passado, que tenderia a ser superado com a expansão e pleno desenvolvimento da ordem social competitiva⁹.

⁸ Agradecemos ao professor Diogo Valença de Azevedo Costa pela coleta, sistematização e envio de parte desse material.

⁹ Encontramos um número da referida revista no acervo Florestan Fernandes, o qual não conta com nenhuma marginalia de Florestan Fernandes. Em contrapartida, no exemplar de “Discriminação e desigualdades raciais no

A partir da análise desse material, procedemos a uma investigação dos momentos iniciais na formulação do dilema racial, realizados conjuntamente por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Consideramos a análise desse primeiro momento da maior importância, haja vista que boa parte da fortuna crítica do autor tende a se concentrar em suas obras posteriores, características de uma fase considerada mais “madura” ou “radical”, conferindo menor atenção, por exemplo, ao projeto de estudo que fundamenta, teórica e metodologicamente, a pesquisa Unesco em São Paulo sobre o qual nos debruçamos na próxima seção¹⁰.

Origens do dilema racial no projeto de estudo “O Preconceito Racial em São Paulo”

A pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, liderada por Bastide e Fernandes no início da década de 1950, que dá origem ao relatório de pesquisa “Relações raciais entre Brancos e Negros em São Paulo”, pode ser percebida como o produto de uma confluência de condições intelectuais e políticas. De um lado, o estudo da mudança social assumia crescente interesse por parte dos(as) cientistas sociais brasileiros(as), em um contexto de intensas transformações histórico-estruturais no país, nas quais teve lugar o próprio processo de institucionalização da área (Fernandes, 1977a; Miceli, 1987). De outro lado, intelectuais e ativistas ligados ao movimento negro, oriundos em sua maior parte desse processo de reestruturação societária, elaboravam estudos sobre a questão racial e tentavam forçar o diálogo com a intelectualidade brasileira, exercendo importante influência sobre a agenda das ciências sociais nesse período¹¹.

Brasil” (Hasenbalg, 1979), disponível no Fundo Florestan Fernandes, há poucas anotações, mas na página 21 se pergunta “em suma = que traz de novo?” ou se Hasenbalg seria “parsoniano?”; na página 23, questiona a falta de perspectiva histórica: “boa contribuição → mas seria preciso uma perspectiva histórica para explicar o ‘refluxo demográfico’ em termos raciais”; por fim, na página 29, questiona se “o escravo poderia constituir uma classe no sentido marxista?”. Essas são as únicas anotações significativas contidas na leitura de Florestan Fernandes, não havendo qualquer anotação nas passagens em que Hasenbalg o critica diretamente. Para uma discussão mais aprofundada sobre as críticas aos trabalhos de Florestan Fernandes sobre a questão racial, ver Costa (2023).

¹⁰ Entre autores(as) que se aprofundam na análise do “projeto de estudo”, mencionamos o instigante texto “Sessenta anos de um relatório de pesquisa exemplar” de Elide Rugai Bastos (2015) e a dissertação de mestrado de Antônia Junqueira Malta Campos, intitulada “Interfaces entre sociologia e processo social: A integração do negro na sociedade classes e a pesquisa Unesco em São Paulo” (2014).

¹¹ É conhecido o esforço do movimento negro em envolver intelectuais brasileiros e estrangeiros na sua luta contra o racismo. É possível citar como exemplo o jornal Quilombo, dirigido por Abdias Nascimento no final dos anos 1940, que em sua seção “Democracia racial” convidava intelectuais reconhecidos para discutir o tema, como Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Estanislau Fischlowitz. Em outras seções, é possível encontrar artigos de Alberto Guerreiro Ramos e do próprio Abdias Nascimento. Tal hipótese merece certamente uma análise minuciosa. Mais destacadas na literatura têm sido a realização da Conferência Nacional do Negro, em 1949, e do I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, que exerceram profunda influência sobre uma geração de cientistas sociais dedicados ao estudo das relações raciais no Brasil. Ao ser convidado por Alfred Métraux para coordenar a pesquisa Unesco em São Paulo, Roger Bastide declara a sua intenção de envolver a comunidade negra, conferindo à investigação

Um dos méritos da investigação de Antônia Campos (2014), realizada por meio de pesquisa nos arquivos do Fundo Florestan Fernandes, é o de dar visibilidade ao intenso trabalho de colaboração entre Roger Bastide e Florestan Fernandes e intelectuais do meio negro, bem como ao impacto exercido pelo I Congresso do Negro Brasileiro sobre os contornos assumidos pela pesquisa Unesco em São Paulo. Nas suas palavras,

[É] significativo o fato de que neste congresso estiveram presentes alguns dos colaboradores mais proeminentes da pesquisa e, embora não seja possível afirmar com certeza se sociólogos e intelectuais negros encontraram-se pela primeira vez no congresso ou mesmo antes, parece plausível afirmar que a proximidade entre os dois grupos e a possibilidade de uma colaboração já era uma realidade mesmo antes do acordo feito com a UNESCO. Desde o seu início, portanto, a pesquisa já fora imaginada tendo em conta esta colaboração (Campos, 2014, p. 7-8).

Quando Roger Bastide recebeu o convite para coordenar a pesquisa Unesco em São Paulo, tanto ele quanto Florestan Fernandes já estavam imersos nessa atmosfera intelectual e política, marcada por maior visibilização das tensões raciais, engajados em um estudo sobre o tema na metrópole paulista, patrocinada pela Editora Anhembi. No prefácio à segunda edição de “Branços e Negros em São Paulo”, publicado originalmente na edição de 1959, Florestan afirma que “quando Métraux travou os primeiros contatos com os primeiros estudiosos do assunto, o plano desse trabalho já estava pronto e algumas de suas partes em desenvolvimento” (Bastide; Fernandes, 2008b, p. 17).

Como destaca Campos (2014, p. 8), dada a amplitude da pesquisa e o grande número de colaboradores envolvidos, há um intervalo de tempo relativamente curto “entre o fechamento dos acordos com Métraux (novembro de 1950), a redação do Projeto de Estudo (publicado em abril de 1951), e o início da realização das Mesas Redondas (8 de maio de 1951)” – o que permite pensar que os contatos entre sociólogos e a intelectualidade negra vinham sendo cultivados desde antes. O projeto Unesco atuaria, portanto, como agente catalisador do estudo sistemático das relações raciais no Brasil, convergindo com as condições favoráveis à pesquisa em ciências sociais que floresciam no país naquele momento e com o interesse dos(as) próprios(as) cientistas sociais em investigar a situação racial brasileira em um contexto de mudança, atrelado à crescente industrialização e urbanização do país (Maio, 1999).

Em “As relações raciais em São Paulo reexaminadas”, Fernandes (2017b) destaca que a escrita do projeto de estudo foi motivada pela necessidade de alinhamento teórico entre ele e

um sentido prático, em conformidade com as reivindicações apresentadas naquele congresso (Campos, 2014; Maio, 1999; Nascimento, 1982; Ramos, 2023).

Bastide, uma vez que o antropólogo francês era mais moderado na crítica ao padrão de relações raciais vigente no Brasil e à própria ideia de uma democracia racial. Já Fernandes contava não somente com a experiência de suas pesquisas realizadas nos anos 1940, mas sobretudo com uma “origem lumpen” que lhe permitiria “manejar a ‘perspectiva do oprimido’ e por aí, desmascarar a hipocrisia reinante sobre o assunto” (Fernandes, 2017b, p. 132). Tendo vivenciado a formação de uma sociedade de classes em São Paulo desde uma das posições mais desfavoráveis, Florestan sabia que a ordem social competitiva não era tão aberta assim, ainda menos no que se refere à população negra (Fernandes, 1977b, 2017b). Segundo ele,

existiam divergências entre Bastide e eu na forma de encarar a situação concreta do negro. (...) O professor Bastide, por suas investigações, compartilhava de muitas das minhas convicções; mas rejeitava outras, em particular porque preferia os meios-tons, aquilo que se poderia chamar de ‘verdade redentora’, aparente no perdão mútuo, no esquecimento, a superação pelo negro das ‘injustiças’. (...) Achei que seria fecundo colocar em suspenso as diferenças, através de um projeto de pesquisa que firmasse certas hipóteses diretrizes fundamentais¹² (Fernandes, 2017b, p. 132-133).

É com essa motivação que Florestan Fernandes redige o “projeto de estudo”, o qual será revisado por Bastide – que se encarrega de atenuar as críticas a Donald Pierson. Segundo Fernandes (2017b, p. 133), Bastide “só alterou algumas passagens sobre Pierson, atenuadas ou omitidas, que eu havia utilizado deliberadamente como espécie de *straw man*, ressaltando assim as ambiguidades e inconsistências que deveríamos evitar (ou controlar) em uma investigação comprometida com o próprio negro”. O projeto foi publicado, inicialmente, pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, em abril de 1951. O texto foi publicado, novamente, em 1959 como apêndice de “Branços e Negros em São Paulo” e como capítulo na segunda edição de “Sociologia numa era de revolução social”, em 1976.

No que tange aos objetivos deste artigo, interessa destacar na discussão sobre o “projeto de estudo”: 1) o enfoque teórico-metodológico adotado pelos autores; 2) as hipóteses diretrizes

¹² Sobre o espírito conciliador mencionado por Fernandes, ver o “Prefácio à segunda edição” de “O negro revoltado”, em que Abdias Nascimento (1982, p. 9-10) destaca, em tom de autocrítica, o caráter “demasiadamente conciliador para com os brancos liberais” e a excessiva “condescendência para com os racistas deste país” assumido pelos participantes do I Congresso do Negro Brasileiro. O autor destaca que tal caráter seria uma herança do “racismo paternalista brasileiro” e que, naquele momento, uma postura mais radical seria recebida como “racismo às avessas” – acusação que chegou a ocorrer, inclusive, nos embates com os intelectuais profissionais. As dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais do meio negro com relação ao padrão tradicionalista e assimétrico das relações raciais foram registradas nas páginas de “A Integração do Negro na Sociedade de classes” – ver, em especial, o terceiro capítulo do primeiro volume: “Heteronomia racial na sociedade de classes”.

que orientaram a pesquisa e 3) a elucidação das noções de preconceito racial, “preconceito de cor” e dilema racial.

É importante destacar que o ciclo de estudos da Unesco favoreceu a retomada do debate sobre o preconceito no campo intelectual brasileiro, que tinha o estudo de Donald Pierson, “Branços e Pretos na Bahia” (1945), como uma de suas principais referências. Como afirma Guimarães (1999), muitas das divergências teóricas, metodológicas e interpretativas observadas entre os diversos estudos realizados sob os auspícios da Unesco são decorrentes da avaliação crítica em torno da obra de Pierson.

No “projeto de estudo”, Bastide e Fernandes (2008a)¹³ visam a demarcar sua posição com relação ao debate vigente. Para os autores, a falta de precisão conceitual no uso da noção de preconceito racial constitui uma das condições insatisfatórias da pesquisa de caráter científico. Outra dificuldade se refere ao fato de o conhecimento prévio acumulado sobre o tema ter sido construído a partir de investigações sobre uma realidade muito distinta daquela predominante em São Paulo, notadamente nos Estados Unidos. Desse modo, Bastide e Fernandes (2008a, p. 266-267) assumem como um dos objetivos da pesquisa conhecer a natureza e função do preconceito racial no Brasil.

Considerando o caráter geral e variável da noção de preconceito racial, tratava-se de examinar a manifestação do fenômeno particular no contexto da sociedade brasileira, de modo que sua definição é proposta como um dos “resultados teóricos da investigação, representando uma das contribuições dos autores ao estudo sociológico do preconceito racial” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 272) – como afirmam em nota de rodapé. Verifica-se, portanto, já no “projeto de estudo”, a intenção de “contribuir para o refinamento teórico da Sociologia e, ao mesmo tempo, desvelar as tensões estruturais e históricas da sociedade brasileira” – considerados “dois aspectos indissociáveis do projeto intelectual de Fernandes” (Costa *et al.*, 2021, p. 317-318).

Nesse esforço, a definição conceitual é encarada como ponto de chegada e não ponto de partida da sua análise – em contraposição às interpretações que importavam conceitos de outros contextos intelectuais no exame das relações raciais no Brasil. Segundo Bastide e Fernandes (2008a, p. 272), “a noção de preconceito racial pertence àquela categoria de termos sociológicos

¹³ A referência Bastide e Fernandes (2008a) é relativa ao “projeto de estudo” intitulado “O Preconceito Racial em São Paulo”, publicado originalmente em 1951. A referência Bastide e Fernandes (2008b) é relativa à íntegra do livro “Branços e negros em São Paulo”, publicado originalmente em 1953 como relatório de pesquisa (ver nota 3).

cujas delimitações conceptuais dependem da plena adequação do vocábulo à realidade ou à situação particular investigada”.

Nesse mister, os autores se ancoram em um método de interpretação baseado na noção durkheimiana de “meio social interno”, que permite investigar os fenômenos particulares “em seu modo de integração ao contexto social” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 268). Segundo esse método, o preconceito racial não seria um componente imediato da estrutura social, nem tampouco mero epifenômeno da vida social, sendo concebido, mais precisamente, como “conexão do ‘meio social interno’”. Nessa perspectiva, Bastide e Fernandes (2008a, p. 271) afirmam que “o preconceito racial não é considerado, em si mesmo, um componente da estrutura social”, exprimindo “maneiras de estar ligado no todo e pelo todo social”.

Com tal método de interpretação, seria possível investigar o preconceito racial à luz de uma análise da estrutura social brasileira, focalizando suas funções no sistema de relações sociais. Desse modo, seria possível abordar sociologicamente o preconceito racial, considerando cinco grupos de problemas: a formação do preconceito, seu modo de exteriorização, de integração à cultura, as funções assumidas e sua transformação. Essas últimas estariam atreladas à própria transformação da ordem social, que condiciona o significado e a função do preconceito racial.

O método de interpretação adotado também teria implicações para a conceitualização do fenômeno, ao possibilitar o aproveitamento teórico de noções centrais estabelecidas tanto pelo “uso popular” como pelo emprego científico corrente do termo, ao mesmo tempo que se singulariza com relação a esses últimos, ao acentuar o caráter descritivo e neutro do conceito.

É dentro dessa perspectiva que Bastide e Fernandes (2008a, p. 285) incorporam a noção de “preconceito de cor” em sua pesquisa, como uma espécie de “categoria nativa”, dado o seu amplo emprego pela população de São Paulo naquele momento – “subentendendo-se que o termo ‘cor’ se aplica ao negro e seus descendentes mestiços mais escuros”. Em nota de rodapé, os autores afirmam que “talvez seja conveniente utilizá-la no presente estudo. Nesse caso, o termo preconceito racial só deveria ser empregado em sentido técnico, nas explicações de caráter teórico” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 285). Tratava-se de investigar o significado do “preconceito de cor” no contexto nacional e, em especial, para os negros, questão que será retomada e analisada posteriormente em “A integração do negro na sociedade de classes”. Assim, é possível observar, no texto do “projeto de estudo”, o emprego do conceito de

preconceito racial nas explanações de caráter teórico e o uso da noção “preconceito de cor” nas discussões de ordem empírica.

Haveria ainda o desafio de definir o significado social da raça no Brasil. Em nota de rodapé, os autores afirmam tomar a noção de raça em seu sentido sociológico, e não biológico, à maneira de Gunnar Myrdal em sua análise da sociedade norte-americana, segundo a qual o sentido social da raça determinaria o *status* dos indivíduos e sua posição nas relações inter-raciais. Porém, seria necessário considerar a particularidade do fenômeno no âmbito da sociedade brasileira, marcada por variações no que diz respeito às classificações raciais dos seus membros (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 269).

É sobretudo no que diz respeito à interpretação do preconceito racial que se colocariam os problemas mais delicados. Nesse quesito, os autores partem, mais uma vez, de uma contraposição crítica a Donald Pierson, questionando:

[A] afirmação de que o ‘preconceito de cor’ no Brasil é um preconceito de classe não colide com a forma de seleção e de imputação dos atributos, que apanha as diferenças ou as marcas raciais? Ao contrário do que afirma [Pierson], parece que o ‘preconceito de cor’ existe e penetra, em maior ou menor grau, todas as classes sociais, sem contudo associar-se a manifestações ostensivas (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 274).

Os argumentos críticos e as hipóteses diretrizes sustentadas pelos autores sugerem a especificidade do preconceito racial com relação à estratificação em classes e sua concepção como processo social vigente no seio da sociedade brasileira. Desse modo, uma primeira hipótese afirma que

as flutuações da conduta dos brancos diante dos negros se explicam pela complexidade da situação de contato e em vez de serem um índice da inexistência do preconceito racial constituem, ao contrário, um sintoma de que a intensidade com que ele se manifesta varia até um extremo limite (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276, grifo dos autores).

De modo semelhante, a segunda hipótese visa a apreender a vinculação do preconceito com a dinâmica social. Nas palavras dos autores,

o desenvolvimento das classes sociais e do regime econômico capitalista em São Paulo, uma sociedade étnica e racialmente heterogênea, estão se processando de modo a modificar as condições sociais de ajustamento inter-racial entre brancos e pretos, o que se reflete na transformação da antiga ideologia racial e, por consequência, nas formas de exteriorização e na função do ‘preconceito de cor’ (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276-277, grifo dos autores).

Longe de insinuar a superação do racismo, a desagregação da antiga ideologia racial, provocada pelas transformações da estrutura social, estaria se processando de modo a permitir

“a reintegração do ‘preconceito de cor’ à cultura urbana” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276). Nesse sentido, mesmo os imigrantes europeus recém-chegados ao Brasil estariam incorporando estereótipos raciais e preconceitos na sua relação com os negros. Por outro lado, a incorporação de valores urbanos por parte dos negros, somada ao alargamento das suas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, estariam favorecendo a alteração das situações de contato. Os negros agora passavam a “forçar a situação”, enfrentando e desnaturalizando as expectativas sociais com relação ao “lugar” do negro (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 276). Os exemplos elencados pelos autores, já no desenvolvimento do projeto, são indicativos da sua proximidade com a complexa realidade investigada.

A terceira e última hipótese estabelece prospecções acerca da correlação entre preconceito racial e dinâmica social. Longe de apresentar um processo de mudança social uniforme e de tipo irrefreável, Bastide e Fernandes destacam seu caráter aberto, complexo e contraditório¹⁴, em razão das disputas de interesses entre os diferentes grupos raciais, bem como da heterogeneidade inerente a cada um deles. Nesse sentido, os autores destacam a desagregação da antiga ideologia racial como algo socialmente inevitável, embora muitos dos seus elementos culturais pudessem ser reintegrados à cultura urbana, entre os quais o “preconceito de cor” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 277).

O conhecimento da nova ideologia racial, por sua vez, dependia da análise das atitudes expressas por brancos e pretos, levando em consideração os seus interesses diversos, bem como variações e contradições inerentes a cada grupo. Já as transformações relacionadas ao processo de modernização da sociedade – tais como o desenvolvimento das classes sociais, a industrialização e a urbanização – são tomadas como “ponto de referência para acompanhar a repercussão dos interesses sociais nas atitudes raciais e [como] um elemento prospectivo para identificar a provável orientação do processo” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 278). Dada a complexidade da situação investigada, a hipótese prospectiva se apresenta com direções distintas:

Presume-se que essa forma de “preconceito de cor” se modificará, de modo a integrar-se às condições sociais de ajustamento inter-racial em uma sociedade de classes: a) perdendo lentamente sua força inibidora ou coatora sobre o comportamento dos negros; b) assumindo uma expressão provavelmente mais extensiva nos círculos sociais ou nos grupos étnicos dos brancos em que se perpetuar como símbolo social

¹⁴ A esse respeito, Silva e Brasil Jr. (2021, p. 14) destacam, no prefácio da mais recente edição de “A integração do negro na sociedade de classes”, uma concepção não-linear da mudança social em Fernandes, em contraposição a uma visão dualista que despontou na recepção crítica do autor, notadamente no campo de pesquisa sobre relações raciais, na qual a ordem estamental e a sociedade de classes seriam “compostas por variáveis sistêmicas interligadas e incompatíveis entre si”.

de status (real ou compensatório) e como meio de defesa econômica (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 278, grifo dos autores).

Nas hipóteses suplementares apresentadas na sequência, Bastide e Fernandes (2008a) destacam que, ainda quando mantém a mesma forma, os elementos da antiga ideologia racial tendem a mudar de função. Assim, representações coletivas sobre os negros que visavam a legitimar a exploração do preto pelo branco na sociedade escravocrata, assumem a função de demarcar a distância social entre os grupos raciais na nova ordem social.

Portanto, já no delineamento das hipóteses diretrizes da pesquisa, os autores expressam seu interesse em desvelar a forma e as novas funções assumidas pelo preconceito racial na ordem social emergente – em nítido contraste com a interpretação ainda presente no campo intelectual brasileiro de que, segundo Fernandes, tal fenômeno perderia sua função sob o capitalismo ou tenderia a desaparecer com o pleno desenvolvimento da sociedade de classes (Hasenbalg, 1979; Motta, 2000; Souza, 2006). Para Roger Bastide e Florestan Fernandes, o preconceito racial não somente seria passível de se manifestar em uma ordem capitalista, como também poderia ser combinado com outras formas de preconceito – como o preconceito religioso e o preconceito de classe. A incorporação seletiva de elementos da antiga ideologia racial se daria conforme a sua consistência “com as modernas condições de existência social” (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 280).

É também no “projeto de estudo” que Bastide e Fernandes (2008a, p. 286) empregam possivelmente pela primeira vez a noção de “dilema”, tomada do clássico estudo de Myrdal (1944) sobre a sociedade norte-americana, mas que ganhará contornos próprios no estudo da estrutura social brasileira e se tornará tão cara às interpretações de Florestan Fernandes sobre o Brasil e a América Latina.

A breve discussão sobre o dilema racial no “projeto de estudo” provoca certa inflexão no debate desenvolvido pela fortuna crítica de Fernandes em torno do par conceitual “demora cultural x dilema” – sem, de modo algum, diminuir a importância desse debate. Em linhas gerais, segundo essa interpretação, Fernandes teria substituído progressivamente o conceito de demora cultural pela noção de dilema, a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, de modo a destacar o caráter estrutural das contradições da sociedade brasileira (Brasil Jr., 2013; Costa *et al.*, 2021, Silva, 2021). No entanto, a recuperação da noção de dilema já no início dos anos 1950, na análise das relações raciais, sugere que esse processo de elaboração conceitual é anterior e talvez mais complexo – ainda mais considerando o emprego da hipótese da demora

cultural em obras posteriores do autor, como “A integração do negro na sociedade de classes” e “A revolução burguesa no Brasil” (Silva, 2021). O conceito de demora cultural não é empregado no “projeto de estudo” e aparece somente em nota de rodapé no segundo capítulo de “Branços e Negros em São Paulo” – em referência à explicação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o descompasso entre a mentalidade dos fazendeiros paulistas que, inicialmente, tendiam a atribuir o “antigo status do escravo” ao trabalhador branco e ao imigrante, e o sistema de trabalho nas fazendas que se transformava em ritmo mais acelerado (Fernandes, 2008, p. 93).

Já a noção de dilema será empregada inicialmente para abordar a situação dos negros na nova ordem social, entravada pela existência de barreiras culturais e raciais. Nas palavras dos autores:

Em regra, os negros se encontram diante do seguinte dilema: o acesso a determinadas posições ou serviços é dificultado pela falta de qualificação técnica; mas a qualificação técnica nem sempre garante a seleção racional, isto é, ela pode ser relegada a segundo plano, por causa da “cor”. Ou seja, a carreira social do negro apresenta aspectos peculiares; aqui se evidenciam tanto os efeitos do equipamento cultural tradicional dos pretos (...) quanto os efeitos inibidores do “preconceito de cor” propriamente dito (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 286).

O dilema adquire o sentido de impasse ou contradição que se coloca para o negro, cuja posição na estrutura social seria marcada por uma dupla desvantagem nos processos de classificação social, tanto em função de seu equipamento cultural tradicional como pelos efeitos do “preconceito de cor”¹⁵. A nossa hipótese é de que Fernandes elabora tal categoria a partir de um diálogo – direto ou indireto – com intelectuais e ativistas negros atuantes no final dos anos 1940, que destacavam as dimensões socioculturais, econômicas, psicológicas e propriamente “raciais” – referentes às barreiras do “preconceito de cor” – do chamado “problema do negro” em seus estudos e encontros¹⁶.

¹⁵ Ao abordar o estado de anomia social prevalecente no meio negro durante os chamados “anos de espera”, Fernandes destaca que as tendências assumidas pelo processo de urbanização “impediram a preservação dos *mores afro-brasileiros*, que poderiam garantir a transformação da ‘população negra’ numa minoria racial integrada e autônoma” (Fernandes, 2020, p. 130, grifo do autor). Nessa e em outras passagens da obra, o autor sugere que a desvantagem cultural da população negra se deve, em parte, ao despojamento de seu repertório cultural, que acompanha o processo de colonização, escravização e branqueamento da sociedade brasileira e se deu sem qualquer compensação no sentido de dotá-los dos recursos materiais e morais valorizados na nova ordem social. Tais condições agravam, portanto, o estado de anomia social transplantado da ordem escravocrata.

¹⁶ Cumpre destacar a esse respeito os registros de Guerreiro Ramos sobre a atuação do Teatro Experimental do Negro (TEN) e, particularmente, o I Congresso do Negro Brasileiro, apresentados na antologia “Negro Sou”, organizada por Muryatan Barbosa. No primeiro texto da antologia, que constitui o discurso proferido por Ramos por ocasião da instalação do Instituto Nacional do Negro – Centro de estudos e pesquisas do TEN, do qual se tornou diretor –, em 9 de setembro de 1949, ele afirma que “a condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida. Mas foi um avanço puramente simbólico, abstrato. Socioculturalmente, aquela situação não se configurou; de um lado, porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro

Como destaca Gabriel Cohn (1986) em seu clássico texto “Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes”, embora se refira a um problema de ordem estrutural, a noção de dilema teria também um sentido subjetivo, relacionado às escolhas que se colocam para os indivíduos que se encontram diante de um impasse. Assim, o dilema racial impactaria tanto a competição dos negros com os brancos, em termos objetivos, quanto a formação dos ideais de vida dos negros, em termos subjetivos.

Já nesse momento é possível observar o interesse dos autores em investigar a formação de uma “contra-ideologia racial” e “os sentidos em que estão sendo projetadas a lealdade dos pretos”, por meio de um estudo das organizações e dos movimentos sociais do meio negro (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 284-285). Essa dimensão do dilema – subjetiva ou microssociológica – assume um caráter coletivo e contornos propriamente políticos, que se tornam fundamentais para pensar o dilema racial brasileiro e ganham centralidade em momentos posteriores da trajetória intelectual de Florestan Fernandes¹⁷.

Considerações Finais

A análise do projeto de estudo permite ir de encontro a certa leitura “residualista” da questão racial no pensamento de Florestan Fernandes, ao menos em seus momentos iniciais de elaboração teórica – que constituíram objeto da presente discussão –, uma vez que se tratava de investigar a natureza e funções assumidas pelo preconceito racial em um contexto de mudança social. Se o preconceito racial não é encarado no projeto como um fenômeno propriamente estrutural, ele estaria diretamente ligado às transformações da estrutura social, mediado pelos interesses e atitudes dos grupos raciais e classes sociais específicos.

A sofisticação teórica manifesta no projeto se faz notar também em sua concepção relacional do preconceito racial, que se reflete no interesse dos autores em analisar o grupo racial dominante. Nas suas palavras,

Os brancos, à medida que se incorporam às classes dominantes, do ponto de vista racial, não sentem o peso e os efeitos do ‘preconceito de cor’. O mesmo não acontece com os negros, que aprendem desde cedo a ‘ficar em seu lugar’ e isso quase sempre por meio de humilhações, de ressentimentos e de frustrações, que passam despercebidos à maioria dos brancos (Bastide; Fernandes, 2008a, p. 287).

lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania” (Ramos, 2023, p. 45).

¹⁷ Já abordamos em outro texto a ênfase progressiva de Florestan Fernandes sobre a dimensão política do dilema racial brasileiro como parte do movimento de radicalização do seu pensamento (Costa *et al.*, 2021).

Os autores afirmam a necessidade de investigar igualmente os efeitos do preconceito racial sobre brancos e negros e já apontam alguns desses efeitos no “projeto de estudo” – como o de conferir ao branco o sentido de coerência de suas atitudes na interação com os negros com relação aos padrões de moralidade e dignidade humana da sociedade em que vive (Bastide; Fernandes, 2008b, p. 287-288). Essa proposta é retomada em “A integração do negro na sociedade de classes”, ao analisar as decisões políticas que garantiram a reprodução dos privilégios da camada dominante do grupo racial branco na passagem para a nova ordem social, e ganha relevo sobretudo nos escritos dos anos 1970, ao abordar os sentidos assumidos pelo dilema racial sob o capitalismo dependente.

Essa discussão permite matizar a recepção crítica de Florestan Fernandes pelos mais recentes estudos sobre branquitude, nos quais se destaca uma análise unilateral relativa ao autor sobre a deformação da escravidão, voltada somente à personalidade dos negros. Isso aparece no argumento de Cida Bento como sintoma da branquitude na análise do autor. Segundo a autora, “se Florestan Fernandes, tão consciente do racismo no Brasil, não conseguiu enxergar o impacto da escravidão no seu próprio grupo branco, era preciso compreender a cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude” (Bento, 2022, p. 63). No entanto, a nossa hipótese é de que essa preocupação, já presente no “projeto de estudo”, é retomada de modo progressivo na trajetória intelectual de Florestan e desemboca em sua análise sobre a “resistência sociopática à mudança” das classes dominantes, que dá forma ao processo de mudança em curso na sociedade brasileira, orientando-o para a preservação pura e simples de seu *status quo* (Fernandes, 1976). É essa característica que configurará, para Fernandes, o âmago do nosso “dilema social”, elaborado em texto do início dos anos 1960.

Por fim, Bastide e Fernandes (2008a, p. 288-289) destacam o contexto de transição em que o estudo sobre relações raciais estava sendo realizado no início dos anos 1950 – o que explica sua relação direta com o tema da mudança social. Por essa razão, tal estudo tanto poderia servir para “caracterizar uma situação que tende a desaparecer” como para contribuir com o conhecimento de algo que está em desenvolvimento incipiente – a depender da ênfase colocada pelo pesquisador. No caso dos autores, interessava investigar os elementos da antiga ideologia racial que tendiam a se conservar – como parecia ser o caso do preconceito racial –, assim como o sentido da transformação da situação social dos negros.

No prefácio à segunda edição de “Brancos e Negros em São Paulo”, Fernandes (2008, p. 18) afirma que não foi possível redigir o estudo sociológico final nessa obra, restringindo-se

a uma discussão predominantemente descritiva acerca dos resultados da investigação – em virtude do curto prazo estipulado pela Unesco para a publicação do relatório da pesquisa. Por essa razão, Campos (2014) destaca que a discussão apresentada na obra respondeu a dois dos objetivos estipulados no projeto – o plano informativo e o descritivo –, sem desenvolver devidamente o plano interpretativo. Bastide e Fernandes não teriam conseguido, nesse primeiro momento, explorar toda a riqueza dos dados coletados na pesquisa empírica. A análise desse material e sua interpretação serão retomadas por Florestan Fernandes em “A integração do negro na sociedade de classes”, defendida como Tese de Cátedra em março de 1964. A despeito disso a gênese da noção de dilema, que se tornará sua categoria interpretativa fundamental para abordar as relações raciais no Brasil, já se encontra no texto do “projeto”.

Ademais, vale destacar que os autores apresentam, ainda em “Branços e Negros”, alguns prognósticos que sugerem a possibilidade do “preconceito de cor” se tornar um fenômeno estrutural. No capítulo “Cor e estrutura social em mudança”, redigido por Fernandes, o autor afirma que “a) é possível que o preconceito de cor encontre na sociedade de classes condições estruturais favoráveis à sua perpetuação; b) é provável que se desenvolvam preconceitos de classe aplicáveis nas relações dos indivíduos de cor entre si” (Fernandes, 2008, p. 153).

Portanto, ao abordar as tendências emergentes, Fernandes destaca a possível coexistência de dois sistemas de estratificação – racial e social – na nova ordem social, cuja complexa e imbricada relação será fundamental para pensar o dilema racial brasileiro. Apesar disso, os autores não retomam o conceito de dilema na análise apresentada em “Branços e Negros em São Paulo”, talvez pelas razões aventadas anteriormente, relacionadas ao tempo limitado para o desenvolvimento do plano interpretativo, bem como para explorar o material produzido em colaboração com intelectuais e ativistas do meio negro. Como mostra Campos (2014), Fernandes só se refere ao conteúdo produzido nas mesas-redondas propostas em colaboração com intelectuais negros(as) no último capítulo da referida obra – “A luta contra o preconceito de cor” –, em sua discussão sobre as reações à lei Afonso Arinos no meio negro.

A nossa hipótese é que a interlocução estabelecida com os(as) colaboradores(as) negros(as) da pesquisa será fundamental para o delineamento da noção de dilema racial brasileiro em suas distintas dimensões, de modo que seu emprego enquanto categoria interpretativa das relações raciais no Brasil moderno somente será retomado em “A integração do negro na sociedade de classes”. Trata-se de explorar, a partir de agora, os sentidos e

desdobramentos teóricos e empíricos assumidos por tal categoria nos momentos subsequentes da trajetória intelectual de Florestan Fernandes.

Para tanto, em uma segunda etapa da pesquisa, seguiremos com a análise diacrônica da categoria dilema racial na obra “A integração do negro na sociedade de classes” (1964), que constitui não somente a obra capital do autor, mas também o lugar em que o dilema racial é elaborado em suas múltiplas dimensões, podendo ser lido como uma etapa relevante da resposta sociológica do autor à não integração do negro à sociedade de classe. Serão também retomados dois ensaios produzidos nos anos 1970, a saber: “Aspectos políticos do dilema racial brasileiro” e “A sociedade escravista”, publicados respectivamente em “O negro do mundo dos brancos” (1972) e “Circuito Fechado” (1976). Tais ensaios permitem observar o progressivo processo de radicalização do pensamento de Florestan, por meio de uma articulação do dilema racial à noção de capitalismo dependente e de maior ênfase analítica nos processos de reprodução das desigualdades raciais pelos estratos dominantes da raça branca. Essa radicalização teórica ganhará contornos político-programáticos em “Significado do protesto negro” (2017), quando o autor atua como deputado constituinte (1987-1988) e deputado federal (1989-1994) pelo Partido dos Trabalhadores, somando-se à luta do Movimento Negro Unificado (MNU).

Referências

- ARCHER, Margaret. Habitus, reflexividade e realismo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. O preconceito racial em São Paulo (Projeto de estudos). In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008a. p. 265-291.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008b.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Unesco: Anhembi, 1955.
- BASTOS, Elide Rugai. Sessenta anos de um relatório de pesquisa exemplar. **Revista Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 29-54, maio/ago. 2015.
- BASTOS, Elide Rugai. A história nunca se fecha. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 677-694, maio/ago. 2020.
- BIBLIOTECA Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. (BCo/UFSCar). Fundo Florestan Fernandes. Item documental n. 02.09.2506 (Anexo I).
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL JR., Antonio da Silveira. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo: Hucitec, 2013.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Uma pesquisa impactante. *In*: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008. p. 9-16.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. *In*: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.

COSPITO, Giuseppe. Egemonia/egemonico nei “Quaderni del carcere” (e prima). **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 1, p. 49-88, dez. 2016.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes’ critical sociology**. A social theory of Brazil and Latin America. Abingdon; New York: Routledge, 2024.

COSTA, Diogo Valença; ALVES, Ana Rodrigues; PORTELA JR., Aristeu; SOARES, Eliane Veras; SILVA, Lucas Trindade da; MUTZENBERG, Remo. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. *In*: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 317-349.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a crítica da formação colonial brasileira: trabalho, racismo e capitalismo dependente. **Estudos Universitários**, Recife, v. 40, n. 1, p. 51-86, jan./jun. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o poder institucional. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil [1957]. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977a. p. 25-49.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977b. p. 140-211.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. O legado da “raça branca”. São Paulo: Editora Globo, 2008a. 1 v.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. No limiar de uma nova Era. São Paulo: Editora Globo, 2008b. 2 v.

FERNANDES, Florestan. Carta à liderança do PT. *In*: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017a. p. 158-160.

FERNANDES, Florestan. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. *In*: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017b. p. 129-139.

FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre a mudança social no Brasil. *In*: FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 202-236.

FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. *In*: D’INCAO, Maria Angela (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987. p. 163-180.

GATO, Matheus. Sociologia histórica e interpretação do racismo no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 87-122, maio/ago. 2024.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Baianos e paulistas: duas “escolas” de relações raciais? **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-95, maio 1999.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Carta a Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro, 3 jun. 1977. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar). Fundo Florestan Fernandes. Item documental n. 2506.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

IANNI, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. Organização de Octavio Ianni. São Paulo: Expressão popular, 2004. p. 7-47.

MAIO, Marcos Chor. Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais nos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil 1930-1964. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 1-20, 1987.

MYRDAL, Gunnar. **An american dilemma: The negro problem and modern democracy**. New York: Harper & Brothers, 1944.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-21, dez. 2000.

NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: Estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1945.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou**: a questão étnico-racial e o Brasil. Ensaios, artigos e outros textos (1949-73). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SCHWARZ, Lilia Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007. p. 11-24.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da; BRASIL Jr., Antonio. Prefácio: Racismo e limites à democracia em A integração do negro na sociedade de classes. In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. p. 9-49.

SILVA, Lucas Trindade da. Uma leitura não-residualista da questão racial em Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 361-378, dez. 2016.

SILVA, Lucas Trindade da. O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 279-295.

SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Bibliografia de Florestan Fernandes. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 353-359.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Recebido em: 2/4/2025

Aceito em: 27/8/2025

ANEXO

02.09.2506

(à resp.)

(A)

sociedade brasileira de instrução

iuperj

rua da matriz, 82 - botafogo - ze 02
tels. 286-0996 - 286-0146 - rio de janeiro - rj

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1977

Ilmo. Prof. Florestan Fernandes

Rua Nebrasca 392

São Paulo -SP

Prezado Professor:

Estou lhe enviando o último número da Revista DADOS, para submeter à sua apreciação artigo de minha autoria sobre "Desigualdades Raciais no Brasil". Tal apreciação me seria tanto mais necessária quanto, por um lado, formulo algumas críticas que me parecem pertinentes sobre o tratamento que foi dado pelo Sr. às conexões entre escravidão e relações raciais pós-escravistas. Enquanto, por outro lado é desnecessário dizer que seus trabalhos sobre a integração do negro na sociedade de classes foram, para mim como para tantos outros, o ponto de partida para uma reflexão a respeito do tema.

Queria também aproveitar a oportunidade para, em nome do Conselho Editorial da Revista DADOS, convidá-lo ao envio de colaborações, para publicação nos próximos números.

Com muita consideração e estima,

Carlos A. Hasenbalg

Carlos A. Hasenbalg

(078)

**FLORESTAN FERNANDES, ROGER BASTIDE E A PALAVRA DA
MILITÂNCIA NEGRA**

***FLORESTAN FERNANDES, ROGER BASTIDE AND THE WORD OF BLACK
ACTIVISM***

Paulo Henrique Fernandes Silveira*

Resumo

No início dos anos 1950, por encomenda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Florestan Fernandes e Roger Bastide desenvolveram uma ampla pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo. Contra as expectativas da Unesco, a pesquisa constatou a existência da discriminação racial no Brasil. Entre as estratégias metodológicas adotadas na pesquisa, estavam o emprego de questionários, entrevistas e histórias de vida, além da organização de seminários com as lideranças da militância negra. Tratava-se de registrar a palavra de pessoas negras que enfrentavam diretamente o racismo. No livro “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado em 1964, Fernandes retomou seus registros da pesquisa Unesco com as contribuições da militância negra. Esses registros estão acessíveis no Fundo Florestan Fernandes, na Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A partir de uma pesquisa documental, esse artigo visa a apresentar e analisar as contribuições escritas e orais da militância negra na formulação das teses desenvolvidas na pesquisa Unesco e no livro “A integração do negro na sociedade de classes”.

Palavras-chave: Roger Bastide. Florestan Fernandes. Militância Negra. Discriminação Racial.

Abstract

In the early 1950s, requested by United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Florestan Fernandes and Roger Bastide developed an extensive research about racial relations in São Paulo. In opposition to UNESCO expectative, the research ascertained the existence of racial discrimination in Brazil. Among the methodological strategies adopted were the use of questionnaires, interviews and life stories, in addition to the organization of seminars with leaders of black activism. It was about recording the words of black people who directly faced racism. In the book *Integration of Black People into Class Society*, published in 1964, Fernandes revisited the records his UNESCO research with contributions from black activists. These records are available in the Florestan Fernandes Fund, at the Community Library of the Federal University of São Carlos (UFSCar). Based on documentary research, this article aims to present and analyze the written and oral contributions of black activists in formulating the theses developed in the UNESCO research and in the book *The Integration of Black People in Class Society*.

Keywords: Roger Bastide. Florestan Fernandes. Black Activism. Racial Discrimination.

* Docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e pesquisador do Grupo de Direitos Humanos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). E-mail: paulo.henrique.fernandes@usp.br.

Que a pesquisa possa contar com pessoas que têm realmente experiência, que não são estrangeiros que vêm estudar o problema aqui, são pessoas que sofrem o problema na própria pele. São pessoas que sentem.

(Observação em massa, 1951b, p. 542).

Introdução

No livro “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado em 1964, Florestan Fernandes retoma os registros da pesquisa Unesco, realizada nos anos 1950, sobre as relações raciais em São Paulo. Utilizando-se de seminários, questionários, entrevistas, histórias de vida e relatórios, a pesquisa Unesco enfatizou a centralidade das experiências e dos testemunhos das pessoas negras na construção do conhecimento científico sobre discriminação racial.

No papel de coordenadores da pesquisa, Roger Bastide e Florestan Fernandes convidaram docentes, estudantes e lideranças do movimento negro para participarem da investigação. Alguns desses estudantes, como Ruth Cardoso, Fernando Henrique Cardoso e Renato Moreira, tornaram-se professores da Universidade de São Paulo (USP). Entre as lideranças do movimento que participaram da pesquisa Unesco, estavam jornalistas, políticos e dirigentes de associações negras, como Jorge Teixeira, diretor da Associação José do Patrocínio, e Sofia Campos, presidenta da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo e umas das coordenadoras da Associação das Empregadas Domésticas.

Entre os meses de maio e novembro de 1951, a pesquisa Unesco promoveu uma série de seminários com as lideranças negras; o primeiro, na Biblioteca Municipal, os demais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP (Campos, 2014). Nesse mesmo período, Fernandes e Teixeira coordenaram encontros na Associação José do Patrocínio com mulheres da comunidade negra.

A professora Maria Isaura Queiroz e o estudante Renato Moreira ficaram responsáveis pela elaboração das histórias de vida. Queiroz (1989) redigiu a história de vida de uma empregada doméstica negra que trabalhava há muitos anos em sua casa. Moreira (História de vida, 1951) elaborou as histórias de vida dos militantes Francisco Lucrécio e José Correia Leite. Moreira também escreveu com Leite o texto “Movimentos sociais no meio negro” (2025).

No documentário “Florestan Fernandes - o mestre”, uma homenagem a Florestan Fernandes, realizado em 2004, Antônio Candido de Mello e Souza afirma:

Ele (Florestan Fernandes) ajudou Roger Bastide a montar um dos mais belos esquemas de análise sociológica que eu já vi, eles mobilizaram a comunidade negra. Ao invés de ir lá estudar o objeto, eles puxaram a comunidade negra para ser sujeito, ao mesmo tempo. Quer

dizer, o negro, a partir dessa pesquisa do Florestan e do Roger Bastide, deixou de ser objeto de estudo, para ser sujeito de estudo: ele participar, ele falar, ele orientar, junto com os pesquisadores ¹ (Florestan Fernandes - o mestre, 2004, 18min 52s).

Como sustenta Souza (2020), ao convidarem a militância negra para contribuir com a pesquisa Unesco, Roger Bastide e Florestan Fernandes rompem com a tradição acadêmica de silenciamento dos grupos marginalizados da sociedade.

Os registros das diversas contribuições da militância negra para a pesquisa Unesco sobre as relações raciais em São Paulo encontram-se no acervo do Fundo Florestan Fernandes, da Biblioteca Comunitária da UFSCar. A partir de uma pesquisa documental, este artigo visa a apresentar e analisar a importância dessas contribuições na formulação das teses desenvolvidas na pesquisa Unesco e no livro “A integração do negro na sociedade de classes”.

Colonialismo, racismo e ciência

No início da década de 1950, ocorreu um intenso debate na França a respeito do colonialismo e do racismo. Esse período foi marcado pelas lutas por independência nos diversos países colonizados pela França. Em 1950, foi publicada uma primeira versão do “Discurso sobre o colonialismo”, de Aimé Césaire. Dois anos depois, foi publicado na França, com a tradução de Roger Bastide, “Casa grande & senzala”, de Gilberto Freyre. Naquele ano, também foram publicados “Pele negra, máscaras brancas”, de Frantz Fanon, e “Raça e história”, de Claude Lévi-Strauss. Como analisa a historiadora Cibele Barbosa (2018), grande parte dos intelectuais franceses assumiu posições antirracistas sem questionar a manutenção do colonialismo, tratava-se de cultivar uma espécie de “colonialismo esclarecido”.

Foi nesse contexto que Alfred Métraux, como um dos coordenadores do programa da Unesco contra o racismo, encomendou, em 1950, a pesquisa sobre as relações raciais no Brasil (Prins; Krebs, 2007). Num artigo para *Le Courrier de l'UNESCO*, Métraux (1952, p. 6) explica a motivação dessa pesquisa:

¹ Essa interpretação de Souza não é unanimidade no meio acadêmico. Em 2014, estudantes da Universidade de São Paulo organizaram um encontro para comemorar os 50 anos da publicação do livro *A integração do negro na sociedade de classes*. Uma das mesas do encontro ocupou-se, principalmente, em criticar o livro. Em sua comunicação, Sidney Chalhoub (2020, 24min 40s) argumenta: “Eu sou muito diferente de Florestan. (...) Eu aprendo as coisas pesquisando. (...) Nada disso eu aprendi na militância, aprendi estudando”. Ao que parece, para Chalhoub, as pesquisas acadêmicas devem se basear em arquivos oficiais, documentos históricos e livros teóricos, mas não nas experiências e nos testemunhos dos militantes do movimento negro.

Um dos dogmas essenciais do racismo é o de que homens de raças diferentes não podem viver misturados sem condenar-se à decadência moral e física. Os racistas proclamam que a única solução para os países em que coexistem duas ou mais raças diferentes é a segregação absoluta. (...) O caso do Brasil constitui o argumento mais forte que pode opor-se à crença racista. (...) Saúda-se o Brasil como um dos raros países do mundo que tem conseguido implantar a ‘democracia racial’. (...) Vários estudos realizados anteriormente – particularmente os trabalhos históricos de Gilberto Freyre e as investigações sociológicas de Donald Pierson, na Bahia – confirmaram a opinião favorável que o mundo formou sobre a situação racial do Brasil. (...) Com a esperança de extrair uma lição do caso brasileiro, a UNESCO delegou às diversas equipes de sociólogos, antropólogos e psicólogos a tarefa de completar os trabalhos já existentes por meio de estudos levados a cabo em regiões ainda não examinadas e com grupos sociais diferentes daqueles que já foram considerados.

Essa edição do periódico da Unesco, publicada, concomitantemente, em francês, inglês e espanhol, apresentou alguns dos resultados da pesquisa sobre as relações raciais no Brasil. Além de textos dos coordenadores da pesquisa em cada uma das regiões do país investigadas, o periódico publicou um texto de Gilberto Freyre, que não colaborou diretamente na pesquisa (Maio, 1999). Em seu texto sobre os resultados da pesquisa em São Paulo, Roger Bastide frustra as expectativas de Métraux com relação à ausência de discriminação racial no Brasil:

A urbanização e a industrialização, em conjunto com as leis trabalhistas, que se aplicam a todos os trabalhadores, sem distinção de cor ou de origem, tendem atualmente a substituir a ascensão de alguns poucos indivíduos pela ascensão do grupo de cor como um todo. Mas é evidente que, por isso mesmo, o branco passa a se sentir ameaçado nas posições privilegiadas que ocupava até agora e procura conservar seus postos de comando frente à invasão cada vez maior de negros e mulatos. Ele tentará criar barreiras, senão para deter, ao menos para retardar esse movimento. (...) Existe, assim, toda uma política dirigida para encaminhar os negros unicamente para alguns setores, como a construção de edifícios ou os trabalhos duros e sujos que o branco não deseja realizar (Bastide, 1952, p. 9).

Além de ter empenhado poucos recursos para a realização da pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, a Unesco não financiou sua publicação (Fernandes, 2017a). Ela tampouco contribuiu para que a pesquisa fosse publicada na França ou em outros países onde atuava. Numa carta enviada a Fernandes, em março de 1954, Bastide trata da dificuldade financeira para publicar a pesquisa na França².

Em 1953, todos os textos e relatórios que compõem a pesquisa foram publicados pela revista “Anhembi”. Em 1955, a Universidade de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo

² “Eu deveria ter-lhe escrito há vários dias, já que finalmente pude ver Éric de Dampierre na (editora) Plon. (...) Plon estaria determinada a publicar a obra completa em uma coletânea de grande formato, mesmo com os dois relatórios de Virginia Bicudo e Ginsberg, mas pede um adiantamento de 700.000 francos, a ser reembolsado aos poucos após a venda do 3.000º exemplar – ou seja, um subsídio de cerca de 500.000 francos, a fundo perdido. O senhor acha que o Governo de São Paulo se comprometeria com tais quantias?” (Bastide, 1954, n.p).

financiaram a publicação da pesquisa no livro “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo” (Bastide, 1955a).

Entre 1951 e 1952, também por intermédio da Unesco, Métraux financiou as pesquisas e as publicações, em duas ou três línguas, de uma série de brochuras que tratam do racismo: “Os mitos raciais”, de Juan Comas; “Raça e biologia”, de Leslie Dunn; “Raça e psicologia”, de Otto Klineberg; “Raça e civilização”, de Michel Leiris; “Raça e história”, de Claude Lévi-Strauss (Prins; Krebs, 2007). No início do seu trabalho, Lévi-Strauss (1970, p. 231) critica a hierarquia das culturas e dos saberes:

Falar de contribuição das raças humanas à civilização mundial poderia ser surpreendente num trabalho destinado a lutar contra o preconceito racista. Seria inútil ter consagrado tanto talento e tantos esforços para mostrar que nada, no atual estado da ciência, permite afirmar a superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça com relação à outra.

Esse texto sofreu críticas duras de Roger Caillois, um sociólogo francês que trabalhava na Unesco e que percorreu a América Latina com Métraux. Assumindo uma postura racista, Caillois (1955, p. 65) procura justificar uma hierarquia dos saberes entre as culturas: “Se me pedissem para apontar, de minha parte, a principal superioridade e, se possível, a incontestável superioridade da civilização ocidental, responderia sem hesitar que é ter produzido etnógrafos”. Segundo Caillois, as outras culturas não seriam capazes de produzir ciência.

Na última versão do “Discurso sobre o colonialismo”, que vem a público em 1955, Césaire (2010, p. 63) refere-se a esse texto de Caillois: “Ia esquecendo o ódio, a mentira e a arrogância. Ia esquecendo o senhor Roger Caillois”. Césaire compara Caillois com o escritor Henri Massis, que, em 1927, escreveu o livro “Defesa do Ocidente” contra a perigosa e nefasta influência da cultura oriental. Tanto Massis quanto Caillois se colocariam como heróis salvadores do Ocidente.

Em suas análises, Césaire (2010, p. 65) apresenta uma síntese das posições defendidas por Caillois:

Que o Ocidente inventou a ciência. Que somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o protótipo mesmo do falso pensamento.

A principal crítica de Césaire refere-se à apropriação que Caillois faz da lei da participação, criada por Lucien Lévy-Bruhl, segundo a qual as pessoas das culturas indígenas compreendem-se como participando, ao mesmo tempo, da essência dos seres humanos e dos

animais. Nessa perspectiva, essas culturas não seguiriam o princípio lógico da não-contradição. Segundo Césaire (2010), em determinada etapa das suas pesquisas antropológicas, Lévy-Bruhl abandonou sua lei da participação e passou a reconhecer que, do ponto de vista lógico, a mente das pessoas indígenas não difere em nada da mente das pessoas ocidentais.

Um parágrafo desse livro de Césaire foi utilizado como epígrafe do “Pele negra, máscaras brancas”, de Frantz Fanon. Posto que o livro de Fanon foi publicado em 1952, naquele momento, ele só teve acesso à primeira versão do livro do Césaire, onde não estavam suas críticas às posições de Caillois. Todavia, acompanhando outros textos de Césaire, especialmente, seus poemas, Fanon também denuncia as posições colonialistas da ciência ocidental. Os argumentos de Fanon (2008, p. 159) dirigem-se contra o universalismo que silencia as experiências das pessoas negras:

Apenas abri os olhos que tinham vendado e já querem me afogar no universal? E os outros? Aqueles que “não têm boca”, aqueles que “não têm voz”. Tenho necessidade de me perder na minha negritude, de ver as cinzas, as segregações, as repressões, os estupros, as discriminações, os boicotes. Precisamos botar o dedo em todas as chagas que zebram a libré negra.

Seminários, questionários, entrevistas e histórias de vida

Em seu mestrado sobre o tema, Antônia Campos (2014) analisa as contribuições de diversas pessoas do movimento negro na pesquisa Unesco. Além das pessoas citadas nos trabalhos de Bastide e Florestan (1955), as transcrições dos seminários, questionários, entrevistas, histórias de vida e relatórios nos permitem identificar outras pessoas que também colaboraram com a pesquisa.

Participaram da pesquisa Unesco mais de 40 pessoas negras, entre as quais: Edila Nogueira; Nair Pinheiro; Maria de Lourdes Rosário; Maria Aparecida Camargo; Sofia Campos Teixeira; Benedita Vaz Costa; Maria Nascimento; Maria José Santos; Maria Helena Barbosa; Ruth de Souza; Nilza de Vasconcellos; Jorge Prado Teixeira; José Correia Leite; Nestor Borges; Francisco Lucrécio; Luiz Lobato; Geraldo Campos de Oliveira; Jayme Aguiar; Arlindo Veiga dos Santos; José Pelegrini; Raul Joviano do Amaral; Carlos de Assumpção. Além dessas pessoas negras que militavam no movimento negro, a docente Virgínia Bicudo também colaborou com a pesquisa.

Em 1950, Bastide e Florestan participaram do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro. Ali eles estiveram com algumas lideranças negras paulistas que participariam, no ano seguinte, da pesquisa Unesco, como Jorge Prado Teixeira (Nascimento, 1982).

Nos seminários promovidos pela pesquisa, algumas lideranças negras afirmam ser amigas de Bastide. O outro ponto de contato entre os professores da Universidade de São Paulo e a militância negra era Antonio Candido de Mello e Souza, que fazia parte da Esquerda Democrática, na qual militavam: Sofia Campos Teixeira, Francisco Lucrécio, Luiz Lobato, e Geraldo Campos Teixeira, lideranças negras que colaboraram com a pesquisa Unesco (Sotero, 2015).

No projeto elaborado para a pesquisa Unesco, apresentado em abril de 1951, Bastide e Fernandes justificam a importância da palavra das pessoas negras:

A abolição é relativamente recente. (...) Ainda hoje vivem em São Paulo alguns ex-escravos e ex-senhores; uma das possibilidades de conhecimento sociológico desse período consiste em explorar sistematicamente tais fontes vivas. Isso poderá ser feito de dois modos: através de entrevistas, orientadas por um pequeno formulário; e através de coleta de histórias de vida. (Bastide; Fernandes, 1959, p. 346).

Em “A integração do negro na sociedade de classes”, Fernandes apresenta uma justificativa um pouco diferente: “As lacunas da documentação histórica sobre a situação econômica e social do negro aconselharam a apelar para os testemunhos dos agentes humanos” (2008a, p. 414, n. 95).

As entrevistas com pessoas brancas, pardas e negras encontram-se nos arquivos: “Material de pesquisa” e “Entrevistas”. Os questionários encontram-se no arquivo: “Observação em massa”. Os seminários com a militância negra realizados na Biblioteca Municipal e na FFCL da USP encontram-se no arquivo: “Observação em massa (situação grupal)”. As reuniões com mulheres negras realizadas nessa mesma faculdade encontram-se no arquivo: “Reunião com mulheres negras”. Os seminários com mulheres negras realizados na Associação José do Patrocínio encontram-se no arquivo: “Seminários (Associação José do Patrocínio)”. As histórias de vida de José Correia Leite e de Francisco Lucrécio, coletadas e redigidas por Renato Moreira, encontram-se no arquivo: “História de vida”. Não foi localizado o arquivo com a história de vida coletada e redigida por Maria Queiroz.

O arquivo “Material de pesquisa” traz as transcrições de entrevistas e observações da colaboradora Marialice Foracchi, em sua pesquisa de campo em fábricas de massas e de café. O arquivo “Estudos de caso II” traz as transcrições de entrevistas e observações registradas pela mesma colaboradora e por Florestan Fernandes, em pesquisas de campo no Jacaré e em outros cortiços do bairro da Bela Vista.

O intelectual e militante do movimento negro Jorge Teixeira foi convidado por Bastide e Florestan para ser secretário da Comissão para o Estudo das Relações Raciais da Pesquisa

Unesco. No primeiro seminário, realizado na Biblioteca Municipal, em 8 de maio de 1951, Teixeira afirma que foi escolhido para ser secretário pelo fato de estar cursando sociologia. Ao apresentar os objetivos da pesquisa, no mesmo seminário, Bastide argumenta:

Falando deste assunto com meu amigo Jorge Teixeira, ele teve a ideia muito feliz de fazer uma mesa redonda para discutir entre nós este preconceito de cor, ou da existência de miscigenação racial asiática. Foi por isso que pedi o comparecimento de alguns intelectuais negros e dos líderes de cor, assim como de alguns estudantes brancos que se interessam pelo problema racial. (Observação em massa, 1951b, p. 1).

Além de presidir e coordenar alguns encontros dos seminários, Teixeira foi um dos responsáveis por convidar as lideranças negras para colaborarem com a pesquisa. Teixeira também elaborou os relatórios: “Arregimentação eleitoral e politização no meio negro” (Estudos de caso, 1951) e “Casamento de negros qualificados na classe alta da comunidade negra” (Fichas, 1951).

Sempre atraindo um grande público, os seminários e mesas-redondas realizados na FFCL da USP transcorreram durante todo o ano de 1951, geralmente, às terças-feiras, a partir das 20h30. Cada encontro trouxe um ou mais temas para o debate, aberto para a participação de todas as pessoas do auditório. Os militantes do movimento negro foram convidados para apresentarem conferências sobre os temas debatidos.

As conferências apresentadas durante os seminários foram: “O preconceito racial no Brasil”, por Vicente de Paula Custódio, representante da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; “O problema do negro no Brasil”, por Edgard Sant’Anna; “O elemento negro na população de São Paulo” e “Reflexões sobre o preconceito”, por Raul Joviano Amaral; “Evolução da situação de contato”, por Sofia Campos Teixeira; “Comportamento da polícia e do juizado de menores com relação ao elemento negro”, por Adélio Silveira; “Brancos e negros numa sociedade de classes”, por Luiz Lobato; “Situação econômica do negro brasileiro”, por Nestor Borges (Observação em massa, 1951b).

O último seminário, excepcionalmente realizado num sábado, dia 17 de novembro de 1951, às 15 horas, teve a participação de Alfred Métraux e do escritor Oswald de Andrade. Em sua intervenção, Métraux sustentou que o objetivo da pesquisa Unesco era mostrar que o Brasil era um país livre de preconceitos: “Será uma prova, uma demonstração concreta das possibilidades de convivência” (Observação em massa, 1951b, p. 695). No decorrer do encontro, sua posição foi criticada por diversos intelectuais e militantes do movimento negro.

O questionário para pessoas negras e pardas aplicado na pesquisa tratou das seguintes questões e temas: 1- Como vive em São Paulo?; 2- Quem são seus amigos?; 3- Em que trabalha?; 4- Quais são as suas diversões?; 5- Como gasta o seu dinheiro?; 6- Ideias religiosas; 7- Ideias políticas; 8- Ideias raciais; 9- A convivência com os brancos; 10- O que se deveria fazer para melhorar a situação do preto em São Paulo?; 11- A sociedade em que gostaria de viver (Observação em massa, 1951a).

O arquivo “Entrevista com pretos” traz quatro modelos de formulários para as entrevistas: 1- entrevistas formais com pessoas brancas; 2- entrevistas ocasionais com pessoas brancas; 3- entrevistas formais com pessoas negras e pardas; 4- entrevistas ocasionais com pessoas negras e pardas. Os arquivos com as transcrições das entrevistas mostram que a maior parte delas foi ocasional e anônima (Material de pesquisa, 1951; Entrevistas, 1951). As entrevistas realizadas não perpassaram todas as questões dos formulários. Algumas entrevistas ocorreram com as pessoas negras que participaram dos seminários. As formas de preconceito comuns no Brasil foram um tema presente nos quatro modelos de formulário.

Os coordenadores e alguns dos colaboradores da pesquisa Unesco escreveram sobre as peculiaridades da história de vida como técnica da pesquisa social. Em 1951, Oracy Nogueira (1969) ofereceu um curso sobre técnicas da pesquisa social na Escola Livre de Sociologia e Política. Suas anotações de aula sobre a história de vida foram publicadas em 1952, na revista “Sociologia”. A mesma revista publicou, em 1953, textos de Bastide, Queiroz e Moreira sobre o emprego da história de vida na pesquisa Unesco. Em 1956, Fernandes também publicou um texto sobre essa técnica.

No debate entre os coordenadores e os colaboradores da pesquisa Unesco sobre a história de vida são apontadas algumas dificuldades no emprego dessa técnica da pesquisa social. Segundo Bastide (1989, p. 151), a principal dificuldade no emprego da técnica da história de vida está no perigo de as pessoas pesquisadas se preocuparem mais com as questões psicológicas, “com o desenvolvimento da personalidade na sua relação com o meio social ou cultural do que com os fatos sociais propriamente ditos”. Atentos a essa questão, Queiroz (1989) e Moreira (1989) procuraram extrair das pessoas pesquisadas o maior número de fatos sociais relevantes.

Em suas análises, Fernandes indica uma preocupação semelhante no emprego da técnica da história de vida nas pesquisas sociológicas. Para enfrentar essa dificuldade, Fernandes (1960) defende que se empregue a história de vida associada a outras técnicas de pesquisa, tais

como: a entrevista, o questionário e o formulário. Essa foi, justamente, a estratégia utilizada na pesquisa Unesco. Apesar dessa dificuldade envolvendo o emprego da história de vida, os textos dos coordenadores e colaboradores da pesquisa Unesco não questionaram a legitimidade e a importância da palavra das pessoas negras pesquisadas.

Discriminação racial no mercado de trabalho

Desde o primeiro seminário promovido pela pesquisa Unesco, os testemunhos da militância negra trouxeram exemplos de situações de discriminação racial. Em sua única participação nos seminários, o militante Carlos de Assumpção afirma: “Quem melhor sabe dizer sobre o preconceito é o negro, porque é ele quem sente” (Observação em massa, 1951b, p. 216).³ Os exemplos citados pela militância negra são quase todos de experiências pessoais ou de pessoas próximas. As principais situações de discriminação racial narradas relacionam-se às barreiras enfrentadas pelas pessoas negras no ensino básico e no mercado de trabalho. Numa de suas intervenções, a professora Sofia Campos Teixeira argumenta:

Meu aparte foi para reforçar o ponto de vista de que existe preconceito de raça, conforme os fatos que acabam de citar. Tenho mais um. Aqui mesmo em São Paulo, em uma organização religiosa, elas têm a franqueza de negar a matrícula das pessoas de cor. Eu digo com conhecimento de causa: foi no colégio normal de uma cidade do interior. A diretora negou-se a matricular uma criança, alegando que devido às condições melhores das outras alunas, esta negrinha não podia fazer parte do Instituto, mas falaram para o pai aguardar mais três ou quatro meses para então fazer a matrícula, porque estavam estudando a possibilidade de construir um pavilhão para pessoas de cor (Observação em massa, 1951b, p. 93).

Na sequência do debate, a também professora Maria Aparecida Camargo acrescenta outro exemplo de discriminação racial no ensino básico:

Em Piracicaba, uma colega foi recusada na secretaria da Escola Normal por ser de cor e sofreu três anos de atraso na sua vida de estudante, não podendo continuar por ser de cor. Ela estava no pré-normal e ali permaneceu uns três anos. Foi chamada à diretoria e o diretor lhe disse: — acho melhor você sair do nosso colégio, porque nós não concedemos diploma para moças de cor. (Observação em massa, 1951b, p. 93).

Em outro encontro do seminário, o militante Francisco Lucrécio retoma esse tema com mais exemplos:

³ Essa afirmação de Carlos de Assumpção poderia referendar as análises de Djamila Ribeiro (2017, p. 86) sobre o conceito lugar de fala: “Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão”.

Nos grupos escolares, nas escolas particulares, bem como nos parques infantis, eu tive a oportunidade de observar, as crianças pretas não são tratadas como as crianças brancas. (...) Isto prova que o preconceito inicia-se desde o banco escolar, já incutindo no espírito da criança a situação de obediência e de inferioridade. Pesquisas nessas escolas, mesmo sob a orientação do mestre, seriam de grande valor, porquanto já atacariamos o assunto (Observação em massa, 1951b, p. 205).

A sugestão de Lucrécio foi acolhida pelos coordenadores da pesquisa Unesco. As professoras e pesquisadoras Virgínia Bicudo e Aniele Ginsberg foram contratadas para elaborar dois relatórios sobre a discriminação racial em escolas de São Paulo (Fernandes, 2017a). Esses relatórios de pesquisa foram publicados pela revista “Anhembi”, em 1953, e republicados no livro: “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo”, editado por Bastide e Florestan. O próprio Lucrécio ficou encarregado de elaborar com Renato Moreira o relatório: “Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital” (Estudos de caso, 1951).

No texto elaborado sobre sua história de vida, Lucrécio narra uma experiência pessoal de discriminação racial enfrentada no trabalho:

Um dia entrei para um banco: ganhava 600.000, um dinheirão para a época. Ia muito bem, conhecia todo mundo e arranjava bons negócios para o banco. Certa vez, houve um desfalque e mudaram o gerente. (...) Chegou um telegrama comunicando a vinda do novo gerente e mandando eu providenciar casa para ele. Fiquei encarregado disso, pois conhecia a todos da cidade. Arranjei a casa, mandei limpá-la, e quando os móveis chegaram, mandei arrumá-los. (...) Terminado tudo isso, já no banco, me manda o sr. R.A.L. limpar os sapatos dele. Disse violentamente que tinha cuidado de suas acomodações porque tinha ficado encarregado disso, mas era empregado de escritório e não me cabia fazer o que me havia mandado. ‘Negro é para isso mesmo...’, respondeu-me. Catei-o pelos colarinhos!... (História de vida, 1951, p. 53).

Em sua história de vida, o militante José Correia Leite traça um amplo panorama sobre as perspectivas profissionais das pessoas negras nos meios populares:

No começo da minha vida adulta, os negros tinham profissões domésticas, realizavam todos os serviços da casa. Os cocheiros eram geralmente brancos, mas os que cuidavam dos cavalos eram negros. (...) Nas pensões, os serviçais eram negros. Havia mesmo lavadores de casa que faziam ponto num determinado lugar. (...) Os negros fortes eram bem vistos para servirem como capangas. (...) Eram raros os negros que tinham profissão; pedreiro, carpinteiro, barbeiro, alfaiate e sapateiro eram profissões difíceis e os negrinhos aprendizes tinham dificuldade para conseguir essas colocações. Nas fábricas, havia poucas oportunidades para os negros, pois sempre foram propriedades dos italianos, era só para quem tinha ligações com famílias italianas. Assim mesmo, havia serviços de negros nas fábricas – os que os italianos não queriam, os serviços pesados e arriscados para a saúde. A mulher negra, ao lado das dificuldades que encontrava e ainda encontra até hoje para ser aprendiz e chegar a ser tecelã, somente conseguindo quando não há nenhuma candidata forte, sempre foi de tradição doméstica e, por isso, recebia emprego, quando não proteção das famílias tradicionais. Assim, não iam parar nas fábricas (História de vida, 1951, p. 119).

O militante Arlindo Veiga dos Santos lembrou que, mesmo sendo proibidos desde a CLT de 1943, alguns jornais ainda publicavam anúncios racistas sobre ofertas de emprego para empregadas domésticas: “Há anúncios com os seguintes dizeres: ‘Procura-se empregada, não se aceita de cor’. Ou este então: ‘Procura-se empregada branca’” (Observação em massa, 1951b, p. 65).

Em seu questionário, Jorge Prado Teixeira afirma que a discriminação racial está presente no interior das próprias empresas: “Tenho a dizer, também, que o preconceito de cor ou de raça domina a classe proletária no Brasil. Conheço vários casos de impossibilidade dos negros se manterem chefes em oficinas e indústrias, por sabotagem dos colegas” (Observação em massa, 1951a, p. 255).

Nesse mesmo sentido, o militante Luiz Lobato denuncia a discriminação racial sofrida por pessoas negras no interior das fábricas: “Há certos operários que têm mais preconceito de cor do que certos brancos. Eu tenho visto piqueniques, em certas fábricas, onde se passam convites dizendo: ‘fulano não pode ir porque é preto’” (Observação em massa, 1951b, p. 69). Lobato acrescenta outro exemplo sobre esse tema:

O dr. Sant’Anna, médico de uma instituição qualquer, foi chamado à casa de um operário para ver sua esposa, e lá chegando foi repellido. O próprio operário disse: ‘Calcula se eu vou deixar um negro examinar minha mulher’. A mulher morreu e o médico colocou isto no memorando, isto consta do Sindicato dos trabalhadores de Marília, da folha de trabalho desse médico. (Observação em massa (situação grupal), 1951, p. 657).

A militância negra que colaborou com a pesquisa Unesco foi unânime na defesa de tese de que, comumente, as pessoas negras só conseguem colocação em serviços nos quais as brancas não querem atuar. Um testemunho de Arlindo Veiga dos Santos endossa essa tese:

Um amigo tinha arranjado um emprego para ele na Light. Era serviço de escritório. (...) Quando escreveu para obter o lugar, não houve nada. (...) Mas quando apareceu para tomar posse e obter o lugar, foi barrado, porque preto só pode ser motorneiro ou cobrador. Como era serviço de escritório, não aceitaram. Sei de casos idênticos, e outros. Há uma infinidade de casos (Observação em massa, 1951b, p. 93).

Sobre essa forma de discriminação racial, Carlos de Assumpção oferece um exemplo pessoal:

Chegando em São Paulo, procurando emprego, não foi possível encontrar uma colocação onde eu pudesse agir mais à vontade, onde eu pudesse empregar o que eu havia adquirido. Procurei então pessoas conhecidas de relevo, que pudessem me dar uma carta de apresentação, e me mandaram à redação de um grande jornal da capital. (...) Mas o chefe da repartição me disse: — Infelizmente, não posso lhe dar o lugar

porque já foi preenchido. Como revisor, não temos vaga, mas se o senhor quiser ser limpador, o serviço é um pouquinho duro, mas com o tempo o senhor se acostuma. A minha situação era precária e acabei aceitando. Eles acham que o único serviço para o negro é o serviço braçal, o serviço sujo (Observação em massa, 1951b, p. 216).

Dados do censo do município de São Paulo, de 1940, reproduzidos por Fernandes (1955a) na pesquisa Unesco, confirmam essa distribuição de pessoas brancas, negras e pardas entre os setores de serviços. Na indústria de transformação, a soma total de negros e pardos era de 12.248 trabalhadores, contra 147.085 trabalhadores brancos. No comércio de mercadorias, a desproporção era ainda maior: 2.110 trabalhadores pardos e negros, contra 43.645 trabalhadores brancos.

Essa disparidade também ocorria na distribuição das mulheres brancas, negras e pardas entre os setores de serviços. Na indústria de transformação, a soma total de pessoas negras e pardas era de 3.031 trabalhadoras, contra 47.957 trabalhadoras brancas. No comércio de mercadorias, a soma total de pessoas negras e pardas era de 156 trabalhadoras, contra 5.692 trabalhadoras brancas (Fernandes, 1955a).

É importante considerar que, segundo o censo demográfico de 1940, a população de pessoas negras e pardas correspondia a 8,19% da população total no município de São Paulo. A partir desses dados, Fernandes (1955a, p. 56) sustenta que:

As pessoas de cor não participam, em regra, nem das garantias proporcionadas pelos serviços bem remunerados ou de alguma representação social, nem dos benefícios colhidos pela livre iniciativa numa economia urbana. Semelhante distribuição das ocupações traduz a persistência das barreiras econômicas que sempre distinguiram socialmente os representantes das duas raças no Brasil, e de antigos critérios de seleção ocupacional associados à cor.

Acompanhando os testemunhos da militância negra, especialmente, nos debates realizados nos seminários, Bastide reconhece que o mercado de trabalho não oferece muitas oportunidades às pessoas negras, além dos serviços duros e sujos, todavia, indaga o sociólogo: “A questão é saber até que ponto essa situação depende da falta de preparo do preto e em que medida é fruto da vontade do branco” (1955b, p. 144).

Valendo-se, uma vez mais, da palavra da militância negra, Bastide destaca uma série de situações em que fica expressa a discriminação racial nos processos de seleção de trabalho. Somam-se a isso as barreiras impostas às pessoas negras em todas as etapas da sua formação. Ao se referir a essas e outras barreiras num texto autobiográfico, Fernandes (1977) recupera uma expressão que Correia Leite (2025) utiliza numa das suas contribuições para a pesquisa: o emparedamento do negro.

Numa de suas intervenções, Luiz Lobato faz uma análise a respeito dessas barreiras impostas às pessoas negras:

Quanto mais elevada é a categoria social a que o negro quer chegar, maior é a probabilidade de resistência oposta pelo elemento branco dessa categoria social. Por exemplo: o negro chega mais ou menos a ser dentista, contador, mas, quando quer ser bacharel, quando quer atingir uma categoria mais elevada – médico, engenheiro, advogado, maior é a barreira social imposta ao negro (Observação em massa, 1951b, p. 653).

Uma vez refutada a ideologia de que o Brasil seria um país livre de preconceitos, onde se colocaria em prática a democracia racial, coube a Fernandes (1955b) desenvolver um estudo sobre a luta contra o preconceito de cor. Esse seria o primeiro de vários trabalhos de Fernandes a respeito da organização do protesto negro.⁴

No primeiro seminário promovido pela pesquisa Unesco, respondendo a Arlindo Veiga dos Santos, que pergunta aos demais como criar oportunidades de trabalho para as pessoas negras que não seja com a vassoura, Luiz Lobato argumenta: “Como dar essa oportunidade? Instruindo o patrão branco, porque é ele precisamente quem não vai dar esse emprego ao negro” (Observação em massa (situação grupal), 1951, p. 65).

Na conferência do militante Nestor Borges, ministrada no último seminário da pesquisa, configura-se a ideia de que se deve lutar por uma “Segunda Abolição”:

De fato, as providências adotadas a fim de prover a lavoura de novos braços, providências que nunca terminam, gastando-se com isso quantias fabulosas, deviam ter ditado os homens responsáveis pelos destinos do país, providências idênticas no sentido de amparar a grossa massa de trabalhadores libertos, proporcionando-lhes também os meios necessários para a sua recuperação. Nada disso se fez até hoje, decorridos 63 anos, em uma época em que a estabilidade econômica é a base de todo o progresso social, só nos resta, como pensava Tobias Barreto, uma segunda abolição. Se a primeira nos deu o título de cidadão com os direitos civis e políticos que dele decorrem, cabe à segunda promover a nossa emancipação econômica que, bem analisado, pertence a quase todo o Brasil (Observação em massa, 1951b, p. 735).

Em “A integração do negro na sociedade de classes”, Fernandes (2008b) considera a “Segunda Abolição” como uma palavra de ordem para o movimento negro. Nos anos 1980, acompanhando de perto a nova geração da militância negra que surge com o Movimento Negro Unificado (MNU), Fernandes (2017b, p. 87) volta a defender essa mesma palavra de ordem: “O essencial é que há uma abolição a ser construída e que os negros tomaram em suas mãos, há mais de cinquenta anos, a ideia de realizar uma *Segunda Abolição*”.

⁴ Depois da pesquisa Unesco, Florestan analisou o protesto negro nos livros: “A integração do negro na sociedade de classes”, publicado originalmente em 1965; “O negro no mundo dos brancos”, de 1972; “Círculo fechado: quatro ensaios sobre o ‘poder institucional’”, de 1976; “Significado do protesto negro”, publicado, originalmente, em 1989.

Considerações Finais

Num relato sobre sua história de vida, Fernandes (1977, p. 143) afirma que suas experiências pessoais de pobreza na infância o ajudaram a compreender as barreiras econômicas e sociais impostas às pessoas negras: “Antes de estudar esse processo na pesquisa sobre o negro, vivi-o em todos os matizes e magnitudes”.

Nesse mesmo texto, Fernandes afirma que, por conta da sua origem humilde, muitas vezes, sentiu-se como um “intruso” entre os colegas da FFCL da USP. No período em que a pesquisa Unesco foi realizada, a FFCL possuía um único docente negro, Rozendo Sampaio Garcia, professor assistente da cadeira de História da Civilização Americana (Observação em massa, 1951b). É nesse contexto que, entre os meses de maio e novembro de 1951, o auditório da FFCL, na rua Maria Antônia, foi ocupado por dezenas de pessoas negras, de diferentes formações e classes sociais, para debaterem sobre as relações raciais em São Paulo, no Brasil e no mundo.

A militância negra contribuiu de diversas formas com a pesquisa Unesco: coordenando atividades; participando de seminários, reuniões e entrevistas; preenchendo questionários; elaborando conferências e histórias de vida. As transcrições desses materiais foram retomadas e reexaminadas por Fernandes em sua tese de cátedra: “A integração do negro na sociedade de classes”.

Algumas hipóteses desenvolvidas nos textos de Bastide e Fernandes que compõem a pesquisa Unesco e “A integração do negro na sociedade de classes” partem dos testemunhos, lembranças, vivências, frustrações, posicionamentos, informações, ideias e análises da militância negra, especialmente, aquelas relacionadas à discriminação racial no mercado de trabalho.

Como sustentou o militante Carlos de Assumpção, é a pessoa negra quem melhor sabe dizer sobre o preconceito, pois é ela quem o sente. Numa das suas falas nos seminários, Florestan Fernandes corrobora essa tese.

A pesquisa Unesco em São Paulo foi um trabalho coletivo que conseguiu aproximar a universidade e as associações do movimento negro, a investigação acadêmica e a luta militante, o discurso científico e a experiência concreta. Foi assim que ela desconstruiu o mito da democracia racial no Brasil.

Referências

BARBOSA, Cibele. Casa Grande & Senzala: a questão racial e o “colonialismo esclarecido” na França do Pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-16, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Ck7rHFqYLdrTYPv4m3pBLks/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BASTIDE, Roger. Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989. p. 150-153.

BASTIDE, Roger. Introdução. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955a. p. 11-15.

BASTIDE, Roger. Manifestações do preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955b. p. 123-158.

BASTIDE, Roger. [Correspondência]. Destinatário: Florestan Fernandes. 20 mar. 1954. Item documental n. 02.09.01126. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos.

BASTIDE, Roger. Les relations raciales au Brésil – São Paulo. **Le Courier de l'UNESCO**, Paris, v. 8-9, p. 9, ago./set. 1952. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000071109_fre. Acesso em: 11 abr. 2025.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo). In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Brancos e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. p. 321-358.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

CAILLOIS, Roger. Illusions à rebours (Fin). **La Nouvelle Revue Française**, Paris, n. 25, p. 58-70, jan. 1955.

CAMPOS, Antônia. **Interfaces entre sociologia e processo social: a Integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa UNESCO em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/928554>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **50 anos da obra A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: mesa 3, 19 abr. 2020. 1 vídeo (2 h 22 min 26 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZHuLcUgKO3k&t=6705s>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ENTREVISTAS. **Item documental n. 4226**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

ENTREVISTAS com pretos. **Item documental n. 6536**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

ESTUDOS de caso. **Item documental n. 4527**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

ESTUDOS de caso II. **Item documental n. 4539**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. In: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017a. p. 129-139.

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e luta de classes. In: FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017b. p. 77-87.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008a. 1v.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008b. 2 v.

FERNANDES, Florestan. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 140-212.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, Florestan. A história de vida na investigação sociológica: seleção dos sujeitos e suas implicações. In: FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960. p. 251-269.

FERNANDES, Florestan. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955a. p. 16-66.

FERNANDES, Florestan. A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955b. p. 193-226.

FLORESTAN FERNANDES - o mestre. Direção: Roberto Stefanelli. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. 1 vídeo (50 min). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/151480-florestan-fernandes-o-mestre/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

HISTÓRIA de vida. **Item documental n. 4528**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

LEITE, José; MOREIRA, Renato. Movimentos sociais no meio negro. **A Terra é Redonda**, São Paulo, 8 mar. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/movimentos-sociais-no-meio-negro-1910-1940/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth; CHAPIRO, Harry; LEIRIS, Michel; LÉVI-STRAUSS, Claude (org.). **Raça e ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 231-269.

MATERIAL de pesquisa. **Item documental n. 4225**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

MAIO, Marcos. Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 111-136, maio 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12296/14073>. Acesso em: 16 abr. 2025.

MÉTRAUX, Alfred. Une enquête sur les relations raciales au Brésil. **Le Courrier de l'UNESCO**, Paris, v. 8-9, p. 6, ago./set. 1952. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000071109_fre. Acesso em: 11 abr. 2025.

MOREIRA, Renato. A história de vida na pesquisa sociológica. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989. p. 167-171.

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

OBSERVAÇÃO em massa. **Item documental n. 4530**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951a.

OBSERVAÇÃO em massa (situação grupal). **Item documental n. 4531**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951b.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Histórias de vida e depoimentos pessoais. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1989. p. 154-166.

PRINS, Harald; KREBS, Edgar. Vers un monde sans mal: Alfred Métraux, un anthropologue à l'UNESCO (1946-1962). In: **60 ans d'histoire de l'UNESCO**. Paris: UNESCO, 2007. p. 115-251. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154122>. Acesso em: 11 abr. 2025.

REUNIÃO com mulheres negras. **Item documental n. 4534**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SEMINÁRIOS (Associação José do Patrocínio). **Item documental n. 4535**. Coleção Especial do Fundo Florestan Fernandes. Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar), São Carlos, 1951.

SOTERO, Edilza. **Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03122015-134905/pt-br.php>. Acesso em: 17 abr. 2025.

Recebido em: 24/4/2025

Aceito em: 27/8/2025

**A INTERPRETAÇÃO DE FLORESTAN SOBRE OS MOVIMENTOS NEGROS:
afinidades com as teorias dos novos movimentos sociais**

***FLORESTAN'S INTERPRETATION OF BLACK MOVEMENTS:
affinities with the theories of new social movements***

Remo Mutzenberg*

Eliane Veras Soares**

Resumo

Em 1964, Florestan Fernandes defendeu sua tese de cátedra, “A integração do negro na sociedade de classes”. Inegável que essa é uma de suas obras mais discutidas, tendo gerado uma literatura extensa, abonando-a ou denegando-a. “A integração” demarca um campo antagônico em relação às análises até então vigentes sobre a questão racial e o modo de compreender a transformação da sociedade brasileira em uma nova ordem social, a ordem social competitiva, conformada com o fim da ordem social escravocrata. Apesar de o livro ter se tornado um parâmetro nesse debate, a análise sobre os movimentos negros passou ao largo da exuberante literatura produzida sobre os movimentos sociais que marcam as ciências sociais no Brasil a partir dos anos 1970, com a eclosão das Teorias dos Novos Movimentos Sociais. No presente artigo, expomos questões fundamentais abordadas por Florestan Fernandes que, posteriormente, se apresentam como centrais nas emergentes teorias sobre novos movimentos sociais, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico.

Palavras-Chave: Integração do negro na sociedade de classes. Movimentos sociais no meio negro. Revolução dentro da ordem. Teorias dos novos movimentos sociais.

Abstract

In 1964, Florestan Fernandes defended his thesis, *A integração do negro na sociedade de classes*. [The Integration of the Negro in class society] It is undeniable that this is one of his most discussed works, and it has generated an extensive literature, both condoning and denying it. His work demarcates an antagonistic field in relation to the hitherto prevailing analyses of the racial question and how to understand the transformation of Brazilian society into a new social order, a competitive social order, tied to the end of a social order that included slavery. Although the book has become a landmark in this debate, an analysis of black movements has been overlooked in the exuberant literature produced on social movements that has marked the social sciences in Brazil since the 1970s, with the emergence of the New Social Movement Theories. In this article, we discuss the fundamental issues addressed by Florestan Fernandes, which later became central to the emerging theories on new social movements, both from a conceptual and methodological point of view.

Keywords: Integration of black people into class society. Social movements in black circles. Revolution within order. Theories of the new social movements.

* Doutorado em sociologia (PPGS/UFPE). Áreas de pesquisa: movimentos sociais, metodologia e sociologia em África. Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da UFPE e ex-membro do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (UFPE). E-mail: remutz@gmail.com.

** Professora titular aposentada do Departamento de Sociologia da UFPE. Integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (2002-2022). Fundadora, ao lado de outros colegas, da Coordenação de Estudos de África do Centro de Estudos Avançados da UFPE. E-mail: elianeveras1@gmail.com.

Introdução

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Karl Marx – O 18 de Brumário de Louis Bonaparte).

Os negros precisavam sair da apatia que envergonha a raça de gigantes.

(Vicente Ferreira – O Clarim da Alvorada).

O presente artigo tem como objetivo identificar paralelos entre a análise do movimento negro, realizada por Florestan Fernandes em sua tese de cátedra defendida em março de 1964 (2008a, 2008b), com a literatura do campo dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), que se constituiu a partir do final década de 1960. Referimo-nos, em particular, aos autores que buscaram um diálogo entre duas orientações analíticas, aqueles que, por um lado, buscaram inicialmente responder o “porquê” (fatores estruturais) e, por outro lado, aqueles que privilegiaram o “como” (fatores estratégicos) dos movimentos sociais. A partir da década de 1990, esse diálogo foi objeto de teorização de autores como Alberto Melucci, Sidney Tarrow, Charles Tilly, David A Snow, Robert D. Benford, Doug McAdam, John McCarthy, D. Mayer N Zald.

Equiparar as análises de Florestan sobre os movimentos negros na cidade de São Paulo, entre 1920 e 1937, com essa literatura pode parecer anacrônico e incongruente. É inequívoco que não encontramos uma teoria dos movimentos sociais que tenha sido medular no conjunto das preocupações de Florestan Fernandes. O exercício que elaboramos neste artigo limita-se a identificar como diversos temas e problemas, caros aos autores das TNMS, têm lugar na análise que compõe os dois volumes da “A integração do negro na sociedade de classes”, mais especificamente no primeiro capítulo do segundo volume, intitulado “Os movimentos sociais no ‘meio negro’”. Entre outros fatores que podem explicar tais antecipações e afinidades, destacamos o fato da sofisticada análise do movimento negro na cidade de São Paulo, em diferentes dimensões, estar baseada no rico material empírico, resultado do Projeto Unesco e, o mais fundamental, a perspectiva original do pesquisador, fruto da sua formação e inquietação teórica, política, metodológica e epistemológica.

Os resultados do Projeto Unesco sobre as relações raciais entre brancos e negro na cidade de São Paulo (Bastide; Fernandes, 1959) e a tese de cátedra de Florestan, “A integração do negro na sociedade de classes” (Fernandes, 2008a, 2008b), colocaram a questão racial como referência primeira para a interpretação da formação e consolidação do regime de classes no Brasil. Do ponto de vista analítico, podemos identificar na obra um estilo “*lumpen* de

pensamento”. Como afirmam os autores de *Florestan Fernandes ‘Critical Sociology’: A Social Theory of Brazil and Latin America*:

As temáticas de pesquisa, os horizontes teóricos-metodológicos e as perspectivas prático-políticas de Florestan Fernandes nas ciências sociais estarão inscritos no seu estilo *lumpen*, radical-popular e socialista de pensamento, enraizado nas estruturas mais profundas de sentimento de uma criança precocemente lançada ao mundo do trabalho (Costa; Soares, 2024, p. 18, tradução nossa).

Sob o prisma da sociologia produzida no Brasil, no âmbito da questão racial, a pesquisa realizada por Bastide, Fernandes e colaboradores, bem como a obra posterior de Florestan, significou uma ruptura com a produção sociológica anterior sobre o tema, um contraponto à perspectiva freyriana ancorada nas noções de democracia social/racial e do equilíbrio de antagonismo entre dominadores e dominados, senhores e escravos, brancos e negros (Bastos, 2024). “A integração” demarca um campo antagônico em relação às análises da questão racial e à compreensão da formação da sociedade brasileira.

Apesar de o livro ter se tornado um parâmetro nesse debate, a análise dos movimentos negros na cidade de São Paulo passou ao largo da exuberante literatura sobre os movimentos sociais que marcaram as ciências sociais no Brasil, particularmente a partir dos anos 1970. A nosso ver, essa invisibilidade/desconhecimento está relacionada: a) ao impacto provocado pela ruptura com a produção sociológica anterior sobre o tema da questão racial e da formação nacional, que se constituiu como foco central da leitura da obra; b) à compreensão equivocada de que a sociologia de Florestan teria tão somente uma perspectiva macrosociológica/funcionalista, visão essa que ignora as suas análises sofisticadas das interações sociais, livres de caráter determinista; c) ao fato do autor acentuar as dimensões políticas contingentes na formação daqueles movimentos, que o distancia de um viés teórico que privilegia os movimentos progressistas nas perspectivas teóricas inauguradas nos anos de 1970. Isso implicou, por parte dos estudiosos dos novos movimentos sociais, um olhar reducionista em relação ao movimento negro, visto, geralmente, a partir da Frente Negra Brasileira e de sua adesão ao integralismo e ao conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo (1930-1937). Entre outros efeitos, essa perspectiva levou à invisibilização de distintas posições políticas que constituíram os movimentos daquele período, algumas delas incorporadas na agenda da luta de movimentos negros posteriores, como a do Movimento Negro Unificado. Essa ausência reflete-se, por exemplo, no clássico “História dos

Movimentos e Lutas Sociais” de Maria da Glória Gohn (1995), que não faz referência ao movimento negro, objeto de análise minuciosa de Florestan.

Não obstante o caráter conservador de uma ala majoritária e do malogro dos movimentos negros daquele período, Florestan Fernandes lhes dedica especial atenção, pois eles teriam sido “os únicos mecanismos de reação societária consistente aos dilemas sociais criados pela situação de contato racial” e porque “eles constituem uma impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira no presente” (Fernandes, 2008b, p. 10).

Florestan Fernandes expõe, *avant la lettre*, muitas das questões centrais ao debate sobre novos movimentos sociais, tanto do ponto de vista conceitual quanto metodológico. Sua análise busca identificar quais são os fatores que permitem compreender o “porquê” e o “como” do surgimento de movimentos e o que os torna viáveis (Fernandes, 2008b, p. 13). Observa, ainda, como os movimentos negros lançaram uma agenda de afirmação do negro e de suas lutas futuras.

Diante dessas questões, este artigo está organizado em cinco tópicos, a saber: 1) exposição sintética do caminho metodológico percorrido pelo autor; 2) apresentação das mudanças estruturais que desencadearam requisitos psicossociais e socioculturais necessários ao surgimento do protesto negro na cidade de São Paulo nos anos 1920-1930; 3) abordagem dos efeitos do colapso da dominação tradicional e da abertura de oportunidades políticas, que propiciaram a emergência daqueles movimentos; 4) referência à função desempenhada pelas lideranças dos movimentos negros; 5) conclusões daquilo que conseguimos observar como um diálogo possível entre o trabalho realizado por Florestan Fernandes e as teorias dos novos movimento sociais. Convém lembrar que em cada tópico procuramos dar vida a esse diálogo orientados pelo uso da imaginação sociológica, não sendo nosso objetivo esgotar a complexa análise de Florestan Fernandes, menos ainda as teorias dos novos movimentos sociais.

Caminho metodológico: “lógicas” e “técnicas empíricas”

A análise que Florestan Fernandes realiza do movimento negro não se apresenta de forma autônoma, nem com a pretensão de elaborar uma teoria dos movimentos sociais. Ela integra o exame da sociedade brasileira, na qual a questão racial se coloca como uma interrogação sobre a construção da nacionalidade. Em outros termos, o autor problematiza o lugar estruturalmente destinado ao negro nessa sociedade em transição e leva a cabo o

desmascaramento da ideologia expressa na ideia de que “nós somos o paraíso tropical da convivência democrática das raças” (Fernandes, 2017, p. 21).

Para os fins deste artigo, partimos dos resultados desenvolvidos no primeiro volume de “A integração do negro na sociedade de classes” (com o sugestivo subtítulo “O legado da raça branca”), cujo objeto são as transformações estruturais e funcionais da sociedade brasileira. Transformações essas que não alteraram as estruturas das relações raciais herdadas do regime escravista, perpetuando “suas principais características obsoletas, mantendo o negro e o mulato numa situação social desalentadora, iníqua e desumana” (Fernandes, 2008b, p. 7).

Na perspectiva de Florestan, nesse processo se alicerçam dois grandes dilemas sociais. O dilema da absorção da “população de cor” à nova ordem social e o dilema do “preconceito de cor”. Esse último resultando na manutenção do *status quo* da população negra, por meio da manutenção da “associação entre *cor e posição social ínfima*, a qual excluía o ‘negro’, de modo parcial ou total (conforme os comportamentos e os direitos sociais considerados), da condição de *gente*” (Fernandes, 2008b, p. 7-8, grifo do autor).

Diante desse pano de fundo, “sob os olhos impassíveis, perplexos ou hostis dos ‘brancos’, ergueu-se ‘o protesto negro’, como o ‘clarim da alvorada’, inscrevendo-se nos fatos históricos da cidade os pródromos da *Segunda Abolição*” (Fernandes, 2008b, p. 9, grifo do autor), marcando a inserção do “negro” e do “mulato” à cena histórica e, ao mesmo tempo, o desabrochar de uma nova forma de ser e estar na sociedade.

Sabemos que na análise de “A integração do negro”, Florestan recorre a uma abordagem histórico-estrutural, buscando compreender como as ordens políticas e ideológicas se coadunavam com a economia e a sociedade. No entanto, ao se considerar os distintos níveis de análise, evidencia-se uma complexidade que requer a mobilização de outros recursos metodológicos. Tanto na pesquisa com Bastide como na tese de cátedra, convoca-se, junto a uma perspectiva histórico diacrônica, uma abordagem sincrônica estrutural-funcionalista (Costa; Soares, 2024, p. 74), acionadas segundo os aspectos dos problemas investigados e condicionadas pelos fundamentos lógicos da análise¹. Bastide e Florestan, já no projeto de estudos, salientam que “as hipóteses diretrizes na interpretação de um fenômeno são construídas, em parte, graças ao *modo peculiar* de encarar o objeto” (Bastide; Fernandes, 1959,

¹ Nos anos 1950, o autor desenvolveu ampla reflexão sobre modelos de explicação sociológica e seus fundamentos lógicos e empíricos, que resultaram na publicação de “Fundamentos empíricos da explicação sociológica” (1959) e “Ensaio de sociologia geral e aplicada” (1960). Um relato esclarecedor sobre seus interesses teóricos e metodológicos pode ser encontrado em Fernandes (1975).

p. 325, grifo do autor). Isso revela a necessidade de clareza na escolha do método de interpretação, considerando as suas implicações teóricas, definições conceituais, seleção de técnicas e métodos, e delimitação do objeto de investigação.

Um outro aspecto metodológico inovador da pesquisa foi a participação ativa dos pesquisados no desenvolvimento da pesquisa (Bastide; Fernandes, 1959; Fernandes, 2017), o que possibilitou uma análise sociológica da sociedade paulista a partir da ótica do negro e de seus movimentos de protesto. Essa participação ocorreu nos vários encontros, mesas-redondas, estudos elaborados por intelectuais do movimento, análise da imprensa negra, entre outros recursos. Dessa forma, o chamado Projeto Unesco em São Paulo (1951-1952) resultou em análise de vasto material, composto por jornais – em especial da imprensa negra – documentos diversos, entrevistas, depoimentos, seminários, dados estatísticos, observação, produção de brochuras, entre outros. Antonia Campos (2014) apresenta uma análise detalhada dos procedimentos da investigação e das técnicas de pesquisa empírica mobilizadas, focalizando as mesas-redondas que aprofundaram o contato entre pesquisadores acadêmicos e intelectuais negros. Destacamos, ainda, o recurso à imprensa negra para o exame das representações, dos sentimentos, das atitudes e das necessidades comuns a uma classe de indivíduos, isto é, para apreender o processo de organização do protesto negro (Bastide, 1983). Como observa Florestan, anos depois, “[as] elaborações perceptivas e cognitivas - das mais elementares às mais complexas e literárias ou políticas - do movimento negro serviram como ponto de partida e fio condutor” (Fernandes, 2017, p. 136-137).

Mudanças estruturais e seus efeitos psicossociais

Sob a denominação “novos movimentos sociais”, grosso modo, desenvolveram-se duas perspectivas. Aquelas centradas no “porquê” (fatores estruturais)² e aquelas que focalizam “o como” (fatores estratégicos) de sua formação. Sob essa designação, as análises voltaram-se para atores outrora negligenciados e para atores emergentes no contexto social, político e cultural, a partir do final da década de 1960 (Chazel, 1995; Cohen, 1985; Foweraker, 1995; Laraña;

² Os autores que recorrem a essa terminologia têm como ponto em comum a sua relação inicial com o marxismo e progressivo afastamento daqueles pressupostos, com desenvolvimento de abordagens diferenciadas e até opostas. As tentativas de agrupar tais abordagens são também distintas. Maria da Glória Gohn (1997), por exemplo, identifica dois grandes grupos, os neomarxistas e os culturalistas-acionistas. O primeiro subdivide-se entre os historiadores Eric Hobsbawm, Georg Rude, E. P. Thompson e o histórico-estruturalistas composto por Manuel Castells, Borja e Lojkin. O segundo grupo estaria composto por três orientações: a histórico-política com Claus Offe, a psicossocial com Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista com Alain Touraine.

Gusfield, 1994; Nascimento, 1998; Neveu, 1996; Gohn, 1997; Melucci 1996; Alonso, 2009; Scherer-Warren, 1987).

A primeira tendência, que privilegia os fatores estruturais, desenvolveu-se, principalmente, no contexto europeu, em grande medida em decorrência da crise do marxismo diante do enfraquecimento do movimento operário (Anderson, 1989; Alonso, 2009). A segunda, voltada aos fatores estratégicos das manifestações dos novos movimentos sociais, se expressa como crítica ao estrutural-funcionalismo parsoniano e à Teoria da Mobilização de Recursos de Olson (1971), que é desenvolvida por autores como McCarthy, Zald, McAdam e Tilly, integrando contribuições do interacionismo e das TNMS (Laraña; Gusfield, 1994)³.

A complexidade e as diferentes dimensões do objeto de estudo revelaram as limitações dessas abordagens, levando a se buscar análises que articulassem as dimensões do “porquê” e do “como” (Melucci, 1989, 1991, 1996; Arrow, 2009; Nascimento, 1998; Cohen, 1985). Sobressaem, nessas sínteses, aspectos estruturais e estratégicos, tais como: estruturas sociais, estruturas de oportunidades políticas, recursos, repertórios da ação coletiva, identidade, quadros de referência/ideologia, alinhamento, articulação, entre outros. Em particular, realça-se a construção de sentidos, colocando em relevo o campo cognitivo e ideológico.

Como veremos adiante, essas questões estão presentes na análise feita por Florestan Fernandes dos movimentos sociais “no meio negro”, antecipando-se à produção teórica no campo dos movimentos sociais. Se, por um lado, Florestan parte de uma análise histórico-estrutural das transformações da sociedade brasileira, a partir do final do século XIX, com o processo de consolidação da ordem social competitiva, destacando determinados “incentivos” ao surgimento dos movimentos sociais no meio negro, por outro lado, evidencia as conexões com as dimensões psicossociais e socioculturais como requisitos à formação desses movimentos. É nessa conexão entre “incentivos históricos sociais” e os “requisitos psicossociais ou socioculturais” que Florestan busca o encadeamento dos sentidos das ações construídos pelos movimentos negros. Assim, compreendemos que a análise não se limita a fatores puramente econômicos, mas articula fatores sociais, culturais e psicossociais, com a agência assumindo seu lugar nesse processo.

³ Nesse quadro, três núcleos teóricos podem ser destacados: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP). Para os fins deste artigo, não detalharemos as contribuições de cada um desses núcleos. Para uma síntese dessas teorias, remetemos ao texto de Angela Alonso (2009) “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”.

O autor parte, assim, do pressuposto de que as transformações histórico-sociais teriam alterado a estrutura e o funcionamento da sociedade sem, no entanto, alterar substancialmente a ordenação das relações raciais, herdadas do “antigo regime”. Em outros termos, os dilemas se constituíram como anomalias sociais, o que levou à reação de segmentos “espoliados”, isto é, os “homens de cor”. Tratava-se, nos termos de Florestan, de uma “revolução dentro da ordem” diante da incoerência entre a ordem legal e a ordem social (Fernandes, 2008b, p. 9).

Utilizando a classificação das ações coletivas de Alberto Melucci (1996), poderíamos falar, em termos gerais, “de uma competição em que o conflito e a solidariedade estão confinados dentro dos limites do sistema dado” (Melucci, 1996, p. 32). Em outras palavras, aqueles movimentos exigiam o cumprimento da ordem legal republicana sob o signo de uma revolução moral.

Isso significava que os protagonistas dos movimentos sociais no meio negro aceitavam a ordem legal republicana e a julgavam propícia a satisfazer os seus anseios de segurança, de dignidade e de igualdade. Os movimentos negros estabeleceram como meta fazer valer a nova ordem legal, promovendo uma “segunda abolição”, convertendo-se em “agentes diretos da democratização dos direitos e garantias sociais, estabelecidos pela ordem legal vigente” (Fernandes, 2008b, p. 21).

Fazer valer a ordem legal tornou-se um quadro de referência (*frame*) para cobrar coerência entre o prescrito em lei e a realidade como negação dessa mesma ordem. Nessa direção, é possível indicar a familiaridade entre a abordagem de Florestan Fernandes e as análises de McAdam (1982) em relação ao movimento negro dos EUA, em que os Direitos Civis assumiram a função de um *frame* (quadro de referência) ou parâmetro para os enfrentamentos das desigualdades raciais. A noção de *frame* proporciona, como desenvolvida por Robert Benford e David A. Snow (1996, 2000), o alicerce para a construção de diagnósticos (o que está errado; o sentimento de injustiça), de prognósticos (estratégias de enfrentamento) e motivação (chamado para a ação conjunta) (McAdam; McCarthy; Zald, 1991; Snow *et al.*, 1986; Pan; Kosicki, 1993; Snow; Benford, 1996; Benford; Snow, 2000). *Frame* é, nessa perspectiva, condição para processos de identificação na construção de uma identidade coletiva.

Na análise de Florestan Fernandes, a ordem legal se apresenta como um quadro de referência que orienta a análise do lugar do negro na sociedade, as estratégias de informação e formação, e a busca de repertórios de ação (Tilly, 1968). Neste sentido, Florestan afirma que os movimentos negros

... repontam como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva e do modelo correspondente de organização democrática das relações entre os homens. Insurgem-se, literalmente, contra as iniquidades e as impurezas históricas do regime, propugnando que a sociedade aberta não fosse fechada para ninguém e muito menos para um contingente racial. Por conseguinte, os movimentos que organizam se afirmam – histórica, política e moralmente – como as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana (Fernandes, 2008b, p. 9).

Diante dessa reação dos movimentos negros, Florestan se põe a questão sobre as circunstâncias históricas que possibilitaram ao negro sair de seu conformismo e assumir um processo de autoafirmação, de solidariedade e uma posição conflitiva no âmbito social e político. Para responder a essa questão, desenvolve sua análise em quatro tópicos:

1º – *os incentivos históricos sociais e os requisitos psicossociais ou socioculturais*, que lograram se concretizar objetivamente, os quais nos permitem compreender como e por que tais movimentos se tornaram viáveis;

2º – *as principais ocorrências, historicamente significativas*, que marcam e delimitam a atualização desses movimentos;

3º – *os obstáculos históricos-sociais*, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do “meio negro”, que explicam a descontinuidade, as inconsistências e a frustração final dos movimentos em questão;

4º – *as funções sociais* construtivas que eles conseguiram preencher, em termos da integração do negro e do mulato à sociedade de classes, como ela se expandiu e tende a se expandir na cidade de São Paulo (Fernandes, 2008b, p. 12-13, grifo nosso).

Enquanto os dois primeiros tópicos analisam o encadeamento da eclosão dos movimentos negros, os dois últimos se debruçam sobre o seu malogro e seus ganhos/funções. Se considerarmos os dois primeiros tópicos, entre os diferentes modelos de análise dos movimentos sociais, podemos estabelecer paralelos com o modelo dos processos políticos que “prioriza uma estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” e ao mesmo tempo volta suas atenções para a cultura e a política (Alonso, 2009, p. 56-58)⁴.

⁴ Doug McAdam (1982) identifica cinco modelos (não menciona a Teoria dos Novos Movimentos Sociais), quais sejam: Modelo Clássico; Sociedade de massa; Inconsistência de status; Comportamento Coletivo e o Modelo de Processo Político. Esse incorpora dimensões dos modelos anteriores que visam analisar “um processo contínuo de interação entre grupos de movimento e o ambiente sociopolítico maior que eles buscam mudar” e considera, ainda, ser um modelo compatível com uma interpretação marxista de poder (McAdam, 1982, p. 51).

Diagrama - Um modelo de processo político de emergência de movimento



Fonte: McAdam, 1982, p. 51.

Incentivos históricos sociais e os requisitos psicossociais ou socioculturais

A mobilização de quadros de referência torna-se possível diante de determinadas condições históricas ou oportunidades políticas (Tilly, 1968; Tarrow, 2009). Se, por um lado, a abolição da escravatura e a emergência do regime republicano – que resultaram em mudanças das relações sociais, em particular das relações entre negros e brancos – geraram novos desafios e expectativas para os “homens de cor”; por outro lado, o processo acelerado de industrialização e de urbanização, após a I Guerra Mundial, na cidade de São Paulo, aparecem como incentivos que exerceram influências mais ou menos decisivas na formação dos movimentos negros (Fernandes, 2008b, p. 15). Nesse sentido, Florestan identificou três incentivos fundamentais subjacentes à cimentação das disposições psicossociais/socioculturais:

- 1) *Reação do negro e do mulato ao bloqueamento* – isolamento degradante da elite negra, fonte social das insatisfações, das fricções e das tensões diante dos mecanismos imperantes de ordenação societária das relações raciais; anseios inconformistas; práticas e ideologias, definindo objetivos comuns de integração social (Fernandes, 2008b, p. 15-16).
- 2) *Emulação indireta provocada pelo êxito econômico e social dos “imigrantes”* - estilo de vida, trabalho árduo, poupança severa e o anseio de “subir na vida”; absorção de novas técnicas e instituições sociais; aprendizagem da vida familiar integrada, da solidariedade doméstica, do respeito pela mulher, da importância da educação dos filhos etc.; desenvolvimento de modelos de personalidade ideal; reeducação para o estilo urbano de vida, isto é, dos requisitos psicossociais necessários à integração (Fernandes, 2008b, p. 16-18).
- 3) *Colapso final da dominação tradicionalista e patrimonialista* - dominação que perdurou nas relações dos “brancos” com os “negros”; transformações profundas na estrutura de poder da cidade, abrindo um vazio histórico no plano das relações raciais (Fernandes, 2008b, p. 18-19).

Os incentivos mencionados suscitaram anseios inconformistas comuns, agregando elementos para a formulação do quadro de referência (*frame*), e criaram condições para arregimentar líderes aptos a assumirem os encargos práticos e ideológicos daquela rebelião.

A revolta reprimida trabalhava de forma latente os espíritos, constituindo uma base natural para a emergência de solidariedade, de consenso e de comportamento coletivo inconformista a qualquer oportunidade de equacionamento histórico-social do “problema do negro” (Fernandes, 2008b, p. 21).

Como afirma Florestan, “[A] passagem dessa revolta – que se apresentava inicialmente como desespero, vergonha ou humilhação pessoais, transformando-se em modos socialmente integrados e conscientes de rebelião – dependia, apenas, da existência de catalisadores psicossociais” (Fernandes, 2008b, p. 21). Nessa passagem entre a passividade e a rebelião, há uma longa laboração que viabilizou transformar o inconformismo latente numa orientação de fins coletivos mais amplos, que requeriam consciência da realidade ambiente e atuação social organizada. Florestan explora a evolução da verbalização dessa orientação, desde as conversas informais, como canais de livre expressão manifesta, às formulações ordenadas, veiculadas pela imprensa negra, pelos meios (in)formativos (seminários, cursos, manifestações) e pelo ativismo, constituindo “o nexos efetivo entre a liderança e a massa, bem como entre a propaganda, a formação de uma ideologia comum e a transformação dos líderes ou dos aderentes” (Fernandes, 2008b, p. 64).

Forjou-se, assim, um suporte para a mobilização, a organização, os modelos de liderança, as ideologias e as formas de comunicação que constituem um ator coletivo, sejam como latência ou assumindo visibilidade a partir de suas intervenções no espaço público. Isso permite identificar a semelhança com a definição de espaço público feita por Melucci, como “espaço da palavra, espaço da nomeação, que permite dar voz, nova ou diferente enquanto na sociedade não se permite reduzir ao nome que a racionalidade técnica impõe ao mundo” (Melucci, 1991, p. 123-124); nesse caso, o discurso das relações raciais hegemonizado pelo branco. A dimensão cultural ocupa um lugar de destaque na análise dos movimentos negros. Essa dimensão foi enfatizada no modelo teórico desenvolvido por Melucci nos anos 1980 e 1990, ao considerar que “a solidariedade é de caráter cultural e está localizada no terreno da produção simbólica na vida cotidiana” (Melucci, 1996, p. 115).

Se havia uma coerência e unidade analítica objetiva feita pelos movimentos negros da “situação do ‘negro’ e do ‘mulato’” na realidade social paulistana, é também nesse campo que

Florestan atenta para as tensões internas em relação às estratégias. Tais tensões são patententes nos atritos entre as perspectivas autoritárias e as democráticas, o que leva o analista à percepção de que não se tratava de um movimento monolítico. Segundo Florestan,

as primeiras divergências surgiram em função das técnicas autoritárias de organização do poder, adotadas pelos primeiros líderes principais da Frente Negra Brasileira. [...] O próprio êxito inicial deixou a direção desorientada e compeliu-a a se apegar às técnicas autoritárias de arregimentação. O grupo dirigente se tornou impermeável à comunicação com os demais, aparecendo novas fricções desalentadoras (Fernandes, 2008b, p. 69-70).

A forma como as lideranças catalisaram o inconformismo demonstrou, segundo a análise de Florestan, um certo grau de capilaridade por meio das redes “físicas” submersas⁵ existentes no meio negro. Essas redes encerravam grupos de diferentes matizes e distintos objetivos, com existência mais ou menos duradoura. Num levantamento não exaustivo, compreendendo o período entre 1927 e 1945, são identificadas na cidade de São Paulo dezenove organizações, entre agremiações, associações culturais, clubes, legiões, centros cívicos, irmandades, entre outras (Fernandes, 2008b, p. 54).

A industrialização e urbanização da cidade de São Paulo – conjugadas à presença dos imigrantes, especialmente italianos – compeliram o negro ao inconformismo e a absorver novas técnicas e instituições sociais, bem como a desenvolver modelos de personalidade ideal a partir de valores, tais como a vida familiar integrada, a solidariedade doméstica, o respeito pela mulher, a importância da educação dos filhos. Isto é, novos estilos de vida foram absorvidos pela população negra na cidade de São Paulo (Fernandes, 2008b, p. 16-18). Esses aspectos concentraram a atenção dos líderes dos movimentos no que consideravam essencial, convertidos em itinerário da reeducação do “homem de cor”, preparando-os para agir como homens livres e lutar construtivamente contra as diversas manifestações do preconceito e da discriminação racial. Além de a reeducação do “negro”, também buscaram estender suas influências socializadoras aos “brancos”, denotando um processo de caráter social nacional (Fernandes, 2008b, p. 41). O âmago desta reeducação voltou-se para a autoestima, a valorização histórica do negro na sociedade brasileira, o reconhecimento de sua condição de “gente”, de seus direitos sociais e políticos, isto é, o reconhecimento de sua cidadania conforme a ordem legal instituída. Essas condições são elementos basilares, consoante a teorização de Alberto

⁵ A noção de redes submersas, cunhada por Melucci (1996) e desenvolvida por outros autores sob o conceito de redes sociais, tem como referência as redes “físicas” e virtuais (Barnes, 1987; Castells, 2000; Scherer-Warren, 2005, 2006).

Melucci (1996), para criar um sentido de pertencimento (redes afetivas e simbólicas) e atuar na construção de identidade (quem somos), no compartilhamento de valores (solidariedade), na expressividade (dar voz a subjetividades, estilo de vida e valores) e na resistência cultural (luta contra a dominação e controle social).

Colapso da dominação tradicionalista e patrimonialista como oportunidade política

Há, atualmente, um consenso de que os movimentos sociais não podem ser derivados, de forma direta, das privações padecidas ou da desorganização de suas sociedades. Seriam condições necessárias, mas não suficientes para compreender a sua emergência. Segundo Sidney Tarrow (2009), essas condições são mais duradouras, o que varia são “os níveis e tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações” (Tarrow, 2009, p. 99). Ainda na perspectiva desse autor, os confrontos estariam mais relacionados a estruturas de oportunidades e restrições para a emergência de ações coletivas, vistas junto a repertórios, enquadramento de mensagens e acesso ou construção de mobilização unificadoras. Essas estruturas de oportunidades se relacionam à obtenção de recursos externos, ao sentimento de ameaças ou de ofensa do senso de justiça e, fundamentalmente, quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões entre as elites, disponibilidade de aliados e diante do declínio da capacidade de repressão do Estado (Tarrow, 2009, p. 99)

Seguindo a análise de Florestan, no contexto do processo de industrialização, da universalização do trabalho assalariado e da consolidação da ordem social competitiva, foi colocada em xeque igualmente a dominação tradicionalista e patrimonialista. Mesmo que esse domínio tenha se mantido durante mais tempo na relação entre “brancos” e “negros”, gradualmente ele deixa de ter vigência plena e indiscutível entre os “brancos” (Fernandes, 2008b, p. 18). A presença de novas forças sociais, ligadas à indústria e ao comércio levou, paulatinamente, à desorganização da oligarquia. Entretanto,

A secularização de atitudes não chegara a ser suficientemente profunda para engendrar uma autêntica compreensão dos movimentos sociais [...] ou para suscitar uma colaboração frutífera ‘dos brancos’ em seu desenvolvimento. Ainda assim, deu lugar a certas transigências e indiferenças que tiveram enorme importância (Fernandes, 2008b, p. 29).

Esses fatores criaram condições para elevar os patamares de consciência, discussão e crítica, bem como abriram um “vazio histórico no plano das relações raciais, que equivalia, na

prática, a uma repentina dilatação da autonomia moral do ‘negro’ e do ‘mulato’” (Fernandes, 2008b, p. 20). Esses incentivos ou oportunidades dependiam do desenvolvimento da percepção analítica e da formulação ideológica como fatores de agregação e organização do negro.

Funções das lideranças

Na nossa análise, indicamos a perspectiva histórico-estrutural de Florestan Fernandes, que situa as transformações e permanências estruturais da sociedade brasileira, entre o final do século XIX e meados do século XX. A partir daí, destacamos os incentivos e os requisitos psicossociais ou socioculturais que, na interpretação do sociólogo paulistano, criaram as condições e oportunidades que suscitaram um novo estado de espírito dos “homens de cor”, assim como polarizaram as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicativas de teor igualitário. Embora esse espírito tenha desabrochado “espontaneamente”, as funções políticas de organização e difusão do movimento, assumidas pelas lideranças, indicam uma ação consciente por parte delas. Da mesma forma, a descontinuidade, as inconsistências e o malogro dos movimentos têm seus fundamentos na natureza especificamente social e não devem “ser encarados em termos de atributos psicológicos diferenciais do ‘negro’ [...] nem de sua ‘incapacidade’ de construir socialmente seu próprio destino” (Fernandes, 2008b, p. 73).

Ao longo da análise, Florestan Fernandes apresenta também as funções das lideranças, quais sejam: promover a definição dos objetivos, desenvolver estratégias e táticas para a ação, formular uma ideologia. Os rumos de um movimento, o envolvimento de seus membros e a construção de um consenso estão intimamente ligados à ação das lideranças⁶. No âmbito da TNMS, a questão da liderança foi desenvolvida em duas dimensões, seu papel interno e externo. Tarrow (2009) focou no papel externo das lideranças, enquanto Melucci (1996) concentrou-se nas dinâmicas internas. Em ambos os níveis, a liderança assume o papel de mediador entre o interior e o exterior do movimento. Isto é: formular políticas, articular redes, manter a coesão identitária e coordenar as práticas, bem como, em nível externo, manter relações com a mídia,

⁶ Nos primeiros estudos sobre movimentos sociais no Brasil, na década de 1970, o debate sobre liderança estava ausente, em grande parte devido à própria repressão política naquele período (Cardoso, 2004, p. 82). Em termos da teorização, na América do Norte, diferentes perspectivas se debruçaram sobre o papel das lideranças. Aldon Morris e Suzanne Staggenborg (2002) apresentam uma sinopse e indicam lacunas teóricas sobre liderança. Melucci teve particular interesse em teorizar o tema da liderança (Melucci, 1996).

instituições e outros grupos. Isso requer a habilidade de “traduzir” a linguagem do movimento para um público mais amplo, sem perder a identidade.

As condições para o exercício de uma liderança pressupõem capacidade de formação cognitiva e de formulação de objetivos, estratégias e “ideologia”. Essa capacidade se desenvolve à medida que há possibilidade de acesso a diferentes perspectivas e conhecimentos. Florestan identifica essas condições que permitiram acesso à instrução, mesmo de forma circunscrita, e possibilitaram as próprias inquietações que ganham corpo após a I Guerra Mundial, com o delineamento de movimentos sociais, novas perspectivas do movimento proletário e movimentos culturais. Apesar das limitações insanáveis, decorrentes da desorganização social permanente, da incapacidade de cooperação para fins coletivos próprios e da inexperiência política quase total, um pugilo de pioneiros⁷ conseguiu abalar a inércia⁸ do “meio negro” (Fernandes, 2008b, p. 14).

É esclarecedora desse processo a citação de Renato Jardim Moreira Leite, em estudo de caso denominado “Movimentos sociais no meio negro”, elaborado em parceria com o militante José Correia Leite, no âmbito do Projeto Unesco:

A estas transformações de estrutura social, corresponde uma série de outros sucessos que influíram na tomada de consciência, por parte dos negros, de seus problemas específicos. [...] A partir da Guerra de 1918, começou a efervescência dos negócios de ismos (socialismo, comunismo). Frequentei reuniões da U.T.G., onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Estes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social, pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano que tinha feito um mural onde aparecia Lenine no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro, com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine as mãos sobre eles (Moreira Leite *apud* Fernandes, 2008b, p. 23-24).

O foco da análise não é a Frente Negra Brasileira em si, mas o processo que levou àquele movimento⁹. Neste sentido, são as dinâmicas, a composição de uma unidade, as tensões internas e externas que são os eixos da atenção do autor. Nessa análise, torna-se evidente o

⁷ Florestan Fernandes está atento às nuances da composição e analisa os fatores da predominância da presença de “mulatos”, que se localizam no âmbito sociológico e não em fatores individuais: “parece que o ‘mulato’ teve maiores chances em virtude da própria experiência e do prestígio granjeado anteriormente” (Florestan, 2008b, p. 52).

⁸ Florestan Fernandes utiliza o termo inércia não como inerente à natureza do negro, mas como um estranhamento em relação à sociedade que o repelia, no fundo um repúdio aos valores da sociedade do branco, daí o papel dos movimentos negros em proporcionar as motivações e fundamentos das ações.

⁹ Como já afirmava Gramsci, as análises, geralmente, levam em conta as correntes já constituídas, sem investigar a sua formação, que se trata “de um processo molecular, miudíssimo [...] do qual nasce uma vontade coletiva com um determinado grau de homogeneidade, grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultaneamente no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica” (Gramsci, 1978, p. 90).

reconhecimento de uma heterogeneidade, tanto em nível das lideranças como entre a população negra, que permitiu uma unidade de objetivos e o poder de mobilizar esse grupo social, mas também implicou rupturas entre as lideranças, em particular na definição das estratégias.

Rastreando a “agitação larval”, Florestan constata que, já no início da década de 1920, havia uma consciência formada, segundo o estudo de caso elaborado por Renato Jardim Moreira. A análise acompanha um longo processo desenvolvido por intelectuais e militantes na formulação dos objetivos, mobilização de cursos e seminários necessários para a formação, disseminação dos sentidos da luta antirracista, articulação de diferentes grupos e organizações. Em outros termos, é dessa ordenação que se estabelece a utopia, “que formava o fundo da contraideologia construída, apontava para uma sociedade de classes aberta racialmente” (Fernandes, 2008b, p. 123)¹⁰, isto é, a construção de uma nova imagem da “raça negra”. Essa análise se coaduna à teoria da liderança como processo não estável, em que as funções de liderança são partilhadas para manter e articular as identidades coletivas (Melucci, 1996).

Entre os autores da TNMS encontramos diferentes formulações sobre as funções das lideranças. No entanto, há uma concordância em atribuir à liderança a formulação de um conjunto doutrinário sistematizado e coerente de ideias, princípios, valores e interpretações da realidade. Esses diferentes enfoques podem ser resumidos em três abordagens fundamentais: 1) **Ideologia** como núcleo organizador e doutrinário fixo da tradição marxista; 2) **Framing** como narrativas que tornem as reivindicações inteligíveis e legítimas, centrado “no como” é usado (McAdam; McCarthy; Zald, 1996; Tarrow, 2009; Tilly, 1968; Pan; Kosicki, 1993; Benford; Snow, 2000; Snow; Benford, 1988, 1996); 3) **Códigos culturais**, em substituição a “ideologia”, reconhecendo-se seu caráter não fixo e um maior pluralismo interno, particularmente nas perspectivas de Touraine (1996) e Melucci (1996). Apesar dessas diferenças, todas as abordagens dão destaque ao papel das lideranças na construção de sentidos que orientam a organização das ações coletivas e de movimentos sociais.

Evidencia-se na análise de Florestan uma perspectiva “em fluxo”, como um campo de disputas na construção de sentido e estratégias, designando o conjunto doutrinário como contraideologia racial. Recorrendo às noções de funções manifestas e latentes¹¹, segundo definição de Robert K. Merton (1968), identifica as funções básicas da contraideologia racial

¹⁰ Os conceitos de utopia e ideologia, na perspectiva de Florestan, baseiam-se na obra de Karl Mannheim, “Ideologia e utopia”.

¹¹ Identificamos em Melucci (1991) a observância dos processos latentes e manifestos na análise dos movimentos sociais, recorrendo a Robert Merton.

em dois planos. Das distintas funções cumpridas pelo movimento negro, destacamos duas: 1) “desmascarar as racionalizações, opiniões e avaliações consagradas pela ideologia racial dominante, evidenciando os fatores e os efeitos *reais* da desigualdade racial vigente” e 2) “unificar a percepção e a explicação da realidade, bem como as manifestações individuais ou coletivas de inconformismo e as aspirações de justiça social, objetivadas historicamente como reivindicações de uma categoria racial exposta à ‘espoliação secular’” (Fernandes, 2008b, p. 131).

A análise salienta, ainda, a preparação cívica do “negro” e do “mulato”, um processo de aprendizagem condicionado ao tipo de movimento.

O sentido e o teor dessa aprendizagem específica, subordinada às tarefas práticas propriamente ditas e às suas implicações doutrinárias, variavam, naturalmente, com os tipos dos movimentos. Onde prevaleciam os modelos autocráticos, a arregimentação se fazia formalmente de modo rígido e segundo uma disciplina paramilitar; onde vingavam os modelos democráticos, ela aparecia como uma educação espontânea, alicerçada no exemplo ou no debate (Fernandes, 2008b, p. 97).

Não há, portanto, um determinismo na configuração dos movimentos sociais, há condicionamentos. Daí a formação heterogênea das lideranças com implicações nos processos de mobilização e escolhas políticas.

Foi assim que a contraideologia racial tornou-se basilar para a mobilização de recursos materiais, humanos, sociais e culturais/simbólicos (Tilly, 1968), lançando mão dos repertórios de ação (realização de seminários, cursos, difusão da imprensa negra¹², promoção de manifestações, entre outros), devidamente analisados na obra de Florestan.

No conjunto da análise de Florestan, identifica-se a relevância dos fatores históricos-estruturais como condicionantes, mas se evidencia o envolvimento ativo dos agentes na formulação de uma contraideologia, escolhas de estratégias e posicionamentos políticos. A relevância dos fatores históricos-estruturais é também a base para o entendimento da derrocada do movimento negro daquele período, com o fechamento da Frente Negra Brasileira em 1937, mesmo com a sobrevivência do jornal “Clarim da Alvorada” até 1948. A questão central do empreendimento de Florestan foi compreender “por que” e “como” os movimentos sociais reivindicatórios surgiram, questão orientadora do “porquê” desses movimentos não terem vingado nem mesmo no “meio negro” (Fernandes, 2008b). Para o autor, a resposta parece simples:

¹² A imprensa negra já estava presente desde o século XIX, mas se tornou muito mais presente a partir dos anos 1920. Sobre imprensa negra em São Paulo ver Ferrara (1985) e Malatian (2018).

A sociedade inclusiva não desaprovava os propósitos integracionistas da contraideologia racial elaborada pelos “negros”. Todavia, ela não se propunha de modo idêntico os problemas da democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder, isto é, fazendo *tabula rasa* do sistema vigente de dominação racial. A ordem social competitiva se abria diante do negro e do mulato; mas de forma individualista e ultraseletiva (Fernandes, 2008b, p. 132).

Para além desses fatores estruturais, podemos nos interrogar, utilizando-nos da noção de ciclos de confrontos de Sidney Tarrow (2009), sobre as mudanças das oportunidades e restrições políticas que possibilitariam ou não a constituição de movimentos sociais, “disponibilizando conhecimentos e repertórios flexíveis de confronto, desenvolvendo quadros interpretativos de ações coletivas e identidades coletivas, e construindo estruturas de mobilização em torno de redes sociais e de organizações” (Tarrow, 2009, p. 181). Não poderíamos falar, assim, de uma abdicação dos sentidos explorados em “A integração do negro na sociedade de classes”, mas em sua latência, emergindo em outros momentos ou ciclos de confronto, tal como se manifestou no movimento negro da década de 1970 e em momentos posteriores, numa atualização daquele legado.

Considerações Finais

Em seis décadas que nos separam da publicação de “A integração do negro na sociedade de classes”, presenciamos profundas mudanças políticas, econômicas, culturais, ideológicas, tecnológicas e comunicacionais. O campo da sociologia foi afetado por novas perspectivas epistemológicas e filosóficas, tornando-se cada vez mais heterogêneo e complexo. Nesse contexto, uma multiplicidade de novos sujeitos de contestação entraram em cena em diferentes níveis, sejam eles locais, regionais, nacionais ou transnacionais. A própria noção de movimento social, para alguns autores, tornou-se obsoleta, daí preferirem outra terminologia, como movimentos de confronto ou de contestação. Mas esses também foram desafiados com a emergência de “contramovimentos” de características conservadoras/autoritárias, particularmente os movimentos de extrema direita (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009; Bringel, 2012; Silva; Pereira, 2020).

No Brasil, as lutas pela democratização dos anos 1970 e 1980, que resultaram na Constituição Cidadã de 1988, vista como caminho de superação da ordenação das relações sociais herdadas do passado, geraram um otimismo, e as interpretações críticas sobre os processos políticos, sociais e culturais elaboradas por Florestan Fernandes pareciam estar em vias de superação. Com a ocorrência de movimentos políticos com perspectivas conservadoras e autoritárias na década de 2010, que permaneciam latentes, voltou-se a perguntar sobre continuidades e discontinuidades das

estruturas da sociedade brasileira¹³. Dito isso, e diante da análise apresentada no presente artigo, cabe perguntar sobre a possível atualidade de Florestan Fernandes no campo da teorização dos movimentos sociais/protestos no cenário contemporâneo.

Diante das novas formas de organização, de motivações, de recursos humanos, ideológicos e culturais, da reciclagem e criação de novos repertórios e ação, as perguntas iniciais de Florestan, o do “porquê” e do “como”, permanecem desafiando os pesquisadores, bem como a busca de sínteses que articulem fatores estruturais e estratégicos. Evidenciou-se que o autor não desenvolveu uma teoria dos movimentos sociais e essa não foi objeto de pesquisa. Não obstante, a análise dos movimentos negros apresenta uma contribuição relevante no âmbito metodológico. O autor não parte de um modelo previamente fixado, mas assume uma perspectiva processual, em que o material empírico é examinado de forma acurada e atenta às dinâmicas internas e externas, às diferentes dimensões psicossociais, sociais, culturais e políticas. Florestan dedicou-se à reflexão teórica e metodológica com vistas a amoldar a análise sociológica à formação histórica particular da sociedade brasileira, estendida também às sociedades latino-americanas. Ele mirou de forma não dogmática os desafios das diferentes dimensões da realidade, fazendo uso de distintos métodos capazes de lhe dar sentido. Ao que Gabriel Cohn (1987) define como “ecletismo bem temperado”, preferimos designar como composição coerente de diferentes perspectivas.

Florestan situa os movimentos negros no contexto da ordem social competitiva e suas transformações na nova ordem social, em que o arcaico e o moderno se fundem (Trindade, 2025). Na análise, o autor sobreleva a dimensão estrutural, numa perspectiva histórica diacrônica e sincrônica, a partir da qual identifica as contradições entre uma ordem legal e a ordem social real que estimularam os movimentos. Isto é, as oportunidades políticas (estímulos), quadros de referência (*frames*), a contraideologia, as motivações objetivas e subjetivas, os recursos formativos e informativos, a formação de lideranças, as discordâncias quanto às estratégias mais ou menos democráticas, as formas de mobilização e articulação interna e externa. Compreende-se que a análise não se limita a fatores puramente econômicos, mas adentra em fatores sociais, culturais e psicossociais a partir dos quais emergem as ações políticas dos movimentos. Acrescente-se a disponibilidade do avultado material construído na pesquisa inserida no Projeto Unesco sobre as relações raciais no Brasil. Além disso, destaca-se o papel ativo de lideranças e intelectuais inseridos

¹³ Essa volta aos escritos de Florestan Fernandes é visibilizada no crescente número de artigos e dossiês publicados na última década.

nos movimentos negros, provocando questões epistemológicas relacionadas à não neutralidade do fazer da sociologia, bem como sendo suporte dos próprios movimentos.

Hoje um dos grandes desafios para a análise dos protestos/movimentos sociais e políticos é a interpretação das sociedades contemporâneas diante das transformações já sinalizadas, num quadro cada vez mais complexo, ao mesmo tempo globalizado e com uma heterogeneidade crescente de sujeitos, demandas e perspectivas políticas. Quais são os quadros de referência/códigos culturais/ideológicos mobilizados, os repertórios da ação coletiva, os modelos de liderança, as formas de organização e articulação que estão em vigência?

Em Florestan Fernandes, como sugere Gabriel Cohn,

Interessa mais a ordem dos procedimentos para se dar conta da realidade do que a ordem dos conceitos na teoria internamente consistente. Por essa via, em Florestan a construção da obra não tem tanto a ver com uma visão tópica, local, de níveis de abstração do texto, mas tem mais a ver com uma visão de processo, com uma visão de sequência e encadeamento dos procedimentos que buscam dar conta dos fenômenos. As questões metodológicas subordinam a si as questões propriamente teóricas da construção dos grandes arcabouços conceituais; as questões práticas subordinam as questões teóricas (Cohn, 1987, p. 49).

Esse nos parece um olhar acurado para a contribuição de Florestan Fernandes para as ciências sociais, seja na periferia seja no centro do sistema.

Bibliografia

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BARNES, John A. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia nas Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-193.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra no Estado de São Paulo. In: BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983, p.129-156.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTOS, Elide Rugai. A questão racial e a sociologia de Florestan Fernandes. **Blog BVPS**, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://blogbvps.com/2024/04/12/a-questao-racial-e-a-sociologia-de-florestan-fernandes-por-elide-rugai-bastos/>. Acesso em: 15 out. 2024.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 611-639, 2000.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly, mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2-3, p. 43-67, jun. 2012.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINI, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 81-90.
- CASTELLS, Manuel. Materials for an exploratory theory of the network society. **British Journal of Sociology**, Londres, v. 51, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 2000.
- CHAZEL, François. Movimentos sociais. In: BOUDON; Raymond (ed.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 283-323.
- COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In: D'INCÃO, Maria Angela. **O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 48-53.
- COHEN, Jean. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, v. 52, p. 663-716, 1985.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes' Critical Sociology: A Social Theory of Brazil and Latin America**. Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2024.
- FERNANDES, Florestan. Sobre o trabalho teórico [entrevista]. **Trans/Form/Ação**, Assis, v. 2, p. 5-86, 1975. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/HyygxDZxqtGstkmdrxnFKdQ/>. Acesso em: 3 set. 2024.
- FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (O legado da “raça branca”). São Paulo: Globo, 2008a. v.1.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (No limiar de uma nova era). São Paulo: Globo, 2008b. v. 2.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915/1963). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n.10, p. 197-207, mar./ago. 1985.
- FOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. London: Pluto Press, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph. **Los nuevos movimientos sociales: De la ideología a la identidad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales, 1994.
- MALATIAN, Teresa. Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 340-364, jan./ jun. 2018.
- MCADAM, Doug. **Political process and the development of Black insurgency**. Chicago: The University of Chicago, 1982.
- MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, out. 2009.
- MELUCCI, Alberto. Getting involved, identity and mobilization. **Review International Social Movement Research**, v. 1, p. 329-348, 1988.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 17, p. 49-66, jun. 1989.
- MELUCCI, Alberto. **L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse**. Bologna: Il Molino, 1991.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: University Press, 1996.
- MERTON, Robert K. **Social theory and social structure**. Illinois: Free Press, 1968.

- MORRIS, Aldon; STAGGENBORG, Suzanne. **Leadership in Social Movements**. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9780470999103.ch8>. Acesso em: 21 out. 2024.
- MUTZENBERG, Remo. **Ações Coletivas, Movimentos Sociais: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- NASCIMENTO, Janaina Xavier do. **Paradigmas dos movimentos sociais: Entre um olhar estratégico e um olhar identitário**. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.
- NEVEU, Érik. **Sociologie des mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 1996.
- OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing Analysis: An Approach to News Discourse. **Political Communication**, v. 10, n. 1, p. 55-75, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 196, p. 77-92, mar./abr. 2005.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 26-49, set./dez. 2020.
- SNOW, David; BENFORD, Robert. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. **International Social Movement Research**, v. 1, p. 197-217, 1988.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master Frames and Cycles of Protest. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (ed.). **Comparative Perspectives on Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 133-155.
- SNOW, David; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, v. 51, n. 4, p. 464-481, 1986.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. **Popular contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1968.
- TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- TRINDADE, Lucas. A modernização do arcaico, a arcaização do moderno. **Nossa ciência ao alcance de todos**, 2025. Disponível em: <https://nossaciencia.com/colunas/a-modernizacao-do-arcaico-a-arcaizacao-do-moderno/>. Acesso em: 21. ago. 2025.

Recebido em: 11/9/2025

Aceito em: 27/1/2026

O ESPÍRITO DO CAPITALISMO REVISTO DESDE A PERIFERIA:
expressões da racionalidade burguesa em Florestan Fernandes

THE SPIRIT OF CAPITALISM REVIEWED FROM THE PERIPHERY:
expressions of bourgeois rationality in Florestan Fernandes

Lucas Trindade*

Diogo Valença de Azevedo Costa**

Resumo

Embora Florestan Fernandes não tenha escrito textos sistemáticos sobre os atributos da conduta tipicamente capitalista, defenderemos a possibilidade de rastrear, em alguns dos seus textos escritos entre fins dos anos 1950 e a década de 1970, um delineamento conceitual sobre as formas singulares de manifestação do espírito do capitalismo em formações sociais periféricas e dependentes. Delineamento esse que pode ser tomado como uma significativa reelaboração e ampliação, em um diálogo crítico com a obra de Werner Sombart e Max Weber, de uma tipologia da racionalidade burguesa, capaz de equipar-nos heurística e criticamente para pensar tanto a conduta capitalista em sua diversidade espaço-temporal como o esgarçamento explícito no tempo presente, ao Norte e ao Sul, da aliança entre capitalismo e democracia.

Palavras-chave: Espírito do capitalismo. Werner Sombart. Max Weber. Florestan Fernandes.

Abstract

Although Florestan Fernandes did not write systematic texts on the attributes of typically capitalist conduct, we will argue for the possibility of tracing, in some of his texts written between the late 1950s and the 1970s, a conceptual outline on the singular forms of manifestation of the spirit of capitalism in peripheral and dependent social formations. This outline can be taken as a significant re-elaboration and expansion, in a critical dialogue with the work of Werner Sombart and Max Weber, of a typology of bourgeois rationality, capable of equipping us heuristically and critically to approach capitalist conduct in its spatio-temporal diversity and the explicit fraying in the present time, in the North and South, of the alliance between capitalism and democracy.

Keywords: Spirit of capitalism. Werner Sombart. Max Weber. Florestan Fernandes.

* Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Coordena o projeto de pesquisa “Síntese teórica ao Sul: teoria social, teoria sociológica e a articulação de modelos explicativos em Florestan Fernandes”, financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN, edital n. 14/2025 – Produtividade em Pesquisa. O presente artigo também recebeu apoio do projeto de pesquisa “Luta de raças, de classes e desenvolvimento: reconstruindo o artesanato intelectual de Florestan Fernandes”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), termo de outorga n. 0018/2024. E-mail: lucas.trindade@ufrn.br.

** Professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ-C). Coautor de “Florestan Fernandes’ Critical Sociology: a Social Theory of Brazil and Latin America” (Routledge, 2024). E-mail: valencadiogo@ufrb.edu.br.

Introdução

Embora Florestan Fernandes não tenha escrito textos sistemáticos sobre os atributos da conduta tipicamente capitalista¹, defenderemos a possibilidade de rastrear, em diferentes momentos da obra do sociólogo paulista, um delineamento conceitual sobre as formas singulares de manifestação do espírito do capitalismo em formações sociais periféricas e dependentes. Delineamento esse que pode ser abordado como uma significativa reelaboração e ampliação de uma tipologia da racionalidade burguesa. Para fazer isso, em primeiro lugar, revisitaremos a noção de espírito do capitalismo em Werner Sombart (2014), que atrela a sua gênese e desenvolvimento sobretudo à conduta judaica na vida econômica. Em seguida, abordaremos a formação típico-ideal do espírito do capitalismo moderno em Max Weber (2004), cuja gênese é relacionada aos efeitos práticos da doutrina calvinista. Em Weber, esse espírito define-se tanto em contraste com o capitalismo tradicionalista – que na contenda com Sombart, é associado ao judaísmo – quanto com o espírito tradicionalista camponês, católico, pré e anticapitalista, aspecto em relação ao qual Weber e Sombart estão de acordo.

Em um segundo momento, buscaremos rastrear o diálogo, implícito ou explícito, de Florestan, em textos de fins dos anos 1950 até a década de 1970, com o problema do espírito capitalista ou da racionalidade burguesa, repensado nos marcos de formações sociais periféricas, subdesenvolvidas e dependentes. Privilegiaremos os seguintes textos: *Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento* (1959); *Economia e Sociedade no Brasil: Análise Sociológica do Subdesenvolvimento* (projeto do CESIT de 1962); *Reflexões sobre a mudança social no Brasil* (1962); *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964); *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (obra de Fernando H. Cardoso, publicada em 1964, e diretamente indicada por Florestan para pensar o problema da ação/razionalidade empresarial no Brasil); *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1967); *Classes Sociais na América Latina* (1971); os capítulos escritos em 1973 de *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975); e *As Mudanças Sociais no Brasil* (1974).

¹ Em entrevista oferecida a Eliane Veras Soares, realizada em 23 de janeiro de 1991, Fernandes afirma que, na segunda parte inconclusa de “A Revolução Burguesa no Brasil”, pretendia justamente discutir “os elementos que não haviam dentro do horizonte intelectual da burguesia brasileira para caracterizar, como um espírito capitalista típico, um espírito capitalista débil e, ao mesmo tempo, uma espécie de amálgama de componentes tradicionais e componentes modernos: todos fechavam na ideia de que o risco dos empreendimentos deveriam ser transferidos para o Estado e a iniciativa privada poderia auferir lucros e não estar obrigada a reinvestir os lucros, ela ia investir os lucros em outros setores, especulativos, imobiliários etc.” (Fernandes, 2021, p. 111). Ao longo deste artigo, serão percebidos elementos que tanto corroboram como tensionam a asserção sobre a tipicidade da debilidade sugerida nesse trecho de comunicação informal.

A proposta se insere na agenda de debates e investigações do campo do pensamento social no Brasil, ao realizar uma releitura de Florestan Fernandes que salienta a força heurística dos seus conceitos e proposições, não só para pensar a singularidade dos nossos dilemas nacionais, mas igualmente a reelaboração e ampliação do instrumental da teoria sociológica, tomada de modo abrangente, para pensar os dilemas do tempo presente. Como sempre pensou o lugar do Brasil e da América Latina no globo e em um diálogo permanente com a teoria sociológica clássica, o pensamento de Fernandes merece ser lido como uma teoria social de relevância nacional e internacional, que toma a “periferia como método” – para utilizar a feliz formulação de Elide Rugai Bastos (2002, 2018).

Buscamos atrelar-nos a essa agenda, de modo mais amplo, ao ler Fernandes a partir dos problemas teórico-sociais típicos (Joas; Knöbl, 2017) da “ordem social”, da “mudança social” e, sobretudo e evidentemente, da “ação social”, na medida em que investigamos, nos meandros da sua obra, a reelaboração crítica do conceito de espírito do capitalismo quando visto desde a periferia. Como se sabe, tratar do espírito é tratar, conforme a tradição hermenêutica, dos fatores e elementos relevantes para pensar a agência e o agir. A nosso ver, como propomos na seção conclusiva, os “diagnósticos do presente” formulados por Fernandes podem ser amplamente utilizados, com o devido exercício de contextualização histórica e apropriação conceitual, para pensar o nosso presente, caracterizado por uma crescente dissociação entre capitalismo e democracia ou, em termos espirituais, quando pensamos na centralidade do capital fictício e na crise ambiental, por uma ação capitalista plenamente enquadrável naquele “*Après moi le deluge!*”, salientado por Marx (2008, p. 312).

Delineamos os traços de uma reelaboração da tipologia do espírito capitalista ou da racionalidade burguesa em Florestan Fernandes a partir dos seguintes motivos presentes em sua obra: a) a análise das atitudes e motivações favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento; b) o contraste entre Fase Pioneira Liberal e Era do Planejamento ao pensar o capitalismo; c) o conceito de resistência sociopática à mudança social; d) a relação entre racionalidade burguesa e racismo; e) a mentalidade espoliativa e o espírito especulativo como racionalidade pragmática e possível no capitalismo dependente; f) a relação entre racionalidade burguesa, capitalismo dependente e autocracia. As reflexões aqui apresentadas devem muito às pesquisas realizadas pelos autores na biblioteca e arquivo particulares de Florestan Fernandes, abrigados na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Na seção conclusiva, trataremos de alguns dados extraídos da leitura e análise da marginália das obras de Sombart e Weber consultadas.

O espírito do capitalismo moderno em Max Weber e Werner Sombart

Max Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941) compartilharam não só o mesmo ambiente e círculo intelectuais, buscaram uma síntese entre a Escola Histórica e a Escola Teórica no *Methodenstreit* e editaram juntos, durante algum tempo, a *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Os autores também, e talvez sobretudo, compartilharam o interesse em compreender o capitalismo ocidental moderno (e sua tendência global) como: uma individualidade histórica que deve ser analisada de modo tipológico e genético, por meio das conexões causais concretas que delinearam a sua especificidade histórico-sociológica; e em seus aspectos tanto formais (ou exteriores) como espirituais (ou interiores), o que os vincula a um mesmo interesse hermenêutico ou compreensivo na análise dos fenômenos socioculturais² (Villas Bôas, 2001). Interesse levado adiante quando tomam o capitalismo como objeto, por meio de uma análise das condições religiosas que permitiram a emergência e autonomização da esfera e da ação econômicas modernas.

A análise dos aspectos formais ou exteriores é levada a cabo por Sombart e Weber, respectivamente, em “O Capitalismo Moderno”, publicada em 1902, e em “História Econômica Geral”, publicação póstuma, de 1923, dos cursos oferecidos por Weber e organizados pelos seus alunos. Embora a noção de espírito do capitalismo tenha sido introduzida por Sombart na obra de 1902, o estudo mais sistemático dos fatores internos ou espirituais para a gênese e desenvolvimento do capitalismo moderno, o que mais interessa neste artigo, foi desdobrada nos clássicos desigualmente reconhecidos “A Ética Protestante e O ‘Espírito’ do Capitalismo” (Weber, 2004) e “Os Judeus e A Vida Econômica” (Sombart, 2014)³. É o próprio Sombart (2014, p. 1) quem admite em primeira pessoa ao prefaciar “Os Judeus”:

As investigações de Max Weber sobre a conexão entre puritanismo e capitalismo forçosamente me levaram a investigar, melhor do que havia feito até o momento, o rastro da influência da religião sobre a vida econômica, e foi ao fazê-lo que me acerquei pela primeira vez da questão dos judeus.

Na definição do espírito do capitalismo moderno, os autores concordam em um terreno da negação, na definição do que não é o espírito do capitalismo, a saber, uma mentalidade

² “A perspectiva sociológica, inscrita nas pesquisas dos dois sociólogos alemães, é fiel a uma concepção de sociedade que privilegia o sentido e o significado da ação e interação humana na construção e manutenção de ordens sociais (especificamente como foi construído e ordenado o capitalismo ocidental)” (Villas Bôas, 2001, p. 175).

³ Em *Der Bourgeois*, Sombart (1972) aprofunda e expande a sua história espiritual do *homo oeconomicus* moderno.

econômica pré-capitalista ou tradicionalista fortemente associada à rigidez do feudalismo e das ordens corporativas, ao estilo de vida camponês e artesão, e ao catolicismo. Para Sombart (2014, p. 187), na mentalidade pré-capitalista, “o ser humano está no centro também dos interesses econômicos”. A “ideia do ganha-pão” exprime a “intenção” de que “mediante sua atividade bem ou mal conduzida, produtor e comerciante ganhem a subsistência que corresponde ao seu estamento...” (Sombart, 2014, p. 188). A “busca irrefreada e irrestrita do lucro” é tomada como pecaminosa e “‘não cristã’, pela maioria dos sujeitos econômicos”, “ainda não se cogitava desprender o mundo econômico do conjunto da associação moral-religiosa” (Sombart, 2014, p. 188-189). Detestava-se e considerava-se “imoral” captar clientes e “tirar os compradores do seu vizinho” (Sombart, 2014, p. 191). “O ato de ‘oferecer a preço menor’, o ‘*underselling*’, era tido, em todas as suas formas, como indecoroso” (Sombart, 2014, p. 194, grifo do autor).

Tal como na simples fórmula M-D-M de Marx (2008), “a aquisição de bens de consumo continua sendo o fim de toda a atividade econômica, e a pura produção de mercadorias ainda não chegou a ser seu conteúdo” (Sombart, 2014, p. 196). Importa sobretudo garantir o sustento, “produzir *boas mercadorias*” e fazer prevalecer “*a ideia do preço justo*”, qual seja, “determinar o preço de acordo com os custos e o trabalho com que o produtor (comerciante) teve de arcar...” (Sombart, 2014, p. 196-197, grifo do autor). Esse “mundo bem ordenado” (Sombart, 2014, p. 199) era circundado por muros que impediam o florescimento do “princípio puramente capitalista de que unicamente o valor de troca das mercadorias é decisivo para o empreendedor” (Sombart, 2014, p. 196), e a “formação do preço” continuava subordinada a uma “potência ética (não como mais tarde uma ‘lei da natureza’)” (Sombart, 2014, p. 198).

Weber, citando diretamente *Der Moderne Kapitalismus*, define esse espírito como “sistema de economia de satisfação das necessidades” e, desde que aí se entenda necessidade como necessidade tradicional, tem-se o que Weber (2004, p. 56) concebe como “tradicionalismo econômico”, do levar “a vida da mão para a boca” (Weber, 2004, p. 67), imagem que atesta a plena convergência, nesse aspecto, com aquela “mentalidade econômica construída sobre o princípio do ganha-pão” (Sombart, 2014, p. 228). Se a relação entre catolicismo e tradicionalismo econômico e os atributos dessa relação nos dão um consenso, um mesmo quadro pintado por Weber e Sombart, as diferenças começam na avaliação que cada um tem sobre a importância dos judeus para a gênese da mentalidade econômica capitalista ou simplesmente, para usar um léxico compartilhado por ambos, do “racionalismo econômico” como “motivo fundamental da economia moderna” (Weber, 2004, p. 67).

A diferença básica é que, para Sombart, a mentalidade econômica judaica engendra um “fundamentalmente novo modo de ver as coisas”, é nela que se encontra a gênese do “espírito ‘moderno’ que hoje domina inteiramente os sujeitos econômicos” (Sombart, 2014, p. 232). Enquanto para Weber, se os judeus de fato descrevem um espírito capitalista, esse espírito não pode ser pensado como moderno, mas como um outro tipo de tradicionalismo econômico. Segundo Weber, como se sabe, não foi o judaísmo, mas as “concepções religiosas fundamentais do protestantismo ascético” (Weber, 2004, p. 141) ou simplesmente a “concepção puritana de vida” que “fez a cama para o ‘homo oeconomicus’ moderno” (Weber, 2004, p. 158). Essa demarcação é importante menos do ponto de vista estrito de uma sociologia da religião do que para percebermos diferentes definições do que é uma conduta ou racionalidade capitalista tipicamente moderna.

Para Sombart (2014, p. 203, grifo do autor), o judeu se destaca, “primeiramente”, como “o homem mais puramente de negócios, como o homem de negócios dedicado exclusivamente aos negócios, como aquele que, no espírito da economia autenticamente capitalista, reconhece o *primado da finalidade aquisitiva* sobre toda e qualquer finalidade natural”. O judeu é pintado como:

o representante da mentalidade econômica voltada exclusivamente para o ganho pecuniário. O que o diferenciava dos cristãos não era o fato de ele “praticar a usura”, não era o fato de ele almejar o lucro, não era o fato de acumular riquezas, porém o fato de não fazer isso de modo dissimulado, mas totalmente aberto e, além disso, professar todas essas coisas. E o fato de perseguir o seu interesse comercial de modo inescrupuloso e impiedoso (Sombart, 2014, p. 205).

Povo nômade, os judeus eram indiferentes às “divisórias legais que separavam uns dos outros os ofícios individuais” (Sombart, 2014, p. 210) – o que contrasta de modo flagrante com o tradicionalismo luterano destacado por Weber (2004). Atravessando barreiras estamentais, nacionais, consuetudinárias e legais, a mentalidade econômica judaica, nas tintas de Sombart, é afim ao capitalismo em sua tendência antilocalista e globalizante⁴. Sob o primado da finalidade aquisitiva e pecuniária, o espírito capitalista judaico “viola seguidamente” o princípio de “não tirar os clientes do vizinho”, sempre “à espreita dos vendedores ou compradores” (Sombart, 2014, p. 210), alcunhada por Sombart (2014, p. 216) de métodos de “captação exterior de clientes” (216) – ou “negócios de arrancar as mangas da camisa”

⁴ “No aspecto exterior, eles [os judeus] contribuíram essencialmente para que as relações econômicas internacionais adquirissem o seu cunho atual, mas também para que o Estado moderno – esse invólucro do capitalismo – pudesse erguer-se a seu modo” (Sombart, 2014, p. 40). Esses aspectos exteriores são analisados detidamente nos capítulos III, IV, V e VI de “Os Judeus e A Vida Econômica”.

(Sombart, 2014, p. 213) –, que antecipam a criação do “*anúncio comercial* e a “*propaganda de negócios*” moderna (Sombart, 2014, p. 192, grifo do autor).

Tão importante quanto a “captação exterior” é a “captação interior de clientes”, sobretudo através da “*oferta por um preço mais baixo*” (Sombart, 2014, p. 216, grifo do autor). Para além das contingências puramente individuais e na busca sempre de uma “mentalidade econômica tipicamente judaica” (Sombart, 2014, p. 225), Sombart pergunta-se quais são as razões para os preços mais baixos oferecidos pelos judeus. Uma primeira resposta capta

uma certa indiferença diante dos meios necessários para atingir a meta do negócio. Perdem força tanto a consideração dos valores pessoais dos outros quanto o respeito pela ordem legal e social, assim como o ater-se à orientação natural na hora de adquirir bens, passando a ser dominados pela concepção exclusivamente orientada no valor de troca, puramente crematística da tarefa do negociante (Sombart, 2014, p. 225).

Em curta frase, Sombart (2014, p. 225, grifo do autor) detecta na ação econômica judaica os “primórdios” da “tendência para o ganho *inescrupuloso*, inerente ao capitalismo”. Tal tendência, indiferente aos instrumentos que levam ao lucro comercial, articulam-se a “meios capazes de acarretar um barateamento real do objeto”, “métodos de barateamento” que “ajudam a reduzir os custos de produção das mercadorias” (Sombart, 2014, p. 226). Dentre esses métodos “empregados – e, pelo visto, primeiro – pelos judeus”, estão: menores exigências de qualidade em relação ao produto, “redução do salário pago às pessoas (trabalhadores) envolvidas na produção, ou então organizando de modo mais produtivo e, portanto, mais barato os métodos de produção e vendas” (Sombart, 2014, p. 226). Essas passagens são importantes porque revelam que o espírito capitalista moderno ligado geneticamente à mentalidade econômica judaica não se limita à esfera comercial, mas adentra a esfera da produção. Para Sombart (2014, p. 229), os judeus “foram os primeiros a se servir com consciência, com base em ponderações racionais, das novas formas de produção, assim como fizeram com as novas formas de comércio”. Logo, trata-se de racionalização da produção e do comércio para redução dos custos de produção e preços e, assim, ao monopolizar determinado ramo, poder determinar mais livremente a margem de lucro.

Assim como Weber, Sombart busca as origens do espírito capitalista moderno antes da formação de uma ordem social propriamente capitalista, naquilo que chama de “época pré-capitalista” (Sombart, 2014, p. 232), sobretudo os séculos XVII e XVIII. E é na “mentalidade econômica judaica” que captura um conjunto de atributos fundamentalmente moderno, “nada há nele que o moderno homem de negócios não consideraria obviamente correto, nada há nele

que não constitui o pão de cada dia de toda a moderna gestão de negócios” (Sombart, 2014, p. 232). E continua, se nos permitem uma tão longa quanto importante citação:

O que o judeu defendeu em todos esses séculos diante das ideias dominantes foi a concepção fundamentalmente individualista da economia; que a esfera de atuação do sujeito econômico individual não estaria limitada por qualquer norma objetiva nem para cima nem para baixo, nem quanto ao volume de vendas, nem quanto à estruturação das profissões; que cada sujeito econômico a todo tempo precisaria reconquistar sua posição e teria de defendê-la contra ataques; mas que ele também teria o direito de, às custas de outros, conquistar um espaço de manobra tão grande quanto suas forças possibilitarem; que as armas para isso residiriam essencialmente na esfera intelectual: manha, esperteza, astúcia; que, na luta da concorrência econômica, nada haveria a levar em consideração além do código penal; que todos os processos econômicos devem ser organizados pelo indivíduo à sua maneira do modo mais funcional possível. O que se impôs vitoriosamente por esse meio nada mais é que as ideias do “livre comércio”, da “livre concorrência”, é o racionalismo econômico, é o puro espírito capitalista, é justamente a mentalidade econômica moderna, em cuja formação definitiva os judeus desempenharam, portanto, um papel importante, se não o papel decisivo (Sombart, 2014, p. 232-233).

Não é essa a opinião de Weber, que faz um explícito corte histórico e tipológico-conceitual para pensar o espírito do capitalismo. A mentalidade econômica judaica, de um Jakob Fugger (1459-1525), por exemplo, estaria associada, para Weber, a um espírito capitalista tradicionalista e predatório, do capitalista aventureiro ou pária,

do capitalismo dos usurários, financiadores de guerras, arrendatários dos cargos públicos e da coleta de impostos, dos grandes mercadores e dos magnatas das finanças, dispersos pelo mundo há três milênios já, na China, na Índia, na Babilônia, na Grécia, em Roma, em Florença, até os dias de hoje (Weber, 2004, p. 181, nota 43).

Tal espírito se destacaria pela “*absoluta* falta de escrúpulos na afirmação do interesse pessoal”, pelo “*liberum arbitrium* indisciplinado”, pelo “ganho desbragado, sem vínculo interno com norma nenhuma” (Weber, 2004, p. 50, grifo do autor). Aqui se estabelece uma nítida descontinuidade entre a ética interna (válida para o grupo ou comunidade de pertencimento) e uma (não) ética externa (na qual todos os meios são válidos em nome da *auri sacra fames*). De um ponto de vista histórico, esse espírito predatório é associado, por um lado, ao período violento da assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2008), que envolve tanto os *enclosures* (cercamentos) internos à Europa como a expropriação colonial. Um capitalismo, nas palavras de Weber (2004, p. 163), da “constituição social ‘orgânica’ de formato fiscalista-monopolista adotada na Inglaterra sob os Stuart”, marcado pela “aliança do Estado e da Igreja com os ‘monopolistas’ sobre a base de uma infra-estrutura social-cristã”, “espécie de

capitalismo de comerciantes, subcontratadores e mercadores coloniais, um capitalismo sustentado pelo Estado”.

A associação entre a expropriação colonial exclusivamente a esse espírito capitalista tradicionalista e predatório, numa oposição direta a Sombart⁵, é reforçada na “História Econômica Geral”, ao afirmar que “a acumulação de riquezas, como produzida pelo comércio colonial, possui – isso deve ser ressaltado em oposição a W. Sombart – uma importância pequena para o desenvolvimento do capitalismo moderno”, por ser uma acumulação baseada no “princípio predatório” e que não “fomentou a maneira especificamente ocidental da organização do trabalho” (Weber, 2006, p. 43).

Contra tudo isso, o espírito capitalista moderno, para Weber (2004, p. 181, nota 43, grifo do autor) é, exclusivamente, o da “*empresa racional moderna* específica do Ocidente”, que se desenvolveu na Europa Ocidental e na América do Norte. E, como se sabe, tem seu terreno de gênese não na mentalidade econômica judaica, mas nos efeitos práticos da doutrina calvinista sobre os fiéis das diferentes seitas que a assimilaram seletivamente⁶. Embora a salvação da alma seja o fim último, a fonte ética calvinista conforma, como consequência imprevista, um tipo de conduta econômica moderna que visa ao “sucesso econômico” desde que de “forma legal”, no exercício do dever profissional e “no resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho” (Weber, 2004, p. 46-47). Contra os meios inescrupulosos e predatórios, o “*racionalismo econômico*” – desdobramento de uma “*metódica* da conduta de vida ética” (Weber, 2004, p. 113, grifo do autor) protestante – baseia-se no “cálculo *aritmético* rigoroso” e na gerência “planejada e sóbria” (Weber, 2004, p. 67, grifo do autor) de todos os fatores envolvidos na produção e no comércio. Diferente do que vimos em Sombart, Weber não percebe a conformação de um racionalismo econômico na conduta assistemática e predatória da mentalidade econômica judaica.

⁵ Escreve Sombart (2014, p. 49) em 1911: “Estamos começando a reconhecer claramente que o meio da expansão colonial não está entre as razões de menor importância que levou ao florescimento do capitalismo moderno”; Ou: “A formação da economia colonialista moderna e o surgimento do Estado moderno são dois fenômenos que se condicionam. Um não pode ser concebido sem o outro, e igualmente dependente dos dois, é, por sua vez, a gênese do capitalismo moderno” (Sombart, 2014, p. 73).

⁶ Sugerimos, inclusive, que o capítulo IV de *Os Judeus e a Vida Econômica*, cujo título é “A fundação da economia colonialista moderna”, pode ser lido inteiramente como um contraponto ao ensaio de Weber (1982a) sobre “As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”, no qual Weber reflete mais detidamente sobre o nexos entre protestantismo e capitalismo nos EUA. Em seu capítulo, Sombart (2014, p. 67) chega a afirmar que “aquilo que chamamos de americanismo, em grande parte, nada mais é que o espírito judeu coagulado”.

Capitalismo moderno é, para Weber (2004, p. 51, grifo do autor), “valorização racional do capital no quadro da *empresa* e a organização capitalista racional do *trabalho* [como] potências dominantes na orientação da ação econômica”. E o espírito que animou a emergência e consolidação dessa ordem não foi portado por “especuladores” nem “ricos”, mas por “homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo *sóbrios e constantes*, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e ‘princípios’ rigorosamente burgueses” (Weber, 2004, p. 62, grifo do autor). Entre “os anabatistas, especialmente os quakers”, assim como em Benjamin Franklin, vê-se a “comprovação prática daquele importante princípio da ‘ética’ capitalista que se usa formular assim: *honesty is the best policy...*” (Weber, 2004, p. 137).

Essas passagens são suficientes para perceber a dicotomia, realizada por Weber, e acentuada na edição de 1920 de “A Ética”, entre, de um lado, uma “ética econômica do judaísmo” atrelada ao “capitalismo ‘aventureiro’ politicamente orientado ou de orientação especulativa”, o “*ethos*” do “capitalismo-*pária*” e, do outro lado, a ética econômica do puritanismo, que é o “*ethos* da *empresa* racional burguesa e da organização racional do *trabalho*”, e “que tomou da ética judaica só o que cabia nesses horizontes” (Weber, 2004, p. 151, grifo do autor). Para Sombart (2014, p. 1), em uma assimetria flagrante, “o resultado de um exame preciso da argumentação weberiana foi que todos aqueles componentes do dogma puritano, que me parecem ter real importância para a formação do espírito capitalista, constituem empréstimos da esfera de ideias da religião judaica”.

Se Weber e Sombart convergem em suas construções tipológicas do espírito tradicionalista católico, estamental, corporativo, camponês, pré e anticapitalista, os autores divergem fundamentalmente em seus tipos do espírito capitalista moderno. Em Sombart, não há qualquer incompatibilidade entre racionalismo (nas esferas produtiva e comercial), predação, espoliação e especulação. Não por acaso, o autor investigou detidamente os nexos estreitos e necessários entre capitalismo, colonialismo, luxúria e guerra⁷. Weber, por sua vez, buscou sistematicamente estabelecer uma descontinuidade entre capitalismo *pária* e capitalismo moderno, entre princípio predatório e racionalismo econômico, purificando a conduta capitalista tipicamente moderna daquela “tendência para o ganho *inescrupuloso*” salientada por

⁷ Para uma síntese ver Graça (2022) e, principalmente, Adair-Toteff (2024).

Sombart (2014, p. 225, grifo do autor), e opondo diretamente a ordem capitalista moderna, de um lado, à barbárie colonial e aos violentos processos de cercamentos, do outro⁸.

A questão que nos interessa é: Como Florestan Fernandes, nas linhas e entrelinhas das suas interpretações do Brasil, dialoga com esses tipos ou expressões da racionalidade capitalista moderna?

O espírito do capitalismo revisto desde a periferia

Certamente não encontraremos uma abordagem das expressões da racionalidade burguesa nos escritos mais exclusivamente teórico-metodológicos de Fernandes, nem em seus estudos sobre o folclore e de reconstrução histórico-etnológica da organização social e da função da guerra entre os Tupinambá. É quando investiga especificamente o Brasil moderno e contemporâneo que Fernandes abre a mesa de chão para de algum modo acessar as formas de manifestação do espírito capitalista entre nós.

Na virada dos anos 1950 para os anos 1960, Florestan está interessado não somente em encontrar o espírito capitalista moderno, em seus atributos típicos, no Brasil. Seus horizontes intelectuais e políticos tateiam, igualmente, na busca das tendências – exteriores (problemas da ordem e institucionais) e interiores (problemas da ação e espirituais) – que podem tanto favorecer como obstruir, em nossa formação socionacional, um projeto de descolonização efetiva, de desenvolvimento, de integração sistêmica e social, de revolução dentro da ordem (como chamará posteriormente).

Essa busca pelos dois tipos de tendências é evidente no próprio título do texto apresentado em 1959 no “Seminário sobre resistências à mudança: fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento”, promovido pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS): “Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento”. Cumpre observar, preliminarmente, que não se trata de tarefa fácil extrair da obra de Florestan o que a tradição alemã da *Verstehen* chama de fatores internos ou espirituais da dinâmica socio-histórica. Em sua obra, ou melhor, em seus “diagnósticos do presente”, feitos a partir do mirante periférico, os problemas típicos da teoria social (Giddens, 2003; Alexander, 1987; Joas; Knöbl,

⁸ Esses polos dicotomizados por Weber constituem as duas faces que, unidas, formam o espírito capitalista para Sombart: o espírito de empresa e o espírito burguês. Conforme sintetiza em “O Burguês”: “el espíritu de empresa es una síntesis de codicia, espíritu aventurero, afán descubridor y algún que otro ingrediente más; el espíritu burgués se compone de prudencia reflexiva, circunspección calculadora, ponderación racional y espíritu de orden y de economía. (En el tejido polícromo del espíritu capitalista el espíritu burgués representa la trama de algodón y el espíritu de empresa la urdimbre de seda.)” (Sombart, 1972, p. 30).

2017; Vandenberghe, 2012) são pensados de modo intrincado. Em um mesmo gesto de pensamento e escritura, trata-se sempre de capturar, dos níveis mais abstratos aos mais concretos, a articulação entre “ordem” e “ação” para pensar, eclodir e planejar a “mudança” social em um sentido progressivo. Como já escreve em 1959, Fernandes (2008a, p. 295) encara “as atitudes e motivações sociais em termos de suas vinculações com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social”.

Dito isto, o nosso propósito neste texto é, na medida do possível, pensar o problema espiritual relativo à racionalidade e à ação tipicamente capitalistas na obra de Florestan Fernandes, muito embora isso nem sempre seja possível. Essa impossibilidade já se faz notar de imediato, pois é a partir do conceito de “mudança social”, formalizado em 1959, que temos os primeiros elementos para rastrear o problema do espírito capitalista em seus textos. Para falar em atitudes e motivações (des)favoráveis ao desenvolvimento, Fernandes vê como necessário estabelecer, a princípio, um mínimo de clareza em relação às premissas conceituais que devem ser trabalhadas. Afinal, o que é – para uma sociologia que busca desvencilhar-se de influências primeiras demasiado organicistas e teleológicas – “mudança”, “desenvolvimento” e “evolução” sociais?

Mudança social aplica-se “a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço” (Fernandes, 2008a, p. 290). A mudança “pode ser *progressiva* ou *regressiva*” e é “de sua qualidade que depende a caracterização do desenvolvimento social”, que se “manifesta sempre que determinado sistema social sofra modificações relevantes para a realização do tipo social que lhe seja inerente ou para o qual tende de forma irreversível” (Fernandes, 2008a, p. 290, grifo do autor). O conceito de evolução social, por sua vez, “apreende os processos de mudança social progressiva no nível supra-histórico, no qual se pode abstrair os fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais” (Fernandes, 2008a, p. 290).

Logo, do mais abstrato ao concreto, temos a mudança social (nível supra-histórico, passível de progressão ou regressão), a evolução social (nível supra-histórico, mas referente exclusivamente a dinâmicas progressivas na sucessão de tipos sociais, por exemplo a passagem da ordem estamental para a ordem competitiva) e desenvolvimento social (nível histórico, análise do estado e dinâmica de um determinado sistema social a partir dos requisitos de um tipo social específico, por exemplo, a ordem social da sociedade de classes). É a partir de Weber (principalmente “A Ética” e “História Econômica Geral”) que Fernandes nos fala da “autêntica

revolução no horizonte cultural do homem médio” que ocorreu no “‘ponto zero’ da formação e emergência” da “ordem social da sociedade de classes” (Fernandes, 2008a, p. 296). Revolução cultural operada em dois planos:

De um lado, surgiram tendências inconformistas na avaliação dos comportamentos rotineiros e tradicionais, das instituições e dos valores ‘sagrados’ ou intangíveis, que conformavam o presente pelo passado e impediam a renovação econômica, cultural e social das condições de vida. De outro, está o surto de uma mentalidade prática, que levou o homem a refletir sobre os elementos e as forças do meio social ambiente segundo critérios utilitários de teor crescentemente racional (Fernandes, 2008a, p. 296-297)⁹.

Trata-se, como é perceptível, daquele “racionalismo da dominação do mundo”, conceituado na sociologia weberiana da religião. Essa revolução cultural, em seu desdobramento, permitiu tanto um espraiamento significativo da conduta individualista – secularizada, planejada e utilitária – como o desenvolvimento das três principais “modalidades de conhecimento” (Fernandes, 2008a, p. 299): de “natureza prática” (esfera do político), de “natureza teórica” (desenvolvimento do método científico) e de “natureza técnica” (aplicada às mais diversas esferas e âmbitos sociais) para lidar com os problemas complexos da mudança social.

Em uma ordem social que “repousa em um padrão de equilíbrio instável”, por ter a mudança como atributo rotineiro e “peça fundamental para o equilíbrio ou a continuidade das condições normais de vida” (Fernandes, 2008a, p. 301), não há, entretanto, qualquer mecanicismo ou automatismo no processo de generalização, para amplas coletividades, dos atributos daquela revolução cultural e dos ativos promovidos pelos desenvolvimentos político-institucionais, científicos e técnicos. É só “no plano simbólico” que “os ideais de vida e de segurança social da sociedade de classes possuem *universalidade* e *eternidade*” (Fernandes, 2008a, p. 301, grifo do autor). O domínio ou controle das forças sociais, nucleado em torno do critério de eficácia, louvado como signo do moderno, desdobra-se em “graus variáveis de universalização das garantias sociais, de supressão das fontes sociais de alienação da pessoa humana etc.” (Fernandes, 2008a, p. 302). Mais importante, o controle das forças sociais e

⁹ Tönnies e Sombart – deste principalmente as obras *Il Borghese*, edição italiana, e *El Apogeo del Capitalismo*, edição mexicana de *Der moderne Kapitalismus* – são mobilizados para afirmar que esses atributos continuaram válidos e se ampliaram para além do “ponto zero” ou gênese da ordem social da sociedade de classes. Entretanto, Sombart é acusado de erro de “delimitação histórica” em sua análise sobre o apogeu do capitalismo, que deveria, segundo Fernandes, ser retificada pela sociologia industrial, do trabalho e da burocratização (Fernandes, 2008a, nota 8, p. 298-299).

daqueles graus de universalização “pode ser facilmente manipulado por camadas com posições estratégicas na estrutura de poder das instituições ou das associações, o que lhes confere a possibilidade de graduar ou de reter o fluxo das inovações e seus efeitos diretos sobre a reconstrução da ordem social” (Fernandes, 2008a, p. 302).

Mesmo em texto marcado por significativo otimismo na mudança social progressiva¹⁰, Fernandes já expressa um motivo que atravessa boa parte dos seus textos posteriores: a possibilidade sempre aberta de controle e manipulação da mudança social, sua direção, seu ritmo e sua amplitude, por parte das camadas dominantes de uma formação social particular. É a partir dessas premissas que o sociólogo paulista pode tratar dos elementos espirituais referentes ao desenvolvimento, mais precisamente, do que chama de atributos psicossociais. Se a mudança social pode ser progressiva ou regressiva, as atitudes e motivações que orientam os agentes individuais e coletivos podem ser tanto favoráveis como desfavoráveis ao desenvolvimento quando tomado em um sentido progressivo, ou seja, no sentido da realização dos requisitos ideais da ordem social da sociedade de classes (um tipo social). As atitudes e motivações “que se incluem entre os fatores psicossociais que exercem uma função construtiva na diferenciação e na reintegração” (Fernandes, 2008a, p. 314) dessa ordem social são tomadas como “favoráveis”. Isso, claro, em um nível de definição altamente abstrato, afinal, se a ordem social da sociedade de classes ganha concretude variável no espaço e no tempo, também o critério do que é favorável e desfavorável ao desenvolvimento no nível da agência ganha padrões socio-históricos diversos.

Com efeito, numa dada situação, as mesmas atitudes e motivações podem ser tomadas como favoráveis ou desfavoráveis dependendo do ângulo de observação. Fernandes (2008a, p. 316, grifo nosso) exemplifica com a “estrutura econômica da sociedade brasileira”, na qual as “margens demasiado amplas de lucro constituem condições negativas à racionalização do comportamento econômico na empresa capitalista”, “concentram a atenção do empresário na defesa do *status quo*, para garantir vantagens que tendem a ser convertidas em ‘privilégios’”, “e estimulam a valorização de uma mentalidade e de técnicas de organização econômicas que transformam **o empresário em símile humano da ave de rapina**”. Isso se desdobra na

¹⁰ “No conjunto, porém, a mudança produzida pela capacidade do agente humano de lidar com as forças domesticadas do meio social é posta a serviço de ideais coletivos que valorizam o *progresso material, social e moral do homem*. A mudança converte-se em verdadeira técnica social, inserida no pensamento inventivo como um recurso destinado a introduzir *aperfeiçoamentos progressivos* em todos os campos em que a atividade humana se desenrola de forma socialmente organizada” (Fernandes, 2008a, p. 302, grifo do autor).

articulação da organização empresarial com “padrões pré ou anticapitalistas de vida econômica” e “no agravamento da distribuição desigual da renda com suas consequências negativas inevitáveis seja para a expansão interna de uma economia de mercado, seja para a formação de condições essenciais à democratização da riqueza, da cultura e do poder” (Fernandes, 2008a, p. 316-317). Se esses aspectos atestam claramente os efeitos negativos e desfavoráveis ao desenvolvimento, de outra perspectiva, “nas circunstâncias em que emergem e se mantêm, as mesmas atitudes e motivações inspiram decisões práticas compatíveis com o crescimento econômico em condições extremamente adversas à empresa capitalista”, preenchendo “funções construtivas” para o “desenvolvimento econômico”, pois “orientam a ação econômica no sentido de transpor os efeitos devastadores da inflação secular sobre a vitalidade das empresas e de dar continuidade ao processo de capitalização” (Fernandes, 2008a, p. 317).

Mais à frente no texto, Fernandes (2008a, p. 320, grifo nosso) caracteriza esse aparente paradoxo da ação empresarial no Brasil – simultaneamente desfavorável e favorável ao desenvolvimento – como um “produto híbrido, em que **atitudes racionais correspondem a motivações irracionais ou vice-versa**”. Mais precisamente, emerge um

padrão híbrido de desenvolvimento social, mantido pela confluência de atitudes e motivações contraditórias, que contribui para retardar o ritmo da mudança social progressiva e para aumentar o período de desintegração transitória da vida social organizada. **Isso faz com que o “progresso social” se transforme numa forma de devastação de recursos e num sorvedouro de energias** (Fernandes, 2008a, p. 321, grifo nosso).

Alongamo-nos na síntese do texto de 1959 por ser ele decisivo em dois principais sentidos: primeiramente, por ancorar explicitamente os problemas espirituais ou da agência das camadas dominantes, sob o léxico das atitudes e motivações (econômicas e extraeconômicas), em uma teoria social mais ampla da ordem social (a ordem social da sociedade de classes) e da mudança social (como atributo intrínseco a essa ordem social); em segundo lugar, o texto concentra as perspectivas que são bifurcadas nos textos de 1962, analisados a seguir. No primeiro, lança-se sobretudo uma agenda de investigação interessada nas atitudes e motivações “favoráveis” ao desenvolvimento brasileiro; no segundo, o diagnóstico das atitudes e motivações “desfavoráveis” ganha um tom e um conteúdo radicalmente críticos.

Uma caça aos atributos do espírito capitalista moderno entre nós, aquele do racionalismo econômico, mas que também seria capaz de atar as linhas desencontradas do “desenvolvimento” e da “nação”, é notável nos projetos de pesquisa do Centro de Sociologia

Industrial e do Trabalho (CESIT)¹¹. No projeto de maior envergadura, “Economia e Sociedade no Brasil: Análise Sociológica do Subdesenvolvimento” (de 1962), a investigação da “mentalidade do empresário industrial” é predicada como “elemento decisivo para a compreensão do crescimento econômico e das tendências de consolidação da ordem social competitiva na sociedade brasileira” (Fernandes, 1976a, p. 318). Na proposta de pesquisa, Florestan faz uma distinção entre a “Fase Pioneira Liberal” e a “Era do Planejamento” para pensar a ação do empresário industrial. Na primeira, “a capacidade de improvisação, a audácia e até certas disposições predatórias eram essenciais para o êxito do empresário e a consolidação da empresa. [...] Como tudo estava por *desbravar*, o mais brutal individualismo conciliava-se com os interesses de inovação econômica da coletividade” (Fernandes, 1976a, p. 323, grifo do autor). Na Era do Planejamento, em claro contraste,

as próprias condições de segurança na expansão da livre-empresa começam a exigir uma compreensão menos egoísta, irracional e imediatista dos interesses envolvidos nas transações econômicas, forçando os empresários a atentar para os problemas relacionados à especialização econômica, à reprodutividade das inversões, aos efeitos induzidos pela modernização tecnológica, à diferenciação e à integração do sistema econômico nacional, à consolidação da ordem social competitiva e à estabilidade que ela poderia assegurar à livre-empresa, etc. (Fernandes, 1976a, p. 324).

Sem qualquer intenção de apontar para processos inexoráveis, em busca de justificar a importância crucial do projeto de pesquisa, Florestan delinea quatro principais tendências significativas de aprofundamento da ordem social competitiva e, logo, do racionalismo econômico entre nós: 1) a ampliação da “camada dos *managers*, altos funcionários de direção nas indústrias”; 2) a “melhoria gradual das qualificações intelectuais básicas”; 3) a “transplantação”, via capital externo, “de modelos” avançados “de organização institucional, de técnicas e de especialistas” e, por fim, 4) “a racionalização progressiva dos modos de entender e de lidar com os ‘assuntos práticos’ no âmbito da empresa, da economia de mercado e da política econômica” (Fernandes, 1976a, p. 324-325).

A partir dos resultados da seção anterior, vê-se uma convergência entre a chamada “Fase Liberal” e os atributos do espírito capitalista sombartiano (tomados por Weber como típicos do capitalismo pária), em que o racionalismo econômico se alia ao ímpeto predatório e aventureiro, enquanto a “Era do Planejamento” guarda fortes afinidades com o espírito capitalista

¹¹ Para uma análise mais aprofundada do CESIT e dos seus projetos de pesquisa, ver Romão (2006) e Silva (2021).

weberiano, marcado por um tipo de ética da responsabilidade (para remeter ao léxico de Weber, 1982b) e do planejamento.

Para quem não conhece o texto de 1959, poderia parecer contraditório e incoerente que o projeto “Economia e Sociedade no Brasil” seja do mesmo ano (1962) do texto “Reflexões sobre a mudança social no Brasil”. Em um sentido assimétrico ao primeiro, que captura sobretudo os índices espirituais do desenvolvimento da ordem social competitiva no Brasil, em “Reflexões” fica claro que, antes de 1964, Florestan já havia passado por experiências importantes que foram paulatinamente alterando a sua forma de conceber a ação econômica capitalista em nossos tristes trópicos. Ao vivenciar a reação virulenta da igreja e dos setores empresariais à Campanha em Defesa da Escola Pública, da qual participou entusiasticamente, o sociólogo chega, nesse momento, a uma percepção aguda de que as próprias “forças sociais inovadoras”, supostamente modernizantes, apresentam uma “*resistência residual ultra-intensa à mudança social, que assume proporções e consequências sociopáticas*” (Fernandes, 1976b, p. 211, grifo do autor). Nesse texto, tudo se delineia como se, ao contrário das tendências de ampliação do racionalismo econômico da “Era do Planejamento”, prevalecesse aquele tipo de ação predatória e de “motivos e interesses egoísticos, que operam segundo os dinamismos da velha ordem social patrimonialista” (Fernandes, 1976b, p. 206).

Sem carregar nas cores, temos aí um retrato da situação brasileira atual. Forças empenhadas em conservar não se sabe o quê; um clima de transigências e acomodações que favorecem e revigoram essas forças; e o produto conjugado de tudo isso: a estagnação ou a inovação pervertida, conquistada a duras penas e a custo de um preço tal que arruína pela base a ordem financeira e a ordem moral do regime estabelecido (Fernandes, 1976b, p. 207).

A participação na Campanha em Defesa da Escola pública e a experiência das reações violentas contra movimentos de democratização e reforma exigiram “pela primeira vez em minha vida”, escreve Fernandes (1980, p. 200, grifo do autor), em esboço autobiográfico:

definir a *consciência burguesa* em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a *revolução nacional* e a *revolução democrática* de recorte especificamente capitalista.

Trata-se, assim, de um momento decisivo na trajetória de Fernandes, por evidenciar a inexistência, no capitalismo subdesenvolvido, de qualquer vínculo necessário entre racionalidade burguesa e efeitos positivos, previstos ou imprevistos, na integração e democratização sociais e nacionais; ou, para usar a terminologia de 1959, por evidenciar o

divórcio entre ação burguesa e o desenvolvimento social progressivo. Pelo contrário, é sobretudo o signo da reação e do “regresso” que aparece nitidamente dois anos antes do golpe empresarial-militar de 1964.

Em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, por sua vez, é incluído um elemento inteiramente original no cotejo com o espírito capitalista moderno em Sombart e Weber. Em sua clássica tese de cátedra, defendida em 1964, Florestan já aventa “a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerentes à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial” (Fernandes, 1978, p. 461) e, logo, como ficará ainda mais evidente em textos posteriores – a exemplo de “Os aspectos políticos do dilema racial brasileiro” (de 1971-1972) – vê-se configurando um “tipo de capitalismo” e de espírito do capitalismo que “não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve)” (Fernandes, 2007, p. 305).

Ao contrário de um conjunto de leituras (Hasenbalg, 1979; Motta, 2000; Souza, 2009), que percebem na obra de 1964 uma abordagem residualista da questão racial ou o racismo como um tipo de sobrevivência da ordem social colonial e estamental que, em um processo deveras mecânico, tenderia a desaparecer com o avanço da ordem social competitiva – leituras que confundem “a *aposta* normativa do autor com a reconstrução efetiva do universo empírico das relações raciais empreendida ao longo do livro” (Silva; Brasil Jr., 2021, p. 13, grifo dos autores) –, a fortuna crítica mais recente (Soares *et al.*, 2002; Silva, 2016; Silva; Brasil Jr., 2021; Costa *et al.*, 2021) enfatiza, de modos diversos, os traços de uma “estruturação racista do capitalismo periférico e dependente brasileiro” (Costa *et al.*, 2021, p. 333-334). Dada a já mencionada articulação entre os níveis da ordem, da ação e da mudança sociais em Fernandes, adicionar as desigualdades étnico-raciais como atributo estrutural de uma configuração específica do capitalismo significa, ao nível da agência, pensar o racismo como elemento orientador do espírito capitalista, passível de ser pensado como variável fundamental do ímpeto predatório e inescrupuloso (Sombart) ou de expropriação da ação capitalista (Marx, 2008 e, para uma atualização recente, Fraser e Jaeggi, 2020).

Em “Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento”, ensaio de 1967, Fernandes propõe um modelo de síntese teórica inovador que é passível de ser descrito da seguinte maneira: quais são as potencialidades e limites dos clássicos da teoria sociológica (Weber, Marx e Durkheim) para explicar e compreender o capitalismo dependente? Em uma formulação particularmente

importante para os fins deste artigo, Fernandes (2008b, p. 41, grifo do autor) considera as contribuições de Weber do seguinte modo:

[...] seu esquema interpretativo focaliza os dois planos concomitantes da situação heteronômica (como as coisas se passam a *partir de fora* e a *partir de dentro* da sociedade capitalista subdesenvolvida), evidenciando que os vínculos de dependência não são formais (jurídico-políticos) e regulados por uma associação especial. Mas através de interesses univocamente econômicos, os vínculos se objetivam indiretamente, criando expectativas duplamente polarizadas, que orientam os ajustamentos dos indivíduos, dos grupos e das coletividades que eles representam.

Em curta formulação, a sociologia compreensiva weberiana ofereceria ferramentas para analisar o capitalismo subdesenvolvido e dependente não apenas no que diz respeito aos seus aspectos estruturais e institucionais (exteriores) do poder e da dominação, mas também para pensar a (re)produção da situação heteronômica ao nível do sentido atribuído pelos agentes dominantes (aspectos interiores), orientados sobretudo para a manutenção e para os ganhos advindos de uma “economia nacional duplamente polarizada”. Em um polo, um setor primário-exportador com princípios capitalistas principalmente no nível da comercialização; no outro polo, um setor interno dependente de “influxos externos”, mas com claras tendências de “consolidação da economia de mercado capitalista existente” (Fernandes, 2008b, p. 35). Logo, um tipo de racionalidade burguesa interessada em reproduzir a sua própria condição de classe dominante subordinada e dependente quando projetada ao nível do capitalismo global.

Assim, os tons usados para pintar a agência econômica na situação de dependência não poderiam ser nem um pouco rosados, para parafrasear o velho Marx (2008). Nessa situação, “o que prevalece não é o ‘interesse lucrativo’ puro e simples”, mas, “conforme a fase localizada, o que Sombart chamou, com referência ao passado, de pirataria econômica; e o que poderíamos designar, com relação ao presente, como ‘mentalidade espoliativa’ e ‘espírito especulativo’” (Fernandes, 2008b, p. 74). Cria-se um “regime de classes” adaptado “a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida” (Fernandes, 2008b, p. 75).

Diferente do texto de 1962, “Reflexões”, que indica repetidamente um padrão irracional e sociopático de ação, no ensaio de 1967 Fernandes (2008b, p. 78) pergunta: no capitalismo dependente brasileiro são, afinal, preenchidos os “requisitos de racionalidade de uma ordem econômica capitalista?”. A resposta dada apresenta-nos a noção de “racionalidade possível” da ação empresarial no capitalismo dependente, baseada em um conjunto de obras mencionadas em nota por Fernandes (2008b, p. 78, nota 47), dentre elas “Empresário Industrial e

Desenvolvimento Econômico no Brasil”, publicada em 1964 por Fernando Henrique Cardoso – e resultado direto do projeto de pesquisa do CESIT, de 1962, “Economia e Sociedade no Brasil”. Nessa obra, Cardoso (2020, p. 232) define a racionalidade empresarial no Brasil como fundamentalmente contraditória, “[i]lhada entre as motivações e interesses de tipo tradicional que a prendem por um lado ao latifúndio e à concepção tradicional de existência e, por outro lado, ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente...”. Racionalidade essa que, naquela conjuntura, “optou pela ‘ordem’, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfeita já com a condição de sócia menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura que muito lentamente se capitaliza” (Cardoso, 2020, p. 232).

Vê-se como Cardoso verifica aquilo que, em 1959, Fernandes (2008a, 320-1) chamou, como vimos, de “padrão híbrido de desenvolvimento social”, caracterizado pela articulação de “atitudes racionais” e “motivações irracionais”, “progresso social” e “devastação de recursos”. Nessa “racionalidade possível”, escreve Fernandes em 1967, “qualquer espécie de previsão e de controle racional é tão grande que ‘negócio’ e ‘aventura espoliativa’ andam sempre mais ou menos juntos, mesmo quando e onde existam uma contabilização e alguma previsão das relações com o mercado ou da evolução do empreendimento” (Fernandes, 2008b, p. 78-79). O *homo oeconomicus* tupiniquim transfere os “riscos do negócio” para a coletividade e converte “o imediatismo e a especulação imoderada em componentes essenciais do êxito econômico” (Fernandes, 2008b, p. 81-82). Predação, imediatismo, espírito extorsivo, espoliativo e especulativo aparecem, aqui, como a contrapartida espiritual (interna) dos atributos estruturais (externos) do capitalismo dependente, e vice-versa.

O motivo conceitual do “padrão híbrido de desenvolvimento social” e da agência das camadas dominantes atinge um outro patamar de elaboração no texto “Classes Sociais na América Latina”, originalmente escrito para o “Seminário Sobre Classes Sociais na América Latina” (realizado na UNAM, México, entre 11 e 18 de dezembro de 1971). Novamente trata-se de apontar uma heterogeneidade de princípios atuando nos níveis da ordem, da mudança e da ação sociais. Ao nível da ordem, nosso autor responde positiva e enfaticamente sobre a existência de classes sociais¹² na América Latina, mas não a partir de um modelo hipostasiado que vincula classes sociais a um processo expansivo e intensivo de assalariamento e de mercantilização da força de trabalho – modelo sem validade empírica inclusive na própria

¹² Para uma análise do conceito de classe social na obra de Florestan Fernandes, ver Alves (2020).

Europa, onde também se observaria a articulação entre classe e outras formas de classificação social. Embora não utilize o termo, Fernandes aqui se aproxima muito da definição cepalina, renovada por Aníbal Quijano (1990), da heterogeneidade histórico-estrutural: na América Latina, as “classes sociais se superpõem a outras categorias sociais de agrupamento, de solidariedade e de articulação às sociedades nacionais” (Fernandes, 2009, p. 45). Antes da CEPAL, a reflexão crítica sobre a articulação de padrões de classificação social heterogêneos tem como precursor José Carlos Mariátegui, autor explicitamente incorporado na crítica quijaniana da colonialidade, mas igualmente valorizado por Fernandes (2015, p. 92), que considera Mariátegui, Sergio Bagú e Caio Prado Júnior “os grandes pioneiros” de uma “linha de trabalho intelectual” sobre os dilemas das revoluções (interrompidas) na América Latina.

No que se refere à mudança – e aqui o autor amadurece e formaliza aspectos que vinha desenvolvendo desde “A Integração” –, diferente do mito da suposta apologia dos processos de gênese e consolidação da ordem social competitiva no Brasil, Fernandes (2009, p. 47) rejeita qualquer ideia “de uma gradual autocorreção do regime de classes” e fala em uma “institucionalização” das “debilidades” e “deficiências estrutural-funcionais” daquela ordem na América Latina. Mais à frente, em formulação sintética, afirma que “o capitalismo dependente molda a sua própria ordem social competitiva” (Fernandes, 2009, p. 72). O que efetivamente se passa, pois se trata de uma “descrição interpretativa [que] não é dualista” (Fernandes, 2009, p. 66), é uma mudança que ocorre sob a dialética de “modernização do arcaico” e de “arcaização do moderno” (Fernandes, 2009, p. 48):

o que parece arcaico é de fato atualizado, servindo de suporte ao moderno, e pela qual o moderno parece perder esse caráter, revitalizando o seu oposto ou gerando formas socioeconômicas que misturam a acumulação pré-capitalista com a acumulação especificamente capitalista (Fernandes, 2009, p. 67).

Essas determinações expressas ao nível da ordem e da mudança formam, ao nível da ação, classes dominantes que atuam e representam a si mesmas como “grupos de status”, em que se dá uma notável “superposição de orientações de valor exclusivas (de classe e de estamentos)” (Fernandes, 2009, p. 46). Isso guarda suas raízes no próprio *pathos* híbrido que caracteriza a emergência e desenvolvimento da ordem social competitiva na América Latina, que apesar de a sua heterogeneidade foi atravessada, nos seus marcos de descolonização e nacionalização, por uma dinâmica dupla, na qual

o aristocrata se aburguesa e o burguês se aristocratiza: dois processos convergentes que ajudam a dissimular a realidade e a ocultar o que era a *burguesia nascente* (uma

plutocracia, fundada no ‘poder do dinheiro’ e na associação direta com os empresários e representantes estrangeiros dos interesses externos) (Fernandes, 2009, p. 67, grifo do autor).

Calçada em tais precedentes formativos, a agência dessas camadas se orienta por uma “‘lógica intrínseca’ do capitalismo dependente” descrita com as seguintes cores:

É o modo de privilegiamento interno das classes ‘altas’ e ‘médias’, cujos setores dominantes e elites dirigentes forjam o seu *espírito capitalista* especial, alicerçado na combinação da dependência com o subdesenvolvimento, que determina a ‘lógica do capitalismo dependente’ e o caráter ultraegoístico, autocrático e conservador de suas estruturas de poder elitista (Fernandes, 2009, p. 100, grifo do autor).

Para usar os termos de 1959, aqui, as atitudes e motivações orientam-se por uma “filosofia exclusivista, que dá fundamento às tendências autoritárias e autocráticas das classes privilegiadas ou aos interregnos totalitários, quando se torna impossível salvar o *status quo* mantendo as aparências” (Fernandes, 2009, p. 107). Esse “espírito capitalista especial” “[s]upõe e impõe uma ideia-diretriz, segundo a qual os que não têm talento para manter o *status* atribuído ou para vencer por conta própria merecem ser excluídos e condenados à subalternização” (Fernandes, 2009, p. 108). Delineia-se um tipo de “racionalidade pragmática”, de matiz conservadora e depurada de “‘ilusões liberais’” que efetivamente “é irracional” (Fernandes, 2009, p. 110), pois conforma uma “autoafirmação negativa: para se realizar socialmente, as classes privilegiadas restabeleceram o pacto com um padrão de desenvolvimento capitalista, que reproduz a dependência e o subdesenvolvimento sob novas formas” (Fernandes, 2009, p. 111). Assim, as revoluções burguesas latino-americanas, tardias, não aceleram a história aprofundando “processos de integração nacional e de revolução nacional”, mas através “do desenvolvimento da empresa, da apropriação repartida do excedente econômico nacional e da espoliação do trabalho” (Fernandes, 2009, p. 111), estreitando as margens de ação das classes subalternas e autossuprimindo as potencialidades burguesas de radicalização político-institucional.

Como escreve nos capítulos 6 e 7 de “A Revolução Burguesa no Brasil”, escritos em 1973, diferente de uma “debilidade congênita de uma burguesia que se vê compelida, historicamente, a congelar a expansão da ordem social competitiva, reduzindo ao mínimo o seu próprio impulso para manobras e barganhas estratégicas (nas relações internas e externas, de acomodação ou de conflito)”, o que é fundamental analiticamente são “outras classes (ou setores de classes) que tornam (ou podem tornar) a dominação burguesa mais ou menos vulnerável” (Fernandes, 2006, p. 249-250). As limitações da agência burguesa repousariam,

assim, menos em uma essência espiritual de algum modo inata do que nas disposições e tendências para a ação condicionadas pelo capitalismo dependente, que “é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas” (Fernandes, 2006, p. 251, grifo do autor).

“Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva”, continua Fernandes (2006, p. 251), “a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a unidade e expansão do capitalismo dependente”. Os elementos que permitiram a aliança entre dominação burguesa, revolução democrática e revolução nacional em uma seleção de países europeus – o chamado “modelo democrático-burguês” (Fernandes, 2006, p. 340) – estão ausentes no processo de consolidação da dominação burguesa periférica, onde há “uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (Fernandes, 2006, p. 340, grifo do autor).

No mesmo sentido daquela “racionalidade pragmática” indicada no texto de 1971, Fernandes (2006, p. 350, grifo do autor) escreve que, no Brasil,

as classes burguesas procuraram compatibilizar revolução nacional com capitalismo dependente e subdesenvolvimento relativo, tomando diante da dupla articulação uma atitude política “realista” e “pragmática”, o que é, em suma, uma demonstração da sua *racionalidade burguesa*.

Racionalidade essa que identifica “a revolução nacional com seus alvos particularistas” (Fernandes, 2006, p. 351). A compreensão da agência burguesa como um tipo de “racionalidade possível” é reforçada na caracterização que Fernandes (2006, p. 383) faz do modelo autocrático-burguês, em que se vê uma muito pequena “massa dos que se classificam dentro da ordem”, de um lado, e um “muito grande” “volume dos que não se classificam ou só se classificam marginal e parcialmente”, o que “acirra o temor de classe e torna a inquietação social algo temível”, delineando “uma mentalidade política burguesa” como “reação societária”, fundada “em uma forma ultravulnerável de temor de classe” e não como “produto de um obscurantismo intelectual ou político”.

Em “As Mudanças Sociais no Brasil”, texto de 1974, Fernandes (2008c, p. 39) volta a refletir detidamente sobre a nossa “burguesia autocrática e ultraconservadora”. Dialogando com o texto de 1962, “Reflexões”, o autor escreve que, embora a caracterização da “resistência sociopática à mudança” seja uma “interpretação... correta”, ela “ignora que, na raiz do

comportamento das classes dominantes e de suas elites”, no Brasil, “se acha outro componente de maior influência condicionante e determinante. Não é só a *cegueira*, que conta, mas também a *certeza* (ou quase certeza) de que se pode *manipular* uma ordem social como a competitiva de modo relativamente fácil e impune” (Fernandes, 2008c, p. 53-4, grifo do autor). Ao olhar por detrás da sociopatia revela-se uma “vantagem estratégica”, por meio da qual “as classes privilegiadas e suas elites agravam, por *medo histórico*, as propensões porventura atuantes de resistência sociopática à mudança, enxergando em qualquer ‘abertura da ordem’ o início de um cataclismo social”, pânico frequentemente “manipulado e exagerado” para deslocar “os conservadores e os liberais de suas posições, politizando-os no centro ou na direita da reação” (Fernandes, 2008c, p. 54, grifo do autor).

Do diagnóstico da “resistência sociopática à mudança social” à noção de “racionalidade pragmática ou possível”, há uma importante inflexão no pensamento de Florestan Fernandes. Embora certamente não possua uma “estatura heroica”, encarar a burguesia brasileira como uma “‘burguesia impotente’, ou ‘frustrada’, com frequência vista como uma burguesia de ‘segunda ordem’ ou, mesmo, como ‘lumpen-burguesia’”, “constitui um erro”. Afinal, continua Fernandes (2008c, p. 62, grifo do autor) na mesma página, trata-se de uma burguesia que em grande medida cumpriu e cumpre sua tarefa: “compatibilizar desenvolvimento capitalista, dependência e subdesenvolvimento de tal modo que mesmo o proletariado mais explorado e as classes destituídas mais excluídas ou marginalizadas se identifiquem, de alguma maneira, com a *condição burguesa*”.

Conclusão

Expressões do espírito do capitalismo: via de mão dupla entre o centro e a periferia

Talvez seja um tanto apressado falar em uma tipologia da racionalidade burguesa vista na e desde a periferia, a não ser que sejamos capazes de considerar tal tipologia como fundamentalmente aberta e flexível, interessada menos em uma formalização exaustiva do que em tatear expressões da racionalidade burguesa sempre vinculadas a condições históricas e sociológicas específicas. Nesse sentido, os tipos aqui mais se aproximam de tipos históricos do que de tipos ideais. Formulando com maior rigor: na medida em que propunha investigações sociológicas substantivas sobre atitudes e motivações (des)favoráveis ao desenvolvimento e sobre a manifestação da racionalidade empresarial no Brasil, Fernandes, ao experienciar progressivamente as colisões entre conceito e concretude, formulou tipos históricos de

particular acuidade que, a nosso ver, valem não só para pensar a nossa singularidade nacional, mas a heterogeneidade e complexidade das formas de expressão da racionalidade burguesa, variadas no espaço e no tempo.

Em “Atitudes e Motivações Desfavoráveis ao Desenvolvimento”, de 1959, temos o desenho de uma análise da ação (atitudes e motivações) calcado em um refinamento do conceito de desenvolvimento social (assim como de mudança e evolução), que só pode ser pensado em relação a um tipo de ordem social particular, no caso em tela, a ordem social da sociedade de classes, dentro da qual o Brasil é uma variação socio-histórica. Como a mudança e o desenvolvimento sociais podem ser progressivos ou regressivos (o que evidencia a ausência de traços teleológicos no raciocínio de Fernandes), trata-se de expediente normal, ao nível da agência, tanto o conflito entre atitudes e motivações favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento como o controle da mudança social por parte das camadas ou classes sociais em luta. O favorável e o desfavorável, entretanto, não são passíveis de definição definitiva e absoluta, pois as mesmas atitudes/motivações podem ser, simultaneamente, a depender do ângulo de observação, favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento.

Ao pensar especificamente o Brasil, evidencia-se, primeiramente, um controle particularmente acentuado das mudanças sociais engendradas pela expansão da ordem social competitiva pelas “camadas com posições estratégicas na estrutura de poder das instituições ou das associações” (Fernandes, 2008a, p. 302), capazes de graduar ou reter o fluxo, o ritmo e a amplitude das mudanças em um sentido particularista (não-universalizante). Em segundo lugar, na medida em que a ação do empresário no Brasil, “símile humano da ave de rapina” (Fernandes, 2008a, p. 316), é simultaneamente favorável (ao desenvolvimento econômico) e desfavorável (em termos da plena modernização da vida econômica e da distribuição e democratização da renda, da cultura e do poder), emerge um “padrão híbrido de desenvolvimento social” (Fernandes, 2008a, p. 321), que conforma um espírito capitalista, articulando atitudes racionais e irracionais, progresso e regresso/devastação, ou, para falarmos com Sombart, racionalismo econômico e predação.

Ao propor um projeto de pesquisa sobre a ação e a racionalidade empresariais, o texto de 1962, “Economia e Sociedade no Brasil”, lança as diretrizes para uma investigação sobretudo das atitudes e motivações “favoráveis” ao desenvolvimento e, parece-nos que, em razão disso, orienta-se por um certo contraste típico-ideal de ordem e ação econômicas: a “Fase Pioneira Liberal” e a “Era do Planejamento”; distinção muito próxima não só dos tipos

weberianos de ação capitalista tradicional e ação capitalista moderna, mas, inclusive, do que muitos anos depois Boltanski e Chiapello (2009) chamaram de primeiro e segundo espíritos do capitalismo. Enquanto o espírito capitalista da “Fase Pioneira Liberal” busca o “êxito econômico”, mobilizando “improvisação”, “audácia e até certas disposições predatórias”, aliando “brutal individualismo” e “interesses de inovação econômica da coletividade” (Fernandes, 1976a, p. 323), muito próximo, portanto, daquele padrão híbrido de desenvolvimento social e do espírito do capitalismo moderno sombartiano (tradicional, para Weber); na “Era do Planejamento”, o espírito do capitalismo é domesticado, atenuando o seu egoísmo, irracionalidade, imediatismo e incluindo, em seu *telos* planificado, os efeitos sociais da sua ação e o desenvolvimento social de forma mais ampla, numa forte afinidade com o espírito do capitalismo moderno weberiano.

A aproximação crescente com o tipo sombartiano de espírito do capitalismo para pensar a ação e a racionalidade burguesas na periferia dá-se, a nosso ver, em outro texto escrito em 1962 (reiteramos, mesmíssimo ano do projeto do CESIT), quando Fernandes formula o conceito de “resistência sociopática à mudança social” para caracterizar as nossas classes dominantes, fortemente impactado pela reação da Igreja Católica e de amplos setores empresariais à Campanha em Defesa da Escola Pública. Aí, passamos das tendências de consolidação de uma racionalidade burguesa afim à “Era do Planejamento” para um diagnóstico do presente que enfatiza a irracionalidade reativa das nossas camadas dominantes e suas elites a toda mudança social. Essa entendida em forte sentido normativo: a ampliação sistemática do acesso de amplas camadas da população brasileira, os “de baixo” ou povo (incluindo aí tanto a classe trabalhadora como os segmentos subalternizados e marginalizados) a recursos econômicos, políticos e socioculturais ou, nos termos de Fernandes, renda, poder e prestígio. Embora Sombart não seja expressamente citado nesse texto, é exatamente a “tendência para o ganho *inescrupuloso*” (Sombart, 2014, p. 225, grifo do autor) na ação econômica aliada a um profundo conservantismo político e cultural, de matiz reacionário e, no limite, autodestrutivo (por isso irracional), que Fernandes detecta como elementos espirituais predominantes, inclusive nos agentes da inovação e modernização do país.

Dois anos após formular a ideia de resistência sociopática à mudança, que será utilizada, de modos diversos, até o final da sua obra, Florestan lança, em “A Integração”, a hipótese de uma conciliação estrutural das desigualdades de classe e de padrões de desigualdade racial no Brasil, logo, a possibilidade de pensar a racionalidade burguesa em estreita relação com a

problemática do racismo. Ao converter essa hipótese em tese em seus textos posteriores (ver os ensaios compilados em “O negro no mundo dos brancos” e “Significado do Protesto Negro”), Fernandes, em um mesmo gesto, rechaça uma leitura do racismo como uma sobrevivência ou resíduo tradicional (da ordem escravocrata-estamental) e pensa o fenômeno como um atributo intrínseco ao modo de conformação da ordem social competitiva e do capitalismo dependente no Brasil. Dada a inseparabilidade dos problemas da ordem, da mudança e da ação sociais em seu pensamento, podemos deduzir, sem arbítrio, que o espírito do capitalismo atua, entre nós, tendo as desigualdades raciais e o racismo como meios privilegiados de êxito econômico¹³.

Em 1967, portanto entre o golpe e o golpe dentro do golpe, o AI-5, Florestan recupera Werner Sombart para falar da ação burguesa entre nós como pirataria econômica, “‘mentalidade espoliativa’ e ‘espírito especulativo’” (Fernandes, 2008, p. 74). Logo, é exatamente o espírito capitalista predatório e inescrupuloso, sem qualquer contradição com o racionalismo econômico, que predominaria como tipo histórico de agência econômica no capitalismo dependente. Isso não como sociopatia ou irracionalidade, mas em diálogo com o trabalho de Cardoso, como “racionalidade possível” de camadas burguesas que aceitam e atuam nos limites da condição de heteronomia a nível do capitalismo global. Essa importante inflexão torna-se possível a partir do modo novo de pensar a articulação entre nacional e global e entre arcaico e moderno introduzido pelo conceito de capitalismo dependente, inexistente antes de 1966-1967. Esse modo novo de pensar permite perceber a racionalidade das formas arcaicas ou tradicionais de ação econômica de classes dominantes subordinadas na divisão internacional do trabalho e orientadas pela (super) exploração dual dos recursos e da força de trabalho na economia nacional. Imediatismo, espoliação, especulação, predação e devastação aparecem como atributos racionais de um espírito que luta por sobrevivência em um capitalismo difícil e selvagem.

É a partir deste terreno teórico-conceitual conquistado que Fernandes (2009, p. 100, grifo do autor) escreve, em 1971, sobre um “*espírito capitalista especial*” – e aqui explicitamente generalizando para a América Latina como periferia desde a qual se olha – caracterizado por uma conduta entre estamental e classista, ultraegoística, autocrática e conservadora, orientada por uma “racionalidade pragmática” (Fernandes, 2009, p. 110) e uma “filosofia exclusivista” (Fernandes, 2009, p. 107), na qual o êxito, por um lado, atrela-se

¹³ O que permite frutíferas aproximações entre Fernandes e o marxismo negro e, mais recentemente, as contribuições de Aníbal Quijano (1990).

intimamente à reprodução da dependência e do subdesenvolvimento e, por outro lado, desassocia-se de qualquer horizonte de soberania e democratização nacionais¹⁴. Aqui, quando Fernandes (2009, p. 110) escreve que “essa racionalidade é irracional” ou uma “autoafirmação negativa”, atrela o juízo de irracionalidade claramente a um modelo normativo de revolução burguesa: aquele que alia desenvolvimento capitalista, soberania nacional e democratização das instituições e das relações sociais.

A ideia da racionalidade possível dos setores burgueses, definida em termos de pirataria econômica e espírito especulativo, continua a ser utilizada expressamente nos capítulos 6 e 7 de “A Revolução Burguesa no Brasil” (escritos em 1973) e no texto “As Mudanças Sociais no Brasil” (de 1974), mas enriquecida de outros elementos importantes, para além da subordinação à condição de sócia menor do capitalismo global. Sintetizando esses elementos, tal racionalidade possível das burguesias dependentes: a) primeiro, deve ser pensada em termos relacionais, a saber, junto à debilidade ou debilitação permanente das formas organizativas das “outras classes (ou setores de classes)” (Fernandes, 2006, p. 250); b) segundo, ela se articula em termos de uma “associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia” (Fernandes, 2006, p. 340, grifo do autor), identificando a revolução nacional a interesses particularistas; c) terceiro, define-se como uma “forma ultravulnerável de temor de classe” (Fernandes, 2006, p. 383), na medida em que toda mudança dentro da ordem é concebida como revolução contra a ordem; d) e, quarto, tal tendência a enxergar “em qualquer ‘abertura da ordem’ o início de um cataclismo social” (Fernandes, 2008c, p. 54) é mobilizada estrategicamente, manipulada e exagerada, em favor da manutenção de padrões autocráticos de dominação. Assim, essa “racionalidade possível” pode ser lida não só como uma expressão ou adaptação às condições de dependência e heteronomia, mas também como uma racionalidade ofensiva e estratégica, claramente direcionada para a manutenção de um padrão autocrático de dominação social. O espírito do capitalismo, quando visto desde a periferia, não é apenas o epifenômeno espiritual da ordem social do capitalismo dependente, mas é também atuante e criador de mecanismos (re)produtores dessa ordem social.

Na pesquisa realizada na biblioteca de Florestan Fernandes, abrigada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), verificamos que existem amplas anotações de caráter metodológico de uma perspectiva comparativa entre Weber e Marx, num exemplar em inglês de “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (Weber, 1948), traduzido por Talcott

¹⁴ É possível sugerir que a “filosofia exclusivista” é a fórmula espiritual da “dominação autocrática”.

Parsons. Florestan adquiriu o livro em 14 de agosto de 1949, como consta manuscrito na contracapa. Na página 22 da referida edição, por exemplo, irá anotar na margem inferior a seguinte observação: “É interessante notar: a importância que atribui à organização livre do trabalho (estruturalmente), não se acompanha da noção central de valor que permite estabelecer o caráter específico do capitalismo (cf. Marx)”. Os elementos conceituais que apreende criticamente de Weber, em face da noção de “espírito do capitalismo”, são constantemente confrontados com sua leitura de Marx, revelando um esforço prematuro de síntese das tradições sociológicas clássicas, um exercício teórico que estará presente na sua construção da categoria de capitalismo dependente.

A leitura de Sombart será posterior, pois a edição italiana de “O Burguês” será adquirida em 20 de março de 1956 (Sombart, 1950). Logo no início do quinto capítulo, em que Sombart aborda os tipos fundamentais da empresa capitalista, chamando atenção para as origens históricas “extraordinariamente diversas” de aliança entre a avidez de aquisição de dinheiro e o nascimento do espírito empresarial e, portanto, introduzindo uma perspectiva mais relativista, Florestan anota à margem: “avidéz de dinheiro + espírito de empreza [sic] → espírito capitalista = facilita a compreensão histórico social relativista do problema (no fundo = contra Weber)”. Isso atesta o esforço de leitura comparativa de Florestan Fernandes, tornando ainda mais pertinente a contraposição entre suas construções conceituais do espírito capitalista em contraste com os das suas fontes clássicas diretas, as formulações típico-ideais de Max Weber e as especificações históricas de Werner Sombart. Por isso, buscamos nos escritos de Florestan Fernandes apontar os nexos genéticos e as variações de suas noções de espírito do capitalismo presentes na sua investigação histórico-sociológica da autocracia burguesa e do capitalismo dependente.

De acordo com Bastos (2018), considerar a atualidade das contribuições de Florestan Fernandes é um exercício que não pode se desvincular de uma problematização sobre as especificidades contextuais que atravessam seus textos, em especial uma reflexão não só sobre mudança, mas também sobre ordem e ação sociais, restritas “às fronteiras do estado-nação” (Bastos, 2018, p. 29). Nesse exato sentido, a reflexão de Fernandes sobre o espírito do capitalismo também se faz, em boa parte da obra, a partir de um contraste entre padrões de mudança e desenvolvimento sociais no centro (França, Inglaterra, EUA, como modelos de revolução burguesa democrática; Alemanha, Itália e Japão, como variações tardias desses modelos) e na periferia (especialmente Brasil e América Latina, como modelos de revolução

burguesa autocrática). O contraste entre dois grandes modelos de revolução burguesa sugere, igualmente, uma cisão do espírito: espírito do capitalismo moderno weberiano ao Norte; espírito do capitalismo moderno sombartiano ao Sul, enlarguecido pelos elementos originais propostos por Fernandes, a saber, o racismo, a autocracia e a racionalidade pragmática/possível das classes dominantes no capitalismo dependente.

No final dos anos 1970¹⁵, porém, Fernandes começou a considerar, explicitamente, a possibilidade de generalização, para os países centrais, de atributos típicos da dominação autocrática, impulsionada pela fragilização perceptível do pacto capital-trabalho do Estado-providência e do endurecimento autoritário das democracias ocidentais contra a expansão da influência soviética. É um consenso entre vários autores (por exemplo, Duménil; Lévy, 2004; Chesnais, 2002; Harvey, 2008) que a virada dos anos 1970 para os 1980 marca uma inflexão neoliberal importante e profunda em nível global. Ora, a neoliberalização social (que vai das políticas econômicas à reforma do Estado, do domínio da finança à formação das subjetividades) é um índice forte de que o espírito típico do capitalismo dependente rompeu as cercas periféricas para adentrar intensamente os outrora dourados terrenos do centro ou Norte global. Há evidências suficientes, oferecidas pela história do tempo presente, de que a tendência inescrupulosa para o êxito econômico volta a ser a característica definidora, que flana indiferente às fronteiras do Estado-nação, de uma ação econômica que “não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva da degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final” (Marx, 2008, p. 311). O divórcio entre capitalismo, de um lado, e democracia, soberania nacional e luta contra desigualdades, do outro (Streeck, 2011), é uma marca, na contemporaneidade, daquele “espírito capitalista especial” formulado por Fernandes.

A longa reflexão de Florestan sobre um espírito capitalista especial que atravessa, nos termos de uma teoria da ação, tanto o conceito de capitalismo dependente como o conceito de autocracia burguesa, oferecem bases sólidas para a sua crítica – em textos escritos em fins da década de 1980 e início dos anos 1990 – ao uso crescente do termo “neoliberalismo” naquele contexto. Qual “neoliberalismo”, provoca Florestan, seria possível num mundo em que padrões de “acumulação originária” de capital se reestabelecem e as guerras imperialistas assumem a

¹⁵ Temos em mente o livro “Apontamentos sobre a ‘Teoria do Autoritarismo’” (publicado em 1979, a partir de um curso oferecido na PUC-SP, em 1977). Esses aspectos da obra de Fernandes são trabalhados detidamente em Silva (2022).

função de quebrar a resistência de outros povos localizados no que outrora se costumava chamar de Terceiro Mundo? “O apelo ao ‘neoliberalismo’ constitui, assim, uma resposta enviesada” (Fernandes, 1995, p. 155).

Nosso autor considerava a noção de neoliberalismo um engodo ideológico, necessário para as elites das burguesias das nações imperialistas e suas superpotências mascararem os segredos da exploração e dominação capitalistas mais violentas e exacerbadas: “[...] o que é questionável é a existência de um ‘neoliberalismo’. [...] Que ‘neoliberalismo’ poderia ajustar-se ao desenvolvimento das multinacionais, à internacionalização do modo de produção capitalista em seu modelo oligopolista e ao sistema de poder que resultou dessas metamorfoses do capital?” (Fernandes, 1995, p. 201).

Tais trechos revelam o quanto Florestan, ao longo da sua trajetória e em diferentes contextos históricos, continuamente retrabalhava noções e conceitos numa perspectiva crítica de apreensão das tendências históricas mundiais. Eis uma agenda de releitura da obra de Florestan Fernandes: do presente dramático em que vivemos, reler seus textos como enunciados sobre um mundo que exprime crescentemente os atributos do que outrora era pensado como uma singularidade periférica.

Referências

- ADAIR-TOTTEFF, Christopher. **Werner Sombart and the ‘Spirit’ of Modern Capitalism**: rediscovering a classic. Cham: Palgrave Macmillan, 2024.
- ALEXANDER, Jeffrey. **Twenty lectures**: Sociological theory since World War II. New York: Columbia University Press, 1987.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Apontamentos sobre o conceito de classe social em Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 26, p. 197-230, 2020.
- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira – 1970-2002**. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; CAPES, p. 183-230, 2002.
- BASTOS, Elide Rugai. Uma sociologia local e cosmopolita. In: CHAGURI, Mariana; MEDEIROS DA SILVA, Mário A. (org.). **Rumos do Sul**: periferia e pensamento social. São Paulo: Alameda, 2018. p. 17-32.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-44, jan./jun. 2002.
- COSTA, Diogo Valença; ALVES, Ana Rodrigues; PORTELA JR., Aristeu; SOARES, Eliane Veras; SILVA, Lucas Trindade da; MUTZENBERG, Remo. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes**: trajetória, memórias e dilemas do Brasil. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 317-349.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Capital Resurgent**. The roots of the neoliberal revolution. Harvard: Harvard University, 2004.

- FERNANDES, Florestan. Economia e Sociedade no Brasil: uma análise sociológica do subdesenvolvimento. In: FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976a. p. 314-337.
- FERNANDES, Florestan. Reflexões sobre a mudança social no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976b. p. 202-236.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Globo, 2007.
- FERNANDES, Florestan. Capítulo XII. Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento. In: FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008a. p. 288-324.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008b.
- FERNANDES, Florestan. Capítulo I. As Mudanças Sociais no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008c. p. 28-62.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- FERNANDES, Florestan. Quarta entrevista com Florestan Fernandes: Militância política nos anos 1940 [Entrevista cedida a Eliane Veras Soares]. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 99-115.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GRAÇA, João Carlos. Werner Sombart: um estrangeiro na tradição sociológica. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 271-292, jan./abr. 2022.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n.38, p. 113-133, 2000.
- PORTELA JR., Aristeu. Sociologia, Educação e democracia: a Campanha em Defesa da Escola Pública. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 271-277.
- QUIJANO, Aníbal. La nueva heterogeneidad estructural de America Latina. **Hueso Humero**, n. 26, p. 8-33, 1990.
- ROMÃO, Wagner de Melo. **Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- SILVA, Lucas Trindade da. Uma leitura não-residualista da questão racial em Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 21, n. 41, p. 361-378, jul./dez. 2016.
- SILVA, Lucas Trindade da. O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do desenvolvimento. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (org.). **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil**. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 279-295.

- SILVA, Lucas Trindade da. Um Florestan para além da “tese da singularidade brasileira”. **Terceiro milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campo dos Goytacazes, v. 18, n.1, p. 81-111, jan./jun. 2022.
- SILVA, Mario Augusto Medeiros da; BRASIL JR., Antonio. Prefácio: Racismo e limites à democracia em A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. p. 9-49.
- SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; COSTA, Diogo Valença. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 5, n.1, p. 35-52, 2002.
- SOMBART, Werner. **Il Borghese**: contributo alla storia dello spirito dell'uomo economico moderno. Milano: Longanesi, 1950.
- SOMBART, Werner. **El burgués**: contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1972.
- SOMBART, Werner. **Os judeus e a vida econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SOUZA, Jessé. Classe y raza en el Brasil moderno: la singularidad de la desigualdad periférica. **Revista Internacional de Filosofía Política**, México, v. 33, p. 125-144, 2009.
- STREECK, Wolfgang. The crises of democratic capitalism. **New Left Review**, n. 71, p. 5-29, 2011.
- VILLA BÔAS, Glaucia. Ascese e prazer: Weber vs. Sombart. **Lua Nova**, São Paulo, n. 52, p. 173-202, 2001.
- VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma história filosófica da sociologia alemã**: alienação e reificação. v. 1: Marx, Simmel, Weber e Lukács. São Paulo: Annablume, 2012.
- WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, Hans H.; MILLS, Charles Wright (ed.). **Max Weber**: Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982a. p. 347-370.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: GERTH, Hans H.; MILLS, Charles Wright (ed.). **Max Weber**: Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982b. p. 97-153.
- WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. London: George Allen & Unwin, 1948.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

Recebido em: 6/3/2025

Aceito em: 27/8/2025

**POVOS INDÍGENAS E FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL:
leituras de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na Constituinte**

***INDIGENOUS PEOPLES AND THE BRAZILIAN SOCIAL FORMATION: Florestan
Fernandes and Ailton Krenak in the National Constituent Assembly***

Aristeu Portela Júnior*

Maria de Fátima Souza da Silveira**

Resumo

Este artigo propõe um diálogo entre as ideias e atuações políticas de Florestan Fernandes (1920-1995) – sociólogo e político brasileiro de origem popular, um dos principais representantes do pensamento social latino-americano do século XX – e Ailton Krenak (1953-) – intelectual e líder político indígena do povo Krenak, protagonista da articulação do movimento indígena brasileiro e uma das primeiras e mais influentes vozes indígenas a emergir no debate intelectual no país. No encontro que ensaiamos aqui, discutimos inicialmente seus discursos em defesa dos direitos dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte no final dos anos 1980, quando o país debatia o que viria a ser a Constituição de 1988, e finalizamos propondo questões sobre as leituras do processo de formação social do Brasil que ambos elaboram ao discutirem os dilemas da relação entre os povos indígenas, a “nação” e o Estado no país.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Ailton Krenak. Brasil. Constituinte.

Abstract

This article proposes a dialogue between the ideas and political trajectories of Florestan Fernandes (1920–1995)—a Brazilian sociologist and politician of working-class origin, and one of the leading representatives of twentieth-century Latin American social thought—and Ailton Krenak (1953–), an Indigenous intellectual and political leader of the Krenak people, a key figure in the articulation of the Brazilian Indigenous movement and one of the first and most influential Indigenous voices to emerge in the national intellectual debate. In this encounter, we initially examine their speeches in defense of Indigenous peoples’ rights during the National Constituent Assembly in the late 1980s, when Brazil was debating what would become the 1988 Constitution. We conclude by proposing questions concerning their interpretations of Brazil’s process of social formation, particularly as they discuss the dilemmas surrounding the relationship between Indigenous peoples, the nation, and the state.

Keywords: Florestan Fernandes. Ailton Krenak. Brazil. Constituent Assembly.

* Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professor adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFRPE e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPE. E-mail: aristeu.portela@ufrpe.br.

** Doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: fatimasilsv@gmail.com.

Primeiras palavras¹

Este artigo propõe uma conversa entre as ideias e atuações políticas de Florestan Fernandes (1920-1995) – sociólogo e político brasileiro de origem popular, um dos principais representantes do pensamento social latino-americano do século XX – e Ailton Krenak (1953-) – intelectual e líder político indígena do povo Krenak, protagonista da articulação do movimento indígena brasileiro e uma das primeiras e mais influentes vozes indígenas a emergir no debate intelectual no país. No encontro que ensaiamos aqui, discutimos inicialmente seus discursos em defesa dos direitos dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte no final dos anos 1980, quando o país debatia e construía o que viria a ser a Constituição de 1988. E finalizamos explorando e sugerindo questões sobre as leituras do processo de formação social do Brasil que ambos elaboram ao discutirem os dilemas da relação entre os povos indígenas, a “nação” e o Estado no país.

Ambos são autores de interpretações críticas e originais que tensionaram, em diferentes momentos históricos, visões consolidadas e hegemônicas acerca da formação da sociedade brasileira, possibilitando novas leituras sobre a história do Brasil e seus dilemas contemporâneos, nas quais os povos indígenas ocupam um lugar de protagonismo. Foram também atuantes e protagonistas no processo constituinte dos anos 1980, um ponto de virada na história política brasileira cujas repercussões alcançam os nossos dias, especialmente quando consideramos a importância da Constituição de 1988 para a delimitação e salvaguarda dos direitos dos povos indígenas. Florestan Fernandes e Ailton Krenak, como veremos, estiveram entre as vozes que buscaram discutir e defender esses direitos no processo constituinte.

Ainda na década de 1940, quando prevalecia – no pensamento social brasileiro e/ou nas políticas indigenistas promovidas pelo Estado – a tese da inferioridade indígena e sua invisibilidade e exclusão enquanto atores políticos na história do Brasil, o jovem Florestan Fernandes dedicou seus estudos de mestrado e doutorado – as obras clássicas “Organização social dos Tupinambá” (1949) e “A função social da guerra na sociedade Tupinambá” (1951) – a compreender a sociedade Tupinambá que habitava a maior parte do litoral do atual território brasileiro na época da invasão portuguesa, apresentando sua organização social e seu modo de

¹ O presente artigo foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa “O artesanato intelectual de Florestan Fernandes: uma perspectiva latino-americana sobre o desenvolvimento”, financiado pelo Edital Universal 2021 do CNPq (Processo 420043/2021-7). Agradecemos as colaborações sempre presentes de Eliane Veras Soares, Diogo Valença de Azevedo Costa, Remo Mutzenberg, Lucas Trindade, Ana Rodrigues Cavalcanti Alves e Wilson Rogério Penteado Jr., sem as quais as reflexões tecidas neste artigo não seriam possíveis.

existência. Nesses e em outros estudos publicados no período (Fernandes, 2009), e mesmo numa proposta de pesquisa planejada e não concretizada², Florestan se aproxima de uma perspectiva crítica sobre os processos de colonização europeia das Américas e sobre as resistências indígenas à colonização (Costa; Soares, 2024).

O próprio Ailton Krenak (2022) já ressaltou – em entrevista no canal da Editora Contracorrente – o pioneirismo dos estudos de Fernandes sobre a sociedade tupinambá, situando sua obra como precursora da descolonização da história no Brasil. Segundo o autor, em um cenário no qual predominava uma narrativa inteiramente centrada nos colonizadores/vencedores, Florestan Fernandes “viu os tupinambá” (Krenak, 2022, 13 min 04s) e “decidiu contar a história dos vencidos” – não “vencidos no sentido de combate, mas do ponto de vista da narrativa histórica” (Krenak, 2022, 9 min 54 s–11 min 08 s). Ainda em sua análise, os estudos de Florestan Fernandes trazem “elementos que vão ser potencializados por outras gerações no sentido de reclamar uma outra epistemologia, reclamar uma outra fala, uma outra narrativa sobre a colonialidade” (Krenak, 2022, 13 min 49 s–14 min 10 s). O intelectual indígena considera que Fernandes “confrontou” a colonialidade ao colocar “em questão a superioridade dos brancos” e mostrar “a seu tempo que havia presente aqui, no continente, especialmente nesta parte, povos com complexidade, com organização política” (Krenak, 2022, 16 min 50 s–17 min 23 s).

Os estudos de Florestan Fernandes sobre as questões indígenas têm sido cada vez mais reconhecidos por sua contribuição à antropologia contemporânea e por sua atualidade e afinidade com o pensamento e lutas indígenas no Brasil (Silveira; Hirano, 2020; Sztutman, 2022). Ao mesmo tempo, vivenciamos um novo cenário intelectual no país, marcado pela inédita emergência do pensamento indígena no debate político e intelectual nacional, fruto das conquistas alcançadas pela mobilização do movimento indígena no processo constituinte (Silveira, 2023).

² Em seu acervo, disponibilizado na Biblioteca Comunitária da UFSCar, o pesquisador Diogo Valença de Azevedo Costa localizou o original datilografado do planejamento de um estudo, não concretizado, intitulado “Colonização e destribalização: ensaio sociológico sobre os contatos raciais e culturais dos Tupinambá com os brancos” (Biblioteca Comunitária UFSCar / Fundo Florestan Fernandes / 02.04.4618). O estudo previa cinco capítulos: “A situação de contato e sua transformação”, “O intercâmbio cultural”, “A destribalização” (com dois tópicos: “A ideologia colonizadora e a política de destribalização dos portugueses” e “O solapamento e a destruição das sociedades tribais”), “As tentativas de defesa e a luta pela sobrevivência” e, por fim, “Organização social, colonização e destribalização”. Provavelmente escrito no período entre a realização de seus estudos para o mestrado e para o doutorado, entre o fim dos anos 1940 e o início da década de 1950.

Nesse movimento, Ailton Krenak tem se destacado como autor de uma produção teórica original, uma nova leitura sobre o Brasil (“contra-interpretação do Brasil”) a partir da perspectiva indígena, que é fundamental para descolonizar, pluralizar e ampliar o debate intelectual (Viveiros de Castro, 2015, p. 14). Suas entrevistas, discursos e palestras estão atualmente reunidas em diversos livros³, para não mencionar as variadas participações em *lives*, eventos, documentários. Suas ideias e intervenções expressam a emergência de novas leituras acerca da formação da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva indígena.

Se, já em sua obra acadêmica inicial, Florestan contribuía para a construção de novas leituras em torno do processo de colonização brasileiro e seus impactos sobre os povos indígenas – ao presenciar, como deputado constituinte na década de 1980, a emergência de um movimento indígena articulado nacionalmente, o autor retomará seus estudos sobre a questão e irá sugerir análises acerca do cenário político concernente aos povos indígenas naquele contexto. Florestan viu nascer um novo momento histórico no Brasil marcado pelo protagonismo dos povos indígenas, quando as lideranças políticas e intelectuais articuladas na União das Nações Indígenas (UNI), primeira organização indígena a nível nacional, ocuparam o cenário político da Assembleia Nacional Constituinte, rompendo com a invisibilidade e lutando por seus direitos históricos de habitantes originários deste território.

Nesse cenário, Ailton Krenak despontava como liderança indígena de destaque, sendo o coordenador da UNI. Naquele contexto, além da mobilização pelo reconhecimento dos seus direitos no novo texto constitucional, os indígenas se reivindicavam como autores de suas próprias histórias, denunciando, em seus discursos na Assembleia Nacional Constituinte e em outras intervenções no debate político e intelectual, a narrativa da “descoberta” contada pelos colonizadores e suas continuadas violências.

É durante o processo constituinte que se dá o encontro entre as trajetórias de Florestan Fernandes, então deputado constituinte eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Ailton Krenak, representante da União das Nações Indígenas (UNI). Em 2020, no contexto das comemorações do centenário de Florestan Fernandes, Ailton Krenak falou do encontro com o sociólogo durante o processo constituinte e de seu compromisso político com a luta dos povos

³ Depoimentos e entrevistas do autor, realizados entre 1984 e 2013, estão reunidos na coletânea “Encontros” (2015). “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019) é composto de palestras e entrevistas de 2017 e 2019. Falas proferidas por Ailton Krenak em entrevistas e *lives* realizadas entre 2017 e 2020 estão reunidas em “A vida não é útil” (2020). “Futuro ancestral” (2022), por sua vez, é formado a partir de diversas palestras e entrevistas do autor em 2020 e 2021.

indígenas. Lembra especialmente “do cidadão” (Krenak, 2020, 24 min 44 s) com o qual pôde integrar algumas das comissões que discutiram os direitos dos povos indígenas na constituinte. E diz que sua produção acadêmica como sociólogo e cientista social nos lega “instrumentos que, agora e no futuro, vão servir para conhecer a nossa história, conhecer essa nossa história de desigualdade e essa espécie de artifício de construir uma nação” (Krenak, 2020, 26 min 50 s–27 min 14 s).

A questão da “nação”, como veremos agora, será central para os discursos de ambos os autores naquele contexto.

Florestan Fernandes e Ailton Krenak na Constituinte

É no cenário do processo constituinte, em Brasília, no ano de 1987, que as trilhas dos nossos protagonistas se cruzam. Tratava-se de um momento muito singular na vida política brasileira, que precisava lidar com o legado de quase duas décadas de uma ditadura empresarial-militar, no que diz respeito às limitações para a participação política e para a garantia dos direitos sociais de largas parcelas da população. Representava, nesse sentido, para diversos setores e grupos sociais, uma potencial reorientação de rumo na direção de uma sociedade democrática. A luta pela construção de uma Constituição que expressasse novas compreensões sobre os direitos de parcelas da população brasileira historicamente excluídas do processo político institucional e dos benefícios do desenvolvimento econômico – encampada por diferentes movimentos sociais e por representantes políticos que com que eles dialogam no processo constituinte – expressa esse ponto de virada na história brasileira.

De certo modo, as atuações de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) expressam diferentes formas pelas quais a “participação popular” encontrou vias de intervenção no processo que buscava delinear os rumos do país naquele final do século XX.

Florestan Fernandes era então deputado federal, em seu primeiro mandato. Sua atuação na imprensa ao longo da década de 1980, em que publicava periodicamente análises de conjuntura embasadas sociologicamente sobre os dilemas do processo de “transição democrática”, abriu caminho para seu diálogo com o movimento operário e com os partidos políticos que galvanizavam suas reivindicações no período, em particular o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual se candidatou e sagrou-se deputado federal em 1986 (Costa; Soares, 2024). Há, portanto, uma certa linha de continuidade entre sua atuação intelectual, como

sociólogo que analisava criticamente os modos com que, na chamada “transição democrática”, a ditadura se prolongava institucionalmente, operando uma “transição lenta, gradual e segura” para uma democracia restrita; e o deputado que, socialista e constituinte, se aproxima dos movimentos sociais, em particular do movimento operário e do movimento negro⁴, e busca lutar no parlamento pela construção de uma democracia de base ampliada, que contemple a participação, os interesses e os direitos das camadas sociais historicamente excluídas e oprimidas no Brasil, os “de baixo”, como ele chamava⁵.

Nesse processo turbulento e contraditório, Florestan enxergava a “oportunidade histórica” de reconfiguração do país que poderia torná-lo mais alinhado às transformações exigidas pelas camadas sociais historicamente exploradas num país subdesenvolvido e dependente na periferia do capitalismo (Fernandes, 2014a). Era assim, como “sociólogo” e “socialista”, que ele se posicionava no processo constituinte⁶. Essa dupla filiação expressa sua permanente preocupação com a construção de uma “sociologia crítica e militante”, atenta à compreensão dos dilemas essenciais da sociedade brasileira, e uma atuação política voltada à conformação de uma sociedade democrática, com vistas a uma revolução socialista no país.

Como bem refletem Diogo Valença Costa e Eliane Veras Soares (2024, p. 183):

A “sociologia crítica e militante” de Florestan Fernandes ultrapassa, na década de 1980, os muros da universidade num momento de grande efervescência das lutas sindicais e atuação democrática de uma pluralidade de novos movimentos sociais. Tais movimentos se associavam a reivindicações feministas, antirracistas, ecológicas e várias outras como saúde e educação públicas de qualidade, humanização dos espaços urbanos, dignidades dos povos indígenas, das comunidades extrativistas das florestas e dos trabalhadores do campo historicamente marginalizados. A sociedade brasileira estava em ebulição. As classes trabalhadoras e os movimentos populares se mobilizam para lutar por conquistas para as grandes massas. Essas são as circunstâncias históricas do lançamento da candidatura de Florestan Fernandes pelo Partido dos Trabalhadores a uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte⁷.

Para nossos fins no momento, é importante destacar como a “sociologia crítica e militante” de Florestan, bem como sua visão de mundo socialista, estão permeadas pelos

⁴ Para uma análise da relação de Florestan Fernandes com o movimento negro ver Campos (2016).

⁵ As reflexões de Florestan Fernandes sobre o processo constituinte foram reunidas essencialmente em duas obras: “O processo constituinte” (1988) e “A constituição inacabada” (1989). Hoje, uma seleção desse material está mais facilmente disponível na coletânea “Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política” (2014).

⁶ Não poderíamos, nos limites deste artigo, explorar todos os momentos em que essa dupla vinculação se expressou na atuação política e intelectual de Florestan Fernandes. Para discussões nesse sentido, ver o trabalho pioneiro de Eliane Veras Soares (1997) e o artigo de Diogo Valença Costa (2021).

⁷ Do original em inglês.

horizontes éticos de sua origem social lumpenproletária. Filho de uma imigrante portuguesa, lavadeira e empregada doméstica, Florestan foi jogado precocemente, ainda criança, no mundo laboral dos adultos, exercendo trabalhos ligados a ocupações em geral precarizadas e de baixa remuneração, como engraxate e garçom. Conforme mostram Costa e Soares (2024), nas redes de relações construídas nos vários empregos pelos quais passou, ele começou a estruturar sua consciência social lumpenproletária; e na luta posterior para quebrar a barreira de ascensão social, precisou adotar uma postura ativa contra os preconceitos de classe e a rejeição à sua origem plebeia. É nesse sentido que as “temáticas de pesquisa, os horizontes teórico-metodológicos e as perspectivas prático-políticas de Florestan Fernandes nas ciências sociais estarão inscritos no seu estilo lumpen, radical-popular e socialista de pensamento” (Costa; Soares, 2024, p. 17), marcado por uma compreensão interpretativa e empática às dificuldades enfrentadas pelos sujeitos e grupos sociais subalternizados no Brasil.

Essa perspectiva fica muito evidente em diferentes atuações de Florestan Fernandes ao longo do processo constituinte, especialmente em sua defesa persistente para que a ANC incorporasse a “iniciativa popular” como fonte de produção das leis. Em artigo para a Folha de S. Paulo em 3 de abril de 1987, nosso autor afirma que esse é o “elemento mais avançado” do processo constituinte. Ainda que, ao longo do processo, o mecanismo da participação viesse a sofrer muitos reveses por parte dos constituintes conservadores e dos “partidos da ordem”, como o próprio autor viria a observar – naquele momento ele apontava de forma certa para o possível viés transformador que a iniciativa popular poderia provocar na conformação do novo Brasil que se buscava forjar:

[...] é necessário que as massas populares cerquem o Congresso, penetrem dentro dele e se revelem através do seu corpo vivo, demonstrando que a nação não pode continuar acorrentada ao passado remoto ou recente e a formas de dominação que a reduzem a uma colônia disfarçada. [...] O que pressupõe que a massa, por sua presença e de suas entidades legais, atue nas comissões e subcomissões, proclame o que quer coletivamente do processo constituinte e o torne, assim, um **processo popular de construção de um Brasil antielite e anti-imperialista**, no qual **ser** não se confunda com privilégio, comando e poder! Não se trata, ainda, de “os de baixo ditam as suas leis”. Seria utópico sonhar com isto na presente situação histórica e no plano parlamentar. Trata-se, bem compreendidas as coisas, de que os de baixo possuem um espaço próprio no processo constituinte e, portanto, a nova Constituição deve refletir todas as classes, toda a nação, servindo como um novo ponto de partida para o expurgo da República e a universalização dos direitos e liberdades civis fundamentais (Fernandes, 2014b, p. 66, grifo nosso).

É por via desses mecanismos institucionais de participação popular – nos quais Florestan enxergava o potencial da construção “de um Brasil antielite e anti-imperialista” – que

Ailton Krenak se insere no processo constituinte. Ele era então coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), organização que buscava articular, em nível nacional, os interesses de diferentes povos indígenas no Brasil. Foi a UNI que assumiu o papel de apresentar, acompanhar e defender os direitos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte (Silveira, 2023).

O movimento indígena que emerge naquele contexto é “um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos sociais” (Baniwa, 2006, p. 59). As lideranças indígenas, com o apoio de aliados em setores nas universidades, na Igreja Católica e em organizações não governamentais, impulsionaram o surgimento das primeiras organizações indígenas de caráter regional e nacional, sob a liderança da UNI (Baniwa, 2006; Silveira, 2023).

As lideranças políticas protagonistas desse processo, segundo Daniel Munduruku (2012), descobriram, se apropriaram e subverteram os instrumentos legais disponíveis no mundo dos brancos, utilizando-os para a defesa dos direitos indígenas. Nessa perspectiva, por exemplo, a categoria “índio” é ressignificada pelas lideranças indígenas, que passam a empregar o termo “para expressar uma nova categoria de relações políticas” na interlocução com o Estado brasileiro (Munduruku, 2012, p. 51). O autor se refere a esse procedimento como a criação de um simulacro, uma “representação de si a partir do modelo cultural do dominador”: “...os primeiros líderes perceberam que a apropriação de códigos impostos era de fundamental importância para afirmar a diferença e lutar pelos interesses, não mais de um único povo, mas de todos os povos indígenas brasileiros” (Munduruku, 2012, p. 45).

O processo de embate com as instituições políticas brasileiras na Constituinte envolveu, portanto, a elaboração de discursos que precisavam, em alguma medida, dialogar com o “modelo cultural do dominador”. O que significava não só percorrer os caminhos institucionais abertos para a participação popular na Constituinte (a elaboração de anteprojetos, a participação em audiências públicas, a apresentação de emendas populares...), que acentuavam o fato da inexistência de representações indígenas no parlamento naquele momento; mas também a formulação de suas reivindicações em termos familiares ao pensamento político ocidental.

As articulações políticas coletivas e a construção de contradiscursos em torno das populações indígenas são, portanto, fundamentais para compreendermos a dimensão da atuação desses povos e seus movimentos na construção da Constituição de 1988. Nessa congregação de diferentes povos, Ailton Krenak assumiu um papel de “porta-voz”, de construção de diálogo

com as instituições brasileiras em vista da defesa dos direitos dos povos indígenas: “A minha atividade hoje poderia ser entendida como a de um embaixador. Eu represento uma embaixada indígena junto a instituições e organizações não indígenas” (Krenak, 2015c, p. 82).

Krenak (2015c) é sobrevivente, assim como seu povo, de uma guerra de colonização e ocupação continuada desde o século XIX, marcada por processos de expropriação territorial, deslocamento forçado, confinamentos, conflitos com fazendeiros, madeireiros e outros usurpadores das terras indígenas. No exílio de seu território, a que se viu forçado na década de 1970, percorreu diversos contextos regionais e conheceu as realidades de diferentes povos indígenas (Silveira, 2023). É desse encontro e diálogo entre diferentes líderes políticos indígenas que emerge a ideia de uma organização que buscasse “uma maneira de conversar” com o Estado e a sociedade dita nacional, “diferente da que tem existido até agora e que é baseada na violência” (Krenak, 2015a, p. 28).

Ainda que a resistência ao processo de colonização tenha sempre marcado a história dos povos indígenas no Brasil, o autor afirma que uma representação em nível nacional só foi possível, nos anos 1970, “quando esses povos começaram a se encontrar, começaram a ver que tinham problemas comuns e que podiam encaminhar algumas soluções juntos” (Krenak, 2015a, p. 25). A UNI seria essa forma institucional de representação, encontrada pelas lideranças indígenas para reunir as diferentes nações e defender organizadamente seus interesses e necessidades.

No seio do processo constituinte, os direitos indígenas foram discutidos pela “Subcomissão dos Negros, Populações indígenas, Pessoas deficientes e Minorias” (daqui em diante, chamaremos apenas de Subcomissão), que fazia parte da Comissão da Ordem Social⁸. Vejamos alguns pontos importantes desse processo e como, neles, se inserem nossos dois protagonistas.

No dia 22 de abril de 1987, o líder político Idjarruri Karajá, com a presença de cerca de 40 lideranças indígenas, apresentou à Subcomissão a “Proposta Unitária”, assinada por 29

⁸ A Assembleia Nacional Constituinte foi estruturada em 8 Comissões Temáticas, com 24 Subcomissões Temáticas. A Comissão da Ordem Social estava organizada em três Subcomissões: a - Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; b - Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente e c - Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. As Subcomissões Temáticas eram responsáveis pela discussão inicial das propostas para o novo texto constitucional, bem como pela elaboração do anteprojeto a ser encaminhado às Comissões. Por fim, o projeto redigido pela Comissão Temática era encaminhado à Comissão de Sistematização, responsável pela redação final do projeto a ser votado no Plenário Constituinte. O trabalho das Subcomissões contava com mecanismos de participação social, incluindo a presença de lideranças e intelectuais ligados aos direitos discutidos.

entidades indigenistas, centrais sindicais e associações profissionais e científicas. Proposta que foi “resultado de uma ampla discussão nas aldeias, entre as lideranças indígenas e aliados da sociedade civil, especialmente juristas, antropólogos e organizações de apoio” (Silveira, 2023, p. 91). O documento buscava garantir o reconhecimento e a garantia, às comunidades indígenas, de “seus direitos originários sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos e costumes, línguas e tradições”.

Em 23 de abril de 1987 – portanto, no dia seguinte à entrega da Proposta Unitária à Subcomissão – foi realizada uma audiência pública sobre populações indígenas. Nessa ocasião, Florestan Fernandes profere o discurso em que aborda os direitos das populações indígenas na sociedade brasileira, sobre o qual nos deteremos mais à frente.

Representantes das nações indígenas seriam ouvidos pela Subcomissão na audiência pública do dia 5 de maio de 1987. Na ata da audiência, além do pronunciamento de Ailton Krenak como coordenador da UNI, constam as falas de outros representantes de diferentes povos. Nelas, os líderes indígenas “desmascararam o discurso dos brancos acerca do ‘descobrimento’ desta Terra, os nomearam *invasores* de uma terra que já estava habitada e denunciaram a continuidade dessas invasões no presente” (Silveira, 2023, p. 96, grifo da autora).

A Proposta Unitária foi aprovada na Subcomissão, a partir do trabalho articulado das lideranças indígenas e seus apoiadores, e enviada à Comissão de Ordem Social da ANC. Mas entre sua aprovação na Subcomissão e a votação em plenário do projeto da Comissão de Sistematização, em julho de 1987, avanços e recuos acerca dos direitos indígenas ocorreriam. Da retirada do reconhecimento da sociedade brasileira como “pluriétnica”, e do questionamento em torno da compreensão dos povos indígenas como “nações”, uma ampla campanha política e midiática equacionava a defesa dos direitos indígenas com uma “grande conspiração” contra o Brasil e seus interesses econômicos e de soberania (Cunha, 2018; Silveira, 2023). Para reverter esses retrocessos, “foi preciso uma ampla mobilização indígena. A UNI realizou protestos, promoveu caravanas a Brasília, os indígenas ficaram ali acampados por longos períodos e buscaram pressionar os parlamentares” (Silveira, 2023, p. 103).

Em meio a essas tensões, em 4 de setembro ocorre a defesa das Emendas Populares no plenário. Como coordenador da UNI, Ailton Krenak foi responsável por defender a emenda do movimento indígena. Num discurso que se tornaria histórico, Krenak, ao tempo que conclama os parlamentares para defenderem os direitos indígenas, impregnando a tribuna com a força de

uma dramatização ritualística, pinta o rosto com tinta de jenipapo, “em sinal de luto pelos encaminhamentos negativos aos direitos indígenas que estavam sendo feitos” (Munduruku, 2012, p. 79). Esse discurso de ampla repercussão seria muito importante na construção de novas tomadas de posição institucionais que garantiriam a aprovação dos direitos dos povos indígenas na Constituição de 1988.

Nesse mesmo mês, em 23 de setembro, Florestan Fernandes profere um discurso na ANC em que questiona a relação do “Parlamento com o povo”, apontando que existe “um Amazonas entre esse Projeto de Constituição e as aspirações populares” (Fernandes, 2014c, p. 130). Questionando a metodologia empregada no processo constituinte, pergunta-se por que “as reivindicações essenciais que vier[a]m da iniciativa popular não se refletiram no Projeto de Constituição” (Fernandes, 2014c, p. 131). E menciona, como exemplo, o “depoimento emocionante” do “índio Krenak” nesse sentido.

É sobre esse conjunto de discursos de Florestan Fernandes e de Ailton Krenak, no processo constituinte, que nos deteremos agora⁹. A partir de tais falas, propomos aqui observar as reflexões de ambos sobre duas grandes problemáticas: o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direito, de um lado, e a crítica à relação do Estado brasileiro com esses povos, de outro lado. Evidentemente que se trata de problemáticas extremamente relacionadas uma à outra, aqui só distinguidas para fins de exposição. O próprio Ailton Krenak o afirma, em depoimento de 1984:

Meu trabalho junto à União das Nações Indígenas (UNI) é a minha vida. Porque minha vida só terá sentido na medida em que eu puder resgatar uma identidade. O que é isso? É afirmar a existência e o direito à existência dos índios no Brasil. É construir um Brasil onde todos possam ter seus direitos garantidos na prática e não só no papel. [...] Essa busca de identidade, que não é só minha, mas de todos os 150 povos indígenas diferentes que vivem no Brasil, passa, obrigatoriamente, pela relação entre o Estado e os índios. Em toda a história do Brasil, nunca houve um tratado entre o governo brasileiro e os povos indígenas. Efetivamente, o governo brasileiro nunca se dirigiu aos povos indígenas como nações, que eles são (Krenak, 2015a, p. 22-23).

⁹ Os pronunciamentos de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na “Subcomissão dos Negros, Populações indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias” não foram publicados em livros, mas estão disponíveis nas atas das reuniões (Brasil, 1987a; Brasil, 1987b). Por se tratar de falas menos conhecidas e divulgadas, recorreremos aqui a amplas citações delas. O histórico discurso de Ailton em defesa das emendas populares dos povos indígenas está publicado na coletânea “Encontros” (Krenak, 2015b). De extrema importância para nossa reflexão é também a entrevista publicada na revista Lua Nova em 1984 (Krenak, 2015a), disponível na mesma coletânea. Os discursos e artigos de Florestan sobre a importância da participação popular na constituinte (Fernandes, 2014b, 2014c) estão atualmente mais acessíveis na coletânea “Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política”.

É pertinente observar como, nessa compreensão, a afirmação do direito à existência – o “resgate da identidade” – dos povos indígenas passa pela sua autocompreensão como “nações”. Trata-se de um termo bastante proeminente nos discursos do movimento indígena naquele período e que marcaria sua intervenção no processo constituinte. Tendo sido amplamente questionado pelos setores políticos e midiáticos – que o associavam a uma suposta perda de soberania do território brasileiro – ele acabou não sendo incluído na versão final da Constituição de 1988.

Para a nossa discussão, é importante destacar que a expressão dos povos indígenas como “nações” sinalizava o modo de autocompreensão desses povos no seu diálogo com as instituições políticas brasileiras ao longo do processo constituinte. Ainda que pudesse carregar o sentido de “simulacro” de que falava Daniel Munduruku, no sentido de constituir-se a partir dos referenciais culturais do dominador, essa autodesignação expressava um posicionamento de sujeitos afirmando seu direito a definir sua própria realidade, estabelecer sua própria identidade, nomear suas próprias histórias (Kilomba, 2019) – no cenário de um diálogo desigual com as instituições e os sujeitos produtores dessa mesma dominação. Isso não é pouco significativo num contexto nacional em que as populações indígenas foram sempre definidas como outros, com suas realidades, identidades e histórias sendo elaboradas a partir do olhar colonizador externo, voltado para a criação de mecanismos de dominação e exploração desses povos e de seus territórios.

É a partir desse reconhecimento do sujeito que fala por si, que constrói modos de compreensão da sua própria realidade, que Florestan Fernandes questiona as noções prevalecentes sobre os povos indígenas no país. O autor destaca como o movimento indígena, que havia se constituído nos últimos anos, ainda durante a vigência do regime ditatorial, permite observar que os indígenas desenvolveram “várias formas de consciência da realidade” e que, portanto, “são os melhores advogados da sua própria causa, conhecem a natureza dos problemas que enfrentam e defendem condições que a sociedade brasileira ainda não é suficientemente democratizada para aceitar” (Brasil, 1987a, p. 138). É nesse contexto que Florestan compreende a defesa, por esses povos, do “conceito de nacionalidade”. Nas palavras do autor:

Durante esse período ditatorial, os indígenas acabaram desenvolvendo-se com a colaboração de organizações, principalmente da Igreja Católica, e também de outras formas de organização, assistência prestada, individualmente, por certos advogados. Acabaram desenvolvendo várias formas de consciência da realidade, inclusive desenvolvendo a idéia de defender o conceito de nacionalidade; de serem tratados não como minorias irresponsáveis, mas como nações que vivem dentro do solo brasileiro

e devem dispor e desfrutar das regalias e das proteções de uma nação dentro do País. [...] Não podemos pensar que os seres humanos são irracionais porque nascem indígenas ou porque nascem africanos, ou porque nascem asiáticos. [...] O trabalho desses indígenas que hoje se estão ocupando da liderança do movimento indigenista, substituindo os antropólogos, pondo de lado qualquer tipo de assistencialismo por parte da Igreja Católica ou de outras entidades, o trabalho deles é admirável. Os índios são os melhores advogados da sua própria causa, conhecem a natureza dos problemas que enfrentam e defendem condições que a sociedade brasileira ainda não é suficientemente democratizada para aceitar. Fomos criados na mentalidade de que o indígena é uma pessoa *in natura* (Brasil, 1987a, p. 138).

No contexto do processo constituinte, a implicação de aceitar a autodesignação dos povos indígenas como “nações” era o questionamento da sua compreensão como “minorias”, questão discutida na audiência pública em que Florestan proferiu sua fala aqui em exame (Brasil, 1987a).

Para Ailton Krenak, “tratar a questão indígena como problema de minoria é condicioná-la a ficar sempre em um beco sem saída”, em que conflitos continuarão existindo enquanto “não se reconhecer que este país é uma nação de muitas raças e muitas culturas e que é preciso conviver com as diferenças” (Krenak, 2015a, p. 24). Desse modo, argumentava, uma “identidade nacional” legítima só poderia surgir do reconhecimento das identidades particulares dos grupos que compõem a nação.

Para Florestan, a noção de “minorias” sugere a perspectiva de um Brasil dividido, como numa colcha de retalhos em que as partes não interagem. Pertinente, nesse sentido, é sua imagem da coexistência de “duas nações” no Brasil: uma, que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”); outra, que estava excluída da garantia de direitos, de modo parcial ou total (a maioria, a “nação real”) (Fernandes, 2006). Nessa sociedade organizada na divisão entre os “mais iguais”, que se incorporam à ordem social, e “a maioria”, excluída da garantia de direitos, tratar os grupos indígenas como “minorias” significava legitimar sua exclusão da “nação real”. Para o autor, o emprego do termo “minoria”, naquele contexto, revelava uma concepção dividida de cidadania:

Considerar um grupo humano como uma minoria é, em certo sentido, dizer que pertence à Nação, mas que, ao mesmo tempo, ele não tem a plenitude dos direitos civis e políticos que são desfrutados por aqueles que formam a maioria desta Nação. Quer dizer, existem cidadãos de primeira categoria e cidadãos que são parte das minorias, e que estão sujeitos a alguma forma de restrição, inclusive constitucional, inclusive de proteção daqueles que se arvoram em consciência do outro (Brasil, 1987a, p. 138, grifo nosso).

A referência àqueles “que se arvoram em consciência do outro” soa como uma sinalização direta de Florestan à concepção de tutela orfanológica, então prevalecente na

política indigenista brasileira. Desde o século XIX, os indígenas eram representados na legislação como indivíduos incapazes, sendo a tutela um mecanismo que possibilitaria sua “integração” na sociedade nacional. Evidentemente que se partia aqui de uma concepção evolucionista em que “os povos indígenas, suas culturas, suas formas de organização social, suas crenças, seus modos de educar e de viver eram [considerados] inferiores aos dos colonizadores europeus, estando fadados ao desaparecimento” (Munduruku, 2012, p. 30) – o que Daniel Munduruku (2012) denomina de “paradigma integracionista” das políticas indigenistas no Brasil.

A insistência de Florestan, em seu discurso na Subcomissão, nas “formas de consciência da realidade” dos povos indígenas, pode ser mais bem compreendida no contexto do embate com essas concepções hegemônicas. Explícita e diretamente, ele questiona as noções prevalecentes nas ciências sociais do século XX que compreendem os indígenas sob o signo do “primitivo”, de “pessoas *in natura*”. Nos seus termos, tais noções expressam “a tendência do branco, mesmo do branco que é cientista, a discriminar a capacidade perceptiva, cognitiva de explicação do mundo do indígena” (Brasil, 1987a, p. 138). Florestan se mostrava atento aos modos como o conhecimento científico nomeava sujeitos e experiências sociais a partir de categorias assentadas em perspectivas evolucionistas do humano e da sociedade. O reconhecimento do direito à existência dos povos indígenas – para retomar a expressão de Krenak em 1984 – passava, assim, no contexto da Constituinte, pelo próprio reconhecimento enquanto sujeitos capazes de construir uma visão sobre si mesmos e seus direitos, bem como pelo enfretamento de concepções sobre esses povos arraigadas no conhecimento científico e no conjunto das políticas públicas do Estado brasileiro.

Em seus pronunciamentos na Constituinte, Ailton Krenak vai, assim, destacar a importância da presença de diferentes povos, que “tiveram hoje a oportunidade de trazer **a sua visão dos problemas** que estão ocorrendo com a população indígena” (Brasil, 1987b, p. 150). Presença, no entanto, que é matizada pela ausência¹⁰ de muitos representantes indígenas que se encontram em seus territórios sofrendo violências e constrangimentos. Há um reconhecimento

¹⁰ A esse respeito, cabe destacar a ausência de deputados indígenas eleitos no Congresso Constituinte, embora oito candidaturas tivessem sido lançadas pelo movimento indígena: Davi Kopenawa Yanomami (PT-RR); Gilberto Pedroso Lima Macuxi (PT-RR), Álvaro Tukano (PT-AM); Biraci Brasil Iauanauá (PT-AC); Nicolau Tsererowe Xavante (PDT-MT); Idjahúri Karajá (PMDB-GO); Marcos Terena (PDT-DF) e Mario Juruna (PDT-RJ). Apesar disso, as lideranças se fizeram presente nos trabalhos da Subcomissão, participando das audiências, como foi o caso de Davi Kopenawa Yanomami, Estevão Taukane, Nelson Sarakura, Gilberto Macuxi, Raoni Metuktire, Pedro Cornélio Seses, Valdomiro Terena, Hamilton Lopes, Antonio Apurinã, Ailton Krenak, dentre outros (Lopes, 2011).

de uma pluralidade e diversidade de posicionamentos que a noção de uma representação nacional não é capaz de abarcar, no caso dos povos indígenas¹¹.

Assim Krenak se coloca, em seu pronunciamento na Subcomissão:

Bom dia, aos parentes que vieram de regiões diferentes do Brasil, ao pessoal que veio de Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Mato Grosso e de outras regiões onde há populações indígenas e que, nesta última audiência pública da Subcomissão, que está ouvindo as populações indígenas, tiveram hoje a oportunidade de trazer a sua visão dos problemas que estão ocorrendo com a população indígena. [...] mas sabemos que muitos dos representantes indígenas que se encontram nas suas regiões lutando, no dia-a-dia, sofrendo violências, sofrendo constrangimentos, não poderiam ficar fora dessas audiências públicas. Assim como os nobres Constituintes tiveram a oportunidade de ouvir uma proposta de certa forma discutida, resultado de uma ampla discussão sobre a situação indígena atual, era fundamental que também ouvíssemos os índios que pudessem estar aqui para relatarem questões regionais. Acredito que, neste sentido, cumprimos o nosso papel, a nossa responsabilidade de vir aqui e dizer aos Constituintes da nossa expectativa, expressar o nosso pensamento acerca do que deve ser na Constituição os direitos da população indígena. (Brasil, 1987b, p. 150-151)

É digna de nota a ênfase no “nosso pensamento acerca do que deve ser na Constituição os direitos da população indígena”. Pois nela se intui não só o sujeito que se reconhece como tal e capaz de elaborar um quadro interpretativo próprio do processo constituinte – a “consciência da realidade” de que Florestan falava –, mas também e talvez sobretudo uma assunção das especificidades desses sujeitos que só podem ser efetivamente reconhecidas na garantia das condições institucionais necessárias para a fala.

Essas especificidades dos povos indígenas podem ser mais bem compreendidas quando nos detemos no ponto principal de praticamente todos os discursos de Ailton Krenak que estamos abordando: a importância da terra e do território para os povos indígenas. “O que dá sentido de vida ao povo indígena é o sentido sagrado de ocupar o seu território, o lugar onde Deus colocou o povo indígena, o lugar onde a sua memória está vinculada e se alimenta, permanentemente”, afirma (Brasil, 1987b, p. 151). Articula-se, já naquele contexto, o discurso que buscava delinear o sentido sagrado da terra e do território para os povos indígenas. Frente às perspectivas desenvolvimentistas que a reduziram ao estatuto de “um bem material”, a ser explorado e instrumentalizado em prol do suposto crescimento econômico, apontava-se a terra como “um ente vivo, que tem humor, uma dinâmica própria, um senso próprio” (Krenak, 2015e, p. 225).

¹¹ A discussão dos limites e das especificidades da participação dos povos indígenas na política institucional, de acordo com o pensamento de Ailton Krenak, mereceria mais linhas do que somos capazes de dedicar no presente artigo. Há muito o que se investigar e debater nesse sentido: das suas críticas à ideia de “representação” e à prática dos partidos políticos; à defesa de um Estado plurinacional; ou ao estranhamento dos povos indígenas frente à própria instituição do Estado (Krenak, 2015d, 2015e).

Essa concepção da terra, ou da natureza de modo mais amplo, confrontava diretamente as concepções dos países ocidentais acerca do desenvolvimento, da civilização e da modernidade. Em entrevista de 2018, o autor vai afirmar que os brancos projetaram o Brasil para que ele se constituísse em uma “plataforma extrativista” e não uma nação. Como “plataforma extrativista”, toda a ideia de desenvolvimento e progresso nacional está baseada na exploração da Terra. Segundo Krenak (ISA, 2016), o capitalismo, por essas bandas do mundo, se baseia em matar “rios, montanhas, florestas”, “comer” “montanhas”, “empacotar” “montanhas” e exportá-las, “registrando um aumento no PIB brasileiro”. Fundamentado na “exaustão dos recursos da natureza” e “sobre uma história colonial miserável”, trata-se de um “capitalismo que não dá nem pra chamar de selvagem”.¹²

Não à toa, em seu discurso na Constituinte, Ailton Krenak dizia que “cortar o vínculo do povo indígena com os seus lugares sagrados” é “o maior crime que poderia ser cometido contra eles!” (Brasil, 1987b, p. 151). Fátima Silveira (2023, p. 96-97) mostra como a terra é descrita como a “nossa vida” pelas lideranças indígenas que se pronunciaram na audiência pública na Subcomissão, e como a demarcação das terras indígenas é a principal demanda apresentada. Para Ailton Krenak, esse reconhecimento envolvia não permitir que a Constituição assumisse o tom de uma “proposta culturalista” (termo utilizado pelo intelectual indígena): “não adianta formular uma proposta que venha a contemplar o direito do índio falar a sua língua, dançar a sua festa, e usar o seu cocar, porque antes de tudo isso é preciso ter uma terra para pisar em cima” (Brasil, 1987b, p. 151). Já naquele momento o principal perigo era a abertura dos territórios indígenas para a exploração econômica, processo em que o Estado aparecia não só como proponente, mas como garantidor: “A abertura dos territórios indígenas à atividade mineradora é a última pá de terra que o Estado Nacional poderia lançar sobre a vida das populações indígenas. Não brinquem com essa questão!” (Brasil, 1987b, p. 151).

O papel do Estado brasileiro – como patrocinador ou balizador de processos de intervenção econômica nos territórios indígenas ou como garantidor da sua demarcação e proteção – está, desse modo, intrinsecamente relacionado à discussão sobre o reconhecimento da existência desses povos como sujeitos de direitos. Trata-se, afinal, da luta por garantir as pré-condições sociais de existência necessárias para a construção da vida que tais povos desejam para si. Por isso, como apontamos, para Krenak a discussão da identidade passa

¹² Depoimento de Ailton Krenak, em 2016, à equipe Povos Indígenas no Brasil do Instituto Socioambiental (ISA), sobre a tragédia ambiental em Mariana (MG).

necessariamente pela revisão da relação com o Estado – dado que esse foi sempre o âmbito normatizador das relações da sociedade dita nacional com os povos indígenas, balizando concepções e políticas de extermínio e/ou integração desses povos ao longo da história.

Não soa estranho, portanto, que tanto Florestan quanto Ailton reconheçam que o Estado brasileiro sempre compreendeu os povos indígenas como “inimigos”. O sociólogo enxerga esse processo numa linha de continuidade com a ordem social escravocrata brasileira, que “produziu pessoas que foram confinadas em categorias que eram todas como de inimigos da ordem” (Brasil, 1987a, p. 137). O sujeito negro escravizado, nesse sentido, teria sido o principal inimigo da ordem, “porque era um homem privado de liberdade”. O autor estende essa reflexão para incluir outras categorias sociais marginalizadas e excluídas naquele contexto, que “são caracteristicamente marginalizadas, excluídas, e que poderiam ter outro destino, outro aproveitamento na sociedade brasileira, se outra fosse a relação da sociedade brasileira com essas pessoas, se elas fossem concebidas como seres humanos, tratadas como seres humanos e incluídas dentro da ordem social existente” (Brasil, 1987a, p. 137).

Ailton Krenak, por sua vez, reflete como o Estado brasileiro tratou os povos indígenas como “inimigos de guerra”. Tratando das guerras de colonização e ocupação que marcaram a formação da sociedade brasileira, ele destaca a inexistência de qualquer tipo de “tratado de paz” entre o Estado e esses povos ao longo da história. A invasão e exploração dos territórios, a escravização e os deslocamentos forçados, as ameaças à vida e às suas culturas – seriam todas expressões de uma violência institucionalizada sob cuja continuidade seria impossível qualquer tipo de diálogo construtivo entre o Estado e os indígenas. O avanço dos grandes projetos econômicos da ditadura empresarial-militar desde os anos 1970, com seus diferentes impactos sobre as populações originárias, fornecia o contexto imediato para essas reflexões do autor. No entanto, era a própria continuidade da violência colonial por outros meios que estava no cerne das suas reivindicações aos constituintes:

O Estado brasileiro não tem uma política para as populações indígenas. O Estado brasileiro trata as populações indígenas como inimigos de guerra. Somos remanescentes de um processo de guerra de extermínio, ainda não foi assinado um tratado de paz entre o Estado brasileiro e as populações indígenas. [...] a responsabilidade dos Constituintes de hoje é a de fazer o que o Estado nunca fez, que é firmar um tratado de paz com o povo indígena, que será uma pré-condição para a nossa vida, uma pré-condição para iniciarmos os entendimentos, para iniciarmos a cooperação, porque até agora não houve condição para isso, até agora houve uma guerra surda, até agora foi o Executivo agindo às escondidas contra o povo indígena (Brasil, 1987a, p. 151-152).

Assim como o reconhecimento da existência dos povos indígenas implicava o enfrentamento das noções que os desumanizam enquanto sujeitos de direitos, o reconhecimento de que são tratados como “inimigos” pelo Estado implicava o enfrentamento das noções consolidadas acerca do próprio processo de formação social do Brasil. Se o Estado nunca firmou um “tratado de paz com o povo indígena”, nas palavras de Krenak, isso significa que as narrativas convencionais sobre a nação brasileira, que ainda naquele momento sinalizavam para uma colonização pacífica e um progressivo desaparecimento dos povos indígenas pela sua aculturação na sociedade nacional, eram marcadas por traços de exclusão e desumanização ainda não totalmente reconhecidos. Não se tratava então de revisar apenas as perspectivas em torno dos indígenas enquanto sujeitos, mas da própria nação brasileira como um todo unificado, coerente e harmonioso.

Para Florestan, esse debate é tratado como a “controvérsia que existe entre a nossa consciência falsa da nossa História e a realidade histórica viva”:

Com referência à minha própria experiência humana como pesquisador, uma das descobertas que fiz - e não estudei índios vivos, estudei índios desaparecidos, índios Tupi que viveram no Brasil no Século XVI e no Século XVII - foi a controvérsia que existe entre a nossa consciência falsa na nossa História e a realidade histórica viva. Gilberto Freire, um homem de grande valor intelectual, que escreveu obras que são fundamentais na história da Sociologia, da Antropologia cultural no Brasil, afirma, por exemplo, que no Brasil não houve uma política, como ocorreu na América espanhola e em outras áreas coloniais, não houve uma política de extermínio dos indígenas, e a reação dos indígenas à colonização foi pacífica, porque os brancos, por sua vez, trataram os indígenas de uma forma benigna. Ora, esta é uma mitologia, não é ciência (Brasil, 1987a, p. 137).

Segundo o autor, a “mitologia” em torno de uma colonização pacífica deixa de lado os variados processos de resistência indígena a ela. Processos que teriam começado quando a invasão começou a ameaçar a sobrevivência dos indígenas enquanto comunidades humanas organizadas, sendo expulsos de suas terras, perdendo a liberdade e sendo reduzidos à escravização. Igualmente, para Ailton Krenak, o processo de colonização foi sempre marcado por processos de resistência. “A existência de um movimento indígena organizado não é novidade na história do Brasil” (Krenak, 2015a, p. 25), diz o autor, referindo-se à “Confederação dos Tamoios” (também mencionada por Florestan em seu discurso na Subcomissão), nome com que se sagrou na historiografia a coalizão entre diferentes grupos tupinambás para enfrentar colonos portugueses e seus inimigos tupiniquins no século XVI (Milanez; Santos, 2021, p. 115-127).

O reconhecimento dessa resistência caminhava junto, assim, com uma outra concepção do processo de formação social brasileiro. Nossos autores questionaram, cada qual a seu modo, as concepções e políticas construídas em torno dos povos indígenas no Brasil – as quais, ao partirem de uma concepção desumanizante da condição de sujeito desses povos, legitimaram seu extermínio e sua supressão, em termos físicos ou simbólicos, em prol de uma dada concepção de “desenvolvimento” ou de “progresso” nacionais. Da concepção da “guerra justa” contra os indígenas no século XVI; das políticas voltadas à sua “integração” à sociedade dita nacional e ao seu progressivo desaparecimento; da tutela orfanológica presente na legislação brasileira até a Constituição de 1988; e das pressões políticas e econômicas visando à exploração das terras indígenas que persistem até nossos dias – todas elas partiram e partem de uma compreensão inferiorizante e subalternizante dos povos indígenas frente ao que se considera a “nação”. Na observação e análise de processos como esses, Florestan Fernandes e Ailton Krenak destacaram a violência como característica definidora da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, e questionaram a constelação de justificativas legitimadoras para essas violências, que gravitavam em torno tanto de uma concepção infantilizada dos povos indígenas quanto de uma concepção de nação harmoniosa e não-conflituosa. O fato de terem realizado esses questionamentos no processo constituinte, pouco menos de quarenta anos atrás, é revelador do quão recentes são o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da humanidade dos povos indígenas e dos seus direitos.

Povos indígenas no processo de formação social do Brasil

Buscamos sugerir aqui que os discursos de Florestan Fernandes e Ailton Krenak na Constituinte estão ancorados numa releitura do processo de colonização do país, no papel desempenhado pelas populações indígenas nesse processo e no enfrentamento das suas consequências ao longo dos séculos. Dentre as narrativas sobre o Brasil elaboradas ao longo do tempo, nossos autores enfrentaram a concepção predominante de uma nação formada a partir do encontro e mistura harmoniosos entre as três raças – indígena, branca e negra – da qual originaria o “povo brasileiro”. Essa crítica, como vimos, está presente, explicitamente ou de forma pressuposta, nas reivindicações na Constituinte para que os povos indígenas sejam reconhecidos como “nações”.

Nessa narrativa convencional, o “encontro” das três raças serve como mito fundador de uma nação que se concebe e se apresenta como um amálgama exemplar de culturas e raças em

plena sintonia e interpenetração. Embora tenha sido esboçada no século XIX, é no século XX que essa imagem do Brasil se difunde e se institucionaliza, constituindo progressivamente uma imagem oficial da nação (Portela Jr., 2021b). Nessa imagem, a “descoberta” em 1500 dá início à história do Brasil. Contrapondo-se a essa perspectiva, Florestan Fernandes e Ailton Krenak partem do reconhecimento de que o atual território brasileiro já estava habitado na época da invasão, e de que as sociedades e histórias indígenas são o ponto de partida para pensar a história do Brasil, uma história assentada na dominação e na violência coloniais.

Para Florestan Fernandes, a situação de contato, de conflito, entre as populações indígenas e os colonizadores constitui o “ponto zero da história do Brasil” (Fernandes, 2009, p. 23). Tratava-se, segundo o sociólogo, de civilizações autônomas, com instituições sociais plenas, além de ecologicamente adaptadas ao território. No entanto, a invasão do continente americano a partir de 1492, no contexto da expansão europeia, coloca os mundos indígenas em choque, de forma definitiva, com o mundo europeu.

É nesse contexto que emerge o Brasil colonial, fruto da invasão europeia. Mas o mundo colonial não se constitui de forma imediata. Segundo Florestan, as relações iniciais entre europeus e indígenas dessa parte da América foram marcadas por conflitos pontuais. Os portugueses dependiam inteiramente dos indígenas, comercializavam com eles e, até certo ponto, foram capazes de integrar-se ao seu mundo, que permaneceu autônomo nas primeiras décadas pós-invasão (Fernandes, 2009).

As guerras, segundo o sociólogo, iniciam-se com a implantação do sistema colonial, mais precisamente com a colonização territorial e a instauração da *plantation*. Com a *plantation*, os indígenas passam a ser encarados “como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização. Passamos, então, do período de tensões encobertas para a era do conflito social com os índios” (Fernandes, 2009, p. 34). Inicia-se, assim, o processo de “expropriação territorial” indígena, ainda em curso no presente, assim como a escravização desses povos e a tentativa de destruição da autonomia das sociedades indígenas. Em suas palavras, o anseio de “submeter” o indígena passa “a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano” (Fernandes, 2009, p. 35).

Contrapondo-se às leituras vigentes, como já salientamos, Florestan Fernandes mostra que os indígenas não assistiram pacificamente à dominação colonial dos brancos, vejamos:

Ainda hoje se mantém o ‘mito’ de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A ideia de que estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente (Fernandes, 2009, p. 22).

Num grande empreendimento de reconstrução histórica que toma por base os relatos dos cronistas e viajantes europeus dos séculos XVI e XVII – buscando contornar seus vieses eurocêntricos e apreender o olhar dos povos originários sobre suas próprias sociedades no momento inicial da conquista (Costa; Soares, 2024) –, o sociólogo discute as diversas guerras, articulações, alianças e movimentos protagonizados pelos povos indígenas na resistência à colonização europeia. Tratava-se, lembra o autor, de sociedades guerreiras.

Essa perspectiva é retomada por Florestan quando do seu pronunciamento na Constituinte. Em debate sobre os direitos indígenas na Subcomissão, o sociólogo afirma:

O grande obstáculo que os indígenas encontraram para se defender contra a conquista portuguesa estava no fato de que a organização tribal impedia a unidade deles, o aparecimento de formações sociais que pudessem enfrentar a invasão portuguesa. Na medida em que eles não tiveram condição de desenvolver uma formação social capaz de resistir ao branco, acabaram ficando expostos a uma política de divisão que os brancos manejaram com muita habilidade, lançando grupos indígenas contra outros, ajudando os brancos a dizimar as populações nativas, e foram vítimas também de incursões montadas pelos brancos para o extermínio sistemático das populações nativas. De modo que a política de extermínio do indígena é uma política que vem da era colonial [...] (Brasil, 1987a, p. 137-138).

Em sua análise, os movimentos indígenas foram vencidos e o desfecho do processo foi a “destruição do mundo em que viviam” (Fernandes, 2009, p. 22). Para Florestan Fernandes, derrotar a colonização exigia aliança, solidariedade e cooperação entre os diversos povos indígenas deste território, o que não teria ocorrido em razão da grande pluralidade étnica e das rivalidades entre os grupos, o que gerou uma resistência fragmentada e dispersa.

Como resultado, os mundos indígenas do litoral brasileiro foram desestruturados e emergiu o mundo colonial, uma sociedade colonial e escravagista, sustentada e organizada “com base na estratificação interétnica (no caso: na dominação dos índios pelos portugueses)”, na concentração da terra na mãos dos colonizadores, na plantação colonial voltada para suprir as demandas externas e na escravidão, que converteu os indígenas (e depois os negros) em “seres sub-humanos” (Fernandes, 2009, p. 22). As “bases de autonomia” das sociedades indígenas, especialmente suas instituições sociais e o território, foram destruídas pela imposição da “civilização cristã” e pela expropriação territorial. Como resultado, as sociedades indígenas

foram colocadas em “posição subordinada e dependente” no mundo colonial, e os indígenas submetidos “à dominação do branco” (Fernandes, 2009, p. 22).

Em sua análise, as estratégias de resistência encontradas pelas sociedades tupi foram a guerra, a acomodação à sociedade colonial e o isolamento, a partir das migrações e fugas para o “sertão”, as áreas distantes dos centros coloniais. No primeiro caso, o autor cita a Confederação dos Tamoios, considerando-a uma demonstração de “que as populações aborígenes tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuitos conquistadores dos brancos” (Fernandes, 2009, p. 28). A “acomodação” à sociedade colonial, por sua vez, ainda que em posição subalterna, teria permitido certa continuidade de elementos culturais indígenas, consistindo, portanto, num processo de resistência ativa às imposições coloniais. O isolamento, por fim, possibilitou certa autonomia, entretanto, era uma saída limitada diante da expansão territorial infindável dos brancos, processo que não apenas não terminou, mas ganhou força especialmente no cenário de emergência e consolidação do capitalismo. Um capitalismo que Florestan Fernandes caracteriza como selvagem ou dependente, por atualizar formas de dominação colonialistas e racistas.

A esse respeito, Fernandes considera a ditadura empresarial-militar como um marco para a consolidação da dominação burguesa autocrática e do modelo dependente e subdesenvolvido de capitalismo (Portela Jr., 2021a). O autor observava, durante o processo constituinte, que os povos indígenas vivenciavam a invasão e expropriação dos últimos territórios ainda autônomos, em razão da política protagonizada pelo Estado brasileiro em aliança com as empresas nacionais e estrangeiras interessadas na sua exploração econômica: “Chegamos ao extremo, hoje, de o nosso Exército ser um instrumento usado por empresas nacionais e estrangeiras para desalojar os indígenas das áreas em que estes ainda podem sobreviver” (Brasil, 1987a, p. 138).

O “ponto zero da história do Brasil” estaria então no processo de colonização e nas violências perpetradas contra os povos indígenas. Na perspectiva de Ailton Krenak, a abordagem desse processo envolve o questionamento do Brasil como invenção, criação, projeto. Questionado, em entrevista de 2018, sobre “Como era a vida no Brasil antes da chegada dos europeus?”, pontua: “A vida no Brasil antes da chegada dos europeus não existia. Quando essa pergunta é colocada, pressupõe-se que existia o Brasil. O Brasil não existia. O Brasil é uma invenção, e essa invenção nasce exatamente da invasão” (Krenak, 2021a, p. 240-241).

O intelectual indígena ressalta que as sociedades indígenas não eram o “Brasil”, mas um outro mundo, “outros mundos possíveis”. Em sua perspectiva, o território que hoje abarca o Brasil (e todo o continente) estava habitado por uma multiplicidade de mundos e humanidades, fundamentados em outras ontologias¹³ e relações com a Terra. Os mundos e as humanidades indígenas, entretanto, foram invadidos e deslocados “no tempo e também no espaço, para ceder lugar a essa ideia de civilização e essa ideia do Brasil como um projeto” (Krenak, 2015d, p. 164).

Segundo Krenak (2021), a consciência da invasão e do projeto colonialista de Brasil que deu origem ao movimento indígena brasileiro não se deu de forma imediata, mas foi resultado de um longo processo histórico. Vimos como Florestan afirmou que as guerras iniciaram quando da expropriação territorial e da escravização dos povos indígenas. Segundo Ailton Krenak, com relação aos povos que habitavam o litoral na época em que se iniciou a invasão europeia, “demorou” para que os indígenas “entendessem que os brancos eram invasores e que estavam aqui para ficar e tomar a terra e, se possível, escravizar os donos da terra” (Krenak, 2021, p. 251). Em sua análise, isso ocorre porque os brancos “dissimularam” as suas intenções e porque os povos indígenas tinham outras formas de sociabilidade que os fizeram incorporar os brancos como “mais um na diferença”. A conscientização da invasão, segundo o autor, só aconteceu quando os brancos começaram a tentar escravizar os indígenas de forma sistemática. É nesse cenário que se inicia a guerra de mundos que nunca “cessou”.

Para o autor, a ideia de que somos uma nação mascara os profundos conflitos que atravessam a sociedade brasileira desde as suas origens. A essa ideia do Brasil como uma nação unificada, já vimos como Ailton e o movimento indígena contrapunham o reconhecimento da pluralidade de nações no território nacional. Nessa perspectiva, a ideia de “nação” aqui talvez assuma aquele caráter de “simulacro”, de diálogo em termos da linguagem do colonizador, de que tratava Daniel Munduruku. Era a linguagem do dominador necessária para se debater e negociar direitos num contexto institucional criado para manter essa dominação. Nesse sentido, ela se distancia das noções ocidentais de “Estado nacional” ou mesmo de “nacionalismo”, na medida em que questiona a própria validade do conceito de “Estado” para se pensar a organização política dos povos indígenas¹⁴.

¹³ Por ontologia entende-se, aqui, as “premissas fundamentais sobre o que são o mundo, o real e a vida” e os seres existentes (Escobar, 2014, p. 13).

¹⁴ “Pierre Clastres, depois de conviver um pouco com os nossos parentes Nhandevá e M’biá, concluiu que somos sociedades que naturalmente nos organizamos de uma maneira contra o Estado; não tem nenhuma ideologia nisso,

Frente à ideia de uma “nação” unificada, o intelectual indígena propõe também a imagem do Brasil como um “acampamento de portugueses e europeus remanescentes, povos indígenas e afrodescendentes” (Krenak, 2018, p. 1). A imagem do acampamento sugere a ausência de vínculos sólidos entre os diferentes povos que habitam o território brasileiro, apontando para o Brasil como uma “instalação provisória” que reúne sociedades, civilizações, valores, perspectivas de futuro, mundos muito diferentes e que não têm sido capazes de se reconhecer e encontrar uma perspectiva comum.

A imagem do acampamento também remete à guerra. O Brasil, em sua perspectiva, é palco de uma guerra de mundos e o país reflete um modelo civilizatório ocidental imposto em detrimento dos mundos e ontologias indígenas. Um modelo civilizatório sustentado por uma ideia de humanidade antropocêntrica, colonial, racista e capitalista imposta como universal através da colonização e que oculta a pluralidade de mundos, instituindo uma única forma válida de se relacionar com a Terra, a capitalista.

A partir dos mundos indígenas, Krenak pontua a diversidade de formas de conceber o humano. Os povos de diferentes regiões, segundo o autor, “sempre reconheceram na chegada do branco o retorno de um irmão que foi embora há muito tempo, e que indo embora se retirou também no sentido de humanidade que nós estávamos construindo” (Krenak, 2015d, p. 162). E nesse sentido, na crítica da ideia de “nação” está presente também uma crítica à ideia de “humanidade” estabelecida pela colonização e permanentemente reafirmada até o presente. Como seríamos uma nação se somos humanidades tão diversas, se temos perspectivas sobre o mundo tão diferentes, se não há o reconhecimento um do outro?

É nesse sentido que alcançamos algumas das diferenças fundamentais entre as reflexões dos nossos autores. No questionamento da ideia de “humanidade” conforme concebida de modo restrito pelo pensamento ocidental, Krenak expande as fronteiras ontológicas e epistemológicas para considerar nossas relações num espaço mais amplo, que compreende a percepção de diferentes mundo e humanidades com distintas formas de compreensão e relacionamento com outros seres vivos não humanos, inclusive e sobretudo a “natureza”. Nesse sentido, é a Terra, mais do que o Brasil, que está no cerne das suas inquietações teórico-políticas. Imaginar novos horizontes civilizatórios passa, segundo o autor, por repensar a ideia de humanidade e a nossa

somos contra naturalmente, assim como o vento vai fazendo o caminho dele, assim a água do rio faz o seu caminho, nós naturalmente fazemos um caminho que não afirma essas instituições como fundamentais para a nossa saúde, educação e felicidade” (Krenak, 2015d, p. 166-167).

relação com a Terra, situando-nos como parte dela, antes de pertencer a um Estado nacional. Talvez essa seja uma das questões defendidas pelos povos indígenas no processo constituinte, uma vez que, conforme observou Florestan Fernandes, “a sociedade brasileira ainda não é suficientemente democratizada para aceitar” tal reivindicação (Brasil, 1987a, p. 138).

Cabe-nos lembrar que a imaginação política e sociológica de Florestan Fernandes também não se restringia aos limites dados pela sociedade capitalista e pela organização política do poder burguês naqueles anos de 1980. Sua defesa das “revoluções dentro da ordem”, que seriam necessárias para a universalização dos direitos e da participação no âmbito de uma democracia burguesa de base ampliada, visava, no limite, à própria revolução dessa ordem, na direção de um processo popular de “construção de um Brasil antielite e anti-imperialista”. Se nossos autores se distanciam em termos dos pressupostos ontológicos que conformam suas reflexões, eles convergem na observação de que a transcendência da ordem posta é um requisito necessário para a construção de um Brasil democrático que contemple as perspectivas e os direitos dos sujeitos que foram constantemente excluídos da sua formação como “nação”. Os desafios que essas perspectivas de futuro lançam à realidade política brasileira constituem, ainda, questões fundamentais para a democratização da sociedade brasileira nestas primeiras décadas do século XXI.

Referências

- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias. Ata da 4ª Reunião, 23 abr. 1987. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, maio 1987a.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Subcomissão dos negros, populações indígenas, pessoas deficientes e minorias. Ata da 11ª Reunião, 5 maio 1987. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte**, maio 1987b.
- BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro**. Brasília: MEC: UNESCO: Museu Nacional, 2006.
- CAMPOS, Antonia Junqueira Matos. **Interfaces entre sociologia e processo social**: a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa Unesco em São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- COSTA, Diogo Valença; SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes Critical Sociology**: a Social Theory of Brazil and Latin America. New York: Routledge, 2024.
- COSTA, Diogo Valença. Olhares sobre Florestan Fernandes: trincheiras da sociologia crítica e militante. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença (org.). **Florestan Fernandes**: trajetória, memórias e dilemas do Brasil. Chapecó: Marxismo 21, 2021. p. 199-219.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na constituição. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 429-443, 2018.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. Os Tupi e a reação tribal à conquista. In: FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Global, 2009. p. 22-43.

FERNANDES, Florestan. O significado histórico da Constituinte. In: **Florestan Fernandes na constituinte**. Leituras para reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014a. p. 50-52.

FERNANDES, Florestan. O uso da iniciativa popular. In: **Florestan Fernandes na constituinte**. Leituras para reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014b. p. 64-67.

FERNANDES, Florestan. O processo constituinte e a iniciativa popular. In: **Florestan Fernandes na constituinte**. Leituras para reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014c. p. 129-134.

FERNANDES, Florestan. Perspectivas socialistas na constituição. In: **Florestan Fernandes na constituinte**. Leituras para reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014d. p. 97-102.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). “Não foi um acidente”, diz Ailton Krenak sobre a tragédia de Mariana. Povos Indígenas no Brasil. São Paulo, 9 nov. 2016. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nao-foi-um-acidente-diz-ailton-krenak-sobre-a-tragedia-de-mariana?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 14 jun. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. A União das nações indígenas. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015a. p. 20-29.

KRENAK, Ailton. Discurso na Assembleia Nacional Constituinte. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015b. p. 30-35.

KRENAK, Ailton. Receber sonhos. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015c. p. 78-113.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015d. p. 158-167.

KRENAK, Ailton. O movimento indígena e a Constituição de 1988. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015e. p. 216-227.

KRENAK, Ailton. “Comece a mudança por você mesmo”. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015f. p. 228-235.

KRENAK, Ailton. “Eu e minhas circunstâncias”. In: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015g. p. 236-259.

KRENAK, Ailton. A potência do sujeito coletivo - Parte II. **Revista Periferias**, Rio de Janeiro, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://revistaperiferias.org/materia/apotencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>>. Acesso em: 14 jun. 2026.

KRENAK, Ailton. Os vencidos não se entregaram: entrevista com Ailton Krenak. In: MILANEZ, Felipe; SANTOS, Fabricio Lyrio. **Guerras da conquista**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021. p. 239-266.

KRENAK, Ailton. **Florestan Fernandes**: Contribuições à luta antirracista no Brasil. Fundação Perseu Abramo, 14 jul. 2020. 1 vídeo (1 h 25 min 17 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iPGNTsZTt8Q>>. Acesso em: 14 jun. 2026.

KRENAK, Ailton. **Live de lançamento de “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”**. Editora Contracorrente, 30 mar. 2022. 1 vídeo (1 h 48 min 46 seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=s-KMBmgt5g>>. Acesso em: 14 jun. 2026.

LOPES, Danielle Bastos. **O Movimento Indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MILANEZ, Felipe; SANTOS, Fabricio Lyrio. **Guerras da conquista**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PORTELA JR., Aristeu. Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil. *In*: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença (org.). **Florestan Fernandes**: trajetória, memórias e dilemas do Brasil. Chapecó: Marxismo 21, 2021a. p. 297-315.

PORTELA JR., Aristeu. Relações Raciais e Identidade Nacional no Brasil: da Nação (ambiguamente) mestiça à Nação multicultural e pluriétnica. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, v.1, n. 34-35, p. 207-234, 2021b.

SILVEIRA, Maria de Fátima. **“Oprimidos, pero no vendidos”**: emergência indígena no Brasil contemporâneo. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SILVEIRA, Maria de Fátima; HIRANO, Sedi. Os tupinambá e uma nova interpretação da conquista na antropologia de Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 2, n. 26, p. 35-58, 2020.

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes**: o militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.

SZTUTMAN, Renato. Prefácio - Florestan tupinólogo. *In*: FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Contracorrente, 2022. p. 9-52.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Alguma coisa vai ter que acontecer”. *In*: COHN, Sérgio (org.). **Encontros**: Ailton Krenak. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015. p. 8-19.

Recebido em: 31/3/2025

Aceito em: 13/5/2026

Artigos

O PRESTÍGIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE: contradições da ampliação do mercado de interpretação do mundo social no Brasil contemporâneo

THE PRESTIGE OF SOCIAL SCIENCES TODAY: contradictions in the expansion of the market for interpreting the social world in contemporary Brazil

Michel Nicolau Netto*

Resumo

As ciências sociais sempre enfrentaram a desconfiança da sociedade. Nos últimos anos, elas passaram a sofrer ataques que colocaram em xeque a própria confiança de seus praticantes em seu prestígio social. Este artigo argumenta que as ciências sociais acadêmicas perderam o monopólio que detinham no campo mais amplo das ciências sociais, pois, no período recente, houve uma ampliação do mercado de interpretação do mundo social. As implicações disso ainda são incertas. Mas defendo, com base em um amplo conjunto de dados empíricos, que é mais provável que as ciências sociais acadêmicas tenham ganhado relevância como fonte de legitimidade para os cientistas sociais não-acadêmicos ou semiacadêmicos, tendo havido, portanto, um aumento do prestígio das ciências sociais na contemporaneidade, e não a redução de sua importância.

Palavras-chave: Ciências sociais. Universidade. Influenciadores. Campo.

Abstract

Social sciences have always faced society's skepticism. In recent years, they have been under attack, calling into question the confidence of their practitioners regarding their social prestige. This article argues that academic social sciences have lost the monopoly they once held in the broader field of social sciences, as there has been a recent expansion in the market for interpreting the social world. The implications of this shift are still uncertain. However, based on a wide range of empirical data, I argue that it is more likely that academic social sciences have gained relevance as a source of legitimacy for non-academic or semi-academic social scientists. Therefore, there has been an increase in the prestige of social sciences in contemporary times rather than a reduction in their importance.

Keywords: Social sciences. University. Influencers. Field.

* É professor livre docente do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp. Doutor em sociologia pela Unicamp, com estágio de doutorado na *Humboldt Universität* de Berlim, e pós-doutorado em sociologia pela Unicamp. Foi *visiting scholar* no ILAS/Columbia University (EUA), *visiting fellow* na *London School of Economics and Political Science* (Inglaterra) e professor visitante na ENS Paris-Saclay (2025), tendo sido também diretor-associado do IFCH/Unicamp (2021-2025). É membro do Centro de Sociologia Contemporânea, líder do Grupo de Estudos em Pierre Bourdieu (GEBU) e participante do eixo “Transições ambientais na era do Antropoceno”, do *International Research Laboratory* “Mundos em transição” (CNRS/USP). Seus principais interesses de pesquisa são as reconfigurações da nação na globalização, classe social, práticas culturais e distinção. Fez pesquisas recentes, a partir desses interesses, sobre práticas culturais e classes sociais, megaeventos esportivos, turismo e mercado internacional de música. Seu livro mais recente é *Distinção e Globalização* (com Renato Ortiz e Miqueli Michetti, Fino Traço/FAPESP, 2023). E-mail: mnicolau@unicamp.br.

Introdução

Em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, Durkheim afirma que não importa quão desenvolvida seja uma ciência, ela só pode ter êxito se tiver “suficiente autoridade”. Se as pessoas não tiverem “fé” nela, “nenhuma demonstração científica terá influência sobre os espíritos” (Durkheim, 1996, p. 213). Os cientistas sociais parecem sentir uma perda dessa “fé”, e tem se tornado comum o diagnóstico de que sua profissão tem perdido prestígio. Alguns atribuem isso aos ataques recentes que os cientistas sociais sofreram, em especial durante o governo Bolsonaro no Brasil¹; outros relacionam a pautas identitárias de grupos de esquerda²; há os que atribuem ao liberalismo³. De pontos de vista diferentes, todos compartilham um sentimento, que se tornou quase uma identidade profissional. Tudo se passa como se estivéssemos vivendo uma nova crise dos intelectuais, mas agora de outro modo. Não traímos a sociedade (Benda, 2007), mas a sociedade nos traiu e não crê mais em nós.

Trata-se de um sentimento disperso e como tal dispensa demonstração para ser crível. Com isso, pouco se discutem os termos dessa perda de prestígio e não se questiona se é adequado o diagnóstico. Este texto busca contribuir para esse debate propondo analisar as ciências sociais de forma mais ampla, para além da universidade, como um campo no sentido de Pierre Bourdieu (2021), no qual a universidade está posicionada. Ao fazê-lo, busca compreender os termos dessa suposta perda de prestígio. Para tanto, vou analisar a circulação do conhecimento em ciências sociais hoje e buscar compreender a relação desse conhecimento com o subcampo acadêmico. Minha conclusão é que não há uma perda de prestígio das ciências sociais. Ao contrário, o que se notará é o aumento da circulação dos conhecimentos das ciências sociais e sua maior relevância na sociedade brasileira contemporânea. Ao mesmo tempo, as ciências sociais acadêmicas perdem o monopólio do mercado de interpretação do mundo social, e o fenômeno que se observa é uma ampliação desse mercado, que se torna mais competitivo com a entrada de novos agentes.

¹ Esse diagnóstico se torna objeto de reflexão nas ciências sociais. Na Anpocs 2023, uma mesa propunha estudar o ensino e a formação das ciências sociais no Brasil no período pós-Bolsonaro. Seu ponto de partida é justamente a existência de um “desprestígio das humanidades”. Ver: https://www.encontro2023.anpocs.com/trabalho/view?ID_TRABALHO=7952.

² Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/parece-revolucao-mas-e-so-neoliberalismo/>.

³ Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/por-que-as-ciencias-humanas-perderam-prestigio-na-sociedade-liberal/>

A presença das Ciências Sociais

Embora um sentimento disperso, a crença no desprestígio das ciências sociais tem base em indicadores reais que precisam ser reconhecidos. Em primeiro lugar, o ataque que essas ciências sofreram recentemente é marcante. As ciências sociais são em alguns momentos tachadas como irrelevantes, incapazes de produzir benefícios para a sociedade e bons postos de trabalho para seus egressos⁴. Em outros momentos, são vistas como reprodutora de ideias de esquerda, incapazes de lidar com as contribuições rivais. Nesse sentido, seriam ideológicas, cujo objetivo único seria doutrinar mentes inocentes⁵.

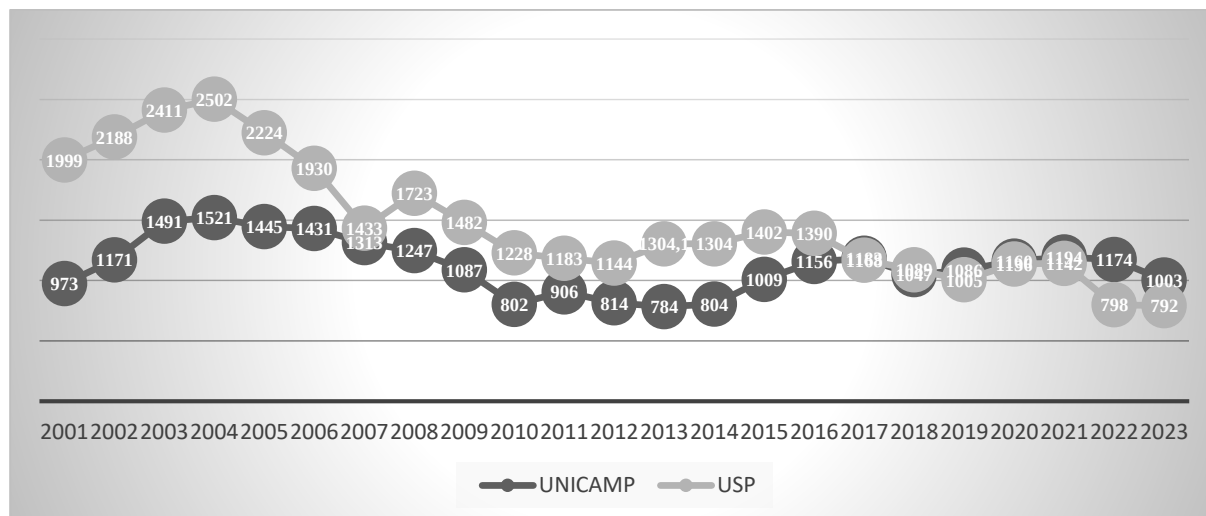
Irrelevantes e/ou ideológicas: os ataques questionam o prestígio das ciências sociais, o que produziria uma perda do interesse pela área. De fato, alguns dados parecem confirmar esse diagnóstico. Se compararmos os anos de 2015 e 2019, vemos que houve uma redução de 47% no número de ingressantes em cursos de graduação em ciências sociais no Brasil⁶. Esse número parece confirmar uma relação de causa e efeito entre os ataques e a perda do prestígio das ciências sociais. Contudo, dados de ingressantes podem significar questões relativas a ofertas de curso, não de interesse. O número de candidatos é um indicador melhor para medir o prestígio das ciências sociais, uma vez que indica a busca, não o sucesso do candidato ou a oferta dos cursos. Se fizermos isso e analisarmos uma série mais ampla do que anos relativos a Bolsonaro, podemos ter um diagnóstico mais complexo. Não tenho dados sobre o Brasil como um todo e, por isso, restrinjo a amostra a duas universidades de São Paulo: USP e Unicamp. Embora seja uma amostra extremamente limitada, é importante destacar que essas são duas importantes universidades brasileiras e seus cursos de ciências sociais estão entre os mais reconhecidos. Ou seja, em lugares de prestígio em ciências sociais.

Ampliemos a análise para todo o século, de 2001 e 2023. Vemos no Gráfico 1 que há uma tendência de queda na quantidade de candidatos nos vestibulares da Fuvest e da Comvest para os cursos de ciências sociais das duas universidades.

⁴ Foi neste sentido que A. Weintraub afirmou que o “objetivo de seu governo” “é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”.

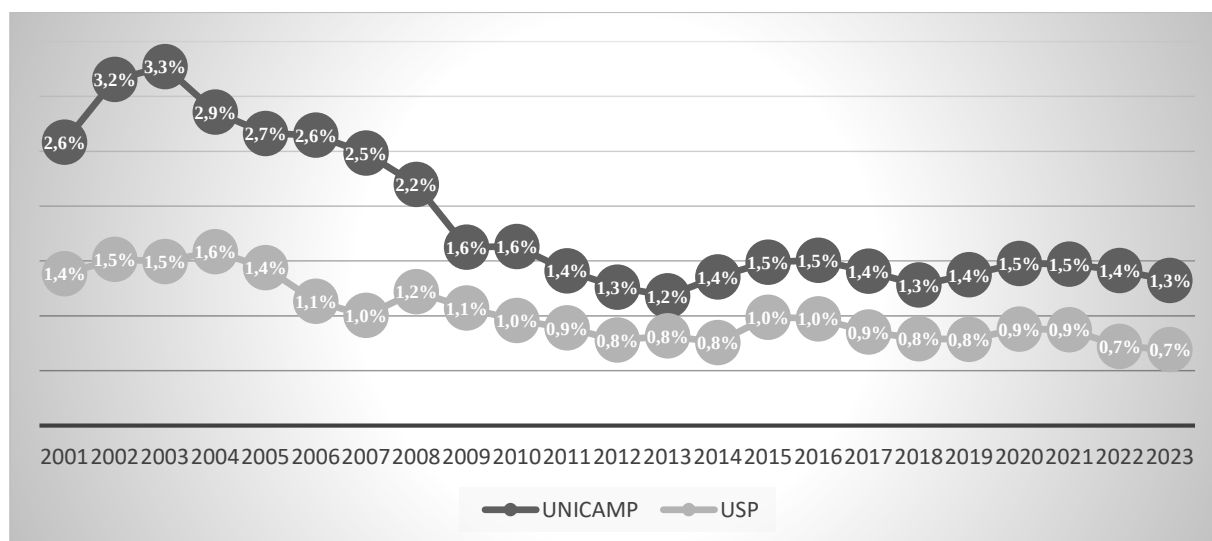
⁵ Essa visão é compartilhada pela extrema direita, que resume as ciências sociais ao termo macarrônico de marxismo cultural. Mas mesmo quem não é desse campo olha as ciências sociais com a mesma suspeita, afirmando que ela exclui ideias que não sejam de esquerda. Ver, por exemplo, a entrevista com Francisco Bosco (<https://www.leiaisso.net/827wj/>).

⁶ Ver: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/demanda-por-cursos-de-filosofia-e-ciencias-sociais-despenca-no-pais.shtml> e <https://exame.abril.com.br/brasil/10-numeros-que-mostram-como-esta-o-ensino-superior-no-brasil/>.

Gráfico 1: Trajetória de candidatos aos cursos de Ciências Sociais na USP e na Unicamp

Elaboração própria com base em <https://acervo.fuvest.br/?t=vestibular> e <https://www.comvest.unicamp.br/>

É importante considerar que esses dados não demonstram se a queda é específica da área das ciências sociais ou se pode estar atrelada a um declínio no interesse pelo ensino superior. De fato, em 2023 se inscreveram no vestibular da Fuvest 114.342 candidatos. Esse número chegou a ser, em seu pico na série analisada, de 172.037, em 2014. No caso da Comvest, em 2023 houve 69.831, sendo que o pico se deu em 2018, com 84.718 indivíduos. Dessa forma, há uma queda generalizada e precisamos controlar os dados para saber o que é específico das ciências sociais. Para tanto, mais prudente é comparar a taxa dos candidatos de ciências sociais em relação ao total de candidatos nos vestibulares. O Gráfico 2 mostra que, embora a queda possa ser generalizada, ela é mais perceptível em ciências sociais.

Gráfico 2: Trajetória da taxa de candidatos aos cursos de Ciências Sociais na USP e na Unicamp em relação ao total de candidatos dessas universidades

Elaboração própria com base em <https://acervo.fuvest.br/?t=vestibular> e <https://www.comvest.unicamp.br/>

Se observarmos os dados de perto, notaremos que as tendências das universidades são muito parecidas. Em relação ao pico, na Unicamp ele ocorre em 2003, quando 3,3% dos candidatos na Comvest concorriam ao curso de ciências sociais. Na USP, ocorre em 2004, quando eram 1,6%. Também o nível mais baixo é similar: 2023 é o ano de menor taxa na USP e de segunda menor na Unicamp.

Esses dados colocam o debate anterior sob outra perspectiva. A se fiar nessas duas universidades, o que notamos é que a queda de interesse pelo curso de ciências sociais é real, mas bastante anterior aos anos Bolsonaro. Entre 2018 e 2023, a variação é pequena, com alguma relevância nos anos de 2021 e 2022. Como nesses anos a variação é maior em relação ao número absoluto (Gráfico 1) do que ao número relativo (Gráfico 2) dos candidatos de ciências sociais, ela deve se explicar mais pelas consequências da pandemia de covid-19 do que pelo interesse na área.

É importante ter precisão no que encontramos: uma perda de interesse em cursar ciências sociais. Mas isso permite pensar que há uma perda de prestígio das ciências sociais na sociedade contemporânea? As pessoas buscam seus cursos por diversas razões, das mais às menos conscientes. O prestígio da área pode ser um, mas certamente não é o único. Mercado de trabalho, ampliação de ofertas de curso, origem de classe social, entre tantas outras podem também explicar esses dados. É preciso, então, buscar essa resposta em outro lugar. Caso houvesse uma perda de prestígio, seria de se esperar que as ciências sociais desaparecessem do debate público. O fato, inclusive, de serem atacadas pode ser um indício de sua própria legitimidade, uma vez que toda forma de ataque depende do reconhecimento de quem é atacado. Testemos isso com base em dois conjuntos de dados. O primeiro se refere aos discursos dos detratores, o segundo, a uma análise quantitativa de menções na Folha de São Paulo de termos ligados a conceitos centrais das ciências sociais.

Começemos por dois detratores. A importância deles se dá por demonstrar que até para serem atacadas, as ciências sociais são mobilizadas, evidenciando seu prestígio. O primeiro deles é Ernesto Araújo, antigo ministro das relações exteriores sob Bolsonaro. Araújo (2017) argumenta que o fim da Guerra Fria não representou o fim do comunismo, que continua a ser gestado ideologicamente pelo “marxismo cultural”. Essa ideologia seria pregada nas universidades e se espalharia globalmente por agências multilaterais formativas do que ele denomina globalismo. O ex-chanceler se dedica, em grande parte de seus textos e discursos, a desmontar as bases dessa suposta ideologia. A quantidade de autores com os quais ele discute

é marcante: de Marx e Hegel, a Nietzsche e Lacan, e seu pensamento é muitas vezes embasado nos próprios diagnósticos daqueles que ele quer criticar. Pego, como exemplo, o uso que faz de Herbert Marcuse em um discurso proferido em um dos mais importantes *think tanks* conservadores do mundo, o Heritage, em Washington (Cavalcante; Chaguri; Nicolau Netto, 2021). Ali ele propõe que o ocidente se afastou de Deus e gerou aquilo que Marcuse (2008) chamou de o “homem unidimensional”, que se define como aquele desprovido de simbologia, meramente um homem racional. Ao contrário de Marcuse, Araújo entende essa simbologia enquanto símbolos religiosos. Ou seja, o homem unidimensional seria aquele que teria retirado Deus de nossos corações e mentes. Não importa a distorção que faz; o fato é que Marcuse é quem lhe dá a chave de análise para defender a volta da centralidade do cristianismo⁷.

O segundo detrator, Abraham Weintraub, ex-ministro da educação de Bolsonaro, também era afeito a mobilizar cientistas sociais. Em uma conferência em 2018⁸, ele defendeu que o capitalismo no Brasil não avançaria devido a uma questão cultural. Para tanto, sua principal referência foi Max Weber. Distorcendo o pensamento do alemão, Weintraub afirmou que Weber teria demonstrado que apenas os países ocidentais, herdeiros da “cultura” protestante, teriam tido a condição de desenvolver uma forma de pensamento que poderia levar ao desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, ele faz referência à tese de Samuel Huntington, outro cientista social, de que vivemos em um choque de civilizações, no qual a salvação do mundo se daria pela vitória do Ocidente sobre o Oriente. No caso do Brasil, então, seria necessária uma mudança cultural que alie o país aos “princípios” ocidentais – lidos como cristãos e conservadores – se afastando da influência de outras culturas. É com base nisso que há a condenação de políticas da diferença, do multiculturalismo e de formas de diversidade sexual e religiosa. Weber, aliás, é o autor frequente entre os detratores, sendo também usado para fundamentar os argumentos a favor das propostas do Programa Escola Sem Partido⁹.

⁷ A importância de Marcuse para Araújo é demonstrada pela grande volta que o brasileiro precisa dar para condená-lo. Se o diagnóstico do filósofo está certo, ele esconderia um projeto. Marcuse não descrevia um fenômeno ou um processo, mas buscava impor na sociedade aquilo que ele fingia condenar, o próprio homem unidimensional. Nas palavras do ex-ministro: “ele escreveu aquele livro nos anos 60 denunciando a sociedade de consumo, mas seu real problema era estabelecer o homem unidimensional” (Araújo, 2019).

⁸ Em minha última busca (13/1/2020), notei que o vídeo dessa conferência foi retirado do Youtube. O endereço em que estava é o seguinte: <https://www.youtube.com/watch?v=CbJa6B77FdY>.

⁹ Sobre isso, ver “Programa Escola sem Partido”: uma janela fundamentalista. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/programa-escola-sem-partido-uma-janela-fundamentalista/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Passemos ao segundo conjunto de dados, que indica a presença das ciências sociais nos debates públicos. Olhemos para a Folha de São Paulo como um indicador de assuntos que circulam na esfera pública. Na base de dados do jornal, observei a frequência dos termos “classe social”, “racismo”, “ciências sociais”, “sociologia” em cinco quinquênios: 1995-2000, 2000-2005, 2005-2010, 2010-2015, 2015-2020. Esses termos foram escolhidos como representantes de debates típicos das ciências sociais. Especialmente os dois primeiros termos não são exclusividade das ciências sociais, mas nada é, uma vez que as ciências sociais falam sobre o mundo. Contudo, racismo e classes sociais são termos centrais às ciências sociais e, se eles estiverem circulando mais amplamente no debate público, isso pode indicar a amplitude das próprias ciências sociais. O que notamos na tabela 1 é justamente um grande crescimento da presença desses termos no jornal, em especial no último quinquênio:

Tabela 1 - trajetória de menções a termos selecionados no jornal Folha de São Paulo

	Classe Social	Racismo	Ciências Sociais	Sociologia
1995-2000	26	206	18	140
2000-2005	46	368	37	212
2005-2010	20	309	16	229
2010-2015	241	496	172	296
2015-2020	477	2771	1300	1146

Elaboração própria com base em <https://acervo.folha.com.br/index.do>.

Esses dados indicam a relevância das ciências sociais na contemporaneidade, algo que encontra respaldo no recente sucesso editorial de autores e autoras da área. Alguns colegas se dedicaram ao estudo de autores conservadores que se tornaram best-sellers, especialmente nos anos anteriores ao golpe contra Dilma Rousseff (Silva, 2018; Rodrigues, 2018; Cavalcante, 2015). Mas podemos notar mais recentemente que autores e autoras progressistas também se tornaram sucesso nas gôndolas das livrarias e nos sites de venda de livro. Segundo dados da Publishnews, que apenas contabiliza venda de livros em livrarias físicas, em 2018 dois autores desse campo apareciam entre os mais vendidos de livros de não-ficção: Jessé Souza e Marcia Tiburi (Chimamanda Ngozi Adichie também aparecia na lista, mas em 2017)¹⁰. Se olharmos para os livros mais vendidos na Amazon em 13/04/2021, na lista geral de não-ficção aparecem Djamila Ribeiro e Silvio Almeida.

¹⁰ Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/ranking>. Acesso em: 8 jan. 2020.

Temos até aqui, portanto, dados contraditórios. O curso universitário de ciências sociais perde o interesse ao mesmo tempo em que as ciências sociais se tornam mais presentes e, talvez já possa dizer, prestigiadas no debate público. O próximo item busca dar sentido a essa contradição.

O crescimento do mercado de interpretação do mundo social e seus novos agentes

Se os dados indicam que as ciências sociais não estão ausentes dos debates públicos, precisamos saber quais ciências sociais estão nesses debates. Os dados a seguir nos dão algumas pistas. O primeiro conjunto de dados tratará do universo de publicações em livro. A estratégia é observar quais são os livros mais vendidos da área. Embora o ideal seria trabalhar com os livros mais lidos e mais comentados, os dados que pude levantar são limitados aos mais vendidos. De toda forma, serem mais vendidos é um bom indício de sua popularidade. A lista que apresento observa os 100 livros, categorizados como política, filosofia e ciências sociais, mais vendidos pela Amazon do Brasil¹¹. A pesquisa foi feita no dia 13 de abril de 2021 e ela se refere aos mais vendidos na semana anterior¹².

Em minha amostra, encontrei 22 autores brasileiros, que serão analisados a seguir. São eles:

Tabela 2 - Autores brasileiros mais vendidos na Amazon.com.br classificados em política, filosofia e ciências sociais em 13/04/2021¹³

Djamila Ribeiro	Clóvis de Barros Filho
Silvio Almeida	Malu Gaspar
Henry Bugalho	Daniela Arbex
Lélia Gonzalez	Luís Roberto Barroso
Luiz Felipe Pondé	Ciro Gomes
Ailton Krenak	Patricia Campos Mello
Sabrina Fernandes	Sidnei Nogueira
Jessé Souza	Alessandra Devulsky
Bruno Paes Manso	Monica Baumgarten de Bolle
Ana Caroline Campagnolo	Carla Akotirene
Darcy Ribeiro	Celso Furtado

Elaboração própria com base em www.amazon.com.br.

¹¹ A Amazon representa 50% da venda de livros no Brasil, segundo dados de 2023, o que a torna uma boa fonte de dados. Ver: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/05/amazon-ja-e-dona-de-mais-da-metade-do-mercado-de-livros-no-brasil.ghtml>.

¹² Embora tenha tentado, não consegui uma lista melhor. Busquei dados na Câmara Brasileira do Livro e no Sindicato Nacional de Editores de Livros. Ambos disseram que não possuíam listas de livros mais vendidos, muito menos por gênero. O Sindicato me indicou procurar a Nielsen, que produz dados para o setor. Assim o fiz e até 13 de junho de 2024 não obtive resposta.

¹³ As análises que faço sobre esses autores é baseada naquele momento. A situação deles pode ser diferente hoje.

Vamos olhar esses autores buscando primeiro compreender o vínculo com a universidade. A questão que me ocupa é saber se as ciências sociais que são sucesso editorial se relacionam com essa instituição. Em seguida veremos os meios de divulgação de seus trabalhos.

Em relação ao vínculo, começamos por entender o nível educacional do conjunto. Todos fizeram graduação, 60% deles possuem doutorado e outros 15% possuem somente o mestrado. Dos que possuem doutorado, quase todos adquiriram o título em universidades de prestígio: 70% nas grandes universidades públicas brasileiras, 20% em universidades estrangeiras e 10% em fundações. São também pessoas que, em sua maioria, mantêm vínculo atual e permanente, embora não exclusivo, com a universidade: 50% são professores ou pesquisadores em universidades, 4,55% são estudantes e 45,45% não possuem vínculo¹⁴. Da mesma forma, parecem observar as regras do campo acadêmico. Excluindo os autores que já morreram, temos que 73,68% de todos os autores possuem currículo Lattes. Até aqui, portanto, podemos pensar que estamos tratando de intelectuais acadêmicos.

Quando, contudo, nos aprofundamos em suas produções isso parece se modificar. Enfoquemos o Lattes, pois tê-lo é a carteira de identidade do pesquisador acadêmico. Agora me restrinjo aos autores vivos para notar que 26,32% deles não possuem Lattes. Outros 36,84%, ainda que possuam, não o atualizam há mais de dois anos (alguns há mais de 10 anos). De todo o corpus, apenas 26,32% dos autores atualizaram o Lattes nos últimos 12 meses. Se, então, olharmos para suas produções escritas, o afastamento das regras acadêmicas se torna mais marcante: 52,63% nunca publicaram um artigo em revista acadêmica; 10,53% publicaram o último artigo há mais de 10 anos. Apenas 15,79% publicaram artigos em revistas acadêmicas nos últimos dois anos. Ou seja, quase 85% dos autores – excluindo os que não estão vivos – organizam suas carreiras distantes das regras acadêmicas¹⁵. Isso nos permite classificar os intelectuais em três grupos. Chamo de acadêmicos os autores que possuem doutorado, vínculo permanente (mesmo que não exclusivo) com a universidade e que publicaram ao menos um artigo acadêmico nos últimos 5 anos. Chamo de semiacadêmicos aqueles que mantêm vínculo com a universidade, mas não de forma permanente. Ou seja, circulam frequentemente em palestras, dão cursos, muitas vezes estão nos programas de disciplinas, mas não possuem

¹⁴ Quando o autor já havia morrido, considerei a maior parte de sua carreira.

¹⁵ A importância que damos ao Lattes nas universidades o torna um bom índice para se compreender o vínculo intelectual dos autores com as regras acadêmicas.

contratos estáveis. Também não publicaram artigos acadêmicos nos últimos 5 anos. Chamo de não-acadêmicos os que não publicaram artigos acadêmicos nos últimos 5 anos e não possuem vínculos com a universidade. Nesses termos, apenas 15% de minha amostra pode ser classificada como acadêmica.

Se a relação com a universidade distingue os autores, eles são muito semelhantes em suas atuações na mídia. Naquele mesmo 13 de abril de 2021, 81,82% da amostra possuía uma página na Wikipedia, sendo que 63,64% em mais de uma língua. Também estavam presentes na TV e no jornal (quase 95% entre os vivos estão constante ou frequentemente na TV e escrevem em jornais). Em relação à internet, o mais raro é terem canais no Youtube (26,32%), mas em relação às mídias sociais é quase uma unanimidade: 89,47% possuem conta no Facebook, o mesmo número de contas no X; 100% possuem Instagram.

Ao menos com base nessa amostra, temos um cenário no qual os intelectuais que mais vendem livros em ciências sociais, política e filosofia na Amazon.com.br se vinculam com intensidades diferentes com a universidade, mas estão totalmente integrados às formas contemporâneas de circulação de ideias. Pode-se dizer que são todos nossos egressos, alguns poucos nossos colegas e todos capazes de falar com um público que ultrapassa o público acadêmico.

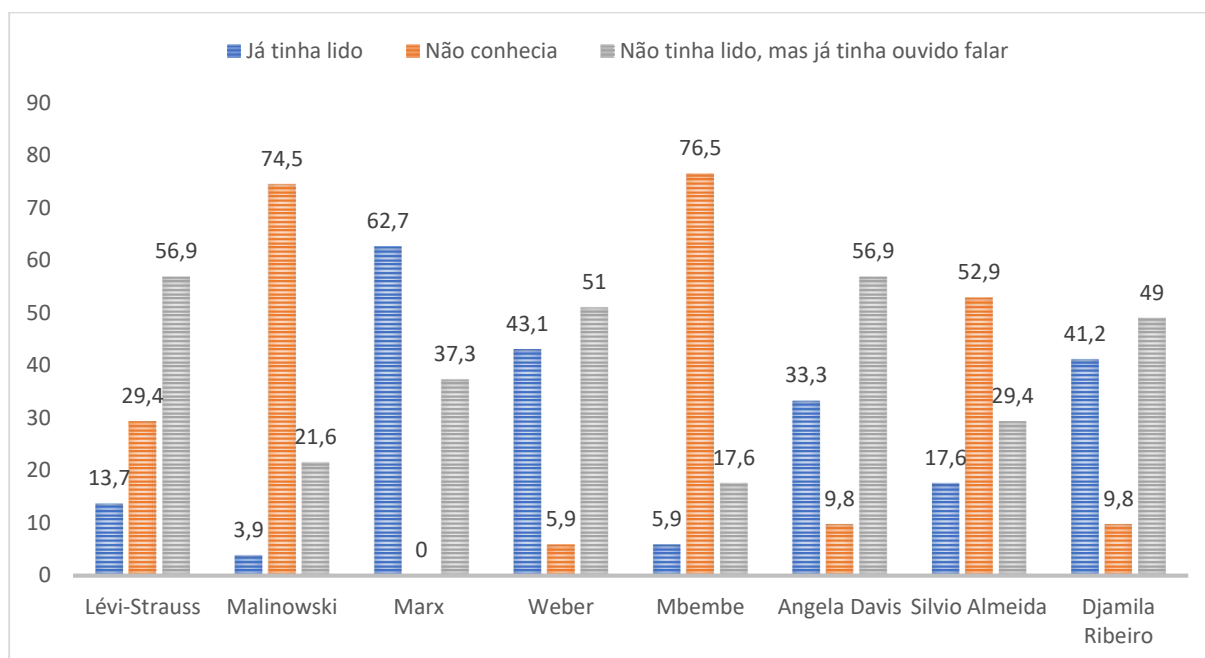
Isso pode estar de acordo com algumas tendências contemporâneas. Em uma pesquisa feita por Isolda Santiago dos Santos (2024) com alunos ingressantes do curso de ciências sociais na Unicamp em 2023, ela perguntou o “meio pelo qual os respondentes tiveram maior contato com as temáticas das ciências sociais” e, em seguida, o segundo meio. Entre 110 estudantes, 51 responderam ao questionário. O primeiro meio mais mencionado foi “disciplinas escolares” (47,1%) e, em seguida, “redes sociais” (19,6%). O segundo meio foi “redes sociais” (29,4%) e, em seguida, “disciplinas escolares” (25,5%) (Santos, 2024, p. 71). Esses dados demonstram a importância da escola, como já se esperava. Contudo, o destaque é a importância das redes sociais. Elas são a primeira ou segunda principal fonte de conhecimento sobre as ciências sociais para 49% da amostra. Bem à frente dos livros, por exemplo (27,4%).

Isso está em linha com a expansão do mercado de intelectuais em redes sociais. Como vimos, todos os best-sellers mencionados acima possuem uma presença relevante nas redes sociais. A pesquisa de Santos (2024, p. 76) tentou encontrar dados para isso medindo conhecimento e interesse dessa amostra pelos canais de Sabrina Fernandes, Jones Manuel, Chavoso e Café com Sociologia. Para cada um, ela apresentava as alternativas: “conhecia”,

“conhecia e acompanhava” e “não conhecia”. Apenas 3,9% da amostra dizia não conhecer nenhum desses canais, enquanto 11,7% diziam conhecer e acompanhar todos eles. 78,4% disseram acompanhar ao menos um dos quatro canais. Chavoso era o mais conhecido e o mais acompanhado, enquanto Sabrina Fernandes (a única que está na nossa lista de best-sellers) é a menos conhecida, embora quase 40% ainda a conheçam.

Esses dados podem ser contrapostos a outros. Santos (2024) também investigou o grau de conhecimento de seus respondentes sobre um conjunto de autores. No gráfico 3 apresento uma seleção desses autores. É importante notar que sua pesquisa lidou com ingressantes, ou seja, pessoas que ainda não foram ambientadas no meio acadêmico.

Gráfico 3 - Conhecimento sobre autores entre os ingressantes no curso de graduação em Ciências Sociais da Unicamp em 2023



Elaboração própria com base em gráfico de Santos (2024, p. 73).

Lévi-Strauss, Malinowski, Marx e Weber são autores clássicos das ciências sociais e foram escolhidos por Santos justamente porque são obrigatoriamente ensinados nos cursos introdutórios da Unicamp. Mbembe e Angela Davis também são autores acadêmicos, frequentemente ensinados nas universidades, mas que têm adquirido maior presença nos programas curriculares recentemente. Já Silvio Almeida e Djamila Ribeiro são, como vimos, sucessos editoriais e, em minha classificação, autores semiacadêmicos, cuja presença social ultrapassa bastante o mundo acadêmico. Marx é o autor mais lido, seguido de Weber, o que pode ser consequência da presença da sociologia no ensino médio. Marx, inclusive, é o único

autor que todos conheciam. Contudo, Weber é seguido de perto por Djamila Ribeiro. Em seguida está Angela Davis e, em quarto lugar, o autor mais lido é Silvio Almeida. Os autores da antropologia clássica (Lévi-Strauss e Malinowski) só tinham sido mais lidos do que Mbembe, o autor menos conhecido da amostra. Esses dados mostram que, antes de ingressar em ciências sociais, esse público conhece uma ampla gama de autores, misturando autores clássicos (especialmente da sociologia), emergentes e semiacadêmicos.

A ampliação do mercado de interpretação do mundo social

O conjunto de dados nos revela até aqui que não há perda de prestígio ou de relevância nas ciências sociais, mas que as ciências sociais acadêmicas não reinam mais sozinhas no mercado de interpretação do mundo social. Em outras palavras, o campo das ciências sociais se adensou e a competição aumentou. Se esse é o diagnóstico, podemos agora pensar em suas implicações. Farei isso a partir do tema da autonomia relativa do campo. Diversos textos se ocuparam de questionar se as transformações recentes nas condições de trabalho intelectual estariam levando a sua perda. É isso que Pierre Bourdieu (1997) faz no fim da década de 1990. Naquele momento, Bourdieu estava preocupado com o avanço do neoliberalismo e com novas práticas que afetavam os campos da produção cultural. Se, em suas obras anteriores, o autor nos proporcionou instrumentos para questionar a ilusão existente nos campos, no fim da vida, ele se preocupava com o campo intelectual. Nas conferências publicadas em 1996, o autor reflete sobre “a influência crescente da televisão na produção da informação jornalística e na produção de outros bens culturais” (Setton, 2001, p. 29). Para o autor, a televisão representa “um grande perigo às diferentes esferas da produção cultural, arte, literatura, ciência, filosofia, direito” (Bourdieu, 1996, p. 9). Isso levava a uma mudança nas regras de produção cultural. O acesso dos produtores culturais à televisão tinha como “contrapartida uma formidável censura, uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas (...)” (Bourdieu, 1996, p. 19). Para tanto, os agentes, tais quais os cientistas sociais acadêmicos, precisavam se adaptar às “ideias feitas” e ao “*fast thinking*” (Bourdieu, 1996). Dessa forma, ele via como uma norma externa de produção cultural afetava as formas internas do campo, colocando em xeque sua autonomia.

Essa ideia está presente em um conjunto de textos que consideram o neoliberalismo uma ameaça ao pensamento autônomo. As implicações são várias: modificam-se as formas como nos relacionamos uns com os outros, agora pautados pela competitividade; mudam-se as formas

pelas quais nos relacionamos com as instituições, em busca de maior eficiência; transforma-se nossa relação com nossa produção, agora mais acelerada e medida por indicadores quantitativos (Maia, 2019). Dessa forma, as lógicas econômicas do neoliberalismo se espalham por toda a sociedade e se inserem nos campos do trabalho intelectual.

Embora essas discussões sejam fundamentais, elas pouco se ocupam em compreender a transformação mais ampla do campo das ciências sociais e a posição que ocupam as ciências sociais acadêmicas frente a essas transformações. Para que possamos compreender isso, considerarei a questão da autonomia do próprio campo. Usarei como foco a sociologia para poder me aprofundar em alguns casos, mas a análise pode ser estendida, com outros exemplos, para as outras áreas das ciências sociais. Começamos por historicizar o campo, o que nos leva de imediato a relativizar sua autonomia. Isso porque, se entendermos a autonomia do campo como a capacidade de seus praticantes de agirem apenas em relação a seus pares (Bourdieu, 2021), temos um problema no processo da própria autonomização das ciências sociais. Em verdade, o processo de institucionalização das ciências sociais, ou seja, o “desenvolvimento institucional das disciplinas dentro do sistema acadêmico, com a criação de currículos, de postos de trabalho com ensino e diplomas” (Sapiro, 2018, p. 351), só pode ocorrer por um processo de permissividade do campo ao conhecimento produzido fora dele. Heilbron (2022) nos lembra que não foi o campo das ciências sociais que criou as teorias sociais; ao contrário, elas o antecedem. Dessa forma, quando vão para as universidades, as ciências sociais o fazem levando uma plêiade de autores que produziram suas teorias fora delas. Evidentemente, isso pode ser uma marca do nascimento dessas ciências. Contudo, essa marca se estende na história. Marx, Weber e Durkheim são tidos como fundadores da sociologia. Isso, contudo, já denota uma história das ciências sociais. Ainda em 1937, Parsons (1967) considerava autores centrais da área Weber, Pareto, Marshall e Durkheim. No Brasil, os fundamentos sociológicos antes da segunda metade do século XX são dominados por Durkheim e pela escola francesa (Merkel, 2024). A apresentação da sociologia feita por Fernando de Azevedo em 1935, *Princípios de Sociologia* (1954), demonstra isso. Ela traz uma imensa gama de pensadores europeus e norte-americanos. Durkheim ocupa o centro da obra, é o sociólogo por excelência. Weber aparece apenas em um verbete de poucas linhas ao lado de vários outros intelectuais alemães como representantes da moderna sociologia naquele país. Embora esteja no livro, Marx não está nessa lista, uma vez que não é considerado como alguém que tenha desenvolvido “métodos

genuinamente sociológicos” (Azevedo, 1954, p. 427). Pareto e Simmel têm mais destaque no livro do que os dois clássicos atuais.

Já na década de 1960 isso muda de figura. Em 1967, Florestan Fernandes (1967), propõe um método de investigação em ciências sociais que parte de três matrizes retiradas de Marx, Weber e Durkheim (Ianni, 1996, p. 28). Alguns anos depois, Bourdieu (1972) e Anthony Giddens (1971) também produziram suas teorias e seus métodos a partir da síntese desses três autores. Houve, portanto, um processo de seleção de autores que moldaram a imagem das ciências sociais acadêmicas. Essa história, contudo, não se faz apenas em referência ao campo acadêmico. Ao contrário, ela é feita pela inclusão e a exclusão tanto de acadêmicos quanto de não-acadêmicos. Sabemos que a razão do insucesso de Tarde e Worms na história das ciências sociais (Ortiz, 1989; Consolim, 2008), na disputa com Durkheim, se relaciona com a distância deles da institucionalização acadêmica. Contudo, quando olhamos o estabelecimento da tríade Marx, Weber e Durkheim, vemos que essa institucionalização também se deu pelo ingresso de cientistas sociais não-acadêmicos ou semiacadêmicos no campo acadêmico. Marx é o exemplo mais óbvio, uma vez que sua obra foi produzida antes da institucionalização das ciências sociais na universidade. De fato, Marx não manteve relações permanentes com a universidade após seus estudos e sua obra originalmente foi muito mais ligada ao campo político, ao mercado editorial e ao jornalismo (Stedman-Jones, 2017; Heinrich, 2018). Mas também Weber não pode ser considerado um intelectual tipicamente acadêmico. Especialmente após seu adoecimento em 1898, ele se afasta dos afazeres acadêmicos, só os retomando nos dois últimos anos de vida (Radkau, 2013). Dessa forma, suas obras mais lidas pelos cientistas sociais foram produzidas fora da universidade: a primeira parte de *A Ética Protestante* (2004) é de 1904. Sua conferência, *Ciência como Vocação* (2016), muitas vezes tida como um modelo de atuação para o cientista acadêmico, foi ministrada justamente no ano em que ele voltou a dar aula e um ano antes de sua morte. Portanto, embora estivesse de volta às atividades acadêmicas, Weber analisa aquilo que por anos observou de fora. Se ele produziu sua obra em instituições mais especializadas do que Marx, como o *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, e ajudou a fundar a Sociedade Alemã de Sociologia, sua atuação pode ser considerada para-acadêmica, com intensa circulação nos ciclos intelectuais não acadêmicos de artistas e políticos.

Entre os considerados fundadores da sociologia, Durkheim é a exceção, não a regra. Mais do que um entre três, é em relação a sua imagem que se produz um ideal de cientista social acadêmico. Por isso, como diz Renato Ortiz (1989), ele não é apenas o “herói fundador”, mas

também o arquiteto das ciências sociais acadêmicas. É aquele que busca estabelecer as fronteiras da sociologia com outras áreas: diferente da psicologia (não estudamos as consciências individuais, mas as coletivas), da filosofia (não lidamos com raciocínios genéricos e metafísicos, mas com objetos construídos), da biologia (não lidamos com fatos biológicos, mas sociais) (Lukes, 1973). Mas também busca afastar a sociologia daquilo que Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2007) chamaram de sociologia espontânea, ou seja, as interpretações do mundo social feitas pelo senso comum. Por fim, é dele a imagem do intelectual que precisa “renunciar aos sucessos mundanos, por assim dizer, e (...) assumir o caráter esotérico que convém a toda ciência. Ele ganhará assim em dignidade e em autoridade o que talvez perderá em popularidade” (Durkheim, 2019, p. 151). Durkheim venceu seus competidores e sua vitória representa um movimento que leva as ciências sociais a se tornarem, anos mais tarde, o *métier* típico de acadêmicos.

Isso não é dizer que as ciências sociais acadêmicas realizaram plenamente o projeto de Durkheim (Ortiz, 1989, p. 27), ou seja, se impuseram plenamente sobre as outras formas de interpretar o mundo social. A sociologia acadêmica pode negar a sociologia espontânea, mas não a anula. Afinal, no seu dia a dia, as pessoas mobilizam seus conhecimentos práticos ou os ensinamentos que estão mais à mão para viverem suas vidas, sem precisarem recorrer aos acadêmicos. Contudo, se olharmos para os especialistas, é fato que a partir da segunda metade do século XX a história das ciências sociais se confunde com a história de sua institucionalização acadêmica pelo mundo. O surgimento de periódicos e sociedades de sociologia, que se aceleram e se globalizam após a Segunda Guerra Mundial, se dão em um contexto acadêmico. Seus autores e seus membros são acadêmicos e, quando circulamos em congressos da área, supomos estar entre colegas da universidade. Isso se dá, em especial, a partir das décadas de 1950 e 1970, período que Sapiro (2018) denomina de ouro das ciências sociais. Desde então – e até recentemente –, temos a sensação, bem fundamentada, de que as ciências sociais acadêmicas adquiriram o monopólio do campo das ciências sociais. Embora outras vozes se aventurassem a atuar como cientistas sociais fora das universidades, elas eram pouco ouvidas ou talvez ouvidas apenas em setores específicos. Assessores políticos, membros de movimentos sociais, professores do ensino básico continuaram atuando como cientistas

sociais, mas suas vozes pouco desafiavam as dos cientistas sociais acadêmicos, que mantinham para si o controle das regras e da *doxa* do campo das ciências sociais¹⁶.

É isso que parece ter mudado. Aqui vimos autores de livros e agentes em redes sociais que ostentam a alcunha de cientistas sociais, sem necessariamente atuarem na universidade. Outras pesquisas mostram diferentes formas de atuação dos cientistas sociais. Os *think tanks*, por exemplo, têm sido estudados por vários autores como um desses espaços¹⁷. Lidiane Rodrigues (2018) amplia a análise para os intelectuais que atuam na mídia, os que ela chama de intelectuais-jornalistas e jornalistas-intelectuais.

Esses textos em conjunto com os dados que trago aqui, demonstram, portanto, que as ciências sociais acadêmicas perderam o monopólio do campo. Gostaria de fazer duas reflexões a partir disso. A primeira se refere a perguntar se tudo o que vimos significa uma perda da autonomia do subcampo, ou seja, se as ciências sociais acadêmicas estão perdendo sua capacidade de refração. De fato, em sala de aula ou nos momentos em que atuam fora do espaço acadêmico (como nas redes sociais ou nas mídias), os cientistas sociais são impelidos a debater com autores ou a reagir a temas de fora do subcampo acadêmico. Poucos escrevem sobre isso, mas há uma noção compartilhada de que os estudantes, em especial, nos exigem um conhecimento que não dialoga diretamente com o campo acadêmico. Para termos dados precisos, e não apenas sentimentos, precisaríamos medir quais autores são estudados ou mobilizados nas ciências sociais acadêmicas, algo que não fiz. Contudo, me parece improvável que essa noção revele uma perda da autonomia. É possível, de fato, observar que alguns autores não-acadêmicos ou semiacadêmicos têm sido incluídos na bibliografia dos acadêmicos ou em suas aulas, como é o caso de Krenak, Ana Maria Gonçalves ou Djamila Ribeiro. Outros, contudo, continuam do lado de fora, como Olavo de Carvalho, que, a não ser como objeto, nunca se tornou referência bibliográfica na universidade. Ao estudar a relação entre o trabalho e a autonomia intelectual de professores universitários, João Marcelo Maia (2019) notou que seus entrevistados negociam a autonomia, ou seja, conseguem manter, em certas dimensões de seus trabalhos, um alto grau de autonomia, enquanto em outras não. Algo parecido pode ser

¹⁶ Talvez os jornalistas pudessem ser vistos como concorrentes dos cientistas sociais acadêmicos. Mas eles já eram de uma especialidade à parte, não se chamavam, nem eram vistos como cientistas sociais. Esses eram, de fato, praticamente reservados aos acadêmicos.

¹⁷ Ver Rocha (2015), Moraes (2015), Stedman-Jones (2012), Chaloub & Perlatto (2019). No livro de Thomas Medvetz (2012), *Think Tanks in America*, ele demonstra como os agentes dos *think tanks* legitimam sua posição mobilizando ambigualmente capitais acadêmicos e do mercado. Alguns estudos se dedicam justamente a compreender a atuação desses *think tanks* na universidade. Ver por exemplo Cristofolletti (2021).

pensado em relação ao campo. O que se passa é que seus praticantes recebem influências externas; algumas são repelidas, outras são integradas, tal como ocorreu na formação da tríade fundadora da sociologia. Isso significa que ao negociarem com essas influências externas, eles parecem manter a condição de formar a *doxa* do subcampo das ciências sociais. Ao me referir à *doxa*, penso nas hierarquias simbólicas entre as teorias sociais. Pelo que foi afirmado, nada parece indicar que o subcampo tenha perdido a capacidade de produzir tais hierarquias.

A segunda reflexão refere-se a pensar se o subcampo das ciências sociais é capaz de impor sua *doxa* ao campo mais amplo das ciências sociais. Trabalhem com os indícios que temos. Em primeiro lugar, devemos lembrar que, embora os autores best-sellers que analisei não sejam acadêmicos, na forma como a defini, todos possuem ensino superior e a maior parte possui pós-graduação. Na pesquisa aqui citada de Lidiane Rodrigues, ela nota que a alcunha “professor” é mobilizada pelos intelectuais, acadêmicos ou não, que ela estuda. Isso é o mesmo que encontrei ao analisar os intelectuais ligados a dois *think tanks* no Brasil: o Instituto Liberal (IL)¹⁸, fundado em 1983 e sediado no Rio de Janeiro, e o Instituto Mises Brasil¹⁹ (IMB), fundado em 2007 e sediado em São Paulo. Em 2021, registrei aqueles que aparecem como “autores” no site do IL e “especialistas” no site do (IMB). No total estamos falando de 53 intelectuais. São eles:

Tabela 3 - Intelectuais ligados ao Instituto Liberal e ao IMB

Autores IL	Especialistas IMB
Alex Pipkin	Adriano Gianturco
Antônio Claret Jr.	Adriano Paranaíba
Carlos Junior	Adrualdo Catão
Catarina Rochamonte	Alberto Oliva
Gabriel Wilhelms	Antony Mueller
Hiago Rebello	Bruno Garschagen
Ianker Zimmer	Dennys Garcia Xavier
João Luiz Mauad	Fabio Barbieri
Juliano Oliveira	Felipe Rosa
Leonardo Corrêa	Fernando D'Andrea
Lucas Berlanza	Ives Braghittoni
Lucas Sampaio	José Manuel Moreira
Marcel Balassiano	José Maria Rodriguez Ramos
Pedro Henrique Alves	Marco Poli
Ricardo Vélez-Rodríguez	Rodrigo Saraiva Marinho

¹⁸ <https://www.institutoliberal.org.br/>

¹⁹ <https://www.mises.org.br/>

Roberto Ellery	Ubiratan Jorge Iorio
Roberto Rachewsky	Yago Martins
Rodrigo Constantino	Christian Vonbun
Vinícius Montgomery	Fernando Ulrich
	Geanluca Lorenzon
	Guilherme Benezra
	Gustavo Maultasch
	Helio Beltrão
	João Daniel Ruettimann
	Leandro Roque
	Lucas Fiuza
	Marco Palhares de Barros
	Mariana Diniz Lion
	Mariana Piaia Abreu
	Mariangela Ghizellini
	Martim Vasques da Cunha
	Rafael Gonçalves
	Renata Barreto
	Thiago Guterres

Elaboração própria com base nos sites dos institutos.

Em termos de suas ligações acadêmicas, eles se parecem com os vendedores de livro. Segundo o Lattes, 60,38% estavam na plataforma, mas apenas 32,08% desses havia atualizado sua página no último ano. Mas neles também observei a forma como querem ser reconhecidos publicamente, observando seus textos de apresentação nas páginas dos *think tanks*, em que esbanjam, de maneira recorrente, o nome de universidades onde estudaram e a alcunha de professores (utilizada pela metade do *corpus*).

De fato, mesmo entre aqueles que chamamos de cientistas sociais não-acadêmicos ou semiacadêmicos, a universidade é parte importante de suas vidas, tanto para suas formações quanto para a legitimidade que podem articular. Assim, os intelectuais que atuam em canais de internet aqui mencionados são todos eles formados na universidade. Além disso, eles mobilizam frequentemente as universidades de prestígio que visitaram. Não à toa, o canal de maior sucesso na amostra de Santos (2024) carrega em seu nome mediático a USP.

Conclusão

A expansão do mercado de interpretação do mundo social leva à perda do monopólio das ciências sociais acadêmicas dentro do campo mais amplo das ciências sociais. O aumento da relevância das ciências sociais, e não sua perda, produz uma demanda maior por especialistas que não são absorvidos pela universidade. Dessa forma, esses especialistas se dirigem para o mercado editorial, a mídia, os *think tanks*, etc. Em outros termos, podemos dizer que há hoje uma múltipla institucionalização das ciências sociais. Essas instituições não acadêmicas e os cientistas sociais não-acadêmicos ou semiacadêmicos se encontram em condições de competir com os cientistas sociais acadêmicos no oferecimento de interpretações do mundo social para a sociedade mais ampla. Contudo, eles parecem menos capazes, neste momento, de produzir suas próprias fontes de consagração. Suas instituições são recentes ou excessivamente marcadas por grupos de interesse e pouco científicas. Dessa forma, é nas ciências sociais acadêmicas que mesmo esses agentes buscam sua legitimidade. Não apenas se graduam, mas buscam manter ligações com a universidade, de forma não constante, embora perene. E, sempre que o fazem, destacam o fato mobilizando títulos ou valorizando seus trabalhos na academia. O que se nota, portanto, é que as ciências sociais acadêmicas estão perdendo o monopólio do campo das ciências sociais. Ao mesmo tempo, contudo, elas ampliam sua centralidade como fonte de legitimidade.

Bibliografia

- ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-358, 2017.
- ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. **Conversation at Heritage Foundation**, 11 set. 2019. 1 vídeo (53 min 42 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i2PDyry8F_M. Acesso em: 8 jan. 2020.
- AZEVEDO, Fernando. **Princípios de sociologia**: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. São Paulo: Melhoramentos, 1954.
- BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia Geral**. Vol. 2: habitus e campo. Curso no Collège de France (1982-1983). Petrópolis: Vozes, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**: Précédé de Trois études d'ethnologie kabyle. Paris: Librairie Droz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CAVALCANTE, Sávio; CHAGURI, Mariana M.; NICOLAU NETTO, Michel. Conservadorismo-liberal no Brasil: a força da articulação no contexto de pandemia. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, London, v. 10, n. 1, p. 285-307, 2021.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita Volver!** São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 177-196.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais Eletrônicos do 39º Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: Anpocs, 2015.

CONSOLIM, Maria Cristina. Gabriel Tarde e as ciências sociais francesas: afinidades eletivas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-298, 2008.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo. **Disputando hegemonia no ensino superior e na universidade**: a atuação das *think tanks* liberais brasileiras no âmbito da educação superior e da academia. 2021. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Petrópolis: Vozes, 2019.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional, 1967.

GIDDENS, Anthony. **Capitalism and modern social theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

IANNI, Octavio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, 1996.

LUKES, Steven. **Émile Durkheim: his life and work**. A historical and critical study. London: Allen Lane The Penguin Press, 1973.

HEILBRON, Johan. **O nascimento da sociologia**. São Paulo: Edusp, 2022.

HEINRICH, Michael. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MAIA, João Marcelo. Ciências sociais, trabalho intelectual e autonomia: quatro estudos de caso sobre nós mesmos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 1-33, 2019.

MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society**. London: Routledge, 2008.

MEDVETZ, Thomas. **Think Tanks in America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

MERKEL, Ian. **Termos de troca**: intelectuais brasileiros e as ciências sociais. São Paulo: Edusp, 2024.

MORAES, Reginaldo C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita Volver!** São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 231-246.

PARSONS, Talcott. **The Structure of Social Action**. Illinois: Free Press, 1967.

ORTIZ, Renato. Durkheim: arquiteto e herói fundador. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 5-22, 1989.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita Volver!** São Paulo: Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

RODRIGUES, Lidiane. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002-2016). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 277-312, 2018.

SANTOS, Isolda Santiago dos. **Imaginário de estudantes sobre o ingresso no curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas**. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

SAPIRO, Gisèle. Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 349-377, 2018.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Indústria Cultural: Bourdieu e a teoria clássica. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 22, p. 26-36, set./dez. 2001.

RADKAU, Joachim. **Max Weber: a biography**. New York: John Wiley & Sons, 2013.

STEDMAN-JONES, Daniel. **Masters of the universe**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2012.

STEDMAN-JONES, Gareth. **Karl Marx** – Grandeza e ilusão. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2016. p. XLVI-L.

Recebido em: 28/6/2024

Aceito em: 22/1/2026

REGULANDO O UBERISMO:
Impasses na regulamentação do trabalho por aplicativo no Brasil

REGULATING UBERISM:
Deadlocks in the regulation of app-based work in Brazil

Ruy Braga*
Davi Camargo**

Resumo

O presente artigo analisa os impasses na regulamentação do trabalho por aplicativo no Brasil, a partir de uma investigação do Grupo de Trabalho (GT) de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo, com foco específico no subgrupo dedicado à entrega de mercadorias, inserido nesse fórum consultivo tripartite organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2023. A pesquisa baseia-se em entrevistas semiestruturadas com representantes dos trabalhadores que participaram das discussões e na análise documental de notícias, decretos, portarias e documentos apresentados no GT. Diante da ausência de atas e de um relatório final oficial, buscou-se reconstituir a trajetória do subgrupo responsável por debater a regulamentação do trabalho dos entregadores de aplicativo. A partir dessa reconstrução, o artigo examina a atuação das três bancadas que compuseram o fórum – trabalhadores, empresas e governo –, os interesses em disputa e os obstáculos que impediram a elaboração de um projeto de lei no âmbito do subgrupo de entrega de mercadorias, ao contrário do que ocorreu com o subgrupo de transporte de pessoas, que culminou na proposição do PLP 12/2024.

Palavras-chave: Uberização. Precarização. Plataformização. Direitos trabalhistas.

Abstract

This article analyzes the deadlocks in the regulation of app-based work in Brazil, based on an investigation into the Working Group (WG) on the Regulation of App-Based Work, with a specific focus on the sub-group dedicated to delivery services. This sub-group was part of the tripartite consultative forum organized by the Ministry of Labor and Employment in 2023. The research draws on semi-structured interviews with worker representatives who took part in the discussions and document analysis of news, decrees, administrative orders and documents presented within the WG. Given the lack of publicly available meeting minutes and an official final report, the study seeks to reconstruct the trajectory of the sub-group that debated the regulation of delivery app workers. Based on this reconstruction, the article examines the role of the three constituencies that composed the forum — labor, business, and government —, the interests at stake, and the obstacles that prevented the delivery sub-group from producing a draft bill, unlike the passenger transport sub-group, which led to the proposal of PLP 12/2024.

Keywords: Uberization. Precarization. Platformization. Labor rights.

* Professor titular do Departamento de Sociologia da USP. E-mail: ruy.braga@usp.br.

** Mestrando em Ciência Política na USP. E-mail: davicamargo11drc@usp.br.

Apresentação: o que é o “Uberismo”?

A chamada plataformação do trabalho é resultado de um longo processo de transformação das formas de gestão e controle do trabalho cujas raízes se encontram, em primeiro lugar, na crise do modelo de desenvolvimento fordista. No contexto de reestruturação produtiva, o fordismo perdeu sua predominância em favor de um conjunto de práticas que caracterizam aquilo que David Harvey (2012) denominou “regime de acumulação flexível”, marcado por formas flexíveis de contratação e gestão do trabalho – como contratos de curta duração e trabalho em tempo parcial – e a incorporação de elementos do Toyotismo – como a produção *just-in-time*, a subcontratação e a terceirização (Ribeiro, 2015).

O aparecimento das plataformas digitais de trabalho, viabilizado pelo avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), constitui um dos capítulos mais recentes desse processo. As plataformas são infraestruturas digitais organizadas por meio de algoritmos que intermedeiam a interação entre dois ou mais grupos (Grohmann, 2020). Seu funcionamento depende de um vasto volume de dados, operado por algoritmos que não atuam de forma neutra, mas orientados pela lógica de capitalização do mais-valor que vertebra sua arquitetura.

Nessa perspectiva, entendemos por “uberismo” um regime de acumulação fundado na combinação entre a exploração econômica e a expropriação política do trabalho mediado por plataformas digitais. Trata-se de um modelo caracterizado pela informalidade, pela ausência de direitos sociais e trabalhistas e pela sistemática transferência de riscos aos trabalhadores. O uberismo não representa apenas uma inovação tecnológica ou um novo modelo de negócios, mas configura uma forma específica de organização do trabalho e da produção, que emerge no contexto da crise da globalização neoliberal deflagrada em 2008.

De modo esquemático, o uberismo articula três características centrais: a) Subordinação algorítmica – o trabalho é coordenado por sistemas digitais e algoritmos que determinam o ritmo, a produtividade e as formas de remuneração, eliminando a mediação direta com os gerentes; b) Autonomia simulada – os trabalhadores são juridicamente classificados como “autônomos”, mas, na prática, estão submetidos às diretrizes unilaterais impostas pelas plataformas, que, dessa forma, se eximem de quaisquer responsabilidades trabalhistas; e c) Precarização e informalização das relações de trabalho – esse processo contribui para o desmonte da cidadania salarial e se articula à financeirização do modo de vida dos trabalhadores, que passam a ser sistematicamente incentivados a financiar seus próprios meios

de produção (como veículos ou *smartphones*) por meio do endividamento, aprofundando sua dependência do crédito e aumentando sua vulnerabilidade econômica.

Em síntese, o uberismo representa uma forma contemporânea da precarização neoliberal do trabalho, que se vale das tecnologias digitais para intensificar a exploração do trabalhador, aprofundar desigualdades e reconfigurar o regime de acumulação capitalista em favor do capital financeiro e das grandes empresas de tecnologia digital.

Considerando as “relações sociais na produção”, Grohmann (2020) classificou as plataformas de trabalho em três categorias principais: plataformas de microtrabalho ou *crowdwork*, voltadas à execução de tarefas simples e repetitivas realizadas *online*, como o treinamento de dados para sistemas de inteligência artificial; plataformas de macrotrabalho, *freelance* ou *cloudwork*, que abrangem uma gama variada de tarefas, desde passeios com animais até serviços especializados, como programação; e plataformas baseadas em localização, que exigem a presença física do trabalhador em determinado local, como nos serviços oferecidos por empresas como Uber, iFood e Rappi – sendo essa última a categoria à qual o termo “uberização do trabalho” se aplica com maior precisão.

No trabalho uberizado, a remuneração se dá por meio do assalariamento por peça com configuração atípica, uma vez que o trabalho é realizado sob demanda, gerando uma indistinção entre tempo de trabalho e tempo livre (Abílio, 2020). Com a transformação do trabalhador em um trabalhador *just-in-time* (Abílio, 2020), consolida-se uma nova resposta ao impulso capitalista de redução dos poros da jornada de trabalho (Braverman, 1978), isto é, das pausas e tempos mortos no processo produtivo. Desse modo, a aplicação de algoritmos capazes de “roteirizar” o trabalho, otimizar as rotas, prever demandas, analisar o comportamento do usuário, etc., em um contexto de crescente flexibilização e deterioração das relações laborais, deu origem a uma nova modalidade de emprego cujos principais efeitos são a individualização, a invisibilização e a precarização das relações de trabalho (Filgueiras; Antunes, 2020).

A individualização e invisibilização das relações de trabalho tornam-se evidentes na forma como as plataformas se apresentam: empresas de tecnologia que apenas intermedeiam a oferta e a demanda de serviços. Com isso, o trabalhador aparece como “autônomo” ou mesmo “empreendedor”, apagando-se as características típicas de uma relação assalariada hipossuficiente (Antunes, 2020). Essa narrativa promove a internalização da racionalidade empreendedora e de outras formas de subjetividade alinhadas à lógica neoliberal, na qual o indivíduo é concebido como uma empresa de si mesmo (Grohmann, 2020; Abílio, 2019).

Contudo, uma análise crítica dessa modalidade laboral revela que o que se apresenta como trabalho autônomo constitui, na prática, uma relação de trabalho precária, intermitente e desprovida de contrato formal, facilitando uma exploração mais intensa da força de trabalho em conformidade com o regime de acumulação flexível. Vitor Filgueiras e Ricardo Antunes (2020) evidenciam de forma sistemática a natureza laboral da relação entre trabalhadores e plataformas apontando onze mecanismos de controle exercidos por essas empresas. Destacam-se, entre eles, a definição de quem pode trabalhar, que tipo de atividade será realizada, quem a executará, os prazos para sua conclusão, os valores pagos e o uso da possibilidade de desligamento como instrumento de coerção e disciplinamento da força de trabalho.

Nesse cenário de desregulação, as plataformas se beneficiam da ampla oferta de força de trabalho proporcionada pela crise de 2008 sem respeitar direitos fundamentais, isentando-se de responsabilidades relacionadas à saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que transferem os custos da atividade (como equipamentos, manutenção e seguros) para os próprios trabalhadores. Como resultado, amplia-se a margem de lucro das empresas ao passo que se aprofundam os riscos econômicos e sociais enfrentados pelos trabalhadores (Filgueiras; Antunes, 2020).

Uma das principais inovações do trabalho por plataforma é a gestão algorítmica (Abílio, 2019; Filgueiras; Antunes, 2020; Grohmann, 2020), que controla a força de trabalho por meio de interações entre três agentes: as empresas, que utilizam algoritmos para definir metas, distribuir tarefas e incentivar jornadas mais longas; os consumidores, cujas avaliações alimentam os sistemas de controle; e os próprios trabalhadores, que praticam um autogerenciamento subordinado, guiado pelas exigências da plataforma. A esse propósito, Woodcock (2020) utilizou a metáfora do “panóptico algorítmico” para descrever a vigilância sistemática exercida pelas plataformas, que leva os trabalhadores a internalizar mecanismos de supervisão e gestão, reproduzindo, voluntariamente, comportamentos de autocontrole e autoexploração.

Em razão da individualização e invisibilização das relações de trabalho, da disseminação da racionalidade empreendedora e da internalização dos dispositivos de gerenciamento algorítmico, o trabalho por aplicativo dificulta a mobilização coletiva dos trabalhadores precarizados. Apesar disso, trabalhadores em diversas partes do mundo têm buscado estratégias para enfrentar os desafios impostos por esse modelo. Exemplo disso são: as greves dos entregadores da Deliveroo, em 2016 (Woodcock, 2020); o movimento global de

paralisação dos motoristas de aplicativos, em 2019 (Moda; Gonzales, 2019); e o “Breque dos Apps”, no Brasil, em 2020 (Sampaio; Stropasolas, 2020).

Os pesquisadores sul-africanos Webster e Masikane (2023) destacam ainda os vínculos estabelecidos entre motoristas e entregadores por meio das redes sociais como formas de ajuda mútua e compartilhamento de experiências que funcionam como mecanismos alternativos de solidariedade. Os autores também observam o surgimento de novas formas de organização coletiva que, embora compartilhem semelhanças com os sindicatos tradicionais, apresentam particularidades que as distinguem das estruturas convencionais de representação da classe trabalhadora:

Os resultados da nossa investigação apontam para o surgimento de organizações sindicais que existem lado a lado com os sindicatos tradicionais para defender as necessidades e interesses dos trabalhadores na economia digital [...], o que vemos emergir na economia digital são formas híbridas de organização, incluindo diferentes tipos de associações que confundem a distinção entre o sindicalismo tradicional e as associações ou cooperativas de trabalhadores informais (Webster; Masikane, 2023, p. 117-118, tradução nossa).

Uma das principais categorias de trabalhadores uberizados, que tem se destacado tanto pelo seu crescimento quanto pelas formas de mobilização, é a dos entregadores de aplicativo. No Brasil, há aproximadamente 380 mil entregadores de aplicativo, dos quais 97% são homens, 68% se declaram pretos ou pardos, e a média de idade é de 33 anos (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2023). O módulo “Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022” da PNAD Contínua (IBGE, 2023) revela que o rendimento habitual dos motociclistas plataformizados é de R\$ 1.784, inferior ao rendimento habitual de R\$ 2.210 dos trabalhadores não plataformizados. Além disso, a jornada média dos entregadores de aplicativo é de 47,6 horas semanais, superior às 42,8 horas dos entregadores não plataformizados.

Esses trabalhadores estão submetidos a uma forma de organização e controle do trabalho relativamente nova, ainda não contemplada pela legislação trabalhista da maior parte do mundo. Entretanto, em diversos países há discussões em curso sobre a regulamentação do trabalho por aplicativo e, em alguns deles, alguma forma de regulação já está sendo implementada.

Nos Estados Unidos, a disputa judicial no estado da Califórnia foi um dos primeiros e mais influentes casos na discussão internacional sobre a regulação do trabalho uberizado. Em 2018, a Suprema Corte californiana tornou mais rigorosa a verificação do vínculo empregatício

por meio do chamado “teste ABC”¹. Em 2019, o Legislativo aprovou a *Assembly Bill 5* (AB5), que conferia aos trabalhadores plataformizados os mesmos direitos dos trabalhadores tradicionais na Califórnia. Contudo, em 2020, as principais empresas da *gig economy* investiram milhões de dólares na promoção de um referendo que aprovou a Proposta 22, substituindo a AB5 e limitando os direitos dos trabalhadores a uma remuneração mínima, sem reconhecimento do vínculo empregatício e, portanto, sem garantias de direitos trabalhistas mais amplos (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024).

Outro caso relevante de regulamentação nos Estados Unidos é o da cidade de Nova Iorque, cuja inovação principal foi a determinação do pagamento de salário mínimo com base no tempo em que o trabalhador permanece logado no aplicativo (Barros, 2024).

Na América Latina, prevaleceram regulamentações híbridas em termos de classificação do status dos trabalhadores por aplicativo. O Chile foi pioneiro na aprovação de um marco normativo sobre o trabalho conectado a plataformas digitais: a norma de março de 2022 prevê que o trabalhador pode ser considerado como dependente ou autônomo em relação às plataformas, conforme o cumprimento de condições estabelecidas pelo Código de Trabalho Chileno. Diferenças à parte, a norma estabelece para ambos os casos a necessidade de contrato de prestação de serviços, proteção social dos trabalhadores, obrigações tributárias, valores mínimos de remuneração, período mínimo de desconexão, regras de proteção e transparência relativas ao uso de dados pessoais e direito de organização sindical (Rangel, 2024).

Meses após a aprovação da norma chilena, em setembro de 2022, o Poder Executivo do Uruguai apresentou sua proposta de regulamentação (Rangel, 2022). Aprovada em 2025, a regulação uruguaia também garante direitos básicos e estabelece regras diferenciadas para casos de trabalho considerados autônomos ou dependentes das plataformas, mas deixa à cargo das plataformas a determinação da natureza do vínculo (Rangel, 2024; Suarez, 2025b). Também passaram a valer em 2025 a Reforma Trabalhista da Colômbia, que inclui um capítulo sobre o trabalho de entrega de mercadorias por plataformas digitais e segue um modelo híbrido similar (Rangel, 2024; Suarez, 2025a), e a Reforma Trabalhista para plataformas digitais do México, que estabelece que motoristas e entregadores por aplicativo cujo rendimento mensal nas

¹ O chamado “teste ABC” é um teste aplicado para determinar se um trabalhador é autônomo ou empregado, “observando se: (a) o trabalhador não está sob direção ou controle do contratante, tanto do ponto de vista formal como material; (b) o trabalhador não desempenha atividade inserida no negócio principal da empresa; (c) o trabalhador realiza, de forma habitual e independente, atividades para as quais é contratado. Na falta desses três requisitos, o trabalhador é classificado como empregado” (Almeida; Kalil, 2021, p. 2).

plataformas for superior a um salário mínimo serão considerados trabalhadores dependentes das plataformas, enquanto aqueles que não atingirem rendimento equivalente a um salário mínimo mensal serão considerados autônomos (Hernández, 2024).

Na Europa, foram adotados diferentes modelos de regulação. Na França, os trabalhadores por aplicativo são considerados autônomos e as leis relativas ao trabalho em plataformas digitais aprovadas no país – Lei n. 1.088/2016 e Lei n. 1.428/2019 – se limitam a impor maior responsabilidade social às empresas, exigindo o oferecimento privado de seguros contra acidente e doença, e garantia do direito dos trabalhadores de negar serviços sem receber punições (Rangel, 2024).

No Reino Unido, foi adotada uma classificação intermediária: após uma decisão da Suprema Corte do Reino Unido em fevereiro de 2021, motoristas da Uber passaram a ser classificados como *workers* (trabalhadores), categoria intermediária entre o *employee* (empregado) e *contractor* (autônomo).² A essa categoria são garantidos alguns direitos – como salário mínimo, proteção contra discriminação e férias remuneradas –, mas não são garantidos outros – como licenças médicas e maternidade/paternidade remuneradas (Rangel, 2024).

Já a Espanha foi um dos primeiros países a aprovar uma legislação que reconhece o trabalho por plataforma como emprego: a *Ley Riders*, fruto de uma “Mesa de diálogo social” entre empresas, trabalhadores e governo, aprovada em 2021. A lei se baseou em uma decisão do Supremo Tribunal espanhol que reconheceu a relação trabalhista entre um entregador e a empresa Glovo. Essa legislação promoveu duas mudanças fundamentais no Estatuto dos Trabalhadores do país: a criação de regras para transparência algorítmica e o reconhecimento do vínculo empregatício entre plataformas e entregadores, estendendo a esses trabalhadores a proteção trabalhista do país (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024).

Para além das decisões nacionais, destaca-se a diretiva da União Europeia sobre o trabalho por plataformas, um novo marco regulatório, aprovado em março de 2024, para os países membros do bloco:

Obrigatória para os 27 Estados-membros, a mais forte regulamentação do trabalho em plataformas no âmbito internacional estabelece, como na Espanha, uma presunção do vínculo de emprego, a partir do modo como as legislações nacionais avaliam o controle e a direção do trabalho realizado nas plataformas. (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024).

² Decisão se limitou aos motoristas vinculados a esse aplicativo e, portanto, não tem efeito para entregadores e trabalhadores conectados a outros aplicativos.

A legislação aprovada prevê ampla transparência algorítmica, regula quais tipos de dados podem ser coletados pelas plataformas e estabelece instrumentos de fiscalização que devem ser garantidos pelas plataformas tanto aos trabalhadores quanto aos governos. Por essas razões, essa regulação configura-se como a iniciativa mais abrangente até o momento para a proteção dos trabalhadores plataformizados (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024).

A diretiva da União Europeia se baseou na jurisprudência dos Estados-membros, detalhada de forma exaustiva por Christina Hiessl em “Jurisprudência sobre a classificação de trabalhadores de plataforma: análise comparativa entre países europeus e conclusões provisórias” (2024). No estudo, Hiessl (2024), especialista em direito do trabalho, analisa mais de 800 decisões judiciais de 18 países europeus, nas quais prevalece o entendimento de que trabalhadores de aplicativos são empregados das plataformas. Entre as decisões de tribunais de instância final, 25 reconhecem o vínculo empregatício, 4 consideram os trabalhadores autônomos, 3 os classificam em categorias intermediárias e 3 como empregados de subcontratadas. Mais especificamente, nas decisões relativas a plataformas de entrega de alimentos, apenas em 3 dos 14 países analisados (Luxemburgo, Reino Unido e Hungria) prevalece o status de trabalhador autônomo. As decisões relativas a empresas de entrega de encomendas e mantimentos seguem as mesmas conclusões.

Por fim, vale destacar a discussão mundial sobre regulamentação do trabalho por aplicativo na Organização Internacional do Trabalho (OIT). O assunto foi tema da 113ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), ocorrida em junho de 2025, na qual foi aprovada uma resolução que sugere que os Estados-membros da OIT

devem tomar medidas para garantir a classificação correta dos trabalhadores de plataformas digitais a respeito da existência de uma relação de trabalho, orientando-se principalmente pelos fatos relacionados ao exercício do trabalho e à remuneração do trabalhador de plataforma digital, levando em conta a Recomendação sobre a Relação de Trabalho, de 2006 (nº 198), e considerando as especificidades do trabalho por meio de plataformas digitais (OIT, 2025, p. 5, tradução nossa).

O Brasil não está alheio a esse debate. Nos últimos anos, tanto sindicatos quanto associações empresariais, como a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), manifestaram-se a favor da regulamentação do trabalho por aplicativo (Amobitec, 2022). Após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o tema foi oficialmente promovido pelo governo federal no Grupo de Trabalho (GT) de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo, um fórum tripartite organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2024, após as reuniões do GT, “foi parida uma criança nova no mundo do trabalho”, como

afirmou o presidente Lula ao se referir ao PLP 12/2024, apresentado pelo governo, que legisla sobre o trabalho dos motoristas de aplicativo. Esse projeto cria a figura jurídica do “trabalhador autônomo”, que, segundo o sociólogo Ricardo Antunes, legaliza a desregulamentação ao não reconhecer “a condição de subordinação e assalariamento, com o consequente e inescapável reconhecimento dos direitos trabalhistas existentes em nossa legislação protetora” (Antunes, 2024, p. 15).

Caso aprovado, o projeto não apenas legitima um retrocesso na regulação do trabalho – podendo criar precedente jurídico para a expansão dessa modalidade de precarização – como também coloca o Brasil em rota contrária aos avanços recentes no cenário internacional.

Síntese da Trajetória do Subgrupo de Entrega de Mercadorias

Esta pesquisa investigou o Grupo de Trabalho (GT) de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo, criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2023, com foco no subgrupo de entrega de mercadorias. O estudo teve dois objetivos principais: reconstituir a trajetória do subgrupo e analisar a atuação das bancadas, especialmente a Bancada dos Trabalhadores. O primeiro objetivo, de caráter descritivo, era fundamental para compreender as discussões do subgrupo, cujas gravações e atas não foram disponibilizadas. Com essa descrição, foi possível analisar se houve consenso entre representantes das centrais sindicais, como as posições da bancada foram definidas, os interesses dos trabalhadores e a avaliação deles a respeito da atuação das outras bancadas.

Para isso, utilizou-se análise de documentos – incluindo decretos, portarias, documentos das reuniões e notícias oficiais – e entrevistas semiestruturadas, que revelaram informações complementares e as perspectivas dos agentes envolvidos. Entre 12 de abril e 26 de junho de 2024, foram entrevistados sete integrantes da Bancada dos Trabalhadores do subgrupo de entrega de mercadorias do GT de Regulamentação do Trabalho por aplicativo: um representante de cada uma das seis centrais sindicais com assento no fórum consultivo e uma liderança autônoma da categoria que participou do GT como “convidada”. Os entrevistados foram: Nicolas Souza Santos (Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB);³ Gilberto Almeida dos Santos (União Geral dos Trabalhadores - UGT);⁴ Valter Ferreira da Silva (Central dos Trabalhadores

³ Entrevistado em 12 de abril de 2024.

⁴ Entrevistado em 28 de maio de 2024.

e Trabalhadoras do Brasil - CTB);⁵ Luiz Carlos Garcia Galvão (Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST);⁶ Alexandre Silva dos Santos (Força Sindical - FS);⁷ Rodrigo Lopes (Central Única dos Trabalhadores - CUT)⁸; e Edgar Francisco da Silva, o “Gringo” (participante “convidado” do GT).⁹

Em 1º de maio de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto n. 11.513 (BRASIL, 2023a), que instituiu o Grupo de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para regulamentar as atividades “executadas por intermédio de plataformas tecnológicas”, com prazo de duração de 150 dias. O decreto estabeleceu uma composição tripartite de 45 membros: 15 representantes do governo federal, 15 dos trabalhadores e 15 das empresas. Os representantes do governo foram indicados por seis ministérios – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério da Fazenda; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Previdência Social; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Transportes –, além da Casa Civil, Advocacia-Geral da União e Secretaria-Geral da Presidência da República. Já os representantes das empresas foram indicados pelas entidades Amobitec, ALAI (Associação Latino-Americana de Internet), CBED (Câmara Brasileira da Economia Digital), MID (Movimento Inovação Digital) e OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). A Bancada dos Trabalhadores foi composta pelas centrais sindicais CSB, CTB, CUT, FS, NCST e UGT.¹⁰

⁵ Entrevistado em 5 de junho de 2024.

⁶ Entrevistado em 7 de junho de 2024.

⁷ Entrevistado em 10 de junho de 2024.

⁸ Entrevistado em 26 de junho de 2024.

⁹ Entrevistado em 18 de junho de 2024.

¹⁰ Na Portaria SE/MTE n. 1.745, de 19 de maio de 2023, foram indicados quinze titulares e quinze suplentes para comporem a Bancada dos Trabalhadores: Antônio Fernandes dos Santos Neto (Titular – CSB), Pedro da Silva Mourão (Suplente – CSB), Nicolas Souza Santos (Titular – CSB), Saulo Benício da Silva Pereira (Suplente – CSB), Edvaldo Lopes de Queiroz (Titular – CTB), Carlos Rogério de Carvalho Nunes (Suplente – CTB), Valter Ferreira da Silva (Titular – CTB), Laura Rodrigues Fialho dos Santos (Suplente – CTB), Carine Mineia dos Santos Trindade (Titular – CUT), Luiz Carlos Corrêa de Albuquerque (Suplente – CUT), Marcelo Chaves (Titular – CUT), Eduardo França (Suplente – CUT), Zilmar da Silva Gomes (Titular – CUT), Eduardo Silva (Suplente – CUT), Raimundo Nonato Alves da Silva (Titular – FS), Alexandre Martins Costa (Suplente – FS), Alexandre Silva dos Santos (Titular – FS), Esail Antônio de Lima (Suplente – FS), Euclides José Magno das Dores Junior (Titular – FS), Rogério Tude (Suplente – FS), Agilberto Seródio (Titular – NCST), Wilson Pereira dos Santos (Suplente – NCST), Luiz Carlos Garcia Galvão (Titular – NCST), Epitácio Antônio dos Santos (Suplente – NCST), Gilberto Almeida dos Santos (Titular – UGT), Rodrigo Carlos Ferreira da Silva (Suplente – UGT), Leandro da Cruz Medeiros (Titular – UGT), Rogério Isaías da Silva (Suplente – UGT), Francisco Canindé Pegado do Nascimento (Titular – UGT) e Ernani Bandeira César (Suplente – UGT). Os participantes “convidados” não constam nessa e nenhuma outra portaria.

Com a publicação do decreto, trabalhadores de aplicativo manifestaram insatisfação com a composição da Bancada dos Trabalhadores, exclusivamente formada por indicações sindicais. A categoria, majoritariamente não sindicalizada, não se sentiu representada por esses sindicatos. Entregadores organizados em movimentos independentes, como a ANEA (Aliança Nacional dos Entregadores de Aplicativo), já haviam manifestado esse descontentamento ao Ministério do Trabalho e Emprego em reunião realizada em 19 de janeiro de 2023, pouco depois da nomeação de Luiz Marinho como ministro, quando a criação do grupo tripartite começou a ser discutida publicamente. Nessa reunião, Gilberto Carvalho, Secretário de Economia Solidária do MTE, comprometeu-se a garantir que quatro lideranças da ANEA acompanhassem o GT como “convidados”, categoria prevista no decreto.¹¹

Além das vagas para “convidados” prometidas pelo MTE, entregadores da ANEA se mobilizaram e pressionaram as centrais sindicais para tentar conquistar também vagas de indicação sindical, conforme explicou Nicolas Souza Santos, liderança da aliança:

Se eles falaram assim, “vão ser as centrais que vão ser chamadas”, a gente começou a procurar as centrais e falou “aqui, vocês vão mandar quem? Quem vocês conhecem? Quem é o representante que vocês vão enviar? Por quê? Quais são as credenciais desse sujeito? Por que não nós?” E aí, as centrais, elas foram uma a uma indicando a gente também. A CUT indicou dois nossos, a CSB me indicou, no caso do subgrupo indicou dois nossos também, e a Força Sindical indicou um nosso também. De forma que a gente chegou lá com nove representações.¹²

Nas semanas que antecederam as reuniões tripartites do GT, os representantes da Bancada dos Trabalhadores discutiram diversas vezes, presencialmente e remotamente, em reuniões mediadas pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), para elaborar uma proposta unificada. Dessa articulação resultou um documento com doze diretrizes para regulamentar o trabalho por aplicativo (Oliveira, 2023), entregue ao Ministério do Trabalho e Emprego em 1º de junho de 2023. Entre as principais reivindicações estavam o reconhecimento do vínculo empregatício conforme a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o enquadramento das plataformas como empresas de transporte, a contabilização da jornada pelo tempo logado no aplicativo, remuneração mínima, transparência, seguridade social e representação sindical.

¹¹ Edgar Francisco da Silva, o “Gringo”, ocupou uma dessas quatro vagas de “convidado” prometida à ANEA. Não foi encontrada divulgação oficial dos convidados do GT.

¹² Em outras palavras, para além dos quatro convidados da ANEA no GT, 5 lideranças da aliança foram indicadas oficialmente. Dentre os entrevistados, Nicolas Souza Santos (CSB), Alexandre Silva dos Santos (FS) e Rodrigo Lopes (CUT) estavam entre as lideranças da ANEA indicadas por centrais sindicais.

Em 5 de junho, foi instalada a Mesa do Grupo de Trabalho que, atendendo a pedidos dos motoristas, dividiu-se em dois subgrupos: transporte de pessoas (motoristas) e transporte de mercadorias (entregadores). Novas indicações foram feitas para completar os subgrupos.¹³ Focaremos daqui em diante na descrição e análise do subgrupo dos entregadores. Diferentemente do subgrupo dos motoristas, que chegou a um consenso e deu origem ao PLP 12/2024, o subgrupo de transporte de mercadorias não resultou em acordo entre as partes para uma proposta de regulamentação do setor.

O subgrupo de entregadores realizou seis reuniões oficiais. Na primeira, em 21 de junho de 2023, a Amobitec apresentou seu documento “Princípios para a regulação do trabalho em plataforma” (Amobitec, 2023d). Para a Bancada dos Trabalhadores, essa reunião foi uma “sessão de desabafo”, com relatos da precariedade e apresentação das reivindicações do documento conjunto. Ao final, foram definidos tópicos prioritários: remuneração mínima e saúde do trabalhador.

A segunda reunião, em 3 de julho de 2023, foi a única fora de Brasília. Realizada em São Paulo, na Fundacentro, essa reunião teve como foco o debate sobre saúde e segurança. Trabalhadores defenderam a aplicação das Normas Regulamentadoras (NRs) e da Lei n. 12.009, enquanto as empresas argumentaram que a legislação atual não contempla o trabalho por aplicativo e pleitearam novas regras (Ministério do Trabalho e Emprego, 2023a).

Na terceira reunião, em 18 de julho de 2023, houve consenso sobre a necessidade de determinação de uma remuneração mínima (Ministério do Trabalho e Emprego, 2023b). A Bancada dos Trabalhadores exigiu das empresas um cálculo para ressarcimento dos custos. A Amobitec (2023a) apresentou o documento “Proposta de ganhos mínimos”, com diretrizes como: pagamento por hora efetivamente trabalhada,¹⁴ consideração dos custos médios, cálculo proporcional e verificação mensal dos ganhos mínimos. Daí em diante, todas as reuniões focaram em remuneração.

A partir da quarta reunião, em 14 de agosto de 2023, começaram as discussões sobre propostas concretas de remuneração mínima. A Bancada das Empresas apresentou uma oferta da Amobitec (2023e), com valores por hora efetivamente trabalhada, considerando o salário

¹³ Rodrigo Lopes foi indicado nesse momento pela CUT para preencher uma das vagas remanescentes da Bancada dos Trabalhadores no subgrupo dos entregadores de aplicativo. Não foi encontrada divulgação oficial das indicações adicionais das centrais sindicais.

¹⁴ Pagamento conforme o tempo despendido pelo trabalhador do recebimento do produto até sua entrega.

mínimo e custos operacionais: R\$ 10,20 para motos, R\$ 10,86 para carros e R\$ 6,54 para bicicletas. A proposta não foi aceita, mas gerou otimismo por apresentar números concretos.

Entre as reuniões, houve negociações bilaterais fragmentadas entre trabalhadores e empresas. A Bancada dos Trabalhadores apresentou contraproposta de R\$ 35,76 por hora logada,¹⁵ incluindo no cálculo benefícios como descanso remunerado, cesta básica e plano de saúde (CSB *et al.*, 2023). O MID (2023b) fez uma proposta diferenciada por modalidade – R\$ 11,00 para trabalhadores de moto e R\$ 7,00 para trabalhadores de bicicleta nos serviços de intermediação de três pontas (modelo dos aplicativos de *delivery*); R\$ 12,00 para trabalhadores de moto nos serviços de comércio eletrônico –, além de seguro para acidentes ocorridos durante entregas e regras de transparência sobre bloqueios.

Na quinta reunião (29 de agosto de 2023), as empresas apresentaram um documento rejeitando quase todos os pontos da contraproposta dos trabalhadores (Amobitec, 2023b) e outro elevando a oferta para R\$ 12,00 por hora para motos, mantendo a defesa do pagamento por “hora efetivamente trabalhada” e de um regime previdenciário específico (Amobitec, 2023f). A Bancada dos Trabalhadores rejeitou novamente. Na sexta reunião (12 de setembro de 2023), a Amobitec (2023c) anunciou que não faria novas propostas, enquanto o MID (2023a) apresentou uma proposta final de remuneração – R\$ 12,00 para moto, R\$ 7,00 para bicicleta e R\$ 25,00 para carro nos serviços de intermediação de três pontas; R\$ 13,00 para moto nos serviços de comércio eletrônico – e uma lista de tópicos considerados essenciais para regulamentação – segurança jurídica, segurança e saúde dos trabalhadores; regras de transparência e bloqueio; e cobertura previdenciária. A bancada laboral se manteve contrária às ofertas empresariais.

No dia seguinte, em conversa informal, representantes da empresa iFood ofereceram R\$ 17,00 por hora trabalhada, proposta recusada pelos trabalhadores que insistiam no pagamento por hora logada. Assim, mesmo tendo focado o debate em um tema, o subgrupo se encerrou sem atingir consenso mínimo. Em resposta, os trabalhadores anunciaram uma paralisação nacional, que ocorreu entre 29 de setembro e 1º de outubro de 2023 em várias cidades.

Após meses sem novidades, em 4 de março de 2024, o presidente Lula apresentou o PLP 12/2024, regulamentando o transporte de pessoas por aplicativo, alinhado às propostas empresariais e criticado por especialistas por ser menos avançado que as recentes normas

¹⁵ Pagamento conforme o tempo que o trabalhador permanece conectado à plataforma.

internacionais. A repercussão também foi negativa na Câmara dos Deputados e o projeto não foi colocado em votação no plenário da casa legislativa.

Já a discussão sobre a regulamentação do trabalho dos entregadores de mercadorias por aplicativo seguiu indefinida até dezembro de 2025, quando foi anunciada a instalação de um novo Grupo de Trabalho dos entregadores por aplicativo, dessa vez encabeçado pelo Secretário-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência da República, 2025). As discussões do novo GT foram encerradas em março de 2026 e, diferentemente do ocorrido no grupo de trabalho anterior, houve a divulgação de um relatório final com propostas e encaminhamentos (BRASIL, 2026). A trajetória desse recém-encerrado GT e suas repercussões para a regulamentação do trabalho dos entregadores de aplicativo, contudo, ainda devem ser investigadas.

A Bancada dos Trabalhadores

Ao analisar a Bancada dos Trabalhadores, o primeiro ponto que chama atenção é a composição heterogênea, contemplando sindicatos tradicionais e organizações de entregadores de caráter híbrido, que unem elementos do sindicalismo e das cooperativas de trabalhadores informais – forma de organização que surge justamente no seio das lutas travadas pelos trabalhadores plataformizados, tal como mostram Webster e Masikane (2023) e tal como podemos observar em outros contextos de luta política dos entregadores de aplicativos (Moda; Gonsales, 2019; Sampaio; Stropasolas, 2020; Woodcock, 2020).

Existem notórias diferenças no modo de atuação de lideranças sindicais e lideranças independentes dos entregadores por aplicativo. De um lado, os representantes sindicais demonstram amplo conhecimento da legislação, das normas regulamentadoras da profissão de motofretista e advogam enfaticamente pela resolução dos conflitos por meio da legislação vigente, recusando a criação de um novo marco legal. A fala de Valter Ferreira da Silva, presidente do SindimotoRS, ilustra bem a postura das lideranças sindicais:

Eu concordo em discutir qualquer item que esteja dentro do artigo 7 da Constituição, que esteja dentro da CLT, que esteja dentro da Lei nº 12.009, que esteja dentro da Lei nº 12.436, que esteja tudo ali. Eu discuto, porque eu sou legalista. Agora, eu fui ali para discutir a hipótese de se criar um marco regulatório e uma nova categoria. Mas como? Como? O governo quer mandar uma nova lei para o Congresso, para quê? Se nós já temos a Lei nº 12.009? O governo deveria dar regra.

Do outro lado, as lideranças de associações de entregadores de aplicativos demonstram maior diálogo com a base da categoria e maior interesse nos tópicos mais caros aos trabalhadores de plataforma, notoriamente as questões de remuneração, jornada de trabalho, proteção social e gerenciamento algorítmico. Apesar da postura dos representantes de associações de entregadores de aplicativo não ser tão legalista quanto a dos sindicalistas, essas lideranças também defendem a vigência das leis trabalhistas já existentes.

Percebe-se, assim, que, embora haja entre sindicatos e associações diferenças na postura política e na ênfase conferida às pautas defendidas, não há grandes divergências. O único tema que foi objeto de debate, segundo todos os entrevistados, foi a questão da representação da categoria. Conforme sintetiza Alexandre Silva dos Santos:

A grande divergência é a questão da representação. Tem a questão da representação, quem representa de fato e quem representa de direito, porque a gente sabe que a realidade atual da nossa categoria, ela realmente é dividida. Nós temos de um lado representantes que de fato possuem as suas cartas sindicais e possuem o direito legal e legítimo de representar a categoria, porém eles não têm a base, não têm os trabalhadores engajados com essas entidades. E do outro lado nós temos um grande número mesmo de trabalhadores que está engajado em algumas organizações, mas infelizmente essas organizações ainda não possuem a legitimidade para poder representar esses trabalhadores.

Esse tema instaurava um obstáculo que precisava ser superado para a união dos representantes da bancada, trabalho que foi feito especialmente por Alexandre e Nicolas, lideranças da ANEA que possuíam boa relação com os representantes sindicais. Assim, nas reuniões mediadas pelo DIEESE que antecederam as reuniões tripartite do GT, as divergências foram superadas e a bancada chegou aos 12 pontos elencados no documento conjunto.

Esses tópicos, versando sobre temas como reconhecimento de vínculo trabalhista, remuneração por tempo à disposição do aplicativo e reconhecimento das plataformas como empresas do setor de transportes, mostram que os trabalhadores tinham como objetivo minar as bases da individualização e invisibilização do trabalho de aplicativo que obliteram as relações de subordinação e assalariamento (Antunes, 2020; Filgueiras; Antunes, 2020) e transformam os entregadores em trabalhadores *just-in-time* (Abílio, 2019), numa relação de trabalho precarizada em que as empresas se eximem das responsabilidades patronais por se apresentarem como meras mediadoras da relação entre clientes e “empreendedores” (Abílio, 2019; Antunes, 2020; Grohmann, 2020).

Quanto à questão do reconhecimento do vínculo entre trabalhadores e plataformas e, consequentemente, a defesa da aplicação da CLT para os entregadores de aplicativos, todos os

entrevistados concordam que, no atual modelo de trabalho de entrega por aplicativo, os trabalhadores são subordinados às plataformas e, portanto, o vínculo empregatício deveria ser reconhecido e uma série de direitos deveria ser garantida aos entregadores, conforme a CLT. No entanto, enquanto a maioria dos representantes sindicais se restringiram à defesa dessa posição, as lideranças da ANEA possuíam uma posição mais abrangente: de acordo com eles, mantida a situação atual, os trabalhadores não são autônomos e, portanto, deve haver reconhecimento do vínculo empregatício; contudo, caso as plataformas alterem seu modelo de funcionamento e permitam uma atividade verdadeiramente autônoma, os trabalhadores poderiam ser assim classificados. “Gringo” aponta a estratégia por trás do argumento:

Colocar o aplicativo na parede, né? Tipo, falar: “olha, CLT vocês não querem, vocês falam que nós é autônomo, e autônomo é isso aqui, autônomo tem que ser assim. E aí, vai ser ou não vai?” Porque se ele falar que não vai autônomo também, então pera aí, aí está escancarado na cara de todo mundo que ele não quer fazer nada por ninguém, entendeu?

A garantia de transparência também é essencial para os trabalhadores na medida em que revela mecanismos de controle aos quais eles estão submetidos na gestão algorítmica (Abílio, 2019; Filgueiras; Antunes, 2020; Grohmann, 2020) e permitiria a regulação do uso de técnicas coercitivas que controlam as condutas dos trabalhadores (Woodcock, 2020), como é o caso das punições, bloqueios e das formas de “gamificação” do trabalho plataformizado (Abílio, 2019; Grohmann, 2020).

Os temas de remuneração e jornada de trabalho são provavelmente os principais tópicos de interesse dos entregadores e foram os principais pontos de disputa entre as classes na discussão sobre regulamentação. Desde o “Breque dos Apps”, realizado em 2020 durante a pandemia, os entregadores têm sempre pautado o aumento do valor das taxas de entrega em suas ações políticas (Sampaio; Stropasolas, 2020). Entretanto, a partir das discussões no GT em 2023, percebe-se uma mudança importante na reivindicação: se antes as demandas econômicas da categoria se restringiam ao aumento do valor pago por entrega, o ganho de protagonismo da demanda de pagamento por “hora logada” promove uma mudança qualitativa na reivindicação à medida que engloba não só a luta por melhores condições econômicas, mas também pelo reconhecimento de que, no tempo durante o qual o trabalhador espera que lhe seja designada uma atividade pelo aplicativo, ele se encontra à disposição da plataforma e, portanto, está em uma relação de subordinação com a empresa. Assim, a pauta econômica passa a ser defendida de tal forma que coloca em xeque o modo de funcionamento dos aplicativos, baseado na

invisibilização do trabalho e das relações de subordinação por meio do uso das TICs (Antunes, 2020; Filgueiras; Antunes, 2020). Como bem sintetizou Nicolas Souza Santos, em Audiência Pública da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (2023), a disputa principal no GT:

Não foi uma questão de valores, né? Porque normalmente nos jornais sai como se fosse uma coisa de 35 *versus* 17, como se fosse uma negociação de valores pura e simplesmente, e não é. Na verdade, a gente está fazendo uma defesa de conceito, a defesa de que se a gente sai pra trabalhar, nós estamos trabalhando. Não existe, por exemplo [...] se uma lanchonete resolve contratar um chapeiro, vira pro chapeiro e fala 'Ok, mas você só vai receber no momento em que você estiver fritando o bife, tá? Porque no momento em que você estiver ali parado e não tiver nenhum cliente, aí você não vai receber não'. Qual chapeiro vai aceitar esse trabalho, não é mesmo? Aliás, se ele aceitar, em qual condição social ele já está? Porque no final das contas é mais ou menos essa discussão que a gente está fazendo aqui, porque a gente aceita [...]. Só que isso tá errado, né?

Em entrevista, Nicolas revelou que o conceito de “pagamento por hora logada” foi criado em resposta à posição das empresas:

Isso aconteceu porque quando a gente começou a falar sobre remuneração, lá dentro do GT, as empresas, cinicamente, elas ficavam falando de “hora efetivamente trabalhada”, que é a criação de uma figura jurídica que não existe. Não tem. Então, quando elas falavam sobre “hora efetivamente trabalhada”, a gente tinha a obrigação de desmentir. “Mas então na outra hora que eu não estou fazendo pedido eu não estou trabalhando, então? Quer dizer que se eu quiser abrir uma cerveja e começar a tomar, está tudo bem?” Então assim, quando você paga pelo tempo à disposição, você reconhece que o cara, na verdade, está subordinado, que ele está ali parado esperando. Então, razão pela qual elas simplesmente não aceitavam o pagamento pelo tempo à disposição, pela brecha jurídica que isso abria na tese delas. Então, a gente resolveu forçar. Só que a gente não pode entrar nesse debate jurídico com a galera da rua [...]. E a gente inventou lá, na hora, um negócio que é “hora logada”. Que também não está na lei. Mas assim, não estar na lei por não estar na lei, dane-se, então, a gente faz igual. Pelo menos a categoria compreende [...]. Então isso encontrou bastante eco. E foi por conta dessa situação que a gente conseguiu tanto criar um movimento na categoria quanto criar um muro insuperável. Até hoje as empresas não aceitam o pagamento da “hora logada”.

Quanto ao “breque” que foi organizado, todos os entrevistados concordaram, mas muitos deles expressaram descontentamento com a decisão de promover uma paralisação. Conforme mostram Webster e Masikane (2023), os entregadores de aplicativos são uma categoria nova que, em razão de suas condições de trabalho, marcadas pelo isolamento e invisibilização, enfrentam uma série de dificuldades de mobilização. O “Breque”, isto é, a greve de entregadores, é uma das formas de ação política que vem sendo adotada pela categoria ao redor do mundo para superar tais dificuldades, mas boa parte dos entrevistados avaliou que naquele momento a categoria não havia sido devidamente conscientizada e mobilizada: “A gente fez porque tinha que fazer, entendeu? A gente fez para marcar posição. Mas não foi uma

coisa assim, não foi uma adesão total, as lideranças também não estavam certas de que era o momento para fazer isso”.¹⁶

Não há, dentre os representantes da Bancada dos Trabalhadores, indicação de que esses aceitariam ceder nas reivindicações fundamentais em troca da regulamentação da profissão. Pelo contrário, a avaliação é de que, se for para aprovar um projeto de lei nos termos que foram ofertados pelas empresas, similar ao que foi apresentado para os motoristas, os representantes dos entregadores preferem que não haja regulamentação e que o embate continue a ser travado no âmbito da justiça do trabalho, onde são julgados processos de reconhecimento de vínculo entre trabalhador e plataforma. Conforme explica Gilberto, presidente do SindimotoSP:

Eu, na realidade, assim, eu acho que projeto é “B.O.”, nós temos que deixar voltar lá pro Supremo, pro Judiciário, fica melhor. Vamos voltar a discussão lá pro judiciário, vamos tirar do legislativo. É mais fácil a gente convencer, apertar doze ministros, do que querer cair na mão do Congresso, entendeu?

A Bancada do Governo

A avaliação dos entrevistados a respeito da atuação do governo na regulamentação ressalta principalmente o interesse na inclusão previdenciária dos trabalhadores de aplicativo. A formalização desses trabalhadores, que são aproximadamente 1,7 milhão de pessoas no Brasil (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2023), teria impacto significativo na redução da informalidade e do déficit fiscal no país. Conforme “Gringo”:

A previdência... O que que acontece? A gente já sabia que tanto o governo queria previdência, como o aplicativo queria dar a previdência. E o aplicativo quer dar previdência pra falar pra todos os clientes deles que eles deram previdência, que eles pagam maior parte, que 70% desse valor é deles, não sei o que... A gente falou: “Bom. Nós precisamos de previdência. O governo quer. O aplicativo também quer. Esse assunto nós deixamos por último”. Porque se você faz a previdência, acabou. O GT acabava ali.

Os membros mais atuantes da Bancada do Governo no subgrupo de entregadores do GT de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo eram, segundo a unanimidade dos entrevistados: Gilberto Carvalho, Secretário de Economia Solidária do MTE; Francisco Macena, Secretário Executivo do MTE; e Carlos Grana, quadro histórico do Partido dos Trabalhadores, ex-prefeito de Santo André, que, apesar de não possuir cargo no atual governo e não constar na Portaria SE/MTE n. 1.745 (Brasil, 2023b), que contém as indicações para a

¹⁶ Fala de Alexandre Silva dos Santos.

mesa tripartite, foi presença constante no GT. Gilberto Carvalho conduziu a maior parte das reuniões, enquanto Francisco Macena e Carlos Grana eram responsáveis pela interlocução com a Bancada dos Trabalhadores. Alexandre Silva dos Santos sintetiza bem a avaliação feita pelos entrevistados a respeito desses três representantes do governo:

Então, por exemplo, a gente sabe que o Carlos Grana tem uma história dentro desse grupo sindical que compõe o governo atual, e o Chico Macena, ele é ligado ao Haddad, que é o homem dos números, é o cara da economia. Então, a gente sabe que existia uma defesa ali pelos números também, e não só pelos trabalhadores. Então, tudo que estava sendo feito ali, estava cuidado para que isso não criasse outro problema. Então, não existia assim explícito uma divisão, mas a gente sabia ali quem era quem, entendeu? E também vale ressaltar positivamente que o nome que nunca nos deixou desamparados foi o próprio secretário Gilberto Carvalho. Ele já é o cara que é acostumado a lidar com o trabalhador, ele é envolvido em outros projetos que ajudam os trabalhadores, e ele sempre tentou se posicionar a favor dos trabalhadores, mas Francisco Macena e o Carlos Grana, infelizmente, não.

Outro alvo de crítica foi o Ministro Luiz Marinho, que participou apenas das primeiras reuniões do GT. A esse respeito, Alexandre Silva dos Santos opina:

O Ministro do Trabalho, na minha opinião, deveria estar presente em todas as reuniões, porque é um assunto de extrema importância – hoje nós somos seguramente a maior categoria de trabalhadores do Brasil, se nós fôssemos organizados e reconhecidos. O Ministro só esteve presente em duas oportunidades, de todas as reuniões que a gente fez.

A avaliação dos representantes dos trabalhadores quanto à condução da mesa de negociação pelo governo foi crítica tanto em aspectos práticos quanto em aspectos políticos. Sobre os aspectos práticos de organização do grupo de trabalho, chama a atenção a falta de transparência e de divulgação de informações a respeito do que se passou nas conversas tripartites: apesar das discussões terem sido gravadas, não foram divulgadas atas das reuniões e nem foi produzido um relatório final do GT. Quanto ao aspecto político, as atitudes dos representantes do governo foram avaliadas como dúbias pelos trabalhadores: publicamente, os integrantes do Ministério do Trabalho e Emprego mostraram-se mais próximos dos interesses dos trabalhadores, mas esses posicionamentos não apareciam nas reuniões do GT, e vários entrevistados relataram pressão de representantes do governo para que os trabalhadores aceitassem o formato da proposta de remuneração feita por representantes das empresas.

A Bancada das Empresas

Durante as reuniões tripartites do subgrupo de entrega de mercadorias do GT de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo, das cinco entidades empresariais com direito a indicação, duas se destacaram pela atuação de seus representantes: a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) e o Movimento Inovação Digital (MID). Os representantes mais ativos da Bancada das Empresas eram: André Porto, Diretor Executivo da Amobitec; João Sabino, Diretor de Políticas Públicas do iFood e Diretor Presidente da Amobitec; e Vitor Magnani, Presidente da MID. Em relação aos documentos apresentados pela bancada, a maior parte o foi pela Amobitec, mas a MID também apresentou uma proposta de remuneração e um comunicado ao fim do GT. Houve, por fim, um representante patronal que se destacou por se revelar um aliado dos trabalhadores no GT: Fernando Souza, liderança patronal da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo (FETCESP) e do Sindicato das Empresas de Distribuição das Entregas Rápidas do Estado de São Paulo, que acompanhou o GT como “convidado”.¹⁷

O primeiro documento apresentado pela Amobitec no GT de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo, intitulado “Princípios para a regulação do trabalho em plataforma”, apresenta como primeiro princípio aquele que é provavelmente o principal objetivo da regulamentação para as empresas:

1. **Segurança jurídica.** É fundamental a aprovação de uma legislação nova que seja condizente com a realidade e as particularidades do trabalho intermediado por plataformas tecnológicas e que afaste - definitivamente - as supostas controvérsias em torno da existência de vínculo empregatício entre trabalhadores e plataformas. É preciso inovar e enfrentar os reais desafios do novo modelo, visando reduzir os litígios e efetivamente assegurar direitos aos trabalhadores. (Amobitec, 2023d, p. 1, grifo do autor).

A avaliação de que esse tópico é o principal interesse das empresas na regulamentação é apoiada também pela avaliação dos representantes da Bancada dos Trabalhadores do GT:

Cara, em resumo assim, é segurança jurídica, tá? Eles têm um desespero terrível por isso. A gente teve oportunidade de conversar, principalmente, mas não somente, com, na época, que era o representante, o Vitor Magnani, da MID, e o João Sabino, do iFood, que eram os linhas de frente das principais empresas, associações, e eles deixaram muito claro isso, entendeu? Que eles tinham medo de que acontecesse o que aconteceu com os motoristas, que fosse uma proposta para o Congresso, e que essa

¹⁷ Como liderança patronal do setor de transportes, Fernando representa empresas do setor que contratam trabalhadores no regime celetista e se sentem prejudicadas pela concorrência desleal das plataformas, que não arcam com os mesmos encargos trabalhistas e tributários.

proposta pudesse ser, de alguma forma, flexibilizada demais e que não definisse, de uma vez só, o nosso trabalho, e que coubesse algum tipo de interpretação posterior, e que isso abrisse alguma margem para uma insegurança jurídica, levasse processos para judicialização, semelhante ao que aconteceu em alguns lugares fora do Brasil.¹⁸

As disputas judiciais travadas em torno da existência ou não de vínculo empregatício entre plataformas e trabalhadores apresentam riscos ao modelo de negócios das empresas, como bem evidencia o caso da Espanha, em que uma decisão do Supremo Tribunal do país reconhecendo a existência de relação trabalhista entre um entregador e a empresa Glovo forneceu os fundamentos da legislação que regulamentou o trabalho por aplicativo (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024). A partir do momento em que a atividade estiver detalhadamente tipificada em lei, conforme os interesses das empresas, “sedimentando a jurisprudência consolidada sobre a atividade de intermediação realizada pelas plataformas e sua natureza cível” (Amobitec, 2022, p. 2), se encerram as incertezas acerca da aplicabilidade das leis existentes para esse modelo de negócios, reduz-se o passivo jurídico das empresas com as disputas judiciais e acaba-se com a perspectiva de um desfecho negativo para as plataformas.

Entretanto, a regulamentação do trabalho por aplicativo dificilmente contemplará somente a segurança jurídica. Seguridade social, transparência e remuneração são temas com os quais a regulamentação deverá lidar, tal como fica evidente ao observarmos as regulamentações de outros países (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024). Consequentemente, as propostas realizadas pelas empresas contemplaram esses aspectos e mostraram até que ponto elas estavam dispostas a ceder nesses temas.

Na Carta de Princípios da Amobitec para a regulamentação do trabalho por aplicativo, anterior ao GT (abril de 2022), as empresas já defendem proteção social aos trabalhadores em plataformas:

A Amobitec busca, a partir do diálogo com os trabalhadores e autoridades, maneiras de incluí-los no sistema de proteção proporcionado pelos benefícios previdenciários, como aposentadoria, licença parental e auxílio-doença, entre outros. **Defendemos que essa inclusão seja eficiente, desburocratizada e não represente aumento de custos para nossos parceiros ou para nossos consumidores.** (Amobitec, 2022, p. 1, grifo do autor).

Para as plataformas, a proteção social fornecida pela regulamentação no Brasil deve ser similar à prevista nas legislações mais favoráveis às empresas já em vigência em outros locais, tal qual a Proposta 22 da Califórnia (Gonsales; Roncato; Van Der Laan, 2024). Em outras

¹⁸ Fala de Alexandre Silva dos Santos.

palavras, a proteção deve focar em aposentadoria, saúde e segurança. A Bancada dos Trabalhadores estava ciente disso. Conforme destaca “Gringo”:

Na verdade, já está tudo amarradinho isso aí, aparentemente, né? De que o governo tem um rombo gigantesco na Previdência, esses trabalhadores não têm contribuição com a Previdência, e o aplicativo viu uma oportunidade ali de se firmar do jeito que está. Ele falou: “Governo, você está com o rombo da Previdência, você precisa do meu dinheiro e eu posso te mandar direto da fonte. Sem o trabalhador pôr a mão e sem ele dizer sim ou não. Eu só te repasso de 1 milhão e 600 mil trabalhadores. Mas você tem que garantir que a gente vai ficar do jeito que a gente está para a gente não correr o risco de ser pego na CLT e nem a gente ter que valorizar essa galera aí”.

Quanto à forma com que tais benefícios serão garantidos, em todos os documentos, a Amobitec faz questão de ressaltar que “a ampliação da proteção social não deve acontecer com base em regras antigas que não se adequam à realidade do trabalho em plataformas” (Amobitec, 2022, p. 2), isto é, deve haver uma legislação específica para o trabalho em plataformas.

Sobre a questão da remuneração, a posição da Amobitec desde o início do grupo de trabalho é a de garantir o pagamento do salário mínimo nacional proporcional ao “tempo efetivamente e comprovadamente trabalhado”. Aqui reside o principal tema de disputa entre as classes no grupo de trabalho: enquanto empresas defendem a contabilização do tempo de trabalho pelo tempo despendido em entregas, entregadores defendem o pagamento pelo tempo logado nos aplicativos. As empresas recusam a remuneração por “hora logada”, pois ela coloca em xeque o modo de funcionamento das plataformas, baseado na exploração do trabalho *just-in-time* e na obliteração das relações de assalariamento (Abílio, 2020; Antunes, 2020).

Para tentar driblar a recusa por parte da Bancada dos Trabalhadores em aceitar uma remuneração por hora “efetivamente trabalhada”, Nicolas Souza Santos avalia que as empresas tentavam explorar as divisões existentes entre os representantes dos trabalhadores, isto é, entre representantes de associações e de sindicatos, mas sem sucesso:

As empresas gostavam muito de fazer isso. Marcou uma reunião com a gente e marcou outra com o sindicato. Eles não sabiam que eu estava no telefone com o presidente do Sindimoto o tempo todo, eu falando com ele e ele falando comigo [...] as empresas estavam apostando muito nesse racha que poderia existir e explorar isso. Elas acabaram não conseguindo porque aconteceu um “quebra onda” ali, onde todas as opiniões conseguiram de certa forma convergir né, fora os problemas pessoais que existiam e que tudo bem, acontece na vida. Mas a gente conseguia de certa forma alinhar as nossas posições. As empresas seguem tentando fazer isso de conversar com uma aqui, outra ali, um aqui, outra ali, entendeu? Pra descobrir onde está a rachadura, no caso.

Sobre os outros temas, as declarações da Bancada das Empresas em documentos foram demasiado genéricas e não permitem maiores comentários, com exceção do tema da transparência. A Amobitec pareceu estar disposta a oferecer transparência somente para possibilitar que seja verificado que a remuneração dos trabalhadores se deu corretamente, mas nada disse sobre tornar públicos os critérios de punição, expulsão, promoção e outros recursos. Já o documento apresentado pela MID (2023b) em 26 de agosto foi o único que tratou explicitamente de transparência referente a critérios de bloqueio e suspensão.

Considerações Finais

Os antecedentes do GT revelam que a regulamentação do trabalho por aplicativo é de interesse dos representantes das três partes envolvidas na discussão. Para as organizações dos entregadores de aplicativos e sindicatos, trata-se, em suma, da possibilidade de conquistar formas de proteção social e direitos trabalhistas ausentes nessa modalidade de trabalho precarizado (Abílio, 2020; Grohmann, 2020; Filgueiras; Antunes, 2020). Para o governo Lula, além de ser uma pauta que contempla um setor expressivo da classe trabalhadora e das organizações que o apoiam, principalmente centrais sindicais e sindicatos, a regulação dessa forma de atividade resultaria na adição de aproximadamente 1,7 milhão de trabalhadores (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2023) ao sistema previdenciário, contribuindo para a almejada redução do déficit fiscal. Para as empresas, por fim, a regulamentação é essencial pela garantia jurídica que ela poderia fornecer ao seu modo de funcionamento. É diante desse cenário que se iniciam as discussões no GT de Regulamentação do Trabalho por Aplicativo em 2023.

A estratégia adotada pela Bancada dos Trabalhadores foi pautar primeiramente a questão da remuneração com enfoque na modalidade de pagamento, isto é, o pagamento por “hora logada”. Esse ponto é fundamental para a regulamentação do trabalho por aplicativo na medida em que não se trata somente de uma demanda econômica, mas de uma demanda por reconhecimento do vínculo de trabalho entre entregador e empresa, uma vez que se exige o pagamento pelo tempo que a força de trabalho se encontra disponível para a plataforma, indicando que mesmo no tempo de espera há uma relação de subordinação entre entregador e empresa. Assim, o modo com que a Bancada dos Trabalhadores pautou a questão da remuneração, além de responder ao anseio mais imediato da base da categoria, trazia consigo as reivindicações fundamentais do movimento: a remuneração por hora logada implica o reconhecimento do vínculo, o enquadramento das empresas como empregadoras do setor de transportes e, conseqüentemente, sua aprovação resultaria na obrigação da garantia de direitos

aos trabalhadores das empresas, tais como representação sindical, proteção social e aposentadoria, minando o caráter invisibilizado e precarizado dessa modalidade de trabalho *just-in-time* (Abílio, 2020; Filgueiras; Antunes, 2020).

A estratégia adotada pela Bancada dos Trabalhadores revelou-se coerente e bem articulada em relação aos seus objetivos fundamentais: o reconhecimento jurídico dos entregadores enquanto sujeitos de direitos trabalhistas e a efetivação de condições laborais dignas por meio do vínculo empregatício formal. Todavia, tal estratégia foi recusada pelas empresas que, plenamente conscientes das implicações dessa proposta, priorizaram a manutenção e consolidação do atual modelo de negócios das plataformas digitais. Esse modelo assenta-se na ausência do vínculo empregatício entre as plataformas e os trabalhadores, condição estrutural para a redução dos custos fixos empresariais, a externalização dos riscos e responsabilidades, e a preservação da flexibilidade operacional, ao preço da precarização das relações laborais (De Stefano, 2016; Wood *et al.*, 2019).

Assim, a partir do momento em que o objeto da negociação passou a ser a remuneração, as empresas adotaram uma postura de defesa de uma proposta pautada no pagamento por “hora efetivamente trabalhada”, estabelecendo um valor baseado no salário mínimo acrescido dos custos operacionais diretamente relacionados à atividade. Tal posicionamento revela o esforço das empresas em deslegitimar o conceito de “hora logada” que, ao contabilizar o tempo em que o trabalhador permanece conectado e à disposição da plataforma, expõe a subordinação estrutural e a precariedade do trabalho (Berg *et al.*, 2018; Cant, 2019).

O debate central no subgrupo de entregadores pode ser sintetizado na polarização entre as categorias conceituais “hora logada” *versus* “hora efetivamente trabalhada”. Essa controvérsia reflete uma disputa estrutural que ultrapassa o mero aspecto salarial e concentra as tensões em torno do reconhecimento ou não dos entregadores como empregados das plataformas, o enquadramento das plataformas enquanto empresas de transporte e a aplicação da legislação trabalhista vigente. Por um lado, o reconhecimento implicaria o estabelecimento de direitos sociais e trabalhistas fundamentais (como férias, seguro-desemprego, contribuições previdenciárias), enquanto, por outro, as plataformas buscam preservar a sua classificação como intermediárias tecnológicas, evitando a incidência da legislação trabalhista tradicional (Cherry; Aloisi, 2017; Deakin; Wilkinson, 2020).

Essa disputa também expressa o conflito entre a aplicação das normas jurídicas existentes, concebidas para garantir a proteção dos trabalhadores, e a tentativa de se instituir um novo marco regulatório que legitime e consolide um modelo laboral marcado pela flexibilização extrema e precarização. Os trabalhadores reivindicam proteção social, transparência, remuneração adequada e segurança jurídica; as empresas, em contrapartida,

esforçam-se para manter um modelo que externaliza os riscos, reduz custos e flexibiliza direitos (Wood *et al.*, 2019; Prassl, 2018).

Portanto, a oposição entre “hora logada” e “hora efetivamente trabalhada” representa não apenas um impasse técnico ou econômico, mas uma disputa epistemológica e política sobre a natureza das relações de trabalho na economia digital contemporânea. Revela as assimetrias de poder e controle na relação laboral e evidencia os desafios colocados ao direito do trabalho diante das transformações tecnológicas (Schor, 2020; Aloisi, 2016). A ausência de consenso no grupo de trabalho evidencia o confronto entre um projeto regulatório progressista, orientado pela justiça social, e um projeto empresarial que busca preservar o *status quo* da exploração estrutural dos trabalhadores em plataformas digitais.

Referências

Livros

- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CANT, Callum. **Riding for Deliveroo**: Resistance in the New Economy. Cambridge: Polity Press, 2020.
- DEAKIN, Simon; WILKINSON, Frank. **The law of the platform**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.
- HIESSL, Christina; GONSALES, Marco; RONCATO, Mariana; VAN DER LAAN, Murillo; ANTUNES, Ricardo (coord.). **Trabalho em plataformas**: regulamentação ou desregulamentação? São Paulo: Boitempo, 2024.
- PRASSL, Jeremias. **Humans as a service**: the promise and perils of work in the gig economy. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- SCHOR, Juliet. **After the gig**: how the sharing economy got hijacked and how to win it back. Oakland: University of California Press, 2020.

Capítulos de Livros

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 111-124.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.
- ANTUNES, Ricardo. Nota de apresentação: o Brasil na contramão da regulamentação do trabalho em plataformas. In: HIESSL, Christina *et al.* (coord.). **Trabalho em plataformas**: regulamentação ou desregulamentação? São Paulo: Boitempo, 2024. p. 9-18.
- FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59-78.
- GONSALES, Marco; RONCATO, Mariana; VAN DER LAAN, Murillo. Plataformização do trabalho, o cenário internacional e o Brasil. In: HIESSL, Christina *et al.* (coord.). **Trabalho em plataformas**: regulamentação ou desregulamentação? São Paulo: Boitempo, 2024. p. 19-38.
- GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 93-110.

HIESSL, Christina. Jurisprudência sobre a classificação de trabalhadores de plataforma: análise comparativa entre países europeus e conclusões provisórias. In: HIESSL, Christina *et al.* (coord.). **Trabalho em plataformas: regulamentação ou desregulamentação?** São Paulo: Boitempo, 2024. p. 39-213.

WEBSTER, Edward; MASIKANE, Fikile. Authoritarian Algorithmic Management: The Double-edged sword of the Gig Economies. In: WEBSTER, Edward. **Recasting workers power: work and inequality in the shadow of the digital age.** Bristol: Bristol University Press, 2023. p. 101-124.

WOODCOCK, Jamie. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020. p. 23-45.

Livros Eletrônicos

BERG, Janine; FURRE, Marianne; HARMON, Ellie; RANI, Uma; SILBERMAN, M. Six. **Digital labour platforms and the future of work: towards decent work in the online world.** Geneva: International Labour Organization, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40dcomm/%40publ/documents/publication/wcms_645337.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos.** São Paulo: Cebrap, 2023. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Amobitec12mai2023.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102035_informativo.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

RANGEL, Leonardo. **Proteção social dos trabalhadores de plataformas digitais: experiência internacional. América Latina e Europa, Texto para Discussão, n. 3004.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10419/299209>. Acesso em: 18 maio 2026.

Artigos em Periódicos

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019.

ALMEIDA, Paula; KALIL, Renan. Uma visão comparada de decisões sobre o vínculo jurídico dos trabalhadores via plataformas digitais: EUA (Califórnia), Espanha, Uruguai e Brasil. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 20, p. 1-13, 2021.

ALOISI, Antonio. Commoditized workers: case study research on labor law issues arising from a set of “on-demand/gig economy” platforms. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, p. 653-690, 2016.

CHERRY, Miriam; ALOISI, Antonio. “Dependent contractors” in the gig economy: a comparative approach. **American University Law Review**, v. 66, n. 3, p. 635-689, 2017.

DE STEFANO, Valerio. The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork, and labor protection in the “gig-economy”. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, p. 471-504, 2016.

MODA, Felipe; GONSALES, Marco. Por dentro da mobilização global dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Pensata**, Guarulhos, v. 9, n. 1, p. 1-19, jul. 2020.

RIBEIRO, Andressa. Taylorismo, fordismo e Toyotismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

WOOD, Alex; GRAHAM, Mark; LEHDONVIRTA, Vili; HJORTH, Isis. Good gig, bad gig: autonomy and algorithmic control in the global gig economy. **Work, Employment and Society**, v. 33, n. 1, p. 56-75, 2019.

Notícias e Reportagens

BARROS, Carlos Juliano. Lei do salário mínimo de entregadores em NY salva vidas, diz revista. **UOL**, 16 jan. 2024. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/columnas/carlos-juliano-barros/2024/01/16/lei-do-salario-minimo-de-entregadores-em-ny-tambem-salva-vidas-diz-revista.htm>. Acesso em: 11 mar. 2024.

HERNÁNDEZ, Gerardo. Reforma laboral de plataformas digitales es publicada en el DOF, entra en vigor en 2025. **El Economista**, 24 dez. 2024. Capital Humano. Disponível em: https://www.eleconomista.com.mx/capital-humano/reforma-plataformas-digitales-publicada-dof-entra-vigor-20241224-739611.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 maio 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Grupo de Trabalho decide ampliar processo de qualificação e capacitação para motociclistas de aplicativos**. Ministério do Trabalho e Emprego, 3 jul. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/julho/grupo-de-trabalho-decide-ampliar-processo-de-qualificacao-e-capacitacao-para-motociclistas-de-aplicativos>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plataformas assumem compromisso e vão entregar documentos com pontos de consenso no GT dos aplicativos**. Ministério do Trabalho e Emprego, 18 jul. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/julho/plataformas-assumem-compromisso-e-vaio-entregar-documento-com-pontos-de-consenso-no-gt-dos-aplicativos>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ministérios lançam Grupo de Trabalho com entregadores de aplicativos para promover direitos**. Secretaria-Geral da Presidência da República, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2025/dezembro/ministerios-lancam-grupo-de-trabalho-com-entregadores-de-aplicativos-para-promover-direitos>. Acesso em: 17 maio 2026.

OLIVEIRA, Vanilda. CUT e demais centrais entregam proposta para direitos de trabalhador por aplicativo. **CUT**, 1 jun. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-e-demais-centrais-entregam-proposta-para-direitos-de-trabalhador-por-aplicat-fe02>. Acesso em: 11 mar. 2024.

SAMPAIO, Cristiane; STROPASOLAS, Pedro. Entregadores de aplicativos fecham Ponte Estaiada em SP durante greve nacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 jul. 2020. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/01/entregadores-de-aplicativos-fazem-paralisacao-nacional-acompanhe-em-tempo-real>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SUAREZ, Laura. Colômbia aprova lei com direitos trabalhistas para entregadores. **Mobile Time**, 23 jun. 2025a. Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/noticias/23/06/2025/colombia-entregadores/>. Acesso em: 18 maio 2026.

SUAREZ, Laura. Uruguai regulamenta trabalho em plataformas digitais. **Mobile Time**, 20 ago. 2025b. Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/noticias/20/08/2025/uruguai-apps/>. Acesso em: 18 maio 2026.

Vídeo

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Regulamentação da atividade dos trabalhadores de aplicativos. **YouTube**, 4 out. 2023. 1 vídeo (2 h 58 min 3 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HdiejnuALJw>. Acesso em: 12 mar. 2024.

Documentos Oficiais e Institucionais

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Amobitec: proposta de ganhos mínimos para os trabalhadores**. [S.l.], 2023a. Disponível em: <https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/08/Amobitec-Proposta-de-ganhos-minimos-para-o-GT-vf.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Considerações sobre a proposta da bancada dos trabalhadores (entregadores)**. [S.l.], 2023b. Disponível em: <https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/09/Consideracoes-proposta-trabalhadores-entregadores.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Posição da Amobitec – Delivery 12/09/2023**. [S.l.], 2023c. Disponível em: https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/09/Amobitec-posicionamento-reuniao-12_09_23.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Princípios para a regulação do trabalho em plataforma**. [S.l.], 2023d. Disponível em: <https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/09/V4-Amobitec-Principios-para-a-regulacao-do-trabalho-em-plataforma-bancada-das-empresas-Documentos-Google.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Proposta de ganhos mínimos para os trabalhadores (entregadores)**. [S.l.], 2023e. Disponível em: <https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/08/Amobitec-Proposta-de-ganhos-minimos-completa-Delivery-vf.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Proposta de regulamentação do trabalho via plataformas digitais** – entregadores. [S.l.], 2023f. Disponível em: https://amobitec.org/wp-content/uploads/2023/08/Proposta-Delivery-28_08_23-vf.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOBILIDADE E TECNOLOGIA (Amobitec). **Proteção Social de trabalhadores em plataformas**: Carta de princípios. Brasília, 2022. Disponível em: <https://amobitec.org/wp-content/uploads/2022/04/GT-Trab-Plataformas-Carta-de-Principios.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Decreto n. 11.513, de 1 de maio de 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, ano CLXI, n. 81-H, p. 1, 1 maio 2023a. Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=615&pagina=1&data=01/05/2023&totalArquivos=2>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Portaria SE/MTE n. 1.745, de 19 maio 2023. Dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho de que trata o Decreto n. 11.513. **Diário Oficial da União**, Brasília, ano CLXI, n. 101, p. 90, 29 maio 2023b. Seção 2. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/05/2023&jornal=529&pagina=90&totalArquivos=110>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Relatório final**: Grupo Técnico de Trabalho (GTT) Entregadores por Aplicativo. Brasília: Presidência da República, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/trabalhadores-por-app/20260324-relatorio-gtt-trabalhadores-por-app.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS *et al.* **Proposta de remuneração e custos operacionais dos trabalhadores e trabalhadoras de entrega**. [S.l.], 2023.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Resolution to place on the agenda of the next ordinary session of the Conference an item entitled “Decent work in the platform economy”**. Geneva: International Labour Organization, 2025. Disponível em: <https://www.ilo.org/resource/record-decisions/resolution-place-agenda-next-ordinary-session-conference-item-entitled-0>. Acesso em: 18 maio 2026.

MOVIMENTO INOVAÇÃO DIGITAL. **Posicionamento final**. Brasília, 2023a.

MOVIMENTO INOVAÇÃO DIGITAL. **Proposta das plataformas digitais associadas**. Brasília, 2023b.

Recebido em: 16/6/2025

Aceito em: 25/5/2026

**EMPREENDEADORISMO COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES?
dissonâncias entre o Programa Empreender-PB e a proteção social do trabalho**

***ENTREPRENEURSHIP AS A STRATEGY TO COMBAT INEQUALITIES?
dissonances between the Empreender-PB Program and social protection of labor***

Raynnara Laurentino Rodrigues*

Maurício Rombaldi**

Resumo

Nas últimas décadas, políticas de orientação neoliberal têm sido implementadas por meio do enfraquecimento do papel do Estado na promoção da proteção social e na redução das desigualdades. Esse processo se articula à formulação de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, que transferem aos indivíduos a responsabilidade por sua inserção produtiva e pela superação de situações de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o presente estudo analisa o Programa Empreender-PB com o objetivo de examinar em que medida suas diretrizes e formas de implementação reproduzem lógicas associadas à precarização e à informalidade do trabalho, bem como avaliar seu potencial como estratégia de inserção produtiva e de promoção da mobilidade social ascendente entre as trabalhadoras beneficiadas. A análise fundamenta-se em revisão bibliográfica, exame da documentação institucional do programa e entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores e beneficiárias da política. Conclui-se que o Empreender-PB contribui para o desenvolvimento dos empreendimentos apoiados. Contudo, ao enfatizar a responsabilização individual pela inserção produtiva, o programa também tende a naturalizar condições precárias de trabalho e a obscurecer condicionantes estruturais que produzem efeitos objetivos e subjetivos sobre as trajetórias das beneficiárias. Ademais, a recorrente dependência de redes informais de apoio e de outras políticas de proteção social sugere que o empreendedorismo raramente se constitui como uma estratégia capaz de assegurar, por si só, mobilidade social ascendente e autonomia econômica duradoura.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Políticas Públicas. Trabalho. Gênero.

Abstract

Over the past decades, neoliberal-oriented policies have been implemented through the weakening of the State's role in promoting social protection and reducing inequalities. This process has been accompanied by the formulation of public policies that encourage entrepreneurship, transferring to individuals the responsibility for their productive inclusion and for overcoming situations of social vulnerability. In this context, the present study analyzes the Empreender-PB Program in order to examine the extent to which its guidelines and modes of implementation reproduce logics associated with labor precarization and informality, as well as to assess its potential as a strategy for productive inclusion and the promotion of upward social mobility among beneficiary women workers. The analysis is based on a literature review, an examination of the program's institutional documentation, and semi-structured interviews conducted with program managers and beneficiaries. The findings indicate that Empreender-PB contributes to the development of the supported enterprises. However, by emphasizing individual responsibility for productive inclusion, the program also tends to naturalize precarious working conditions and to obscure structural constraints that produce both objective and subjective effects on beneficiaries' trajectories. Furthermore, the recurrent dependence on informal support networks and other social protection policies suggests that entrepreneurship rarely constitutes, in itself, a strategy capable of ensuring upward social mobility and lasting economic autonomy.

Keywords: Entrepreneurship. Public Policies. Work. Gender.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). E-mail: raynnara.rodrigues@academico.ufpb.br

** Doutor em sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Bolsista Produtividade PQ/CNPq. E-mail: mauricio.rombaldi@gmail.com

Introdução

A disseminação de políticas públicas orientadas por premissas neoliberais tem produzido transformações significativas na forma como o Estado se posiciona diante das questões sociais, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento das desigualdades e à promoção da proteção social no trabalho. Nas últimas décadas, à medida que se reduz a capacidade do Estado de garantir direitos sociais amplos, observa-se o deslocamento de suas estratégias para políticas que priorizam o empreendedorismo como mecanismo de inclusão produtiva e de mobilidade social em contextos marcados por desemprego, informalidade e desigualdade de oportunidade. No entanto, tais iniciativas frequentemente transferem para trabalhadoras e trabalhadores a responsabilidade por sua inserção no mercado laboral e pela superação de situações de vulnerabilidade social que, muitas vezes, permanecem inalteradas. Partindo dessa problemática, o presente estudo¹ analisa em que medida o Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba (Empreender-PB) pode ser compreendido como política pública efetiva de inserção produtiva e mobilidade social ou se, na prática, opera como um instrumento de reprodução de desigualdades no mundo do trabalho, ao reforçar a lógica neoliberal de responsabilização individual e padrões de precarização e informalidade laboral.

O fenômeno do neoliberalismo tem sido interpretado a partir de múltiplas perspectivas, que variam de leituras que o apresentam como uma doutrina econômica centrada na desregulamentação dos mercados e retração do papel do Estado, até abordagens que o concebem como uma racionalidade política e um projeto de reorganização das formas de governo e de regulação social. Entre essas interpretações, Wacquant (2012) argumenta que o neoliberalismo não consiste simplesmente em uma doutrina econômica que defende a supremacia do mercado e a redução do Estado, mas em um projeto político de reengenharia estatal que subordina a ação pública às normas e aos imperativos mercadológicos difundidos pela retórica neoliberal. Nessa perspectiva, o Estado sob influência do neoliberalismo não desaparece ou torna-se mínimo: ao contrário, atua ativamente na construção de mercados, na produção de subjetividades e na imposição de normas mercantis sobre os cidadãos. Nesse contexto, a agenda social se transforma em um conjunto de políticas voltadas à disciplina, à

¹ O presente artigo reúne parte dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Empreendedorismo feminino nas políticas públicas: as ambivalências do programa Empreender Paraíba junto às trabalhadoras de João Pessoa/PB”, desenvolvida por Raynnara Laurentino Rodrigues, sob orientação do Prof. Dr. Maurício Rombaldi, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB) com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

moralização e à responsabilização do indivíduo por sua própria sobrevivência, especialmente aqueles das camadas mais pobres (Wacquant, 2012).

Nesse cenário, o campo do trabalho tem perdido seu caráter protetivo baseado em direitos, convertendo-se em um conjunto de instrumentos que induzem os indivíduos a se comportarem como “empreendedores de si”, frequentemente na condição de autônomos ou trabalhadores por conta própria. Inseridas nesse quadro, as políticas públicas de empreendedorismo não se configuram apenas como estratégias econômicas, mas como instrumentos que operam como racionalidade disciplinadora do Estado neoliberal, ao converter a inserção produtiva em obrigação moral de autogestão e de aceitação individualizada dos riscos, da instabilidade e das incertezas do mercado de trabalho.

No campo das políticas públicas que estimulam o empreendedorismo, observa-se a dissonância na relação dos trabalhadores contemplados com a proteção social no trabalho, evidenciada pela ausência de demandas ou de iniciativas voltadas à formalização como mecanismo de garantia de acesso a direitos. Argumenta-se, assim, que programas como o Empreender-PB não apenas deixam de promover a inserção laboral protegida, como também contribuem para a constituição de percepções particulares sobre direitos, produzindo ambiguidades em torno das promessas de autonomia econômica.

Para este estudo², além do exame da documentação institucional do programa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores do Empreender-PB e entrevistas em profundidade com trabalhadoras contempladas pela política, com o objetivo de apreender o programa em duas dimensões complementares, embora frequentemente contraditórias: a perspectiva institucional e a experiência vivida. A articulação dessas entrevistas mostrou-se analiticamente relevante ao evidenciar dissonâncias entre intenções e efeitos, bem como tensões entre objetivos declarados de combate às desigualdades e suas consequências práticas. Destacam-se, ainda, os contrastes entre as narrativas institucionais de valorização do trabalho e a experiência cotidiana das beneficiárias, marcada por incertezas e instabilidades econômicas de origem estrutural que, no âmbito de políticas públicas de orientação neoliberal, tendem a ser deslocadas para os próprios contemplados.

² Durante a finalização deste trabalho, os autores utilizaram de ferramentas de inteligência artificial GPT-5.3, exclusivamente para revisão linguística e correção gramatical. Todo o conteúdo científico, metodológico e analítico foi elaborado pelos autores, que assumem total responsabilidade pela publicação, conforme os princípios do método científico.

Influenciado por políticas públicas de fornecimento de crédito e microcrédito que foram implementadas no país ao longo da década de 1990 e 2000 pelo governo federal³, bem como por iniciativas desenvolvidas em municípios paraibanos⁴, o Empreender-PB se consolidou como principal política pública a acolher e conduzir a ideia do empreendedorismo e do microempreendedorismo como mecanismos de inserção produtiva no estado da Paraíba (Paraíba, 2013, 2024a). Criado em 2011 e formalizado em 2013, o programa possui status de secretaria estadual, sendo financiado por recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – criado pela Lei Estadual nº 9.335, de 25 de janeiro de 2011.

O principal objetivo do Empreender-PB é estimular, por meio da concessão de crédito produtivo orientado, a geração de ocupação e renda entre empreendedores paraibanos, bem como apoiar e fortalecer associações e cooperativas de produção, iniciativas de economia solidária, microempreendedores individuais, microempresários e empresários de pequeno porte que atuam no estado (Paraíba, 2013)⁵. Além disso, o Programa enfatiza, entre suas diretrizes, o enfrentamento das desigualdades sociais no âmbito do trabalho (Paraíba, 2020, 2024a). Para apoiar diferentes atividades econômicas, o Empreender-PB oferece condições diferenciadas de juros e prazos de pagamento conforme as linhas de crédito e inclui, como etapa obrigatória, cursos de capacitação em gestão empresarial. De forma complementar, promove feiras e eventos destinados a ampliar a visibilidade e a inserção mercadológica dos produtos e serviços ofertados pelos beneficiários (Paraíba, 2024a). Entre as particularidades, destaca-se o atendimento a um público que, em geral, não obtém crédito no setor bancário privado em razão das exigências contratuais e das elevadas taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais.

No Brasil, desde a década de 1990 políticas públicas com desenho e agenda semelhantes aos do Empreender-PB foram concebidas como respostas aos problemas estruturais dos

³ Como o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

⁴ No estado da Paraíba, as primeiras políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo surgiram no município de João Pessoa, sob a gestão de Ricardo Coutinho (2005-2010). As principais ações foram criadas ainda no primeiro ano de mandato como prefeito, a saber: o Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios (Empreender-JP) e o Projeto Cinturão Verde, voltado ao apoio da agricultura familiar e urbana.

⁵ Embora o Empreender-PB incorpore, em suas diretrizes formais, iniciativas de economia solidária, tal inclusão evidencia uma tensão ideológica nas políticas de inserção produtiva. Enquanto o empreendedorismo se orienta por princípios individualizantes e mercadológicos, a economia solidária se fundamenta em valores coletivos e cooperativos, expressando uma racionalidade distinta da lógica neoliberal. Na prática, porém, essas fronteiras se diluem, sobretudo quando ambas as perspectivas são tratadas como equivalentes, sem o reconhecimento de suas especificidades. Desse modo, o desenho institucional do programa revela uma zona de ambiguidade, na qual a economia solidária é contemplada sem suporte diferenciado, o que reforça a predominância da lógica empreendedora e subordina formas coletivas aos imperativos de mercado (Rodrigues, 2025).

mercados de trabalho locais e às crises econômicas, sendo apresentadas como instrumentos de promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e de inserção laboral de grupos específicos, como mulheres, jovens e população negra. Contudo, o destaque conferido a essas iniciativas não ocorreu de forma repentina. A literatura indica que o fomento ao microempreendedorismo resultou de reconfigurações nas estruturas dominantes do capitalismo, impulsionadas por atores e ideias hegemônicas que buscaram adequar as sociedades ao modelo de acumulação flexível e aos pressupostos do neoliberalismo (Dardot; Laval, 2016; Farias, 2012; Wacquant, 2012; Lima; Vêras de Oliveira, 2021).

Com o propósito de mitigar os conflitos sociais oriundos da reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, instituições financeiras multilaterais, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a difundir, a partir dos anos 1980, um novo conjunto de políticas sociais. Os diagnósticos a respeito dos problemas estruturais, com o desemprego, a pobreza e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, apontavam para soluções amparadas na expansão das capacidades individuais, na adaptação da força de trabalho ao capitalismo flexível, a individualização, ao viés da concorrência e a racionalidade do mercado (Lima; Vêras de Oliveira, 2021). Nesse quadro, políticas de proteção social e trabalhista foram relegadas a segundo plano ou reformuladas⁶, enquanto medidas como reformas previdenciárias, políticas de microcrédito e qualificação, programas de transferência de renda condicionada e outras políticas voltadas à flexibilização do trabalho ganharam centralidade (Farias, 2012).

Ao incorporar a dimensão de gênero, esse movimento se associa à difusão da ideia do “empreendedorismo feminino” como a principal alternativa de inserção produtiva para mulheres. No Brasil, essa formulação se apoia em um mercado de trabalho marcado por desigualdades persistentes, no qual grande parte das mulheres permanece concentrada em ocupações de baixa remuneração, com reduzidas oportunidades de mobilidade profissional e forte incidência da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2017). Foi diante desse contexto, nos anos 1990, que se consolidou, no campo das políticas de trabalho, um ambiente favorável ao estímulo do empreendedorismo feminino individual⁷. Desde então, essa perspectiva passou a

⁶ A nível mundial, o principal exemplo foi o desmonte do *Welfare State* nos países centrais. No caso brasileiro, o exemplo mais recente foi a Reforma Trabalhista de 2017 e a Lei da Terceirização.

⁷ Isso ocorreu mediante uma denúncia encaminhada pelo movimento social à Organização Internacional do Trabalho (OIT) acerca do descumprimento, pelo Brasil, da Convenção 111 sobre discriminação no emprego e ocupação, assinada pelo país em 1965, mas nunca efetivada. Em resposta à denúncia, diferentes pastas ministeriais passaram a promover ações voltadas à implementação dos princípios da referida Convenção, desde ações para

ser amplamente mobilizada por instituições e diferentes níveis de governo como estratégia para promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a redução das discriminações de gênero. Contudo, essa abordagem tem sido objeto de críticas por produzir efeitos ambivalentes para as mulheres, sobretudo por se desvincular de políticas de proteção social.

Em um contexto no qual a responsabilização individual tende a obscurecer condicionantes estruturais, tornam-se menos visíveis as barreiras sistêmicas que incidem sobre a vida produtiva e reprodutiva feminina. Assim, a perspectiva do empreendedorismo feminino contribui para consolidar e naturalizar a figura da “mulher moderna multifuncional”, apresentada como capaz de conciliar e sustentar múltiplas jornadas em nome da independência financeira, da complementação da renda ou da garantia do bem-estar familiar, mesmo quando inseridas em atividades marcadas por limitado acesso à proteção social e reduzidas oportunidades de mobilidade profissional. Nesses termos, compreender como as contempladas pelo Empreender-PB experienciam as ambiguidades das promessas do empreendedorismo torna-se fundamental para avaliar os alcances e limites desse tipo de programa.

O advento do neoliberalismo e o panorama das políticas públicas de empreendedorismo voltadas ao trabalho no Brasil

A nova ordem mundial configurada a partir dos anos 1970 consolidou um modelo de organização social alinhado às premissas neoliberais, especialmente na orientação política e na condução do Estado. Medidas como privatizações, abertura comercial, defesa do livre mercado e flexibilização de direitos trabalhistas passaram a orientar reformas adotadas por diversas economias para enfrentar a crise fiscal e o baixo crescimento econômico⁸. O Estado passou a orientar-se para o alcance da eficiência das ações públicas, sob o argumento de que a produtividade deveria ser alcançada ao menor custo possível, especialmente no campo social. Nesse quadro, a intervenção estatal passou a priorizar incentivos ao crescimento econômico e à estabilidade dos mercados, enquanto a eliminação de direitos trabalhistas e a flexibilização da legislação do trabalho e das normas contratuais se consolidaram como traços marcantes do mundo do trabalho na segunda metade do século XX.

estabelecer as mulheres como público prioritário nos principais programas nacionais de qualificação até estratégias de incorporar a problemática de gênero em todos os âmbitos institucionais (Leite; Souza, 2010).

⁸ Dentre os principais exemplos, estão o governo de Ronald Reagan (1981-1990) nos Estados Unidos e de Margareth Thatcher (1979-1990) no Reino Unido.

No Brasil, a adequação às políticas neoliberais intensificou-se ao longo dos anos 1990. No plano econômico, o país aderiu ao ajuste fiscal e à estabilização monetária com o Plano Real (1994), promoveu a abertura comercial e a internacionalização do capital, expôs o mercado interno à concorrência internacional e privatizou empresas estatais sob o argumento de reduzir o déficit público. Em consonância, implementou medidas que consolidaram a austeridade fiscal, a desregulamentação econômica e a incorporação dos princípios de mercado ao aparelho estatal. Contudo, ao longo da década, o mercado de trabalho tornou-se mais restritivo. O emprego assalariado com registro expandiu-se de forma limitada, enquanto os postos sem carteira assinada e as ocupações por conta própria ou autônomas cresceram em ritmo mais intenso. Entre 1993 e 1999, por exemplo, as ocupações informais cresceram a uma taxa de 8%, superior à observada no setor formal (7,2%) e ao crescimento total das ocupações no país (7,7%) (Vasconcelos; Targino, 2015). Diante do aumento do desemprego, da pobreza, da informalidade e das desigualdades, intensificou-se a necessidade de o Estado formular estratégias por meio de políticas de emprego, trabalho e renda.

Nesse contexto, na década de 1990 amplia-se os instrumentos institucionais voltados às políticas públicas de trabalho no país. Em janeiro de 1990, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que se tornou a principal fonte de financiamento do seguro-desemprego, do abono salarial e de outras políticas públicas de trabalho. Trata-se de um fundo especial de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e composto pela arrecadação do PIS/PASEP. Conforme explica Oliveira (2012), diante dos problemas da fome e da miséria, a partir de 1993 as demandas políticas relacionadas ao combate à exclusão passaram a convergir para medidas que ultrapassassem ações emergenciais e compensatórias. Por essa razão, o FAT deixou de ser concebido apenas como um fundo de auxílio ao desempregado e passou a ser entendido como uma fonte de recursos destinada a beneficiar os trabalhadores, especialmente os de baixa renda.

Entre 1994 e 1995, o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) se consolidou no país, com a ampliação de políticas distribuídas em três áreas: i) compensatórias, como o abono salarial e o seguro-desemprego; ii) ativas, como qualificação profissional e intermediação de mão de obra; iii) crédito e microcrédito, voltadas a setores produtivos capazes de gerar trabalho e renda (Serra, 2009). No plano social, também cresceu a preocupação com grupos que enfrentavam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, como mulheres, pessoas com deficiência, jovens e negros. Com o objetivo de dar visibilidade às

desigualdades de gênero e à discriminação, observou-se, na segunda metade da década de 1990, uma inflexão no aparelho estatal voltada à promoção da diversidade e da igualdade, expressa na incorporação dessas pautas em diferentes ministérios e órgãos governamentais (Leite; Souza, 2010).

Entre empresários e agentes governamentais, o desemprego passou a ser diagnosticado não como um problema social, mas como um obstáculo cuja causa seria atribuída aos próprios trabalhadores (Lima; Vêras de Oliveira, 2021). Sob esse pretexto, programas de geração de emprego e renda voltados à reinserção e a inserção produtiva dos trabalhadores, ao estímulo da capacidade empreendedora, à autossustentação de pequenos empreendimentos e à criação de oportunidades individualizadas de trabalho ganham centralidade. Em outras palavras, as políticas de trabalho passam a ser desenhadas como programas voltados à empregabilidade⁹, deslocando para os trabalhadores a centralidade da responsabilidade pela inserção laboral.

Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), instituído pela Resolução Codefat nº 59, de 1994. Articulado ao Programa de Combate à Fome e à Miséria, o Proger passou a atuar por meio da concessão de crédito a micro e pequenas empresas, formais e informais, cooperativas e outras formas associativas de produção com baixa capacidade técnico-gerencial e sem acesso ao sistema formal de crédito, sobretudo no espaço urbano, onde os níveis de desemprego eram mais elevados. Além da oferta de crédito, o programa também previa ações de capacitação gerencial e acompanhamento das iniciativas. A criação e a implementação do Proger ocorreram em um contexto de agravamento do desemprego no país, que, em 1995, alcançou cerca de 17% da população economicamente ativa (Oliveira, 2012).

O ano de 1995, que marca o início do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), caracterizou-se pela ampliação de políticas sociais voltadas à transferência de renda condicionada, à qualificação profissional e à oferta de crédito e microcrédito direcionados aos segmentos de menor renda. Estabelecido em 1995 por meio de convênios entre governos estaduais e entidades públicas e sociais, e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor) tornou-se o principal programa de qualificação profissional do governo federal no período. Financiado com recursos do FAT, o

⁹ O termo empregabilidade refere-se à capacidade de um indivíduo de se manter inserido ou de ingressar no mercado de trabalho. É geralmente associado a um conjunto de competências, habilidades e atributos individuais que os trabalhadores precisam dispor para tornarem-se “adequados” às exigências do mercado de trabalho (Leite, 1997).

programa tinha como objetivo o aumento da produtividade e da capacitação de trabalhadores com baixa qualificação. Embora tenha sido alvo de críticas quanto à sua efetividade, o Planfor destacou-se por assumir, pela primeira vez, o compromisso explícito de incorporar a igualdade de gênero e raça em sua agenda (Kon, 2016).

No mesmo quadro, em 1996, o BNDES lançou o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), iniciativa voltada à difusão do microcrédito e à criação de uma rede institucional capaz de ampliar o acesso ao crédito para trabalhadores de baixa renda excluídos do sistema financeiro convencional. O PCPP foi precursor das políticas de microcrédito no Brasil. Em 2003, foi substituído pelo Programa de Microcrédito (PM), vigente por dois anos, e posteriormente substituído pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em abril de 2005 e ainda em vigor (BNDES, 2025). Além do suporte financeiro, o PNMPO oferece capacitação empreendedora aos beneficiários. Sua metodologia tornou-se referência para políticas de empreendedorismo em diferentes níveis de governo, como o programa Empreender Paraíba, que adota o mesmo modelo de crédito associado à capacitação¹⁰.

Em meio a esse conjunto de políticas, em razão da influência do discurso neoliberal sobre a agenda governamental brasileira, o incentivo ao empreendedorismo e ao autoemprego ganhou centralidade. Com a virada do século, contudo, observa-se uma inflexão relativa na atuação do Estado, que passou a enfatizar a valorização do trabalho formal como vetor de inclusão e desenvolvimento. Essa orientação se expressou na política de valorização do salário-mínimo, na expansão do emprego formal, na ampliação do acesso ao crédito e nos incentivos à formalização de atividades econômicas. Ainda assim, embora representem mudanças em relação à lógica neoliberal predominante nos anos 1990, essas iniciativas preservaram elementos de continuidade, especialmente na valorização do empreendedorismo como alternativa ao emprego assalariado. Desse modo, conformou-se um arranjo híbrido entre dimensões sociais e produtivistas que caracterizou o cenário brasileiro da década de 2000.

Um dos exemplos expressivos dessa orientação foi a instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, por meio da Lei Complementar nº 123, de

¹⁰ O FAT – Empreendedor Popular também foi outra política que possuía as mesmas características. Criada em 2002, em face da baixa cobertura da demanda potencial e da necessidade de ampliação do acesso ao microcrédito no Brasil, o FAT – Empreendedor Popular objetivava, para além de ampliar o alcance do microcrédito, atuar de forma focalizada. O programa permitiu a atuação dos agentes financeiros em diferentes formas (primeira e segunda linha), com (ou sem) exigências de contrapartida de instituições de microfinanças, além de também possibilitar a participação de cooperativas de crédito (Passos; Costanzi, 2002).

14 de dezembro de 2006¹¹, que criou a figura do Microempreendedor Individual (MEI). A medida busca promover a formalização de atividades informais, ampliar a inclusão previdenciária de trabalhadores autônomos e por conta própria e possibilitar a emissão de notas fiscais pelos serviços prestados. Na prática, contudo, o instrumento também contribuiu para institucionalizar formas de trabalho com menor proteção social e abriu espaço para práticas de fraude nas relações de trabalho, notadamente por meio da chamada **pejotização**, na qual empregadores substituem vínculos assalariados formais pela contratação de pessoas jurídicas.

A partir do governo Temer (2016-2018), as medidas de desregulamentação do trabalho voltaram a ganhar força no Brasil. Destacam-se a Lei da Terceirização, que autorizou a terceirização em todas as atividades econômicas, inclusive no setor público, e a Reforma Trabalhista de 2017, considerada um dos mais profundos processos de reconfiguração do sistema de proteção social e trabalhista brasileiro, ao alterar dispositivos centrais da CLT e relativizar garantias consolidadas pela Constituição de 1988.

O Empreender-PB: dissonâncias entre seus objetivos e a proteção social do trabalho

Conforme observado, a expansão das políticas neoliberais de desregulamentação do trabalho no Brasil foi acompanhada pela difusão de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo. O programa Empreender-PB insere-se nesse contexto ao propor a concessão de crédito orientado, a capacitação de pequenos empreendedores e o acesso a feiras e eventos como mecanismos de promoção da inclusão produtiva. Além disso, busca dialogar com objetivos de combate à pobreza, redução das desigualdades e promoção do crescimento econômico com inclusão social (Paraíba, 2016, 2020, 2024c).

O Empreender possui características específicas que o difere de algumas outras políticas de crédito orientado, as quais foram criadas ao longo dos anos da sua vigência. Uma das principais é o fato de que os empréstimos fornecidos pela referida política são divididos em 15 linhas de crédito, organizadas nas seguintes naturezas: os direcionados às Pessoas Físicas e os direcionados às Pessoas Jurídicas¹². Além do financiamento por meio do crédito e da oferta de capacitação em gestão empresarial, o programa também promove ações como a Feira de Negócios e Empreendedorismo da Paraíba (FENEMP), que busca promover, divulgar, mobilizar e estimular a interação participativa e a partilha de experiências entre os

¹¹ Posteriormente substituída pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

¹² Para saber mais, ver: <<https://www.empreenderpb.pb.gov.br/paginas/linhas-de-credito>>. Acesso em: mar. 2026.

contemplados do Programa (Paraíba, 2024a), e o Projeto Circuito Empreender, que objetiva inserir os contemplados dos municípios de menor porte no cenário empreendedor do estado em feiras ou outros eventos com parceiros do Programa¹³.

O Empreender-PB também possui ações alternativas para os beneficiários que, em algum momento após a tomada de crédito, tornaram-se inadimplentes, como o projeto “Resgate Empreender”. Essa ação disponibiliza descontos de 95% sobre juros e multas, oferece entrada mínima de R\$100,00 e um prazo máximo de parcelamento em até 60 meses para contratos com no mínimo 1 (um) ano de inadimplência (Paraíba, 2024a). Ademais, o Empreender oferta minicursos, *workshops*, palestras para o público contemplado e para os participantes dos eventos que realiza.

Até o ano de 2024 o Programa já conseguiu alcançar todos os 223 municípios paraibanos (Paraíba, 2024a). A respeito dos montantes de recursos liberados para o estado da Paraíba, de acordo com o site do Governo Estadual, estima-se que foram liberados cerca de R\$ 257.291.445,13 entre 2011 e 2023, em um total de 41.581 processos pagos¹⁴ (Paraíba, 2024b). Sob o recorte do gênero, a participação de mulheres é mais expressiva que a dos homens em todos os anos de vigência da referida política. Entre 2011 e 2023, as mulheres captaram, em média, 55,30% do total de recursos ofertados, enquanto a participação masculina girou em torno dos 44,70% dos empréstimos oferecidos pela referida política (Paraíba, 2024b). Na cidade de João Pessoa, a participação das mulheres no público-alvo é ainda mais expressiva, chegando a 57,57% do total de empréstimos fornecidos pelo programa em 2023¹⁵.

Embora relevantes, esses dados não indicam necessariamente que o trabalho feminino esteja sendo priorizado pela política pública no enfrentamento de desigualdades e vulnerabilidade social. Antes, sugerem que, no âmbito local, as mulheres constituem o grupo mais engajado na captação dos recursos oferecidos por esse tipo de política pública. Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar não somente o panorama de disponibilização de crédito, mas, sobretudo, as experiências e percepções das contempladas. Por essa razão, analisam-se as perspectivas de trabalhadoras contempladas pelo Empreender-PB, com o

¹³ O Empreender-PB destaca a presença e o incentivo de alguns parceiros institucionais, como alguns órgãos do Governo do Estado da Paraíba, a Receita Federal, a Receita Estadual, o Procon, o SENAI, o Sebrae, Universidades, Secretarias de Estado, Sescop, Banco do Nordeste, dentre outros (Paraíba, 2024a).

¹⁴ Nesta contagem, também se considera os valores e os processos pagos via renovação de crédito.

¹⁵ Essa porcentagem deriva do montante total disponibilizado para primeiro empréstimo, desconsiderando os valores ofertados para renovação de crédito (Paraíba, 2024b).

objetivo de compreender de que modo políticas de fomento ao empreendedorismo atuam na inserção e permanência das mulheres em atividades laborais e em processos de mobilidade social, bem como de que forma iniciativas como essa podem mitigar ou reforçar dinâmicas de precarização, endividamento e reprodução das desigualdades.

Histórias Cruzadas: a perspectiva dos gestores e das trabalhadoras contempladas

Quando o programa Empreender-PB é analisado à luz das trajetórias sociais das mulheres contempladas e do discurso institucional de seus gestores, emergem dissonâncias entre os objetivos declarados, centrados na inclusão, autonomia e fortalecimento econômico, e os efeitos concretos de inclusão e superação das desigualdades. Essa dissonância manifesta-se tanto na incorporação, pelas beneficiárias, de discursos meritocráticos socialmente difundidos por instituições públicas e ambientes de socialização, quanto no efetivo movimento de substituição da promoção do trabalho formal pela valorização de formas precárias de geração de renda. Nesse sentido, a lógica que orienta o Empreender-PB exemplifica o processo descrito por Wacquant (2012), segundo o qual o Estado neoliberal se reorganiza para adaptar os indivíduos às dinâmicas do mercado, convertendo direitos em obrigações econômicas e condicionando a cidadania ao desempenho produtivo de trabalhadoras e trabalhadores.

Para os gestores do Empreender-PB, o principal mecanismo de promoção da geração de renda com inclusão social consiste na “injeção de recursos financeiros nos municípios”, por meio da concessão de crédito, associada à oferta de cursos de capacitação em gestão empresarial, especialmente voltados a grupos socialmente marginalizados sem acesso ao sistema financeiro tradicional. A disponibilização de recursos é apresentada como mecanismo multiplicador, capaz de dinamizar o comércio, estimular novos empreendimentos e ampliar a circulação de renda. Paralelamente, reforçam a ideia de que os resultados dependem do engajamento individual, isto é, “através do potencial dessas pessoas de gerar emprego e renda” (Gestor 2). No mesmo sentido, observam que “[...] a questão é desenvolver os municípios, agora se vai conseguir ou não aí vai depender das pessoas” (Gestor 4) e “A gente faz o nosso papel, de dar incentivo” (Gestor 3), mostrando que o efeito catalisador depende da capacidade dos beneficiários de aplicar os recursos e das condições do mercado local.

No mesmo sentido, os depoimentos indicam a incorporação de termos como autonomia e esforço individual, categorias que dialogam diretamente com as premissas neoliberais aplicadas às políticas de trabalho e empreendedorismo, conforme evidenciam as declarações:

“Então eu acho que ele é essencial pra dar autonomia para as pessoas” (Gestor 1) e “O problema é a coragem, a atitude, certo? Porque [...] você empreende até vendendo dindinho na frente de colégio de meio-dia, você vende tudo, agora a questão é ter coragem” (Gestor 4). Expressões como “coragem” e “atitude” são mobilizadas para justificar trajetórias distintas, o que contribui para diluir o peso das desigualdades educacionais, territoriais e socioeconômicas. Embora reconheçam dificuldades estruturais enfrentadas pelos beneficiários, observa-se recorrente ênfase no mérito individual e na responsabilização dos sujeitos por seus resultados.

A reprodução de premissas neoliberais também aparece na forma como os gestores descrevem o funcionamento do programa, marcada pela ênfase na “disciplina” necessária ao pagamento do crédito e na ideia de que o Empreender oferece “a oportunidade da necessidade”¹⁶ (Gestor 3) a grupos socialmente desfavorecidos, em situação de endividamento, vulnerabilidade, marginalização, violência ou desemprego. Segundo o Gestor 2: “ninguém escolhe ser empreendedor porque tem o sonho de ser empreendedor [...] a maioria das pessoas aqui na Paraíba não são desse perfil, eles empreendem porque precisam”, o que evidencia a convivência contraditória entre um discurso meritocrático e a percepção da precarização que marca o mercado de trabalho na Paraíba.

Com essa abordagem, parte-se do pressuposto de que esses grupos não conseguiriam acessar recursos por outros meios, ao mesmo tempo em que lhes é atribuída a responsabilidade de converter essa oportunidade em sucesso. Desse modo, a política apresenta forte componente moralizante, centrado na gestão financeira pessoal, na busca por capacitação e na adoção de uma postura “empreendedora”. O discurso também tende a valorizar práticas econômicas cotidianas como expressão de uma suposta “vocação empreendedora natural”, como indicam as declarações: “boa parte dos proponentes do Empreender não tem... não sabe nem ler e nem escrever” (Gestor 4) e “eles não entendem de dinheiro, mas entendem em reinvestir [...] podem até não saber escrever, mas sabem o que fazer com dinheiro” (Gestor 4). Ainda que reconheçam limitações dos contemplados, prevalece a noção de que o desenvolvimento depende de escolhas individuais, o que naturaliza a precarização e a responsabilização dos sujeitos por fracassos associados a fatores estruturais.

Em contradição com a ênfase atribuída à iniciativa individual como fator de sucesso do programa, os gestores reconhecem a existência de barreiras estruturais, como baixa

¹⁶ Segundo GEM (2023, p. 95), o empreendedorismo por necessidade “ocorre quando o indivíduo se envolve com a atividade empreendedora por não possuir melhores opções de trabalho, visando, em linhas gerais, a sua subsistência e a de seus familiares, e é usualmente vinculada a atividades informais”.

escolaridade, mercados saturados, ausência de preparo administrativo, vulnerabilidade socioeconômica e dificuldades de ordem “cultural”, sobretudo entre mulheres pobres residentes no interior ou em regiões periféricas de João Pessoa. Embora consideradas mais disciplinadas e engajadas, essas mulheres enfrentam obstáculos simbólicos e estruturais significativos, como violência, dependência financeira, estigmatização e internalização de discursos de desvalorização. Diante desse público, os gestores apontam a necessidade de uma atuação “mais psicológica”, voltada ao estímulo da autoestima e ao “empoderamento”, ainda que tais ações não estejam formalizadas nos instrumentos normativos da política.

Em relação aos estímulos à proteção social pelo trabalho, os instrumentos normativos e as declarações dos gestores indicam que o Empreender-PB ainda não dispõe de uma estratégia abrangente. O gestor responsável pelo curso de capacitação afirmou que o tempo destinado ao tema é reduzido e que o incentivo à formalização e ao acesso a direitos depende, muitas vezes, do tamanho e do engajamento das turmas. Diante da existência de um roteiro previamente estabelecido, os cursos priorizam conteúdos voltados ao gerenciamento dos empreendimentos, à administração financeira e às orientações para a entrevista e a elaboração do plano de negócios. Nas falas dos demais gestores, o acesso a direitos sociais e trabalhistas aparece associado sobretudo à formalização por meio do MEI ou do CNPJ, em consonância com a parceria estabelecida com o Sebrae. Nesse sentido, a Secretaria do Empreender-PB indica forte ênfase na pedagogização como estratégia de inserção, ao realizar eventos conjuntos com essa instituição, como oficinas, atendimentos nos municípios e palestras voltadas à formalização. Desse modo, a política contribui para que se naturalize microempreendedores em uma dinâmica de responsabilização moral dos sujeitos, que passam a internalizar a ideia de que o sucesso ou fracasso no mercado de trabalho depende exclusivamente de seu desempenho e esforço, com condições marcadas por longas jornadas, baixos rendimentos e ausência de proteção social, o que limita o potencial do programa de promover sustentabilidade econômica para os contemplados. Apesar de seu caráter social, o programa preserva, em vários aspectos, uma lógica individualizante.

A dissonância entre o discurso institucional do Empreender-PB e seus efeitos concretos torna-se mais evidente quando se observam as trajetórias sociais das contempladas pelo programa e seus efeitos sobre a constituição de **disposições**¹⁷ para

¹⁷ A análise das disposições sociais neste estudo baseia-se no conceito de *habitus* (Bourdieu, 2007), que permite compreender práticas sociais a partir das categorias de percepção e apreciação incorporadas pelos agentes. O *habitus* corresponde à matriz geradora de condutas que orienta os indivíduos diante de diferentes experiências. Como define Bourdieu, trata-se do “produto da história” que produz práticas individuais e coletivas conforme esquemas engendrados pela própria história, assegurando a presença ativa de experiências passadas incorporadas sob a forma de esquemas de percepção, pensamento e ação (Bourdieu, 2009, p. 90). Desse modo, o *habitus*

interpretar o trabalho desprotegido, bem como o programa. A análise das experiências de Capitu, Iracema, Rosinha e Macabéa permite compreender como as promessas de autonomia econômica, inclusão produtiva e fortalecimento individual se articulam, na prática, com condições marcadas por instabilidade, precariedade e responsabilização individual. Ao examinar os efeitos de suas trajetórias de vida – em que as experiências de trabalho têm peso significativo – e percepções sobre empreendedorismo, é possível identificar as tensões entre autonomia e vulnerabilidade, bem como limites para as políticas de fomento ao empreendedorismo no enfrentamento de desigualdades.

A trajetória de Capitu, por exemplo, revela a formação de disposições moldadas pela convivência com atividades informais e precárias desde a infância. Filha de um comerciante itinerante e de uma costureira autônoma, cresceu em um ambiente no qual o trabalho por conta própria ocupava lugar central na vida familiar. Frequentava o ateliê de costura de uma tia e ouvia relatos do pai que, segundo ela, “fazia de tudo um pouco na vida” para garantir a renda doméstica. Ainda criança, aprendeu a costurar, pintar panos de prato e realizar pequenos trabalhos manuais, internalizando disposições associadas à improvisação, criatividade e autonomia. Esse processo naturalizou o trabalho precoce e contribuiu para a incorporação de práticas voltadas à produção criativa e artística. Conforme relata, o pai a colocava “em todos os cursos possíveis de artes”, como teatro, dança, música, pintura e desenho. Assim, sua socialização primária articulou o estímulo à expressão artística à vivência cotidiana da informalidade.

Ao longo da juventude, essas disposições foram reforçadas pela inserção precoce no mercado de trabalho e pela frustração decorrente da falta de apoio familiar ao investimento educacional¹⁸. Diante disso, realizou um curso técnico na área de moda e passou a trabalhar em empregos formais de baixa remuneração até a pandemia de 2020, quando foi demitida e encerrou seu ciclo como trabalhadora formalizada pelo regime da CLT. Após esse período, a combinação entre desemprego, necessidade financeira e o incentivo do então companheiro impulsionou o trabalho como ambulante. Com o tempo, conseguiu adquirir um ponto de vendas

constitui uma ferramenta analítica fundamental para o estudo das trajetórias, ao permitir compreender como práticas e disposições se formam na relação entre histórias individuais ou coletivas e distintos espaços de socialização, como família, escola, religião e política.

¹⁸ Embora tenha sido aprovada em cursos como antropologia, ciências sociais e design em instituições públicas de ensino superior, sem o apoio dos familiares, se viu obrigada a priorizar a obtenção de renda imediata através de empregos de baixa remuneração.

próprio, dedicado ao funcionamento de um brechó e à produção autoral de bijuterias e acessórios.

A relação de Capitu com a ideia do empreendedorismo está profundamente vinculada a disposições particulares, enraizadas em sua origem social. Tendo crescido em uma família de trabalhadores informais e autônomos, Capitu desenvolveu uma percepção do trabalho que associa criatividade, flexibilidade e reinvenção ao cotidiano laboral. Como afirma, trabalhar por conta própria e “fazer as minhas coisas é a coisa que eu mais acho massa”. Essa valorização da autonomia convive com a internalização da autorresponsabilização, pois ela organiza sozinha seu tempo, seus investimentos e sua proteção econômica, assumindo os riscos do empreendimento. Embora reconheça no empreendedorismo a possibilidade de gerir horários e evitar rotinas impostas, suas condições atuais de trabalho são marcadas pela intensificação das jornadas, multiplicidade de ocupações¹⁹ e pela desproteção social. Sua jornada, segundo relata, é “*fulltime*”, estendendo-se por grande parte do dia e da noite. Ainda assim, a renda gerada por seu empreendimento não garante sua subsistência. Sua renda mensal, entre R\$ 1.600 e R\$ 1.800, provém principalmente de trabalhos informais realizados para outras empresas que, segundo ela, “pagam minhas contas, é o que me dá comida, hoje”.

Capitu reconhece que a liberdade associada ao empreendedorismo vem acompanhada da ausência de garantias sociais e da necessidade de disponibilidade constante. Ao afirmar que, quando adoece, “quebra as pernas”, evidencia que, sem direitos trabalhistas, “você não pode nem adoecer”, pois “se você não fizer o seu, não tem quem lhe assegure”. O discurso da autonomia convive, portanto, com a experiência concreta da vulnerabilidade, revelando a tensão entre idealização e realidade no trabalho por conta própria. Ainda assim, sua percepção sobre proteção social e trabalho formal é ambivalente.

Capitu rejeita retornar ao regime da CLT porque não pretende “abandonar suas coisas” e considera que o emprego formal restringiria a gestão do próprio tempo. Por outro, admite sentir-se “totalmente desamparada” e reconhece que, ao envelhecer ou perder a capacidade de trabalhar, talvez precise de “um CLTzinho [...] pra poder ter uma segurança”. Tal reflexão é influenciada, por um lado, pela trajetória precária de seu pai que, apesar de ter atuado como MEI ao longo da vida, hoje enfrenta problemas de saúde sem proteção social efetiva. Por outro, decorre de sua própria experiência durante a pandemia. Segundo relata, conseguiu se manter

¹⁹ No momento da entrevista, ela conciliava quatro atividades diferentes, sendo elas: o brechó, a produção de acessórios, um trabalho como designer e a atuação em uma loja de personalizados.

em 2020 graças ao seguro-desemprego e às verbas rescisórias do seu último emprego formal, bem como do auxílio emergencial concedido pelo governo federal, o que lhe permitiu evitar situações de vulnerabilidade extrema. Sua fala revela, assim, a consciência dos limites do empreendedorismo individual como estratégia de longo prazo, indicando a coexistência de expectativas e receios em relação ao futuro.

No que diz respeito à sua relação com o Empreender-PB, Capitu tomou conhecimento do programa por meio de sua rede de contatos e decidiu solicitar o crédito após participar do Salão de Artesanato Paraibano (SAP)²⁰. A necessidade de investimento, o desejo de refinar mais suas produções e investir na preparação para o próximo SAP impulsionaram a busca pelo empréstimo. Capitu avalia que o curso de capacitação ofertado pelo programa ofereceu “*insights*” sobre investimentos e capitalização. Também foi o único momento em que ouviu falar da importância do MEI como recurso burocrático para uma possível renovação de crédito e forma de proteção social. Em relação ao período posterior à concessão do crédito, destaca a ausência de acompanhamento, pois nenhum representante do programa entrou em contato para verificar a situação de seu empreendimento, o que evidencia limitações no monitoramento da aplicação dos recursos.

Iracema, por sua vez, possui uma trajetória social marcada por experiências precoces de responsabilidade, trabalho e escolhas afetivas que moldaram disposições que perduram em sua vida adulta. Criada pelos avós maternos no distrito de Jacumã, ela vivenciou, ainda criança, situações que combinavam instabilidade econômica, ruptura familiar e necessidade de contribuir para a renda doméstica²¹. Ainda criança, começou a vender dindinhos, salgados e bombons na escola, prática inicialmente percebida por ela com vergonha, e mais tarde ressignificada como um marco fundamental, porque “foi o que me fez ser empreendedora”.

Essa socialização primária, somada à centralidade da figura da avó como referência moral e laboral, consolidou em Iracema disposições orientadas ao esforço individual, à resiliência e ao senso de responsabilidade que remontam à infância. Atrelado a isso, desde jovem ela trabalhou em bicos informais, ocupações temporárias e empregos assalariados

²⁰ O Salão de Artesanato Paraibano é um evento bienal, realizado duas vezes por ano – uma no município de João Pessoa, entre os meses de janeiro e fevereiro; outra no município de Campina Grande, entre junho e julho – promovido pelo Programa do Artesanato Paraibano (PAP). O objetivo do Salão é expor, valorizar e comercializar a rica produção artesanal do estado, como peças de bordado, renda renascença, madeira, cerâmica, algodão colorido, gastronomia regional e empreendimentos que se relacionam ao empreendedorismo criativo.

²¹ O divórcio dos seus avós, evento estruturante de sua infância, gerou aquilo que Iracema descreve como uma “instabilidade financeira”, levando sua avó a desenvolver atividades informais e a inseri-la cedo no mundo do trabalho.

instáveis, alternando entre funções como garçoneiro, cozinheira, vendedora e secretária. Essas experiências condicionaram a forma como Iracema naturalizou a experiência da precariedade e das múltiplas inserções laborais.

O padrão de instabilidade estrutural, agravado por uma maternidade precoce, levou Iracema a conciliar trabalho, escola e cuidados parentais. Como relata, “eu trabalhava e estudava grávida [...] nunca fiquei sem trabalhar, a não ser por opção própria”. A naturalização dessas múltiplas atividades decorre não apenas da necessidade econômica, mas também da incorporação de uma ética familiar baseada no esforço contínuo e na ideia de que “é preciso correr atrás do seu”, recorrente em suas narrativas. A maternidade constitui elemento central nesse processo. Segundo ela, “uma das coisas maiores que me fez empreender foi estar o tempo todo do lado da minha filha”. A experiência de ter sido mãe, associada aos sentimentos de abandono na relação com a própria mãe, reforçou sua disposição de priorizar a presença na criação da filha. Nesse contexto, o empreendedorismo surge como estratégia para conciliar trabalho e maternidade, ainda que sob jornadas intensas e instabilidade de renda. Assim, a autonomia alcançada configura menos uma escolha voluntária e mais uma estratégia de cuidado ajustada às condições materiais e afetivas de sua trajetória.

De modo simultâneo, a precariedade é reelaborada como estilo de vida e não como imposição estrutural, indicando um efeito profundo da trajetória social sobre sua percepção do trabalho. Ao afirmar que prefere “não ficar presa” e que “é isso que eu gosto, dessa liberdade!”, Iracema expressa uma visão do trabalho como espaço de mobilidade e autodeterminação, ainda que esse “ideal” esteja imerso em condições de instabilidade e ausência de direitos plenos, pois a formalização de Iracema se dá exclusivamente através do formato MEI. A renda oriunda da sua única atividade (uma doceria), diferentemente de Capitu, chega ao patamar médio de R\$ 5.000, oscilando para R\$ 3.000 em momentos de baixa demanda.

A relação de Iracema com o Empreender-PB insere-se nesse contexto de busca por estabilidade relativa, expansão econômica e reconhecimento. Ela relata ter grande apreço pelo programa, afirmando que “O Empreender foi o maior incentivo que eu tive. Eu tinha o sonho, a coragem e a vontade, e o Empreender chegou com recurso e fez acontecer”. O crédito obtido foi fundamental para a aquisição de insumos, equipamentos e capital de giro, permitindo ampliar sua produção e estruturar melhor sua doceria. Para além do financiamento, o curso de capacitação a fez ter organização financeira e disciplina, pois “quem me deu norte foi o Empreender”. As feiras promovidas pelo programa, como a FENEMP e o Circuito Empreender,

funcionaram como plataformas de divulgação, proporcionando visibilidade e clientela. Assim, o Empreender-PB atua, em sua experiência, como mecanismo de fortalecimento do negócio, ampliando sua capacidade produtiva e sua posição no circuito de comercialização.

O acesso ao Empreender-PB e às ações a ele associadas produziu efeitos de mobilidade social ascendente para Iracema. Após a obtenção e aplicação dos recursos, ocorreram melhorias significativas em suas condições de vida, como a aquisição de carro e motocicleta, a possibilidade de matricular a filha em escola particular e o acesso a atividades de lazer, como viagens em família e cinema. Todavia, outras políticas sociais também desempenharam papel relevante nesse processo, especialmente a participação em um movimento de habitação, por meio do qual conquistou a casa própria. Essa conquista, associada ao apoio familiar, ao programa e ao acesso a feiras públicas, conformou uma rede de suporte que impactou positivamente sua autonomia econômica. Sua trajetória evidencia que políticas de inclusão produtiva e de moradia, combinadas a redes de apoio, são fundamentais para alcançar certo grau de estabilidade, dificilmente obtido apenas por meio do empreendedorismo de si.

Rosinha apresenta uma incorporação ainda mais explícita das premissas neoliberais relacionadas ao empreendedorismo, como a liberdade pessoal, a autonomia e a flexibilidade. Sua socialização inicial ocorreu em um ambiente permeado pelo trabalho informal e pela rigidez da avó, com quem passou a maior parte da infância. Como narra: “eu tipo, pequenininha com uns cinco anos de idade, seis anos de idade, eu no meio da feira, vendendo as coisas junto com minha avó”. Atravessada por valores como disciplina, resiliência e responsabilidade precoce, desde cedo ela sentia a necessidade de autonomia econômica: “eu queria ter a liberdade financeira [...] de ter o meu próprio dinheiro”.

Sua primeira e única experiência de trabalho formal durou 6 anos e foi como auxiliar de professora numa creche. Embora Rosinha se sentisse realizada, sobretudo pelo fato de “poder adquirir uma renda e bens materiais”, algumas questões de saúde, como crises de labirintite e síndrome do pânico, inviabilizaram a permanência no emprego. Essa ruptura forçada pelo corpo conduziu-a ao empreendedorismo, não por escolha plena, mas por necessidade de sobrevivência física e emocional. Com isso, passou a investir em um *hobby* iniciado aos 15 anos – a produção de lembrancinhas de aniversário – que, posteriormente, voltou-se à produção de souvenirs relacionados quase exclusivamente à cultura paraibana e nordestina, em colaboração com seu esposo. Ela própria reconhece o caráter pouco planejado da transição: “foi escolha dos outros e que a gente abraçou [...] o povo foi pedindo as coisas e a gente foi fazendo”. Sua relação com

o empreendedorismo está profundamente articulada às disposições herdadas, sobretudo à ética do trabalho transmitida pela avó. Assim, ser empreendedora não emerge apenas como escolha profissional, mas como prática social coerente com sua trajetória.

Sua entrada no programa Empreender-PB foi um marco decisivo no desenvolvimento do empreendimento. O crédito obtido viabilizou a compra de uma máquina térmica, impressoras e insumos, investimentos fundamentais para fortalecer a produção e atender às demandas de grandes eventos, como o SAP e a FENEMP. Quando questionada sobre os incentivos à proteção social pelo trabalho, afirmou que o programa só incentivava a formalização via MEI. Outras políticas sociais também desempenharam papel importante no curso de sua vida, como a educação pública, que lhe deu acesso a um curso técnico na área de gestão, e iniciativas governamentais de fomento à economia criativa, como o SAP, determinantes para sua visibilidade no mercado.

A vinculação entre identidade e trabalho fortalece sua permanência no campo do empreendedorismo criativo, junto à “liberdade empreendedora” que, segundo ela, é central em sua vida: “eu acho que é o que eu não tive a minha vida inteira”. Entretanto, esse mesmo discurso de liberdade convive com a carga de responsabilização individual pela própria estabilidade financeira, evidenciando contradições entre a busca por autonomia e a precarização. Durante períodos de alta demanda, sua jornada de trabalho pode alcançar 12 (doze) horas diárias. Assim como Iracema, o rendimento mensal de Rosinha também é variável e depende da sazonalidade do mercado. Em meses comuns, a renda familiar fica em torno de R\$ 2.000 por mês, enquanto nos meses de alta demanda pode alcançar a cifra média de R\$ 6.500. Desse modo, a história de Rosinha também exemplifica como a conformação de itinerários ocupacionais ao mesmo tempo que produz autonomia, reproduz desigualdades.

No caso de Macabéa, sua trajetória social foi marcada por uma origem familiar simples, porém relativamente estável. Ela cresceu em um lar no qual o pai, militar da Marinha, e a mãe, dona de casa que, segundo ela, transmitiram valores como disciplina, honestidade e solidariedade. Ainda assim, a ausência de apoio material e de orientação profissional contribuiu para o desenvolvimento de uma autossuficiência precoce, levando-a a aprender a “se virar sozinha” em questões acadêmicas e laborais. Sua formação escolar foi marcada pela rigidez e pela obrigação de estudar, culminando na graduação em ciências contábeis. A trajetória laboral inicial foi composta por empregos formais, primeiro como datilógrafa e, posteriormente, como contadora em um escritório. Essa atividade lhe proporcionou estabilidade financeira, acesso a

casa e carro próprios e boa qualidade de vida, mas também elevados níveis de estresse e insatisfação, o que a levou a buscar alternativas profissionais.

Atualmente, Macabéa dedica-se exclusivamente ao empreendimento de bolsas sustentáveis, confeccionadas sobretudo com jeans reciclado. Sua rotina de trabalho pode ultrapassar 12 horas diárias em períodos de alta demanda, sem dias fixos de descanso. Essa sobrecarga tende a ser naturalizada, em razão da dificuldade de estabelecer uma separação clara entre vida pessoal e trabalho. Tal dinâmica relaciona-se à internalização precoce da responsabilidade individual, construída desde a infância, que contribuiu para que a intensa dedicação ao trabalho fosse incorporada como algo “normal”.

Sua relação com o empreendedorismo e com a costura sustentável não se configurou apenas como estratégia econômica, mas também como forma de afirmação identitária e de crítica ao consumo descartável. No que se refere à proteção social, Macabéa demonstra consciência das fragilidades do empreendedorismo no longo prazo. Seu faturamento médio gira em torno de R\$ 2.000 mensais, valor que não assegura independência financeira, pois grande parte é reinvestida no próprio negócio, enquanto a manutenção do domicílio permanece sob responsabilidade do marido. Além disso, sua condição física, marcada por dores nos ombros e no quadril, decorrentes das longas jornadas na máquina de costura, evidencia os impactos do trabalho manual sobre a saúde, sem garantias adequadas de proteção social. Sua trajetória de autossuficiência precoce favorece uma interpretação individualizada das dificuldades, levando-a a assumir como responsabilidade pessoal desafios estruturais, como a desvalorização de sua produção, a oscilação das vendas e a instabilidade da renda. Nesse contexto, a autonomia aparece mais como obrigação do que como escolha efetiva.

A relação de Macabéa com o programa Empreender-PB também foi decisiva para o desenvolvimento do seu negócio. Assim como Capitu e Rosinha, ela também obteve os recursos ao participar do SAP. Investiu o crédito na compra de uma nova máquina de costura de qualidade, responsável pelo salto qualitativo e produtivo de sua atividade. Além do financiamento, o programa proporcionou acesso à feira do Circuito Empreender, ampliando sua visibilidade e oportunidades de comercialização. Macabéa aponta a necessidade de acompanhamento contínuo dos empreendimentos beneficiados, sobretudo para auxiliar na gestão financeira, aspecto em que ela relatou pouco apoio e que ainda enfrenta dificuldades, tal como falta de indicação de formas mais amplas de proteção além do MEI. Outras políticas

também contribuíram para sua trajetória, como a participação em associações e outras feiras que lhe permitiram acesso a mercados e visibilidade.

Sua rede de apoio é composta principalmente pelo marido, responsável pela subsistência familiar e pela manutenção da estrutura doméstica, além de contatos institucionais e pessoais que facilitam sua participação em eventos. Trata-se, contudo, de uma rede limitada, e a dependência financeira do cônjuge reforça uma condição de gênero que atravessa sua trajetória. Nesse contexto, o empreendedorismo, em vez de proporcionar autonomia econômica, mantém um arranjo tradicional de dependência conjugal. Os limites dessa trajetória tornaram-se evidentes durante a pandemia. Sem o apoio do marido, segundo relata, “tinha avançado na fome”, pois, embora tenha buscado adaptar-se às redes sociais como espaço de divulgação e comercialização, a renda obtida foi ínfima e, em alguns meses, inexistente. Sua visão de futuro é cautelosa e marcada pela incerteza: expressa expectativa de melhorar o negócio, mas reconhece que, sem estabilidade e sem direitos trabalhistas, sua permanência na atividade depende tanto de sua capacidade física quanto da renda do marido. De modo geral, o empreendedorismo não lhe proporcionou mobilidade ascendente; ao contrário, resultou em uma trajetória descendente, marcada pelo abandono de uma carreira estável e pela dependência financeira do cônjuge, o que relativiza a noção de autonomia difundida pela lógica empreendedora.

Considerações Finais

O programa Empreender-PB situa-se em um ponto de tensão característico das políticas públicas de trabalho influenciadas por premissas neoliberais. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso ao crédito e oferece suporte mínimo a microempreendedores, opera sob uma lógica que desloca para as trabalhadoras a responsabilidade por sua inserção produtiva e naturaliza formas flexibilizadas e precárias de trabalho. Desse modo, evidencia-se uma tensão entre estratégias de inclusão e superação das desigualdades e o reforço de dinâmicas de precarização e responsabilização individual.

Do ponto de vista institucional, observa-se que os gestores enfatizam atributos como autonomia, disciplina e capacidade individual para o desenvolvimento das atividades e para a obtenção de proteção por meio do trabalho. Essa orientação tende a ocultar e administrar as desigualdades estruturais que moldam as trajetórias do público contemplado, ao mesmo tempo em que minimiza o papel do Estado na promoção efetiva de garantias sociais. Nessa

perspectiva, o estímulo à formalização exclusivamente por meio do MEI cria a aparência de inclusão produtiva segura, embora não assegure direitos trabalhistas equivalentes aos do emprego formal nem proteção plena diante de choques ou crises. Por outro lado, funciona como instrumento burocrático para o acesso a feiras e eventos, além de condicionante para a renovação do crédito. Em consonância com essa lógica, embora reconheçam as vulnerabilidades do público atendido, os gestores tendem a reforçar uma pedagogização do sujeito empreendedor, responsabilizando moralmente as contempladas por seus resultados e deslocando para elas os riscos inerentes ao mercado, ao relativizar o impacto de fatores como escolaridade, gênero, renda, redes de apoio, sazonalidade e mercados saturados.

A análise das trajetórias de Capitu, Iracema, Rosinha e Macabéa reforça esse diagnóstico. Embora cada uma vivencie o empreendedorismo a partir de disposições e experiências distintas, suas histórias convergem ao revelar que o ingresso no autoemprego decorre, em grande medida, de processos de exclusão do trabalho formal de qualidade, de necessidades imediatas de renda, da maternidade e de expectativas de autonomia econômica tensionadas pela realidade de jornadas extensas, incerteza financeira e ausência de direitos trabalhistas e de proteção social no longo prazo. Em quase todos os casos, a formalização via MEI opera mais como requisito burocrático do que como mecanismo efetivo de proteção social. Ademais, a dependência de redes de apoio e de outras políticas, como a família, o Salão de Artesanato e feiras, indica que o empreendedorismo individual raramente se sustenta como estratégia capaz de garantir autonomia plena.

Diante disso, observa-se que o Empreender-PB não se configura, em seu formato atual, como estratégia de inserção produtiva protegida, nem como instrumento robusto para a promoção da mobilidade social ascendente entre seus contemplados. Pelo contrário, apesar dos efeitos positivos no acesso ao crédito, a política tende a contribuir para a naturalização da precarização laboral e para a internalização, por parte das trabalhadoras, de valores que atribuem suas trajetórias e seu sucesso, ou eventual fracasso, a critérios meritocráticos e aos condicionantes do mercado. Desse modo, a análise indica que a compreensão dessas políticas exige problematizar as premissas neoliberais que orientam sua formulação e reconhecer que a inclusão produtiva baseada no ideário empreendedor não substitui o papel da proteção social na garantia de condições dignas de trabalho.

Referências

- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Histórico de atuação do BNDES no microcrédito**. 2025. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/social/bndes-microcredito/historico-atuacao-bndes-microcredito?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 5 dez. 2025.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARIAS, Wanderleya dos Santos. **O Microcrédito como instrumento de política pública de combate à pobreza: O Empreender JP**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Global Entrepreneurship Monitor: empreendedorismo no Brasil 2022**. São Paulo: ANEGEPE, 2023.
- HIRATA, Helena. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (org.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Unicamp: IE: Cesiit, 2017. p. 143-173.
- KON, Anita. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- LEITE, Marcia de Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, 1997.
- LEITE, Marcia de Paula; SOUZA, Silvana Maria de. Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 195-231, 2010.
- LIMA, Jacob Carlos; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 905-932, set./dez. 2021.
- OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 493-508, 2012.
- PARAÍBA. **Lei nº 10.128, de 23 de outubro de 2013**. Atribui nova regulamentação ao Programa EmpreenderPB criado de acordo com a Lei nº 9.335, de 25 de janeiro de 2011, cria taxa de administração de contratos e dá outras providências. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2013. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/unpsa/Portals/0/UNPSA_Submitted_Docs/2018/4D72372F-F61F-4694-865E-9AA88F18F680/LAW%20-%20STATUTE%20%20EMPREENDER%20PB.pdf?ver=1439-06-05-152503-940>. Acesso em: 11 dez. 2025.
- PARAÍBA. **Lei nº 10.632, de 18 de janeiro de 2016**. Institui o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o período 2016-2019. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2016. Disponível em: <<https://transparencia.pb.gov.br/orcamento/normas-orcamentarias>>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- PARAÍBA. **Lei nº 11.626, de 14 de janeiro de 2020**. Institui o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o período 2020-2023. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2020. Disponível em: <<https://transparencia.pb.gov.br/orcamento/normas-orcamentarias>>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- PARAÍBA. Secretaria Executiva do Empreendedorismo. **Edital e aviso – Programa Empreender da Paraíba**. Diário Oficial do Estado, João Pessoa, 18 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.empreenderpb.pb.gov.br/paginas/edital/edital>>. Acesso em: 24 nov. 2025.
- PARAÍBA. Secretaria Executiva do Empreendedorismo. **Empreender Paraíba**. João Pessoa, 2024a. Disponível em: <<https://www.empreenderpb.pb.gov.br/institucional/o-programa-empreender-pb>>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- PARAÍBA. Secretaria Executiva do Empreendedorismo. **Números Empreender Paraíba**. João Pessoa, 2024b. Disponível em: <<https://www.empreenderpb.pb.gov.br/institucional/o-programa-empreender-pb>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PARAÍBA. **Lei nº 13.040, de 15 de janeiro de 2024**. Institui o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o quadriênio 2024-2027. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2024c. Disponível em: <<https://transparencia.pb.gov.br/orcamento/normas-orcamentarias>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PASSOS, Alessandro Ferreira dos; COSTANZI, Rogério Nagamine. Evolução e perspectivas dos programas de geração de emprego e renda. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 47-60, 19 nov. 2002. Nota técnica do Ipea.

RODRIGUES, Raynnara Larentino. **Empreendedorismo feminino nas políticas públicas**: as ambivalências do programa Empreender Paraíba junto às trabalhadoras de João Pessoa/PB. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

SERRA, Rose Serra. A política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil: estrutura e questões. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 245-254, 2009.

VASCONCELOS, Emanuelle Alícia Santos de; TARGINO, Ivan. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: 1993-2013. **Revista da ABET**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-161, jan./ jun. 2015.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, 2012.

Recebido em: 18/3/2026

Aceito em: 13/5/2026

Entrevista

ENTREVISTA COM ADALBERTO CARDOSO

INTERVIEW WITH ADALBERTO CARDOSO

Cecilia Soares*

Alexander Englander**

Bruna da Penha***

Thiago Brandão****

Esta entrevista com Adalberto Cardoso, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IESP/UERJ, é um dos resultados do projeto **Trajетórias**. Pensado e desenvolvido desde o início de 2024, o projeto tem como intuito um diálogo com percursos e obras do mundo do trabalho. Com o objetivo de debater a trajetória acadêmico-pessoal do professor, bem como os principais eixos de sua obra, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em três ocasiões: 20 de fevereiro de 2024, 3 de maio de 2024 e 29 de janeiro de 2025. O material completo dessas entrevistas será publicado posteriormente em um livro, que também apresentará um balanço dos principais temas da obra de Cardoso: sindicatos, justiça do trabalho, mercado de trabalho, informalidade, classes médias, entre outros.

Neste artigo, foram reunidas perguntas sobre a formação do professor como profissional e pesquisador da área de Ciências Sociais, desde a sua escolha pelo curso, até o período atual,

* Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET), do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ. E-mail: ceciliaebsoares@gmail.com.

** Pós-doutorando em sociologia no INCT – Trabalho, Inclusão e Equidade (IESP/UERJ). Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET) do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ, no Grupo de Pesquisa Democracia e Teoria (GPDET/UFRJ) e no Núcleo de Estudos Regionais (NERE) da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: alexcoueng@gmail.com.

*** Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana e do Programa de Pós-Graduação em Direito, ambos da UERJ. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET), do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ. Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). E-mail: brunapmcoelho@gmail.com.

**** Pesquisador no Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (NUPET), do Programa de Pós-graduação em Sociologia do IESP/UERJ. E-mail: thiagobrandaooperes@gmail.com.

passando pelos anos no Cebrap, a relação com temáticas-chave de suas pesquisas, e a atuação como professor de pós-graduação, no antigo IUPERJ e, atualmente, no IESP/UERJ. Além disso, discutiram-se as mudanças nas condições de trabalho dos cientistas sociais, ao longo das últimas décadas, e aspectos da internacionalização da carreira do entrevistado.

Pergunta: Gostaríamos de começar com uma reflexão sobre o entrecruzamento da sua trajetória familiar e profissional. Você foi de Uberlândia para São Paulo; da USP para o Cebrap; da sociologia para as artes plásticas, passando e, inclusive, quase ficando no teatro; e de volta para a sociologia. Enfim, você foi também de São Paulo para o Rio de Janeiro. Gostaríamos de explorar alguns pontos desse seu percurso. Qual foi o papel de professoras e professores na sua formação e nas suas escolhas acadêmico-profissionais? Você poderia citar algumas das suas principais referências intelectuais nessa jornada, além das contribuições que você extraiu do contato com essas pessoas?

Adalberto Cardoso: Queria, antes, começar por agradecer essa iniciativa que vocês tiveram, que me deixou muito tocado. Foi muito generoso da parte de vocês. Eu vou começar por Uberlândia. Não pela minha família, meu nascimento, essas coisas; eu vou direto falar da pessoa que eu considero um ponto de inflexão na minha adolescência. Foi uma professora de português que eu tive no Colégio Polivalente. A dona Maura de Freitas Rocha, que, hoje, é professora titular de linguística na Universidade Federal de Uberlândia, teve um papel fundamental na minha formação, e de uma turma de colegas que ela meio que adotou. Tentamos fazer trabalho de base em escolas da periferia de Uberlândia e coisas desse tipo. Por meio dela, cheguei à imprensa alternativa e nanica, lá no período da ditadura. Eu devo à Maura, sem dúvida, a eleição das ciências sociais. Foi uma escolha muito consciente. A Maura dizia: “Você vai sair de Uberlândia? Você tem que ir para São Paulo. Se você puder, vai para Nova Iorque. Você tem que ir para o melhor lugar. A melhor universidade e a cidade mais difícil, mais importante do país”. E eu fui para São Paulo em 1978, para fazer três meses de cursinho Equipe. Foi um lugar de grande ebulição para mim.

Entrei na USP em 1979. Tirei nove na redação. Entrei lá nas cabeças. Fiquei muito contente com isso e fui muito bem acolhido pela USP, por um lado, e por São Paulo, por outro. O primeiro curso que eu fiz foi Antropologia I. A professora era a Aracy Lopes da Silva, e ela estava convocando estudantes que quisessem colaborar com ela na Comissão Pró-Índio, que ela, a Manuela Carneiro da Cunha e outros/as antropólogos/as estavam criando. Eu entrei nessa turma e me vi fazendo um monte de atividades. Achei que ia ser antropólogo, porque eu gostava

muitíssimo do que se fazia ali. Já se falava no genocídio Ianomâmi pelos militares. Havia muitas denúncias. Em 1979, saiu o filme *Mato eles?* E houve também o filme do Zelito Viana. A Comissão Pró-Índio foi decisiva em publicizar esses filmes lá na PUC-SP. Enfim: muitas atividades e denúncia pesada, ainda em um momento em que a ditadura era a ditadura, né? Então essa foi um pouco a minha entrada, já de cara, sobretudo pela mão da Aracy. Mas a universidade é um lugar que abre portas, né? É um lugar de oportunidade, em que você tem que estar aberto. E eu estava buscando as coisas.

Entrei na universidade com dezessete anos, fui fazer dezoito no primeiro ano da faculdade, e eu estava aberto a tudo. No primeiro semestre do segundo ano, eu fui fazer um curso de metodologia, com o Reginaldo Prandi. Quantitativista. Um grande professor. E ele logo foi convocando a gente para trabalhar com ele e para ele, fazendo pesquisas. Então, no terceiro semestre, eu estava fazendo pesquisa de campo, entrevistando médico, para a pesquisa dele sobre classes médias. Saiu um livrinho depois, que se chamou **Os favoritos degradados**. Uma parte das entrevistas com os médicos fui eu que escrevi. Ele aceitou a redação e incluiu no livro. Ele era esse tipo de pessoa, dava esse tipo de oportunidade. Fizemos, nesse mesmo curso de metodologia, umas entrevistas com estudantes de ciências sociais. Foi o primeiro *survey*, na vida, que a gente fez do começo ao fim: “Vamos desenhar o questionário”, “Vocês aplicam o questionário”, “Vamos para casa e tem que tabular o questionário”, “E vamos ler o questionário usando o Fortran. Vou ensinar vocês a usar o Fortran”. Em um único semestre. Foi incrível.

O Reginaldo me ganhou por essa coisa da pesquisa empírica em um mundo urbano. Ele foi fundamental. Trabalhei com ele durante muitos anos. Ele conseguiu uma bolsa de iniciação científica para mim. Eu tinha intenção de trabalhar com sociologia da família. Tinha saído um livro da Elisabete Dória Bilac, **Famílias operárias, estratégias de sobrevivência**, assim, extraordinário. O Reginaldo tinha acabado de publicar um livro sobre o trabalhador por conta própria. Então, ele tinha essa preocupação também. Ali foi o primeiro contato meu com os estudos do trabalho, mas no âmbito da família. Famílias operárias. Eu propunha entrevistas. Fazer pesquisa de campo em fábrica. Não consegui fazer nada disso, porque eu me meti em um monte de atividades. Estudava o tempo todo.

Aí eu fiz um estudo com base no livro do Luís Flávio Rainho, que deu muito o que falar, porque ele transcreveu pura e simplesmente, literalmente, uma centena de entrevistas que ele fez com operários, sem fazer nenhuma intervenção. Sem fazer análise, nem nada. Eu peguei

aquilo e falei: “Bem. Eu não fiz entrevista, mas ele fez cem”. Então, trabalhei em cima dessas entrevistas, né [risos]? O meu trabalho final de IC foi isso. Foi super bem aceito. O Reginaldo gostou. Falou: “Você tem que publicar essa coisa”. Enfim, não publiquei.

Uma pessoa que eu não mencionei no memorial, nem em nenhuma conversa, é a Suzanna Sochaczewski. Era técnica do DIEESE. Entrou no mesmo ano que eu, nas ciências sociais. Ela devia ter... talvez, quarenta anos? A Suzanna abriu muita porta para mim em São Paulo. Ela foi minha madrinha na entrada na cidade, aquela metrópole exuberante. Sempre dava dicas de coisas para fazer, coisas para ler, lugares para ir. Teatro, cinema, enfim: foi super mãezona, me adotou mesmo [risos]. Foi muito legal.

Outra figura importantíssima, embora sem uma relação pessoal, foi o José de Souza Martins. Fiz dois cursos optativos com ele. Um de sociologia rural, que ele deu esse nome para mostrar que era crítico à noção de “sociologia rural”. Porque principalmente, para ele, o que existia era uma sociologia agrária. A gente leu todo o marxismo sobre o mundo agrário, do próprio Marx até o Kautsky, o Lenin. E depois um curso sobre sociologia da vida cotidiana, em que ele juntava também uma herança marxista, mas com muita filosofia. Lefebvre. Agnes Heller. Então, dialogava com a filosofia marxista, mas também com o marxismo muito estrito da sociologia agrária, e que foi muito importante na minha formação. O melhor Marx que eu li, eu li com o Martins, porque ele conhecia tudo, tudo do Marx. Depois ele renegou, como vários marxistas renegaram. Mas ele era um professor muito exigente. Muito rigoroso na correção dos textos, nos conceitos. Ele foi muito importante nesse sentido. Tentava tirar o máximo dos seus alunos, e de quem se dispunha a entrar no jogo dele, ele de fato tirava.

Outro professor muito importante foi o José Carlos Bruni, que estava ali na fronteira entre a sociologia e a filosofia. E, de fato, ele foi para a filosofia depois. Eu fiz Sociologia III com ele, que era Marx. E o Marx dele era muito mais amplo, porque era Marx e as suas influências. Quem Marx leu, né? Como Marx leu a economia, a economia política. Como Marx leu Hegel. E depois, como alguns marxistas trabalharam as ideias do Marx. Ele adorava o Lukács. Foi muito importante e revelador para mim, porque foi uma forma de ver o Marx muito diferente da do Martins.

Por fim, o Brásílio, que seria o meu orientador no mestrado e depois no doutorado. Eu o conheci fazendo curso sobre transição do trabalho livre e construção da sociedade do café em São Paulo. Ele tinha uma coisa mais ensaística, e a gente leu vários autores, viajantes, cronistas do século XIX em São Paulo. Lendo os cronistas, eu me apaixonei pela formação da cidade de

São Paulo, e não necessariamente do mercado de trabalho. O meu projeto de mestrado era, a partir das crônicas e dos viajantes, estudar o início, a formação do núcleo urbano, e, depois, da cidade de São Paulo. Era um projeto de sociologia urbana, né? Que não foi para frente... Reginaldo não gostou: “Você não ia estudar família? Vai estudar São Paulo?”. É. É a vida, essa coisa de estar aberto para as coisas, né?

Eu me apaixonei pelo tema. Entrei no mestrado. Prestei o concurso. Passei. Ganhei a bolsa. Na USP, você não tinha obrigação de fazer curso nenhum, na verdade, no mestrado. O mestrado, como o doutorado, era pesquisa. Você tinha que atender às demandas do seu orientador. O Brasílio nunca me forçou a assistir a curso nenhum. E eu tinha feito uma boa base. Então, fui fazer curso de arte na ECA, de desenho, com o Carlos Fajardo [risos]. Comecei a fazer um de cinema, mas não foi adiante. Era caro. Mas esse curso de desenho de observação, do Fajardo, me levou ao Sergio Fingermann, um artista que estava começando, e precisava de alunos para poder manter o seu ateliê.

Entreí no mestrado com o projeto sobre São Paulo, e fui fazer arte. Fui para o ateliê do Fingermann, aprender a fazer gravura. Eu não podia pagar. Propus para ele: “Vou ser seu assistente. Preparo as suas chapas. Limpo o ateliê depois das aulas. Fico aqui e te ajudo nas coisas que você precisar”. Então, troquei trabalho braçal para assistir às aulas dele. E assim foi. Fiquei no Sergio até o final de 1984, fazendo gravura em metal, que era a grande coisa dele, desenhando, pintando. O Brasílio, coitado, deu essa oportunidade de me aceitar no mestrado [risos], e, paralelamente a isso, o Reginaldo me chamou para trabalhar no Cebrap. Então, eu estava de assistente de pesquisa no Cebrap, fazendo os cursos de arte, entreí no ateliê do Fingermann, não fiz nenhum curso nas ciências sociais, e sumi. Desapareci.

Mas, enquanto isso, eu estava no Cebrap. Puxado pelo Reginaldo. A gente fez um trabalho sobre educação e produtividade no meio rural. Eu viajei muito pelo Brasil. Ficamos cinco semanas em Irecê, na Bahia. Tinha cinco anos que não chovia. Era um ambiente calcinado. Como eu ficava a maior parte do tempo sem fazer nada, comecei a pintar. Levei aquarela. Enquanto fazia as entrevistas, tinha essa atividade paralela. E depois, em cima dos desenhos, eu fiz uma série imensa: foi a primeira exposição que fiz, em 1987, lá em São Paulo. A primeira individual. Tudo com origem em Irecê, nessa experiência. Então, as coisas andaram juntas, muitas vezes.

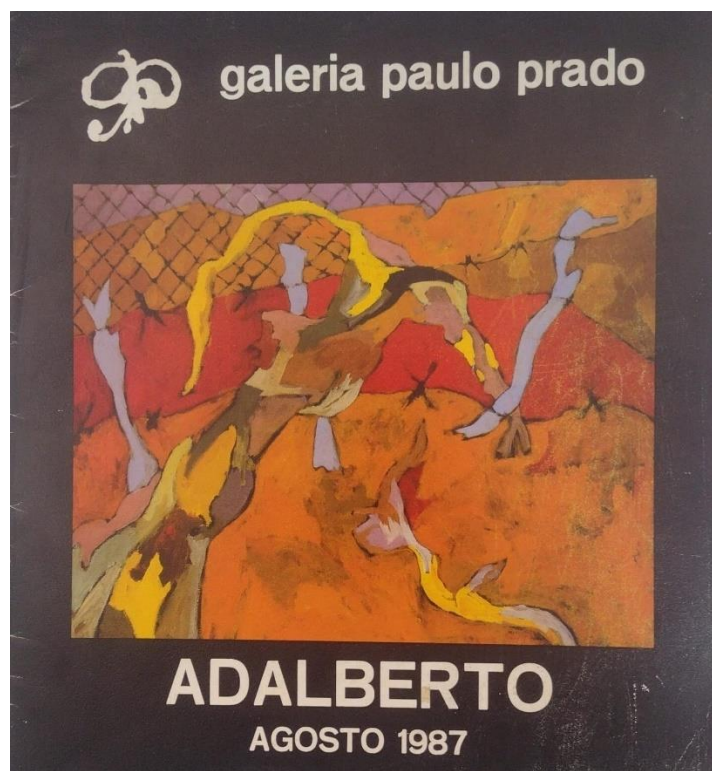


Figure 1 - Catálogo da exposição. São Paulo, agosto de 1987. Acervo de Adalberto Cardoso.

Mas o Reginaldo, em 1985, saiu do Cebrap. Aí o Vinícius Caldeira Brant estava precisando de um assistente para uma pesquisa que estava começando. Ele tinha participado do projeto de educação e produtividade no meio rural, mas estava indo para uma pesquisa sobre a greve dos petroleiros de Paulínia de 1983. Ele já trabalhava com o Álvaro Comin, que seria meu parceiro por muitos anos no Cebrap. Eles tinham trabalhado com metalúrgicos em São Paulo, com o pessoal da CUT. Aí eu falei: “Bem, claro que eu vou, né?”. O mundo do trabalho tinha sumido do meu horizonte, e fui puxado de volta para ele pelo Vinícius. E essa experiência foi formadora, foi uma pesquisa muito, muito interessante.

Foi uma intervenção sociológica com método do Touraine, junto a um sindicato, que, normalmente, no método, não é pensado como um movimento social. E, de fato, aconteceu uma coisa impressionante. Ninguém tinha lido Marx, mas eram todos marxistas, todos revolucionários. “A gente tem que agir, porque é na ação que você... cria consciência de classe”, “você tem que ter um inimigo”. Toda a coisa do *enjeu*, do que está em disputa, quem é o seu inimigo, como é que vocês constroem essas identidades em disputa. E o inimigo era a direção da Petrobras. Na época da greve, o Shigeaki Ueki, essa figura lendária, que quis vender a Petrobras de tudo quanto é jeito. Dessa pesquisa, saiu a minha dissertação de mestrado. Já não era mais a intervenção sociológica, porque eu usei as entrevistas de uma forma mais tradicional. Sem referência ao Touraine.

No meio do caminho, o Guillermo O'Donnell tinha voltado para o Cebrap. A partir da minha experiência com o Vinícius, ele me chamou para fazer um dos estudos que tinha na cabeça, sobre o então assim chamado “sindicalismo de resultados”, que tinha surgido lá em 1986, 1987, com muito estardalhaço, na cena brasileira. Todo mundo queria estudar CUT, o novo sindicalismo. “Ninguém olha para a direita? Tem que olhar para a direita!” – o O'Donnell falava. E aí fui estudar o sindicalismo de resultados. Foi formador de outro jeito. O'Donnell não era um marxista. Era um cara super erudito. Naquele momento, a grande moda era a teoria da escolha racional. O O'Donnell lia, e era muito crítico daquilo, sobretudo o Olson.

O carona era um problema – teórico e prático. E se torna um problema político em muitas situações. E ele insistia nisso, dizia: “Essa ideia de que o indivíduo é um ser interessado, maximizador de utilidade, exclusivamente no ponto de vista individual, não tem sustentação na vida”. A vida tem muitos momentos de solidariedade. Em muitas situações, você leva em consideração os outros, os coletivos, nem que seja só a família. Esse individualismo metodológico não é sociologicamente sustentável, e nem politicamente sustentável. Então, ele tinha uma crítica profunda a isso, para mostrar que o individualismo metodológico, em si, embora pudesse servir de instrumento heurístico para fazer perguntas sobre o mundo, não podia ser instrumento de explicação do mundo. E eu usei muito isso na minha dissertação de mestrado: **Petroleiros de Paulínia: participação, consciência e identidade**. O título da dissertação saiu de um discurso deles; eles tinham uma clareza muito grande de que se moviam não por qualquer racionalidade de tipo individual, mas por um sentimento de pertença a um coletivo, pelo qual valia a pena até morrer. E esse coletivo não era só o grupo próximo aos trabalhadores, mas a própria Petrobras.

A dissertação serviu para criticar tanto o Touraine quanto a escolha racional tal como lida pelo O'Donnell. E o meu doutorado, sobre o estudo do sindicalismo pragmático, acabou fugindo dessas duas grandes forças da minha formação no Cebrap – embora a construção do projeto, do problema, tenha sido proposta pelo O'Donnell. Ele colocava: “Quais são as virtualidades democráticas de uma ação sindical como essa, num momento em que você está construindo a democracia? Como é que o pragmatismo sindical, desse tipo corrupto, individualista, moderno, contribui ou não para consolidar a democracia? Que tipo de instituição sai daí?”. Ele fez esses questionamentos, cuja resposta eu fui buscar. Na verdade, a tese procura fazer isso, mas não nesses termos, e sim nos termos da construção virtuosa de instituições. O discurso da “modernidade”, do “mercado”, tudo entre aspas... “Modernidade”. “Mercado”. “Individualismo”. Essa ideia da construção pragmática do interesse dos trabalhadores. Nada de

identidade. Nada desse negócio de consciência de classe, “é uma bobagem”. Até que ponto isso é capaz de furar o cerco da construção oligárquica ainda muito presente, muito consolidada na dinâmica do poder no Brasil? Como um discurso como esse era capaz de romper a indiferença moral das elites brasileiras em relação aos interesses da maioria? Das maiorias?

Embora talvez também estivesse respondendo às perguntas do O'Donnell, eu estava olhando para isso. E é a isso que eu vou responder no meu doutorado. Estava, ainda, na chave que ele estava propondo, mas dando um passo além. Porque isso foi o que eu fui perseguir depois: até que ponto o trabalho organizado, o movimento sindical, na sua intervenção, na sua interferência e na sua ação coletiva, pública, era ou não capaz de permeabilizar o sistema político, e mudar as estruturas do Estado brasileiro, para incorporar, de maneira não subordinada, os interesses dos trabalhadores. Isso foi o mais importante.

Depois veio a Nadya Guimarães (que então era Castro), a convite do Chico de Oliveira. Ela era professora da Federal da Bahia, ficou seis meses no Cebrap como visitante em 1993, se aposentou na Bahia e voltou definitivamente para São Paulo, em 1995, para assumir a equipe do Cebrap. Com Nadya, começamos outros projetos, outras ideias. Reestruturação produtiva. Reestruturação industrial. A Nadya era uma pesquisadora de processo de trabalho. Tinha feito estudos na petroquímica da Bahia. O interesse dela estava voltado muito para isso. Muitos temas novos apareceram. Eu entrei em um projeto internacional sobre reestruturação industrial na América Latina, para estudar indústria têxtil, automobilística, petroquímica e outras, a partir do contato que eu tive no Primeiro Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, no México. E dois alemães estavam procurando pesquisadores no Brasil, na Colômbia e no México, para tocar esse projeto comparativo... estudos empíricos nas empresas, para ver o impacto da globalização na reestruturação industrial. Esses segmentos estavam sendo mais afetados por causa da China, de um lado, e do Japão, do outro. A China na indústria têxtil e o Japão na indústria automobilística, e a coisa toda da indústria petroquímica. A partir daí, eu abri as portas da América Latina.

Ali começou o processo real de internacionalização da minha trajetória. Eu fiquei muito amigo do pessoal do México, da Colômbia, da Venezuela, da Argentina. E a gente começou a se frequentar muitas vezes, em muitos congressos internacionais. Na ALAST, na ALAS, na ISA. Acabamos consolidando um grupo que produziu muita coisa junto a partir desse primeiro passo, e com o beneplácito dessa dupla de alemães: o Rainer Dombois, que já morreu, e o Ludger Pries, que morava no México. Esse processo de aprendizado também foi muito importante, porque o Ludger era extremamente rigoroso em termos teórico-metodológicos. Ele

tinha uma preferência muito clara pelos teóricos alemães. Ulrich Beck. Em parte, o Habermas. Detestava o Bourdieu. Tinha uma crítica muito, muito séria à sociologia latino-americana de modo geral. Acho que tem a ver com uma certa postura de uma parte imensa da comunidade científica europeia em relação a nós. Ao terceiro mundo, à América Latina.

O projeto levou três anos. Demorou muito até que a coisa ficasse aceitável. Ficamos amigos. A gente passou a se encontrar em outras ocasiões, a gente se entendeu, mas de início foi bastante complicado. Essa pesquisa foi muito importante, porque, de novo, eu estava voltando, mas para entrevistar níveis hierárquicos distintos na fábrica. Coisa que eu nunca tinha feito. Só tinha falado com trabalhadores e lideranças sindicais. Me vi falando com gerência, com o presidente da Volkswagen no Brasil.

Essa pesquisa abriu as portas da América Latina para mim, e depois do mundo, porque eu fui para a Alemanha. Viajei bastante em função dela, e foi essa pesquisa que me abriu os olhos para o problema do desemprego, e para o problema das trajetórias ocupacionais, que me ocuparia por seis, sete anos daí para frente. Devo isso à Nadya também. Nós trabalhamos juntos, no início, sobre esse tema. Depois eu saí do Cebrap para vir para cá, para a UFRJ, e continuei com esse tema aqui no IESP (então IUPERJ). Então, isso encerra a minha trajetória no Cebrap, que foi formadora. Eu trabalhei quinze anos no Cebrap; foi um período de formação.



Figure 2 - Correspondência pessoal. Acervo de Adalberto

Pergunta: Como você avalia e compara os desafios do processo de formação de um pesquisador no início da sua trajetória acadêmica e nos dias de hoje?

Adalberto Cardoso: Eu vejo algumas diferenças. Por isso que eu acabei de narrar, nunca tive contato de fato com graduação, exceto a minha própria. Então, eu posso falar da formação da pós-graduação, que é onde eu sempre atuei. Nesse âmbito, acho que as diferenças são imensas. A primeira delas é o acesso à literatura. Quando eu estava fazendo a pós-graduação, se eu quisesse ler artigos de revistas estrangeiras, a USP tinha uma coleção bastante ampla, mas nada comparável às universidades de fora, sobretudo nos Estados Unidos. As francesas não tinham acervo semelhante. As alemãs não tinham acervo semelhante. Se você queria pesquisar sério, você tinha que sair do Brasil por um período. Hoje, você acha **tudo** na internet. Todo o Weber. **Todo o Weber.** Tem em alemão, em francês, em italiano, em inglês, etc. O Schluchter está todo na internet. Inclusive em português. As revistas estão todas. Você entra no JSTOR, dá uma busca. Qualquer artigo. Isso é uma diferença **brutal**. Hoje em dia, não há a possibilidade de você dizer “Não achei”. “Não achei tal coisa”. Tal livro. Tal artigo. Não tem isso. É porque não procurou direito. Ou não procurou de jeito nenhum. Antigamente, a gente tinha essa desculpa: “Não tive acesso”. “É que não tem na biblioteca da USP”. “Ah, mas você foi na biblioteca da Unicamp?”. “Não fui”. “Tenta lá. Quem sabe tem lá”. Mas tinha desculpa.

Outra coisa: hoje, você pode definir temas de pesquisa, objetos de pesquisa, problemas de pesquisa, pode falar coisas relevantes sobre o que está acontecendo no mundo só com as fontes às quais você tem acesso via internet. Não é porque a internet é uma boa fonte. Não; é porque **tudo** está na internet. Você entra na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, tem os jornais de meados do século XIX até hoje. Todos lá, digitalizados. Você entra no arquivo da Folha de São Paulo, do Estadão, d'O Globo. Está tudo lá. Desde o início. O CPDOC digitalizou a maioria dos seus grandes arquivos. Você tinha que passar o dia inteiro no CPDOC abrindo aquela papelada. Os fungos afetavam, né? Isso acabou. Não para todos. Certos arquivos continuam fechados. Por exemplo, para falar do Brasil colonial, você tem que ir a Portugal, ainda. Tem parte das coisas lá. Mas todas as instituições, as organizações, os sindicatos, os partidos políticos, uns mais, outros menos, têm lá os seus arquivos também disponíveis na internet. Então, é uma mudança importante, que tem a ver com a tecnologia.

Outra mudança fundamental, e que eu já mencionei, é referente à coisa do tempo. Você não ter a injunção do tempo, a restrição do tempo para você construir o seu problema de pesquisa, para você se dedicar à sua pesquisa, foi, para o bem e para o mal, muito importante.

Isso, hoje, é impossível. Os historiadores têm que definir temas cada vez mais miudinhos, para poderem se dedicar bem a um período muito curtinho, e no prazo de quatro anos que você tem. Porque, se você não publica... *Publish or perish*, né? A restrição do tempo fez um mal imenso para a ciência. Para a ciência social em particular. Nem todo mundo tem essa capacidade de produzir coisas de qualidade, bem pensadas, bem articuladas com literatura existente, em pouco espaço de tempo, então as pessoas são mais angustiadas hoje do que eram. Eu pude fazer arte. Eu pude tentar o teatro. Pude ser artista profissional. Vivi de artes plásticas por cinco anos. Era outra coisa, essa possibilidade de multiplicidades de experiências enquanto você está fazendo o mestrado, o seu doutorado.

Outra coisa que eu acho que distingue é o acesso a recursos. As ciências humanas e sociais sofrem, no mundo inteiro, um bombardeio neoliberal, que restringiu os recursos de pesquisa em todas as agências. No Brasil não é diferente. A gente passou muito a pão e água, nos últimos tempos, e não era assim nos anos 1980. Não era assim nos anos 1970. Os militares deram muito dinheiro para as ciências sociais via a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A FINEP sustentou o IUPERJ e o Cebrap, junto com a Fundação Ford, durante toda a década de 1970. Deu milhões de dólares nos anos 1970 e 1980. Dinheiro dos militares. Essas ambiguidades: os caras cassaram todo mundo nas universidades e ajudaram a financiar os centros de pesquisa que acolheram as pessoas que foram cassadas. O Fernando Henrique foi cassado na USP e fundou o Cebrap, e o Cebrap ganhou dinheiro da FINEP por dez, doze anos. Dinheiro dos militares para ciência e tecnologia.

Já tem muita coisa escrita sobre isso, e não vou entrar nessa seara, mas nós tínhamos muito recurso de pesquisa nas ciências humanas, porque havia, no poder público, de modo geral, na administração pública, entre as elites políticas brasileiras, e também econômicas, embora menos, a ideia de que era possível buscar respostas para os problemas da nação por meio de uma ciência social empiricamente bem-feita, embasada e teoricamente sustentada. Muita gente acreditava nisso piamente. Celso Furtado era luminar para uma elite que achava que sim, era possível intervir a partir do conhecimento racional, científico sobre a sociedade. E financiava. Como você enfrenta a desigualdade? Tem que fazer estudo sobre desigualdade. Como você enfrenta a pobreza? Tem que fazer estudo sobre pobreza. E não são os economistas que dão a resposta para isso, são os cientistas sociais.

Havia núcleos de estudo: essa é uma outra coisa que distingue, né? A universidade em si mesma, com exceção de algumas grandes, USP, Unicamp, não era o lugar da pesquisa em

ciências humanas. O lugar eram os centros de pesquisa, que abrigavam boa parte das pessoas que tinham sido expulsas da universidade pela ditadura, mas também gente que tinha sobrevivido na universidade, que era pesquisador desses centros. Então, a pesquisa era feita fora, em uma dinâmica de grupos de pesquisa. Uma coisa que só foi se consolidar muito depois na universidade, muito por exigência do CNPq. Isso não era comum nas ciências humanas, exceto nos laboratórios. Hoje, todo mundo que entra aqui no IESP/UERJ, entra em um núcleo, dois, três. É assim que as coisas se organizam. Esse era um diferencial da formação. E, só para terminar, há muitas outras diferenças, mas a bolsa, hoje, é tão pequena que obriga as pessoas a trabalhar. A gente tinha mais tempo para se dedicar aos estudos e à pesquisa. A bolsa era suficiente para me manter em São Paulo. Eu trabalhava no Cebrap, mas o salário era simbólico. Essas são as principais distinções.

Pergunta: Em vários momentos da sua trajetória profissional e acadêmica, você fez convergir variados interesses de pesquisa, passando por etnologia indígena, métodos quantitativos e por aí vai. Como essa convergência de interesses muito plurais e muito diversos influenciou, e influencia, ainda hoje, a sua produção, a sua formulação teórica? Como você considera e visualiza esse papel da contingência na sua trajetória profissional?

Adalberto Cardoso: Eu me considero afortunado por ter tido acesso a essas oportunidades de aprender novas metodologias, e ser obrigado a enfrentar certos temas, que eu não enfrentaria se fosse por *motu proprio*. Não cheguei a fazer etnologia, mas eu considero a forma como eu trabalhei o discurso do Luís Flávio Rainho, no relatório final da pesquisa de iniciação científica, uma análise de discurso *à la* antropologia. O estruturalismo lévi-straussiano, que eu li com bastante cuidado e interesse. Isso foi uma busca minha. É fundamental você dominar o método. Mas o método não pode ser um fetiche. Se você não domina os métodos disponíveis, qualitativos, quantitativos, você não sabe que pergunta você pode fazer. Você tem que estar aberto à possibilidade de fazer perguntas que você não vai ser capaz de responder com os métodos que você domina. Para você ser, justamente, obrigado, e a gente é obrigado o tempo inteiro, a buscar métodos novos, para responder àquelas perguntas.

Aquela história do Marx, de que nenhuma época faz perguntas que não pode responder, não vale para a ciência. A ciência tem que fazer perguntas que não pode ainda responder, senão não avança. Então, o domínio dos métodos é necessário para você dar respostas rigorosas às suas perguntas, mas é preciso que isso tenha flexibilidade para abertura ao novo. Um dos problemas da diferença em relação à prática formadora de antes é que, hoje, a frouxidão em

relação ao rigor científico está na fronteira do inaceitável. Isso não só no Brasil, mas no Brasil, em particular, fez com que a ciência social tenha perdido, em parte, a sua significância ou a sua importância no debate público. Não é só por causa do neoliberalismo, do combate às ciências humanas no mundo inteiro. Teve esse desleixo metodológico na construção dos problemas. Na escolha de métodos. Na escolha de evidência empírica.

Acho essa uma mazela crescente e inevitável por várias razões, e uma delas, embora não a principal, tem a ver com os prazos. Você tem que produzir muito rápido o tempo todo, né? O desleixo tem a ver um pouco com isso. Dominar o máximo possível, porque ninguém domina tudo, mas o máximo possível de possibilidades de análises quantitativas sobre um fenômeno social qualquer, e das possibilidades abertas de análise qualitativa do mesmo fenômeno, e você olhá-lo de várias formas e maneiras possíveis, dentro daquilo que você domina, te permite mais do que quando não se usa essa multiplicidade. Te permite dizer coisas mais plausíveis sobre aquilo que está ali. Essa é a diferença. Tem que convencer o leitor. Você pode achar diferente. Mas, então, me mostra diferente; eu estou aberto às várias possíveis interpretações disso, mas essa que eu estou te oferecendo, no momento, é que a mim parece ser a mais, ou, pelo menos, muito plausível. Não é a verdade, mas... Quer disputar? Traga uma coisa diferente e vamos conversar. É assim que se avança nas ciências sociais. O método é para você fazer perguntas direito. Mas insisto na coisa do fetiche, porque grande parte das ciências sociais que se faz, achando que está se fazendo ciência dura, tem a ver com esse fetichismo do método. Esse é o outro lado.

Pergunta: Você tem, de cabeça, o valor do salário do Cebrap?

Adalberto Cardoso: É impossível. Eu entrei no Cebrap em 1983 e saí em 1996. Em 1989, o Brasil teve mil e duzentos por cento de inflação. O dinheiro que eu recebia entrava em uma conta do Banco do Brasil, que tinha remuneração diária. *Overnight*. A remuneração acompanhava a inflação. E alimentava a inflação. Então, a gente não tinha noção de preço. Não tinha parâmetro. A única coisa que eu sei é que eu vivia uma vida muito espartana. Meu amigo Edu (Eduardo Furia César) também era artista plástico e fazia ciências sociais... A gente decidiu parar de fumar. E eu fumava um maço de cigarro por dia. *Hollywood*. “Vamos parar de fumar?”. “Vamos. A gente faz junto. A gente consegue”. Parei de fumar. No final do mês, eu fui ao Bexiga comer um macarrão com vinho, de tanto dinheiro que sobrou do cigarro que eu não fumei.

Morei em república, sempre dividindo, mesmo trabalhando no Cebrap. Eu me lembro da bolsa ser duas vezes o salário do Cebrap. Eu sei que era muito pouco dinheiro [risos]. Às vezes eu saía para comer uma massa no Bexiga, mas eu fazia comida em casa. As grandes coisas que eu fazia em São Paulo, que aí eu fazia mesmo, juntava dinheiro para fazer: às vezes ficava sem comer para comprar disco. Por um disco do Bartók, o primeiro grande importado que eu comprei, fiquei dois dias sem almoçar. Tinha o Festival de Jazz do MASP. Eu não perdia. Era caríssimo. Mas eu juntava dinheiro, ficava sem fazer coisa para ir. E o Festival de Cinema do MASP, que ocorria em vários lugares e era a semana inteira. Eu ficava de nove da manhã a nove da noite dentro do cinema [risos]. Assistia a tudo. Comprava o passe para a semana toda. Isso também eu não perdia. Depois de 1987, eu comecei a ganhar dinheiro com arte e pintura. Aí a vida mudou. Mas até ali, meu amigo, era duro.

Pergunta: Pegando um gancho, essa mesma arte tem um papel muito significativo na sua trajetória – inclusive, você trabalhou como artista plástico por um período considerável. E, além disso, em uma rede social, você ainda teve como foto de perfil, por um bom tempo, a litografia **Desenhando mãos**, do Escher. Essa obra remete a dois sujeitos compondo um ao outro e, no final, formando um mesmo quadro que está, simultaneamente, inconcluso e concluído. A gente escolheu essa imagem para direcionar algumas perguntas sobre essa faceta. Seu trabalho navega entre várias categorias bem clássicas: pintura, literatura, música e por aí vai. Como você se identifica em relação a essas nomenclaturas e categorias? E, se você puder, fale um pouco também sobre o seu processo criativo.

Adalberto Cardoso: A foto do perfil na rede social era a capa do meu romance **As mãos de Escher**, justamente. São duas histórias que correm paralelas, que podem ter sido escritas tanto por um quanto pelo outro personagem. Essa é um pouco a ideia. O processo criativo: eu comecei a pintar lá em 1983, quando fui fazer esse curso de desenho com o Fajardo. Fui para o ateliê do Fingermann; lá, conheci o Jacques Jesion, e a gente ficou amigo. E o Jacques falou: “Cara, vamos abrir um ateliê. Tem um espaço ali na Frei Caneca. Eu fui lá olhar, mas eu não tenho dinheiro. Sozinho eu não consigo fazer”. Eu fui lá ver com ele, e era um espaço incrível. Perfeito para um ateliê de gravura. Ali eu comecei a pintar de verdade. Pinturas grandes.

Em 1986, eu ganhei um prêmio no Salão Paulista de Arte: o Prêmio Aquisição. O meu primeiro prêmio. E, nesse ano, o Paulo Prado, que era um *marchand* lá de São Paulo, foi no meu ateliê. Aí comecei a trabalhar com ele. Em 1987, eu fiz a primeira exposição. Trinta e seis pinturas. Eu vendi trinta e cinco. A que sobrou está lá em casa, até hoje. Eu vivi de arte entre

1987 e 1990. Ganhava dez vezes com arte o que eu ganhava no Cebrap. O ateliê se sustentava, me sustentava e ainda mandei dinheiro para a minha mãe. Foi um período bacana.

Processo criativo: eu trabalhava no Cebrap até às seis e ia para o ateliê, e ficava no ateliê até às quatro, cinco da manhã. Muitas vezes cheguei depois do almoço no Cebrap, mas o pessoal não achava ruim, porque eu fazia as coisas que tinha que fazer. Entregava o que tinha que entregar. Fazia os relatórios que tinha de fazer. Então, não havia incompatibilidade. Nessa primeira exposição individual, o Cebrap foi lá ver. O Giannotti estava curioso; o filho dele também pintava. Ele foi à exposição. Ficou lá uma hora. Aí, no Cebrap, no outro dia, ele falou: “Você vai ter que escolher, né?”. Eu: “Como assim?”. “Você não vai conseguir levar as duas coisas, né? Você vai ter que escolher”. Aí eu falei: “Bem, ele gostou do que viu, né?”. Vi isso como um elogio. Então, falei: “Enquanto eu puder levar as duas coisas, eu vou levar”.

Hoje, eu não me considero um artista mais. Mas eu me considero um romancista. Um dia, eu estava falando com o Wanderley Guilherme dos Santos. Ele também estava escrevendo um romance, e falou: “Mas a que horas que você trabalha? Você publica esse monte de coisa. Que horas você escreve?”. Eu: “Wanderley, eu acordo às sete e meia da manhã. Tomo meu café da manhã e, antes de ler jornal, eu sento, escrevo três horas. Todo santo dia. Aí eu vou ler jornal. Vou fazer as outras coisas. Pronto. Passou”. Com isso, eu escrevi quatro romances em um período de oito anos. Metodicamente. Sistemáticamente. Claro que tem inspiração. Mas você tem que trabalhar. E trabalhar com o olhar da arte.

A poesia é diferente. Eu sempre escrevi poesia na juventude, né? Meu interesse pela poesia voltou há quatro anos, quando, por acaso, fuçando livros lá em casa, eu achei um livrinho da Hilda Hilst, uma espécie de *pot-pourri*, nem uma antologia, vários fragmentos de poesia, prosa. Eu li aquilo e terminei arrepiado. Eu li em uma sentada. Voltei e li de novo. Arrepiado com aquilo fiquei. Falei: “Vou retomar”. Nunca deixei de ler poesia. E retomei com uma facilidade que me assustou, como os temas vinham. Como a métrica vinha. Comecei a ler os meus poemas em voz alta. Vi que aquilo fazia sentido. Quando eu vi, tinha quarenta poemas escritos. Cento e vinte haicais. Adoro escrever haicais. Reaprendi que eu gosto de fazer isso. Um prazer imenso. A poesia eu escrevo todo dia. Eu me impus como obrigação escrever um poema por dia, mesmo que seja uma porcaria. Aí, jogo fora. Deleto. Mas faço isso todo dia. Então, o meu processo criativo, hoje, que tem a ver com literatura e poesia, está muito ligado ao fato de que eu sou um leitor voraz. Faz parte do processo criativo você se deixar submeter pela literatura do outro. Eu acho que isso tudo é parte do processo criativo.

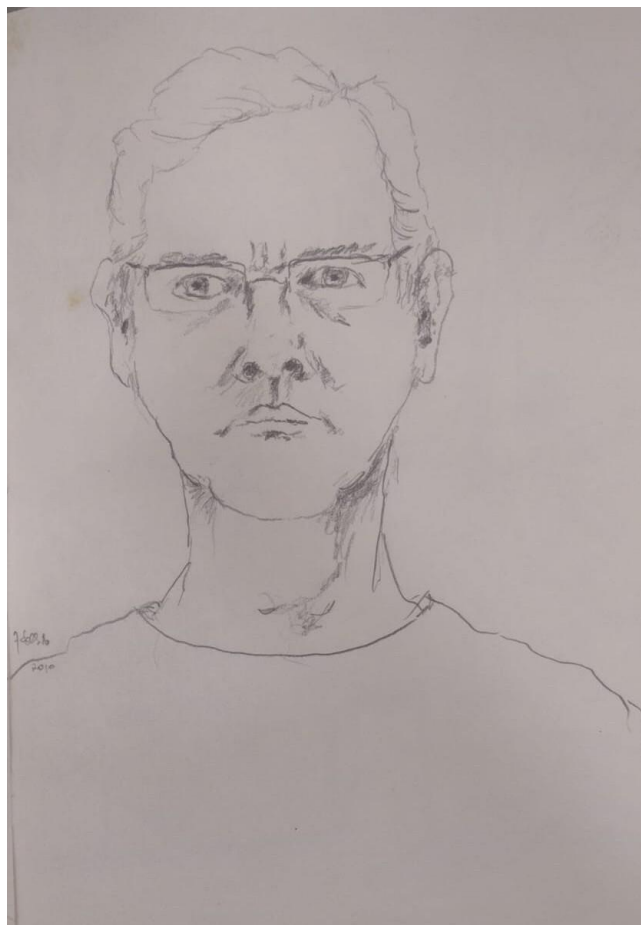


Figure 3 - O artista pinta o sociólogo. Ilustração de Adalberto Cardoso. Acervo pessoal de Adalberto Cardoso.

Pergunta: Ainda no contexto dos anos 1980, da redemocratização, qual a sua relação com o futebol? E com a Democracia Corintiana?

Adalberto Cardoso: Olha, eu nasci atleticano, evidente. Meu pai era cruzeirense, meu irmão mais velho era cruzeirense. Meu primo mais velho, que foi morar conosco, era cruzeirense, então eu tinha que ser atleticano [risos]. Foi simples assim. Mas nunca fui fanático por futebol. Fui ver o Atlético em campo uma vez, quando eu morava em São Paulo, e quando o Atlético ia jogar contra o Santos, porque o meu grande amigo na época, Antônio Manuel Teixeira Mendes, era um santista fanático, e ele me disse: “Vamos ver o Santos. Você vai, vamos lá pra você ver o Atlético perder”. Foi a única vez que eu fui ao campo ver o Galo.

Nunca vi o Corinthians em campo ao vivo. Por outro lado, eu era aficionado pela Democracia Corintiana. Por incrível que pareça, vários dos meus colegas mais próximos do Cebrap eram todos palmeirenses. Rapaz... Eu cercado de cruzeirenses lá em Uberlândia, e de palmeirenses lá no Cebrap. Mas mesmo os palmeirenses achavam bacana essa história da Democracia Corintiana, porque era uma diferença imensa, como eles construíram uma ação

coletiva para mudar o modo de se gerir o futebol e até de escalar o time. Isso extravasou, porque entrou junto no debate da redemocratização: o Corinthians como um exemplo de como deveriam ser as instituições no Brasil. A participação, a horizontalidade, todos os jogadores tinham voz junto ao técnico, junto às direções. Você tinha conflitos, evidentemente, mas tinha o Sócrates como grande liderança. A Democracia Corintiana foi uma coisa extraordinária. Durou pouco e, enquanto durou, deu resultados. O Corinthians ganhou um monte de coisa no período. As pessoas iam para ver o Corinthians democrático, mas eu nunca fui. Eu não tinha dinheiro também.

Pergunta: E como foi a sua transição para o Rio de Janeiro? Você poderia nos falar sobre a sua experiência e a sua agenda de pesquisas no antigo IUPERJ e no atual IESP/UERJ?

Adalberto Cardoso: Eu estava no Cebrap, em um projeto com a Nadya, sobre os metalúrgicos... eu tinha, na verdade, conseguido um financiamento na FAPESP, para fazer um estudo sobre as centrais sindicais, e isso implicava aplicar um questionário em algumas categorias de trabalhadores da CUT e da Força Sindical, para comparar as suas atitudes. Isso resultou em um artigo com o Alvaro Comin, chamado **Centrais Sindicais e Atitudes Democráticas**. Depois disso, a Nadya estava interessada na reestruturação produtiva. A partir desse estudo com os metalúrgicos, ela me forçou a participar do congresso de fundação da ALAST, no México, em 1993. Ela disse: “Você tem que ir! Esse trabalho que você está fazendo é muito bacana. Vai ser muito bom, você tem que começar a sua carreira internacional”.

Arrumei um dinheiro lá no Cebrap para ir, e fui. Fomos. De fato, foi muito bom, porque foi um congresso concorrido. Todos os latino-americanos importantes, da área da sociologia do trabalho... A ALAST nasceu como “Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho”, depois virou “de Estudos do Trabalho”. Nesse congresso, a Nadya me disse que dois alemães estavam atrás de um pesquisador brasileiro, para tocar parte de uma pesquisa comparativa que eles estavam organizando. Era o estudo de setores automobilístico e têxtil, no Brasil, no México e na Colômbia, para testar algumas hipóteses sobre o impacto da globalização nas relações de trabalho e nas relações industriais. Porque tinha a hipótese de que a globalização ia fazer convergir os regimes de trabalho, os regimes de relações industriais, nos países latino-americanos. Então, foram escolhidos esses dois setores, e mais alguns estudos de caso, como a petroquímica, aqui do Brasil; na Colômbia, foi um outro setor de que não me lembro. Enfim, não importa. Eu fiquei responsável por quatro estudos de caso. Dois estudos de automobilística, e dois na indústria têxtil. Foi por esses alemães, o Rainer Dombois e o Ludger Pries, que eu me

meti nesse projeto, que... levou a várias coisas. Várias viagens ao México, à Colômbia... eles vieram ao Brasil algumas vezes. Foi um projeto bem intenso, que terminou em 1996.



Figure 4 – Gabriela Arango, Marcia Leite, Consuelo Iranzo, e Juan José Cortillo. Congresso de fundação da ALAST, México, 1993. Acervo de Adalberto Cardoso.

Eu terminei a minha parte da indústria têxtil já no Rio, quando o projeto já tinha acabado. Mas eu tinha o compromisso de terminar. Eu já não estava ganhando nada, mas fiz, mesmo assim, o estudo de caso, aqui na Fábrica de Tecidos Bangu. Esse projeto teve um resultado não antecipado: fizemos a última reunião na Alemanha. Inicialmente, o Ludger morava no México. Nesse momento, o Rainer tinha uma relação muito sólida na Colômbia. E eles precisavam de alguém no Brasil. E o Ludger voltou para a Alemanha, então a última reunião de trabalho do projeto foi lá. Eu fiquei hospedado na casa dele e, fuçando a biblioteca dele, a gente conversando, eu disse que a gente estava pensando em fazer um projeto sobre destinos profissionais dos demitidos da indústria automobilística, né?

Nos estudos sobre reestruturação, o que a gente estava vendo era um número imenso de demissões, que estavam acontecendo na automobilística e na indústria têxtil também. A fábrica que eu estudei, em São Paulo, tinha perdido 30% dos seus operários, só no período em que eu estava fazendo a pesquisa. É uma coisa avassaladora, então isso chamou a nossa atenção, minha e de Nadya, e nós decidimos estudar esse tema através de trajetórias ocupacionais. Para onde

essas pessoas estavam indo? O Ludger abriu um sorriso, meteu a mão lá nos livros dele, e tirou dois trabalhos que ele tinha feito no México, sobre isso. Duas brochurinhas, em que ele analisava exatamente isso: o que acontecia com as pessoas que estavam perdendo o seu emprego. Ele estava interessado nas trajetórias do informal para o formal, e do formal para o informal. Em que período da vida das pessoas isso acontecia. Ele fez um trabalho muito... artesanal. Com alguns poucos estudos de caso, mas uns gráficos muito elegantes de como as pessoas entravam na informalidade, saíam, voltavam, em que momento ficavam para sempre fora do mundo do emprego formal.

Ele me deu, além disso, três outros livros de metodologia de análise de dados longitudinais. Em inglês. O cara mais importante disso, na época, era um alemão. O Hans-Peter Blossfeld. E tinha ali, no que ele me deu, alguns artigos desse Blossfeld, que eu usei muito no meu livro sobre transição ocupacional a partir da indústria automobilística. Eu voltei para o Brasil com esses livros debaixo do braço. Na verdade, um desses de metodologia eu li em Frankfurt. Eu esperei, sei lá, dez horas [risos] a baldeação do voo – enfim, li um deles lá. E o outro, quase todo, na viagem de volta. Quando eu cheguei em São Paulo, fui ao Cebrap, com os livros debaixo do braço, e falei: “Nadya, a gente mirou no que viu e acertou no que não viu, porque o Ludger me abriu muitos caminhos, olha só isso aqui”. Ela ficou super entusiasmada. A partir daí, a gente começou a trabalhar trajetórias.

Fato é que, por causa desses estudos, a Alice Rangel de Paiva Abreu me convidou para participar de um seminário aqui no Rio de Janeiro, no final de 1994. Eu vim para esse seminário, e fiquei responsável por fazer um comentário sobre uma das sessões. Recebi os textos antes, li e no hotel preparei um comentário elaborado sobre os textos. Ao final da sessão [risos], o cara que eu estava comentando me chamou: “Escuta, você já publicou isso que você escreveu?”. Eu falei: “Não, isso é uma reação ao trabalho de vocês. Eu fiz aqui”. Aí ele ficou super entusiasmado. Era o Gary Gereffi, um cara que estudava cadeias de valor. Cadeias produtivas mundiais. Ele estava interessado, por exemplo, na cadeia de valor do Walmart, e também das indústrias, né? Indústria têxtil, indústria automobilística e várias outras.

A Alice ficou muito impressionada com esse meu desempenho lá, e me convidou: “Escuta, a gente tá pensando em pedir uma bolsa de pós-doc. lá no IFCS, você não quer vir para cá?”. Eu falei: “Uai, mas eu ainda não tenho doutorado”. “Mas então você tem que defender o seu doutorado. Rápido”. Eu fui para cima do meu orientador, e falei: “Brasílio, eu tenho essa oportunidade. Vamos correr com esse meu doutorado? Ele já está pronto. É só uma questão de

a gente correr com ele”. E, de fato, o Brasílio foi super solidário, e trabalhou intensamente, comigo, sobre um relatório que eu tinha feito... sobre o sindicalismo de resultados, e que virou a minha tese. Eu defendi em agosto de 1995. A gente entrou imediatamente com o pedido de bolsa. E eu tinha pedido, com essa bolsa, um dinheiro para o projeto que a gente estava fazendo no Cebrap, de trajetórias; mandei para o CNPq como projeto para pedir dinheiro, para fazer pesquisa. Ele foi aprovado, mas o dinheiro nunca saiu, porque o CNPq estava sem recursos. Mas a bolsa saiu. Então, eu vim para o Rio. Essa foi a razão da minha vinda para cá: o convite da Alice, a partir da minha inserção nas redes da Nadya Guimarães, né?

Aqui no Rio, eu vim, portanto, para o IFCS. Eu cheguei aqui, a bolsa foi aprovada em março, abril, para ser implantada em agosto. Então, a partir de agosto, eu passaria a dar aula de metodologia no IFCS. Foi para isso que eu vim. Era uma vaga para métodos quantitativos. Daí eu dei a minha primeira aula no IFCS. Logo depois, as federais entraram em greve, e ficaram quatro meses em greve. Então, eu pude usar esse tempo [risos] para terminar um monte de coisa que eu tinha feito no Cebrap, que tinha forma de relatório de pesquisa. Comecei a produzir loucamente os artigos e coisas que tinham ficado represadas. Foi assim que eu publiquei um mundo de coisa, em 1997, 1998, 1999... dois livros em 1999, outro livro em 2000, tudo por causa daquela coisa represada pelo Cebrap, muito projeto, relatório – tinha pouco tempo para dar tratos à bola, transformar em trabalhos acadêmicos mais elaborados.

Ainda durante a greve, pintou um concurso no IFCS. E a Alice falou: “Você tem que prestar esse concurso. Você não terá competidores, porque a pessoa que possivelmente competiria com você, e que está aqui conosco há dois anos, como pós-doc., disse que não vai prestar”. Naquela época, não tinha tanto doutor na praça. [Risos] Doutor era uma coisa mais rara. Então, falei: “Tá bom, eu vou prestar”. Embora fosse uma coisa que não tivesse nada a ver comigo. Era uma cadeira de métodos histórico-comparados. Sociologia histórico-comparada. Quem idealizou o concurso foi a Elisa Reis. Essa era a área de trabalho dela. Então, eu fui aprender, né?

Passei dois meses na biblioteca do IFCS, lendo as coisas sobre isso. Revoluções comparadas, Barrington Moore e toda essa coisa. Charles Tilly. Foi ótimo, porque eu aprendi muito. Fui surpreendido pela Alice, em um dia em que eu estava lá estudando. Ela falou: “Olha, infelizmente, a pessoa que não ia prestar vai, então você vai ter competidor. Mas não se preocupe, porque isso é assim mesmo, se não der agora, sempre tem outra vaga”. E aí prestamos, e eu fiquei em segundo lugar.

Quem estava na banca era a Maria Regina Soares de Lima. Uma das pessoas externas ao IFCS. A Neuma Aguiar tinha ido para Belo Horizonte. Tinha prestado concurso para a UFMG e tinha saído do IUPERJ, então estavam atrás de um professor de sociologia. A Maria Regina chegou e falou: “Ó, tem essa pessoa que prestou o concurso lá no IFCS, ficou em segundo lugar, mas ele tem tal perfil, o memorial dele é tal coisa. Acho que ele tem o perfil aqui da casa; melhor falar com ele”. O Luiz Werneck Vianna me conhecia, porque eu tinha publicado um artigo na **Novos Estudos**, que ele leu. E eu soube que ele tinha gostado muito dele. Foi o meu primeiro artigo sobre a Força Sindical – sobre o Medeiros, na verdade, e o sindicalismo de resultados. O artigo tinha saído em 1992. E o Werneck falou: “Não! Claro, agora! Fala com ele, vê se dá”.

A coordenadora de área, na época, era a Maria Alice Rezende de Carvalho. O diretor da casa era o Renato Lessa. Então, eu fui convocado pelo Renato Lessa. Ele falou: “Ó, nós temos essa vaga, queremos que você venha para cá. Com dedicação exclusiva, porque estamos transformando todos os contratos aqui em DE. A gente quer que as pessoas fiquem aqui”. Eu falei: “Bem, o sonho de consumo de qualquer um, né?”. Ir para o IUPERJ [risos]. Um centro de excelência, e não tinha graduação. Três horas por semana em sala de aula. Tempo à beça para trabalhar, estudar, fazer pesquisa. E com aquele corpo docente maravilhoso. Um negócio do balacobaco. Eu falei: “Claro. Tô nessa”. Aceitei.

Enquanto estava nos trâmites de contratação, documentos, exame médico, eu recebo uma carta da reitoria da UFRJ, dizendo que eu tinha um mês para tomar posse na vaga para a qual eu tinha prestado concurso. A banca tinha errado. Eles tiraram uma média das cinco notas, mas, na verdade, o que eles deveriam ter feito era o número de maiores notas. E, como eu tinha tido três maiores notas, contra duas maiores notas da outra candidata, quem tinha passado em primeiro lugar era eu. E eu tinha um mês para tomar posse [risos]. Aí... eu fui conversar com as pessoas... eu conhecia a turma do IUPERJ há muito tempo, por frequentar as reuniões da ANPOCS e o Capelinha, um bar ali no Hotel Glória, em Caxambu, onde a gente ficava bebendo até às 4, 5 horas da manhã, tocando violão, cantando. A turma do IUPERJ era muito festeira. Eu conheci as pessoas assim.

Então, fui falar com o Marcus Figueiredo, com quem eu tinha uma relação mais próxima, lá em São Paulo, porque ele estava dando aula na USP, na época. E eu fui falar com ele: “Olha, Marcus, eu estou nessa situação: a UFRJ me chamou, mas eu já estou nos trâmites para assinar o contrato com o IUPERJ. Quero um conselho”. Aí ele falou: “Olha, o Fernando

Henrique está com um projeto de destruição da universidade pública. O projeto do Paulo Renato, que é um projeto do Banco Mundial, é privatizar o ensino público superior no Brasil. Já começou, já está havendo um processo de desfinanciamento, as federais em greve há quatro, cinco meses, não tem aumento de salário há oito anos”. E, na verdade, o salário do IUPERJ, naquela época, era três vezes maior do que o salário da UFRJ. E, “por outro lado, a Cândido Mendes é uma instituição muito sólida. O IUPERJ é o melhor lugar para se trabalhar no Brasil. Eu não pensaria nem uma vez. Nem duas, nem uma vez. Aceitaria. Ficaria no IUPERJ”. E foi assim que eu fiquei no IUPERJ.

Os primeiros projetos meus, no IUPERJ, foram aqueles que eu estava trazendo do Cebrap. Tinha uma análise dos bancos de dados, sobre trajetórias ocupacionais, com base na RAIS, que eu e Nadya tínhamos construído. Comecei a trabalhar muito próximo do pessoal da Datamec, aqui no Rio, que depois virou UNISYS. A Datamec era responsável por rodar os dados da RAIS, e eu comecei a trabalhar muito próximo deles e do Ministério do Trabalho. Fui consultor de lá por uns quatro, cinco anos, para a construção da RAIS Migra, uma base de dados montada a partir da RAIS, que permite a gente acompanhar as pessoas no mercado de trabalho, ao longo da sua vida produtiva formal, e também validar a própria RAIS e o CAGED.

Ajudei a criar o CAGED estatístico, que é o CAGED limpo, digamos, das impurezas, e que ficou mais preciso na produção de estatísticas sobre evolução do mercado de trabalho formal. Montamos uma metodologia para validação da RAIS, que a tornou independente da PNAD. Até ali, o Ministério esperava sair a PNAD de um ano para validar a RAIS do mesmo ano, e ver se ela não estava muito distante do emprego formal existente na PNAD. Eu disse que isso era um absurdo, porque a PNAD não tem absolutamente nada a ver com a RAIS, né? A PNAD é uma pesquisa domiciliar; portanto, de entrevistas com indivíduos. É uma pesquisa do lado da oferta. Do lado dos trabalhadores. A RAIS é uma pesquisa do lado da demanda. Do lado das empresas. São as empresas que dão a informação. Então, você não pode buscar essa outra fonte, que é totalmente distinta... é amostral – enfim, dei várias razões para que isso deixasse de ser assim.

E a RAIS Migra permitiria, esse foi o meu argumento, a gente validar a RAIS olhando para trás. Isto é: a menos que tivesse uma hecatombe no mercado de trabalho, você não deveria esperar grandes mudanças de um ano para outro. O passado te permitiria validar a informação que você estava olhando. O que aconteceu no ano passado e no anterior? Essa empresa estava lá no ano anterior? Dois anos atrás, três anos atrás? Com isso, a gente criou esse mecanismo

interno, algorítmico, muito simples, de automaticamente validar a RAIS, a partir da RAIS Migra. Eu fiquei nisso bastante tempo, porque a consultoria com o Ministério do Trabalho durou até 2011, 2012. Publiquei bastante coisa sobre isso, um livro, vários artigos.

Para vocês terem uma ideia, nessa minha circulação internacional na América Latina, fui convidado pelo pessoal da ALAST da Argentina. Eles estavam trabalhando como consultores do Ministério do Trabalho argentino, na gestão do Carlos Tomada, Ministro do Trabalho na gestão de Néstor Kirchner, para fazer uma base de dados, a partir da versão da RAIS deles, de acompanhamento de trajetórias no mercado formal argentino, que é muito maior do que o nosso. 80% da força de trabalho assalariada na Argentina era formal. Então, era até mais fidedigno, no caso deles, o retrato do mercado de trabalho, a partir dos registros administrativos. Ajudei os caras a montar isso. Infelizmente, quando a gente começou a trabalhar para ter um projeto comparativo, da gente fazer pesquisa comparada Brasil x Argentina, teve aquela crise horrorosa lá... os Kirchner perderam o poder, o pessoal foi mandado embora, então a coisa não teve continuidade. Esses projetos foram todos suspensos.

A minha transição, portanto, do Cebrap para o IUPERJ, foi facilitada pelo tanto que eu trouxe de lá. Em parceria sempre com Nadya, com Alvaro Comin, com a equipe... com o Chico de Oliveira. Isso facilitou muito a minha entrada, e essa enorme produtividade que eu tive, na minha chegada aqui [risos]. Foi realmente... assustador, do ponto de vista até do pessoal do IUPERJ, que era muito produtivo. Eu publiquei a minha tese em 1999, e um livro: **Sindicato, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**. Foi uma obra resultante de uma consultoria que eu dei para o Ministério do Trabalho. Quem estava como assessor lá era o Juarez Brandão, que tinha sido meu professor na USP, e me conhecia, e que foi perguntar para o Leôncio Rodrigues quem devia fazer um trabalho de avaliação da estrutura sindical brasileira. O Leôncio falou: “Eu não tenho dúvida, é o Adalberto”. O Juarez se lembrou. Fui [risos], fiz essa consultoria para eles. Que virou **Sindicato, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**.

Em 2000, saiu o livro sobre trajetórias na indústria automobilística. Então, foram três livros em dois anos, e uns... sei lá, dez artigos em dois anos. Uma loucura. Tudo, tudo, tudo represado do Cebrap. Porque até a consultoria que eu fiz para o Ministério do Trabalho, o contrato foi feito quando eu ainda estava no Cebrap. Eu terminei o estudo no final de 1997, já aqui no Rio, para publicar o livro em 1999. Nessa transição, foi muito importante, para mim, a acolhida do Wanderley Guilherme dos Santos. Porque foi ele quem abriu as portas, por exemplo, da editora FGV. A editora, na época, era a Alzira Abreu. No dia em que ele me viu

pela primeira vez, ele perguntou: “Adalberto, o que você está fazendo?”. Eu tinha acabado de terminar o **Coqueluche Neoliberal**. E falei: “Isso aqui, ó!”. Pum. Dei na mão dele. Ele leu aquilo do jeito que ele lia: assim, dinamicamente, né? Leu lá em dez minutos, o livro, e falou: “Vamos publicar. Você quer publicar isso na FGV?”. Falei: “Mas é claro”. “Então peraí, vou pegar o telefone”.

Daí pegou o telefone, ligou para a Alzira: “Ó, estou aqui com um livro que você não pode não publicar. Eu vou até fazer a orelha”. Pronto [risos]. Então foi isso, né? E ele fez a orelha, muito simpática, dizendo: “esse é um livro contra a maré”. Porque, na verdade, era uma crítica ao que já era a hegemonia neoliberal, ali no final do primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso. E “contra a maré”, porque é um livro que vai contra todos os argumentos dos economistas de então, sobre a rigidez do mercado de trabalho no Brasil, a rigidez da legislação trabalhista, enfim: todo o debate sobre empregabilidade. Um dos capítulos é uma crítica teórica muito sólida sobre a ideia de “empregabilidade”. Ainda não “empreendedorismo”, que não estava na moda. Então, essa foi a minha chegada no IUPERJ.

Pergunta: Por fim, você poderia falar sobre a internacionalização da sua carreira, que começou através do contato e da parceria com o grupo de pesquisadores alemães? Tanto na Europa quanto na América Latina...

Adalberto Cardoso: Aqui no Rio, logo que eu cheguei, eu criei um grupo de discussão para montar um projeto de pesquisa. A FAPERJ, na época, estava com bastante dinheiro. Não havia dinheiro nos outros lugares de financiamento de pesquisa no Brasil, exceto na FAPESP. E também na FAPERJ. E havia a possibilidade de tentar arrumar um dinheiro para um projeto maior, de tipo temático, que envolvesse mais gente. E aí eu convoquei algumas das pessoas mais ou menos na minha estatura, digamos, mesmo momento de carreira, e alguns doutorandos e doutorandas, para montar um grupo de pesquisa de estudos do trabalho. Ler e debater textos relevantes, para dar uma nivelada em todo mundo, discutir os trabalhos de doutorado das pessoas que estavam no grupo. Eu ainda não tinha orientando no IUPERJ, então eram doutorandos do IFCS e de outros lugares, da UFF e tal. Além de alguns colegas: Marco Aurélio Santana, por exemplo.

Esse grupo foi muito importante, porque a gente conseguiu fazer um grande projeto de pesquisa, que se chamou **Trabalhar no Rio de Janeiro**. Era um projeto multidimensional, que tentava olhar para trajetórias ocupacionais, sindicalismo e ação coletiva, participação política: atitudes em relação à democracia. Então, aplicava-se tanto um *survey* retrospectivo sobre

trajetórias quanto um sobre atitudes em relação à democracia. Sindicalismo, como eu falei: a gente ia estudar sindicatos de telecomunicações, o sindicato de metalúrgicos do Rio de Janeiro. Havia propostas de estudos de caso na nascente indústria automobilística do Sul Fluminense. Foi um projeto imenso. Cento e trinta páginas. Nós submetemos à FAPERJ uma vez, outra vez, e ele nunca foi aprovado. Minto: na segunda vez, ele foi aprovado, mas não foi implantado, porque não tinha recurso. Prioridades da FAPERJ na época.

Mas isso permitiu a consolidação de laços na comunidade de estudos do trabalho no Rio de Janeiro. A gente organizou um grande seminário no IUPERJ sobre isso. Dois dias, com todas as pessoas que estudavam trabalho aqui no Rio. Todas as universidades envolvidas. Tinha gente da PUC, da UFF, do IFCS, eu do IUPERJ, além do Werneck, que também abriu uma das mesas. Foi um evento bastante concorrido... sala cheia, o dia todo. Enfim, foi superbacana. E o primeiro do gênero do IUPERJ voltado estritamente para os estudos do trabalho, para a comunidade dos estudos do trabalho. Não tinha historiadores – esse foi um erro que eu cometi, que só fui resolver muito mais tarde. Incluir os historiadores nessa rede, né? Isso veio bem depois.

Então, aqui no IUPERJ, eu desenvolvi um número bastante grande de pesquisas, financiadas ou não, boa parte delas tendo a ver com os projetos de produtividade em pesquisa do CNPq. Eu entrei no sistema do CNPq em 1997, com, justamente, o projeto de trajetórias. Esse foi o projeto que eu mandei para produtividade. Essa bolsa de produtividade em pesquisa sempre foi o estímulo mais forte para eu renovar os horizontes de investigação. Sempre fazendo projetos novos, ou dando continuidade a projetos já em andamento, e tal.

Consegui financiamento na FAPERJ algumas vezes. O mais importante deles foi um PRONEX, em 2010, por demanda do IUPERJ. Eu estava em Paris; na época, eu tinha mais tempo. Alguém tinha que fazer um projeto. Um dos temas era juventude; eu estava interessado em juventude. Recebi um telefonema da Argelina, que era diretora de pesquisa: “Olha só, nós temos que mandar, estamos precisando de dinheiro aqui no IUPERJ”. Isso em 2009. Montei o projeto em 2010. Foi aprovado. Lá em Paris. A coisa da internacionalização: já entro nisso, porque a trajetória no IUPERJ está muito ligada a isso, né? É... Ainda Nadya, né? [risos]

Quando eu ainda estava no Cebrap, houve um seminário internacional, que a Nadya coordenou, trazendo pesquisadores da França, da Colômbia e da Inglaterra, para tratar de trajetórias. Nós trouxemos Alain Degenne, Marie Odile Lebeaux, de um laboratório de estudos longitudinais, na França. O Olivier Barbary, francês, trabalhava na Colômbia, na época,

também estudando trajetórias. E trouxemos o Peter Elias, um economista inglês do *Institute for Employment Research*, com quem eu teria uma longuíssima relação. Faríamos coisas juntos, publicações e tudo o mais. A Kate Purcell veio na segunda reunião. Nessa primeira, veio a Margaret Birch, também do IER.

Esse seminário foi decisivo, deu um salto imenso nos nossos estudos sobre trajetórias. O primeiro artigo que eu publiquei na *Dados*, sobre trajetórias, eu usei a metodologia que o Alain Degenne apresentou nesse seminário, de criação de classes de trajetórias com análise fatorial de correspondência. Que era uma forma bastante inovadora de análises temporais. Dois anos depois, nós fizemos outro seminário. Aí eu já estava no IUPERJ. O seminário foi em parte aqui no Rio, e em parte no Cebrap. A gente trouxe, dessa vez, além do Peter Elias, e da Kate Purcell e outros lá de Warwick, o Claude Dubar. Um estudioso de socialização, construção de identidades profissionais. Era um pesquisador muito criativo e foi ótima a vinda dele para cá. Sempre via essa rede da Nadya.

O Peter entrou na rede a partir desse convite. A gente não o conhecia; ele recebeu com surpresa o convite, lá na Inglaterra, evidentemente: “Quem são esses brasileiros loucos, que saem do nada?” [risos]. Eu não sabia, nós não sabíamos, mas ele já tinha tido uma relação bastante sólida com o Brasil via IBGE, porque ele tentou, no começo dos anos 1990, convencer o instituto a fazer uma pesquisa longitudinal. Ele deu uma longínqua consultoria para o IBGE, para convencê-lo a mudar o seu código de ocupação e passar a usar a ISCO (*International Standard Code of Occupations*) mais recente. O IBGE ainda usava a ISCO 67, 68, nas suas pesquisas. Ele falou: “Mas tem uma ISCO melhor aí, 88”. Ele foi um dos responsáveis por isso. A gente não sabia disso. Soubemos quando ele chegou e contou essas histórias, né? Ele já tinha vindo ao Rio, conhecia o Brasil e, quando ele foi convidado, achou ótimo: “Opa, vou voltar ao Rio”. Ele adorava o Rio de Janeiro.

Com isso, nós montamos esse seminário financiado pela Fundação Ford com um projeto, uma chamada via ANPOCS. Levantamos esse seminário, e esse projeto também financiou idas nossas para a Inglaterra. Eu fui por um período de 15 dias; Nadya foi por um período de uma semana. A Valéria Pero, que também era do projeto, e, na época, trabalhava no CIET, que era o Centro de Investigação e Estudos do Trabalho ligado ao SENAI... Ela, hoje, é professora de economia na UFRJ, mas, na época, ela participou conosco no esforço de construção da RAIS Migra. Ela e o Luiz Antonio Cruz Caruso foram pioneiros, na verdade. A Nadya foi participar de um congresso não sei onde, e quem estava lá apresentando o trabalho,

a partir dos resultados da RAIS, era o Caruso. E a Nadya chegou no Cebrap: “Opa, olha só! A gente está aqui pensando como fazer essa coisa das trajetórias, tem esse cara lá do SENAI que está fazendo. Temos que entrar em contato”.

Bom, aí entramos nessa rede do SENAI, para construir uma base de dados para demitidos da indústria. Assim nasceu a RAIS Migra. O nosso interesse, inicialmente, era também a indústria, porque... era isso que estávamos estudando no Cebrap. Mas logo ficou claro que não era suficiente, porque o pessoal demitido não voltava mais para a indústria. Ia para o comércio, para os serviços, ou ia para a informalidade. Então, a gente tinha que olhar a economia como um todo, né? Foi assim que saiu a iniciativa de procurar o Ministério do Trabalho, para além do SENAI, para tentar construir uma base de dados mais geral, que pegasse a economia como um todo, e foi isso que aconteceu. Quando a RAIS Migra nasceu com esse nome, já era uma base de todo o mercado formal de trabalho.

Essas idas de curta estadia na Inglaterra, no meu caso, foram sobretudo para levantamento de bibliografia. A gente não tinha portal de periódicos, não tinha acesso às grandes revistas acadêmicas europeias... Então, eu passei esses períodos de curta duração, na Inglaterra, fazendo levantamento bibliográfico, copiando capítulos de livros, copiando artigos de revistas, etc., enchendo a mala [risos]... e comprando livros, evidentemente. Isso foi da primeira vez que eu fui, em 2001, ou 2002. Já não me lembro.

Quando eu fui em 2004, aí já para ficar seis meses, na Universidade de Warwick, as coisas já estavam bastante mais avançadas nessa área da digitalização das revistas. A Inglaterra tinha uma rede pública, para todas as universidades públicas, como é o portal de periódicos da Capes, para acesso às revistas que existiam em linha. Não só as inglesas, mas as revistas em linha no mundo. Ali, eu pude levantar bibliografia sem precisar imprimir, botando em disquete textos franceses, italianos, britânicos, espanhóis, portugueses, norte-americanos, etc., sobre os temas que me interessavam na época. Trajetórias ocupacionais, ação coletiva, sindicalismo, mercado de trabalho, mobilidade ocupacional de modo geral, estrutura social, desigualdade.

Vocês não fazem ideia da quantidade de material que eu levantei; nem tudo eu li. Essa coisa, você monta uma biblioteca: “um dia eu vou precisar disso”. Várias coisas eu não precisei, nunca; mas uma boa parte... não sei nem se a maioria, foi compor a minha cesta de pesquisas a partir daí. Foi um período muito produtivo, também. Eu escrevi muito. Escrevi três artigos enquanto eu estava lá. Eu tinha uma vida monástica. Lia todo dia. Eu morava em um apartamento dentro da universidade. Ia a pé para o escritório, todo santo dia. Almoçava por lá,

ou levava um sanduíche para comer com o Peter Elias. Essa vida monástica me permitiu ler muito, escrever muito, e foi assim... Eu estava num monastério [risos], e foi um período de total reciclagem.

Eu voltaria à Inglaterra não mais para ficar longos tempos, mas continuei indo e vindo, nessa relação com eles, por mais três ou quatro anos. Nesse meio do caminho, encontrei, um pouco casualmente, em termos acadêmicos, com o Edmond Préteceille, que era casado com a Licia Valladares, com quem eu convivia no IUPERJ. Ela era do IUPERJ quando eu cheguei, mas, logo em seguida, passou a ficar mais tempo na França do que no Brasil, até que ela prestou um concurso em Lille e ficou definitivamente por lá.

Nessas idas e vindas, a Licia me convidou para o casamento dela com Edmond. Já tinha o Eurostar, e fui. Foi uma coisa curiosa, porque o Edmond estava atrás de um parceiro no Brasil. E mencionou isso no casamento dele, rapidamente: “Ah, pois é, inclusive, depois a gente conversa sobre isso”. Depois disso, eu me tornei mais assíduo na França. Um pouco pelas relações do pessoal da rede de trabalho, mas também porque o Edmond me propôs escrever um artigo comparando Rio de Janeiro e Paris, na temática das desigualdades urbanas. Em especial a segregação espacial urbana, levando, se possível, em consideração a questão de raça, mas também de classe social. Eu achei o convite assim: “Bom, lá vou eu, né? Abrir uma outra janela. Sociologia urbana. Vamos estudar segregação urbana, desigualdades urbanas? Vambora”. E pronto.

Então, eu trouxe, para o Rio de Janeiro, bastante coisa sobre essa questão. Fui aprender metodologias de análise de segregação. Fui ler estudos urbanos de maneira mais sistemática. Sempre li isso, porque são áreas muito afins, em vários sentidos. Só que a sociologia urbana é mais multidisciplinar. O urbano é tudo, né? É escola, é transporte, é habitação, é pobreza, é desigualdade. É violência. Então, fui trabalhar com o Edmond, e a gente conseguiu... deu uma trabalhadeira louca, a gente tinha que tornar compatíveis a nossa classificação de ocupações com a classificação francesa de ocupações. Para trabalhar com classe social a partir de ocupação, comparando os dois países, a métrica tinha que ser a mesma. Ficamos dois anos nessa transcrição de uma classificação na outra. A gente teve que mexer dos dois lados. Tanto a classificação francesa precisou ser mudada quanto a classificação brasileira precisou ser mudada. E a gente conseguiu essa compatibilização e escreveu um artigo sobre isso. Que saiu em 2008.

A partir daí, a minha cooperação virou-se da Inglaterra para a França. A partir desse artigo, eu pedi uma bolsa do CNPq para passar seis meses em Paris, em um pós-doc. Essa bolsa saiu para o segundo semestre de 2009. Voltei ao Brasil em março de 2010. Pude escrever o projeto sobre juventudes, um PRONEX que resultou em três livros, no final de três anos. O livrão sobre **A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**, eu terminei em Paris. Levei todo o material de que eu precisava, de pensamento social brasileiro, tudo o que compôs os primeiros capítulos da primeira parte, num CD-ROM. Copiei a Brasileira que tinha no IUPERJ, na época... paguei uma assistente para xerocar, escanear os livros. Levei um mundo velho de coisa para lá e terminei o livro lá. A parte empírica da pesquisa já tinha sido feita aqui, né?

Então, essas saídas são importantes por isso, entendeu? Ali em 2009, nos doze anos de IUPERJ, eu tinha passado oito, nove anos na diretoria. E nunca parei de publicar [risos], de produzir muito, mesmo assim, mas... essa parada, várias coisas ficam represadas. Aí você para seis meses, desova um monte de coisa. E foi isso, aconteceu de novo, como tinha acontecido quando eu vim do Cebrap para cá. Lá, eu terminei **A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**, cuja origem também remonta a 2003. Eu conto isso na introdução do livro. Tudo o que eu escrevia, eu botava na mão do Wanderley, né? Ele começou a fazer isso também. Em 2002, ele tinha escrito um textinho para aquele Fórum Brasil... O fórum do João Paulo Reis Velloso. Era uma reunião anual, em que ele juntava intelectuais, os mais variados expoentes, etc., para discutir o Brasil. Ele lançava um tema, e sempre saía um livro.

E o Wanderley tinha produzido esse textinho, de dezesseis páginas, que se chamava **Hobbes exausto**. Nele, ele discutia a centralidade, ou não, da desigualdade para o funcionamento da democracia. Olhando o mundo inteiro, ele mostrou que a desigualdade era presente em, praticamente, todas as democracias. Você não tinha grandes desigualdades, como o Brasil, mas você tinha, em alguns casos, desigualdades muito grandes, como nos Estados Unidos, na Espanha, e outros lugares em que a desigualdade era importante, mas isso não colocava em risco o princípio da democracia.

Você tinha países com desigualdade até importante, índice de Gini acima de 40, por exemplo, estáveis democraticamente. Então, ele achava que a questão mais importante não era tanto a desigualdade, mas a relação entre desigualdade e pobreza. Isto é, ao longo da modernização, os países se mantêm desiguais, mas as pessoas vão deixando a condição de pobreza. Deixam de ser escravos da necessidade, alguma coisa assim... Essa sociedade pode se estabilizar, mesmo que os ricos tenham lá os seus navios, os seus iates, e não sei o quê, desde

que os mais pobres tenham o seu carro, possam sair de férias, possam usufruir da liberdade que o capitalismo permite. Nesse sentido de liberdade de acesso a bens de consumo e qualidade de vida. Então... isso seria uma condição para a sustentabilidade da democracia, mais do que a questão propriamente dita da desigualdade.

Estou falando desse texto nesses termos porque nisso está, também, o recheio do que eu mesmo coloquei nele. Isso é o que eu vi nele, está certo? Esse texto teve um grande impacto na minha agenda de pesquisa, porque... nesse mesmo momento, a Celi Scalon estava no IUPERJ, na época, coordenando o programa do *International Social Survey Program* (ISSP) que tinha acabado de fazer uma pesquisa sobre percepção da desigualdade no Brasil. Era uma pesquisa internacional, feita em onze, ou doze, ou dezenove países, já não me lembro, mas muitos países, e o Brasil conseguiu ser incluído nela. Ela me convidou para escrever um capítulo do livro que ela estava organizando a partir desse *survey*.

E eu fui explorar essa ideia do Wanderley. O meu capítulo trata disso, nesses termos que eu falei aqui, só que, enfim, vou mais adiante. Tento levar mais a fundo essa ideia do Wanderley. E isso fermentou, e, a partir desse texto, publicado em 2004, foi o que eu fiz da vida, né? Investigar... me pus a ler sobre essa questão de por que a desigualdade no Brasil é tão persistente, e talvez seja uma das razões de por que a nossa democracia é tão instável.

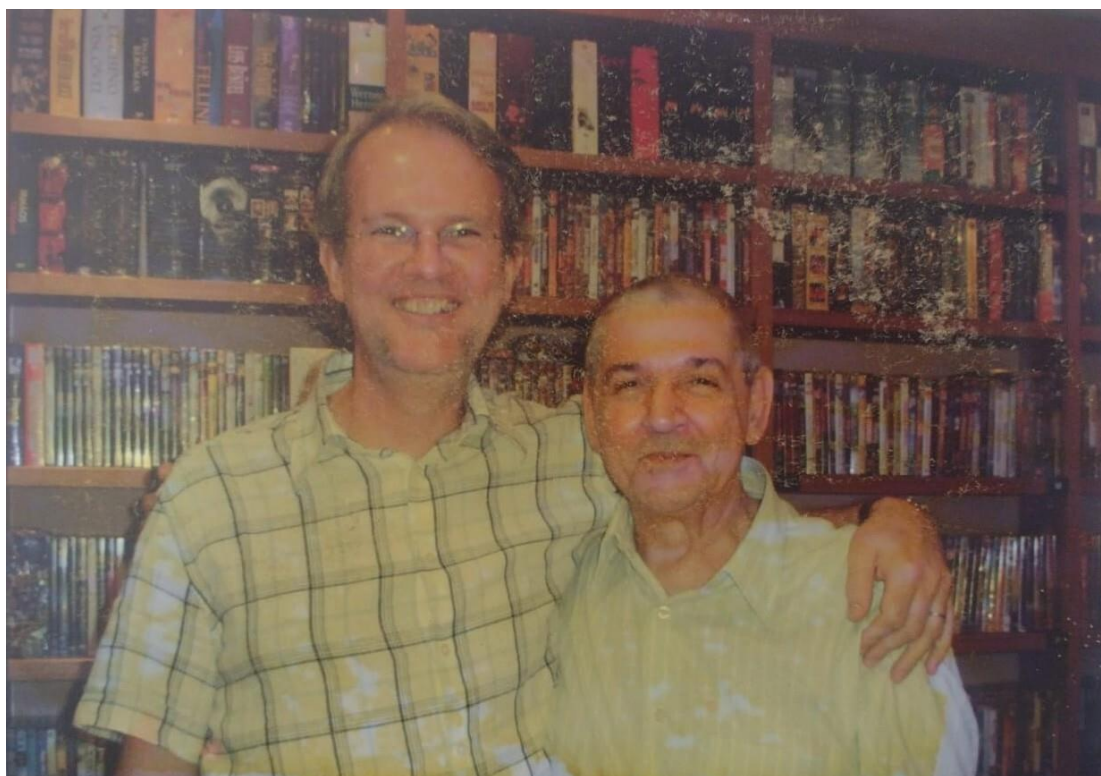


Figure 5 - No IESP, com Wanderley Guilherme dos Santos. Sem data. Acervo de Adalberto Cardoso.

O tema da instabilidade da democracia não entrou no meu livro de 2010. Eu me ative à questão de por que a nossa desigualdade é tão persistente. Fui buscar os mecanismos mais profundos de reprodução das desigualdades. As engrenagens mais profundas. Desde sempre que o Brasil se conhece, ou que se tem estatística sobre a desigualdade de renda no Brasil, ela é sempre muito alta. O nosso processo de modernização foi diferente do processo europeu. A desigualdade se manteve, em muitos casos aumentou muito, sem que a maioria da população deixasse a condição de pobreza. O que impedia, por exemplo, que as pessoas legitimassem não só o regime político, mas a própria ordem social.

Esse livro foi, até então, com certeza o mais importante que eu tinha publicado. O argumento permaneceu no meu horizonte por muito tempo, ainda. A minha intenção era escrever um segundo volume. Não consegui. Eu consegui escrever um capítulo para um livro, que resumia o que seria o segundo volume. Esse capítulo eu introduzi na segunda edição do livro, né? Que virou o capítulo 5. Mas, felizmente, como eu falo até na introdução da segunda edição, vieram as teses do Alexander Englander e do Tomás Garcia Coelho. Ainda que com perspectivas distintas, obviamente... a do Tomás, menos. A do Alexander, mais claramente distinta. Mas que, do meu ponto de vista, cumpriram essa função de tapar os buracos que ficaram ali. Além desse capítulo que eu escrevi. Então, a coisa do IUPERJ é um pouco isso. Eu continuei indo e vindo, né? Passei outro ano, dessa vez, um ano inteiro, na França. Em 2018-2019. Um pouquinho antes da pandemia. Foi outro período altamente produtivo. Lá eu fiz... de novo, na França, a segunda edição d'**A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**, escrevi o livro sobre bolsonarismo, e publiquei dois romances. Que [risos] que já estavam prontos há muito tempo, mas eu publiquei na Amazon. Então, foi um ano superprodutivo de novo. Essas saídas são importantes.

Pergunta: Uma última pergunta, para amarrar esse conjunto. A gente conversou muito sobre, primeiro, você estar aberto. Você já entrou na graduação aberto. E, segundo, sobre os contrastes. Sobre como era o preparo na pós-graduação, e para pesquisa, quando você estava nessa fase, e depois as atualizações, principalmente com a internet. E você viveu esse período da sua internacionalização exatamente com essa mudança da tecnologia. Como foi, para você, ter essas oportunidades? Era uma coisa que você imaginava que ia acontecer na sua carreira, ou você foi percebendo que também fazia parte de uma ampliação da sua visão de pesquisa?

Adalberto Cardoso: No Cebrap, eu trabalhei alguns anos com o Guillermo O'Donnell. E o O'Donnell foi importante, também, nessa coisa de abrir portas. Ele tinha lá o grupo de estudos políticos, e apareceu a oportunidade de eu ir fazer o curso de metodologia quantitativa em

Michigan. O Vilmar Faria, que, na época, trabalhava com o O'Donnell no grupo de estudos políticos, além de ter, ele mesmo, o seu núcleo de pesquisa sobre desigualdade e pobreza no Brasil, conseguiu uma bolsa da *Fulbright*, para eu fazer esse curso. E eu apliquei, via os trâmites do próprio programa, para ter uma bolsa deles. Porque eles estavam abrindo, naquele ano, especificamente, em 1992, um programa de Métodos quantitativos para a América Latina. E estavam dando dez ou quinze bolsas para latino-americanos fazerem esse curso, passarem dois meses em Michigan. Eu consegui dinheiro da *Fulbright* e ganhei a bolsa deles, né?

Então, eu cheguei em Ann Arbor, que é uma cidadezinha desse tamanhozinho assim, com cinco mil dólares no bolso. O salário do O'Donnell não era cinco mil dólares, para vocês terem uma ideia. E ele era pesquisador top, sênior, de carreira. Era muito dinheiro, naquela época. Quarenta anos atrás. Muito dinheiro! [risos] Fiquei dois meses lá, com esse dinheiro. Fiquei morando em uma república, onde tinha mais um brasileiro, um croata e uma norte-americana. Um pessoal da área de Geologia. Então, imagina: pagando 400 dólares de aluguel. Eu pude viajar. Fui a Chicago. Fui a Detroit. Sempre com os colegas de curso, né?

Me lembro do O'Donnell falando: “Quando a gente pega o primeiro avião, não para mais. Então, você se prepara”. E, de fato, essas coisas servem para você fazer rede, você abrir o seu espaço. Eu conheci um monte de gente. Um mundo velho de latino-americanos. Com alguns, tenho relação até hoje. E gente não latino-americana, mas que eram norte-americanos latino-americanistas. Gente com quem mantive relações longas, por muito tempo. Então, essa foi a primeira experiência, de fato, internacional, certo?

Ali, foi a primeira vez que eu entrei em uma grande biblioteca, na minha vida. A biblioteca da Universidade de Michigan. Um prédio de oito andares, mais três andares para baixo. Era assim: você entrava, você fazia a pesquisa, já no computador, e você ia lá na estante, pegar o livro. E aquela coisa labiríntica... eu levei alguns dias para me achar. Mas a hora em que você se acha, é um negócio... foi uma experiência incrível. Você chega, você quer um livro tal. Como os livros estão organizados por assuntos próximos, você chega naquela estante do livro tal... aqui, na biblioteca do IESP, você tem dez, quinze, vinte livros relacionados. Lá, você tinha mil. Mil e quinhentos. Né? [risos] Aquele assunto ocupava quatro, cinco, seis estantes. O tamanho da sua ignorância fica muito evidente. [risos] E a absurdidade que é a produção acadêmica, né? Em qualquer tema que vocês puderem imaginar. Isso ficou evidente para mim ali. Hoje em dia, todo mundo tem essa experiência. Você faz uma pesquisa na internet, essa coisa cai na sua cabeça. Antes, você tinha que ir em uma biblioteca para isso. E é uma experiência fascinante, e muito

distinta de fazer uma pesquisa na internet. A pesquisa na internet raramente te permite um encontro acidental com um texto. A possibilidade disso é em uma biblioteca ou boa livraria. Onde as coisas também estão, às vezes, organizadas por assunto ou por disciplina. Na internet, você não tem isso.

Pergunta: Em que ano foi essa ida a Michigan?

Adalberto Cardoso: 1992. Passei dois meses lá. Com o dinheiro que sobrou, comprei uma passagem, fui para Amsterdã. Minha irmã estava morando lá. Passei um mês em Amsterdã, com ela. Olha só [risos]. Levei duas malas grandes e uma mala pequena. As duas malas grandes ficaram na casa de um amigo da minha irmã, em Nova Iorque. E eu fui com a mala pequena para Amsterdã. Quando eu voltei, não queriam me deixar entrar de volta nos Estados Unidos. Fui barrado na imigração. “O que você está fazendo aqui?”. “As minhas malas estão na casa de fulano de tal”. Eles queriam que mostrasse a passagem de volta. “Cadê a sua passagem?”. “A passagem está dentro da mala. O senhor pode ligar lá, ele abre a mala. Disse para o senhor que a passagem está lá”. Foi uma novela. Fiquei umas três horas no chiqueirinho em que eles deixam a gente lá.

Porque eu volto de Amsterdã barbudo, né, com um violão. Então, eu era um jovem imigrante ilegal, evidentemente. Que tinha lá trinta e um anos de idade. Mas o cara falou: “Não, tá bom. Você originalmente era um J-1”, J-1 é um visto de estudante, “então vou deixar você entrar. Mas o senhor me garante que vai sair”. “Não, não. Eu só voltei para cá porque vai ter uma exposição do Matisse no MoMa, que eu vou ver, e eu já estou com os ingressos comprados”. E, por sorte, os ingressos estavam no meu casaco. Porque eu comprei antecipadamente os ingressos. Aí pude entrar. Senão, imaginem, eu teria sido deportado dali para o Brasil, sem ver o Matisse! Foi a primeira grande retrospectiva do Matisse no MoMa, depois de décadas! Foi uma experiência...

Pergunta: Mas viu...

Adalberto Cardoso: Vi! Opa! Eu dei uma de desentendido para cima dos caras. Tinha hora para entrar. Você só podia ficar duas horas, e passei o dia inteiro na exposição. Nem comi. Entrei às 10 horas, saí de lá às 8 horas da noite, quando fechava [risos].

Recebido em: 31/3/2025

Aceito em: 17/5/2026

Resenhas

O DISPOSITIVO DA SOCIOLOGIA:
Elide Rugai Bastos interpreta Florestan Fernandes

THE DEVICE OF SOCIOLOGY:
Elide Rugai Bastos interprets Florestan Fernandes

Rodrigo Estramano de Almeida*

BASTOS, Elide Rugai. **A máquina das desigualdades: Florestan Fernandes interpreta o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2025.

Desde fins dos anos 1980, a socióloga, professora e pesquisadora Elide Rugai Bastos, vem se dedicando ao desafiador empreendimento intelectual de compreender a fundo a obra de um dos mais importantes expoentes das ciências sociais: Florestan Fernandes (1920-1995). Fizemos questão de não adendar que se tratou, Florestan, de um dos mais importantes cientistas sociais do Brasil e/ou da América Latina, pois que pensamos que ele foi um dos mais proeminentes sociólogos da história dessa ciência para seu desenvolvimento, quer seja epistêmico, quer seja metodológico, em todos os tempos e lugares.

Essa proposição parece se confirmar à leitura de **A máquina das desigualdades: Florestan Fernandes interpreta o Brasil**, no qual Elide Rugai Bastos reúne mais de uma dezena de artigos – boa parte deles anteriormente publicados em periódicos ou coletâneas e que foram modificados para a composição do livro – que juntos articulam uma leitura aprofundada e simultaneamente desafiadora do legado temático, teórico e metodológico de Fernandes. Faz isso, tecendo fios entre as diferentes fases de produção intelectual de Florestan, as quais aparentemente não guardariam relação alguma não fosse pela leitura atenta que capta a linha comum da carreira de um intelectual que se consagrou em um país de capitalismo subdesenvolvido justamente porque interpelou, talvez como nenhum outro, o processo da desigualdade como objeto a ser levado a sério, de forma inovadora e implicada.

* Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: estramano@gmail.com.

No livro, entretanto, Elide não trata da trajetória de vida de Florestan. Ela nos faz ver o que até aqui afirmamos sobre “quem foi Florestan” pela retrospectiva em perspectiva da produção intelectual desse sociólogo paulista revelando como o dispositivo de sua sociologia, após e entre outras sociologias que desaguavam no e do Brasil que se modernizava desde os anos 1930, iniciou, a partir de 1950, a modificar indefectivelmente a operação científica para a investigação da realidade social brasileira, sobretudo no tema do preconceito racial e da mudança social e na relação entre ambos. Essa alteração na forma de se fazer ciências sociais, demonstra Elide no livro, criou uma geração e construiu, a partir dos estudos realizados por Fernandes e seus alunos na Escola Paulista de Sociologia, não uma sociologia brasileira, mas uma sociologia no Brasil. Isto é, uma ciência social interessada e implicada nos problemas de sua localidade, mas jamais mimada pelo seu ser e estar, posto que se colocou desde o princípio conectada, não com o centro, mas com o próprio cosmopolitismo, pois é assim que toda ciência deve ser: local, pois que comprometida com o objeto que analisa, e cosmopolita, pois que deve ser compreendida em seus propósitos e resultados por quem quer que seja em qualquer lugar. Esse o êxito epistêmico e, evidentemente, político da sociologia de Florestan Fernandes.

Elide nos mostra que Fernandes logrou essa sociologia com uma trajetória de pesquisa que se consolidou desde seus estudos sobre manifestações culturais no interior de São Paulo, quando era estudante na Escola de Sociologia e Política, até o livro que o inscreveu entre os intérpretes do país, **A Revolução Burguesa no Brasil de 1975** e outros. Como a própria autora ressaltava em diversos momentos, a expressão “circuito fechado”, que intitula o livro de Florestan de 1976, é que nos fornece bom ensejo para pensar a inovação do autor na interpretação das desigualdades brasileiras. Superando as visões dualistas que tendiam a problematizar a realidade brasileira a partir do enclave meridional desenvolvido e setentrional atrasado, Fernandes propõe um dispositivo de investigação processualista cujas facetas arcaicas e modernas coexistem e coabitam nos mais diversos níveis, o social, o cultural, o psicológico, o econômico e o político. Chegou a isto através de um longo trajeto de pesquisa no qual a força centrífuga, no mais das vezes, era o estudo das mudanças sociais e, por isso, a investigação das práticas institucionais e, também, os comportamentos grupais e individuais.

Nesse percurso, Fernandes se antagonizou a toda tradição do pensamento social anterior, sobretudo a conservadora, pois demonstrou empírica, bem como elaborou teoricamente, que “no quadro do capitalismo dependente, ao estudar o regime de classes, é necessário lembrar dos dois polos de dominação: o interno e o externo. Portanto, é preciso agregar as conexões causais

e funcionais das sociedades hegemônicas àquelas internas” (Bastos, 2025, p. 106). Nessa trilha, as teorias dualistas, seja a do par **Casa Grande & Senzala** da qual os resultados políticos culturalistas da democracia étnica são bem conhecidos, ou os **Dois Brasis** de Lambert, que inspiraram debates sobre os enclaves internos obnubilando as relações com as forças da dominação externa do capital, se não foram de todo superadas, ganharam, a partir das proposições de Fernandes, um contraponto de peso. Ainda, a teoria de Florestan Fernandes, nos mostra Elide, foi construída de pesquisa a pesquisa, de relatório a relatório, de livro a livro, de modo contínuo e sistemático, sem nunca abandonar o objetivo último que era o de compreender os enlaces, razões e motivos da coexistência ambivalente da riqueza e da pobreza e não só no plano objetivo econômico, como no subjetivo, nas atitudes e comportamentos do brasileiro. Mais do que uma interpretação compreensiva sobre o Estado, a obra de Florestan Fernandes mirou sempre a cidadania.

Nesse quesito é que, segundo Elide Rugai Bastos, o foco de Florestan Fernandes na desigualdade racial foi de suma importância. Ora, ainda atualmente – como quaisquer dados de fácil acesso podem revelar – há uma grande desigualdade de acesso a direitos entre brancos e negros no Brasil, bem como a linha competitiva entre esses é absolutamente dispar e, portanto, é inegável que nas mudanças sociais do país, algo, do ponto de vista sociológico, ocorreu para que uma parcela, a mais significativa da população, não apareça completamente integrada à cidadania. Esse é o ângulo da pergunta dos estudos sobre a desigualdade racial proposto por Florestan. Não há democracia social ou étnica. De saída, em quaisquer transformações políticas operadas ao longo da trajetória brasileira, parte significativa da população permaneceu às margens das mudanças sociais, e a maior parte dessa parte marginal é de pessoas pretas. Estudar os óbices à integração do negro na sociedade de classes no Brasil é, pois, estudar, por metonímia, as razões do subdesenvolvimento do país. Não se trata de raça e cultura apenas. Se trata de raça, cultura, subjetividade, sociedade e política. O entrelaçamento de forças históricas, mas que também circulam no presente e se fazem concretas no plano do acesso aos direitos e ao mundo do trabalho. As mentalidades que subalternizam e que são subalternizadas devem ser compreendidas nas suas contradições e enlaces como forças que contrapõem, mas também se arrolam na construção da modernidade capitalista que carrega consigo, no seu sistema circulatório, atitudes e comportamentos arcaicos.

Ainda sobre as pesquisas relacionadas à desigualdade racial, a autora coloca em relevo um aspecto metodológico empreendido por Florestan Fernandes que foi muito inovador nos

anos 1950 e 1951. No contexto da realização da pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, promovida no âmbito do Projeto Unesco, o professor Roger Bastide encarregou Fernandes da tarefa de feitura do projeto de estudo no qual o autor desenvolveu importante argumentação teórica sobre a pergunta “o tema do preconceito pode ser tratado sociologicamente?”, bem como fez discussão para diferenciar “preconceito” de “discriminação”. Elide Rugai Bastos revisa com profundidade o passo a passo dessa construção e, portanto, não a refaremos aqui, mas vale dizer do seu resultado, qual seja, que “a fusão dos conceitos permite uma alteração semântica importante. As associações e os agrupamentos sociais questionam a denominação “populações de cor” [era esta que vigorava naquele momento] e passam a identificar-se como negros” (Bastos, 2025, p. 156). E ainda no projeto de pesquisa, Fernandes considerou entre a realização de entrevistas, estudos de caso e aplicação de questionários um procedimento específico muito arrojado que foi o de reunir intelectuais negros colaboradores da pesquisa “indicando-os como jornalistas, funcionários públicos, escritores, médicos, professores. Essas pessoas participaram de seminários e mesas-redondas organizados por Roger Bastide e Florestan Fernandes, patrocinados pela Unesco, realizados na Biblioteca Municipal, com associações como José do Patrocínio ou reuniões de mulheres de cor, na USP” (Bastos, 2025, p. 162).

Segundo Elide Rugai Bastos, no capítulo sete, intitulado “Dois livros: dez anos de intervalo”, foi este manancial empírico e teórico, colhido e elaborado em inícios da década de 1950 no contexto do Projeto Unesco, que garantiu as condições e possibilidades para Florestan Fernandes escrever, entre 1963 e 1964, aquele que é “sem dúvida, um dos mais importantes livros direcionado à compreensão do Brasil” (Bastos, 2025, p. 163), **A integração do negro na sociedade de classes**, pois que é nesse livro, segundo Elide, que Fernandes derruba de uma vez por todas quaisquer interpretações sobre a realidade brasileira baseadas na democracia racial. Ao tratar do negro como “o elo mais fraco da corrente social” (Bastos, 2025, p. 170), Florestan procura compreendê-lo como cidadão que vive à margem da sociedade de classes e busca demonstrar, metodologicamente, como “um grupo que carrega desvantagens maiores do que outros para integrar-se socialmente” pode ser tomado como metonímia de um processo maior, pois “a partir da periferia percebe-se melhor o movimento da sociedade, possibilitando, assim, a percepção dos princípios que a articulam”. (Bastos, 2025, p. 170) O estudo do negro e as dificuldades de sua integração na sociedade de classes sugere, pois, em nível microcósmico o que se pode estudar em nível macrocósmico sobre os problemas de integração nas relações entre centro e periferia do capitalismo.

O leitor que procurar nesse livro de Elide Rugai Bastos aquele “lugar comum” que afirma haver um Florestan Fernandes cientista social funcionalista até idos de 1964 e um outro Florestan Fernandes marxista combativo após sua aposentadoria compulsória pela Ditadura Militar, por óbvio, se desencantará. Em **A máquina da desigualdade**, a professora Elide apresenta uma hipótese sofisticada que vai muito além de querelas desnecessárias: em realidade, a partir dos trabalhos de Florestan Fernandes e de suas orientações teóricas e metodológicas, seus alunos, entre eles, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, inovaram a agenda de pesquisa sociológica em temas que Elide sistematizou na chave “pensamento social da Escola Paulista de Sociologia”, quais sejam: i) o atraso como eixo, que permitiu formulação de questões importantes sobre o dinamismo da produção, as disparidades regionais, a comparação com outras realidades latino-americanas e a coexistência do arcaico e do moderno na estrutura da sociedade brasileira; ii) um padrão teórico-metodológico que é o de se debruçar sobre a periferia para a partir dela perceber, por metonímia, o movimento da sociedade e assim buscar a compreensão de seu funcionamento; iii) a tensão como constitutiva da sociedade, afastando-se, pois, da ideia de que as tensões sociais são sempre disruptivas e anômicas e que, pelo contrário, ela pode em si ter validade heurística uma vez que ela faz parte da natureza da sociedade, sobretudo em contextos de subordinação externa e dependência; iv) sujeitos políticos/sujeitos sociais, tensão que aparece sobretudo nos estudos de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni sobre o mundo agrícola e escravista, nos quais “a natureza da sociedade condiciona a própria emergência dos sujeitos políticos” (Bastos, 2025, p. 244); v) a crise, como conceito que Florestan concebe como “móvel do pensamento sociológico nas condições latino-americanas” e José de Souza Martins utilizará como elemento explicativo em análises de conjunturas; vi) passado e presente, a dinâmica entre o velho e o novo no estudo do sistema político ou no estudo das cidades como fez Maria Arminda do Nascimento Arruda no seu livro **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX**; vii) ambivalência, sobretudo a dos intelectuais, suas ideias e suas práticas já que leem o que é moderno, mas vivem em realidade escravista como analisou Walquiria Leão Rego ao tratar de Tavares Bastos e; viii) a crise da modernidade, ou “por que as expressões da modernidade emergente não cumpriram todas as virtualidades contidas em suas promessas” (Bastos, 2025, p. 262).

A economia do livro é um convite à leitura: traz texto na orelha interna do sociólogo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Antonio Brasil Junior, e texto na quarta

capa do sociólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas, Mário Augusto Medeiros da Silva. A introdução é indispensável: situa o leitor, de fato, para o que virá a seguir e o mais importante, justifica a atualidade do livro, pois “a questão da desigualdade abordada por Florestan Fernandes e autores que compõem a tradição por ele inaugurada é o grande tema do mundo contemporâneo” (Bastos, 2025, p. 31).

O volume segue dividido em três partes e onze temas: Parte 1 – Teoria e Metodologia: Questão social e sociologia, onde é discutido o conceito de questão social, os temas da diversidade e da desigualdade, da consciência social e da democracia; A construção das ciências sociais, na qual Elide disserta sobre a ambiência cultural de São Paulo, a cidade como campo de pesquisa e as questões da implicação política do fazer sociológico nos anos 1950; Uma sociologia local e cosmopolita, tópico no qual está discutida a tese de que a sociologia de Florestan é feita na periferia, mas não por isso deixa de ser central para a sociologia; O controle das mudanças sociais, por que Florestan adotou mudanças no plural e qual a atualidade do tema para a sociologia; A história nunca se fecha, na qual a autora aborda a centralidade da expressão “circuito fechado” elaborada por Florestan Fernandes e suas implicações teórico-metodológicas, bem como sua importância para a atualidade na pesquisa social. Parte 2 – Questão Racial e Modernização: Raça e revolução burguesa, no qual a autora reconstrói o itinerário do tema da desigualdade racial nos estudos e pesquisas de Florestan e como ele se solda da perspectiva micro à macrosocial; Dois livros: dez anos de intervalo, em que Elide trata da relação entre dois livros “muito importantes para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil” (Bastos, 2025, p. 149), quais sejam, **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**, de Roger Bastide e Florestan Fernandes de 1955 e **A integração do negro na sociedade de classes**, de Florestan Fernandes de 1965; Um entre outros debates sobre preconceito racial, no qual a autora escreve sobre um polêmico artigo de Paulo Duarte de 1947 e, a partir dele, o debate sobre o preconceito racial na **Revista Anhembi**, a questão da democracia racial e o problema do negro na realidade brasileira. Parte 3 – Uma Tradição Sociológica: Raça e Nação, em que são revistados os estudos e pesquisas da Universidade de São Paulo sobre a questão racial, a partir dos estudos em Florianópolis e Curitiba, bem como a relação entre raça e organização nacional; Pensamento Social da Escola Paulista de Sociologia, ao qual já fizemos referência acima e; Atualidade do pensamento social brasileiro, no qual os temas do subdesenvolvimento, da marginalidade e da mudança social são repostos à compreensão da agenda vigente de pesquisa nas ciências sociais brasileiras.

Ademais, cabe perguntar, em um livro que trata tanto da metodologia de um dos mais importantes sociólogos, qual foi o método da autora? Diremos que ela não se deixou enganar pelos discursos acessórios, pelos críticos e comentadores e por revisões bibliográficas insólitas e maçantes, pois foi procurar na fonte primária as respostas às suas questões. Isto é, o manancial empírico de seu trabalho são os textos de Florestan Fernandes e dos sociólogos da Escola Paulista de Sociologia. São eles que falam, mais uma vez, pelas palavras de Elide Rugai Bastos em um livro que organiza e faz compreender o lugar e a importância de um sociólogo que viveu e trabalhou na e sobre a periferia do capitalismo e nos legou uma escola para o aprendizado do Brasil e, simultaneamente, nos ensinou como fazer sociologia em qualquer lugar.

Recebido em: 27/5/2026

Aceito em: 29/5/2026

SOCIOLOGIA DO TRABALHO E MODERNIZAÇÃO:
os caminhos compartilhados entre Brasil e França

SOCIOLOGY OF WORK AND MODERNIZATION:
the Shared Paths Between Brazil and France

Tarik Dias Hamdan*

FESTI, Ricardo. **As origens da sociologia do trabalho:** Percursos cruzados entre Brasil e França. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

“As origens da sociologia do trabalho: percursos cruzados entre Brasil e França” é um livro lançado no ano de 2023 por Ricardo Festi, doutor em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Essa obra é resultado de sua tese de doutorado, defendida em 2018, sob a orientação do professor Ricardo Antunes, e de um doutorado-sanduíche realizado na França, sob a tutela do professor Michel Löwy. Nele, o autor se dedica a analisar os fundamentos sociais das ideias dominantes no processo de criação da sociologia do trabalho, concentrando-se nas trajetórias da disciplina na França e no Brasil durante as décadas de 1950 e 1960. A escolha desse recorte empírico não é acidental, mas sim resultado do objetivo de compreender criticamente as motivações dos fundadores da sociologia do trabalho no Brasil, especialmente a chamada “sociologia uspiana do trabalho”. Para isso, foi fundamental compreender as relações que esses autores mantinham com os sociólogos franceses e a constituição de redes transnacionais acadêmicas. Dessa forma, podemos classificar o livro como uma pesquisa

* É doutorando em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Foi professor substituto na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente é professor substituto na Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem interesse nas áreas de sociologia do trabalho e sociologia econômica. É integrante do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA). E-mail: hamdan.tarik@gmail.com.

genética que, embora reconheça a autonomia relativa das ideias, busca entender as razões materiais para o seu surgimento¹.

A primeira parte, intitulada “As ciências sociais na era de ouro do capitalismo”, examina o surgimento da sociologia do trabalho após a Segunda Guerra Mundial durante os chamados “trinta anos gloriosos” que se seguiram a esse evento. Para o autor, tal período deixou duas marcas significativas: a consolidação do modelo taylorista-fordista como um ideal de modernização e a constituição de uma comunidade internacional no campo das ciências sociais.

No que diz respeito ao primeiro ponto, é importante ter em mente que o taylorismo-fordismo, chamado por Gramsci de americanismo, passou a ser exportado dos Estados Unidos para outros países como sinônimo de modernidade. Na perspectiva dos autores da época, a implementação desse modelo de produção visava a superar as relações tradicionais provenientes do período pré-capitalista, assim como as relações produtivas desenvolvidas no regime capitalista não monopolista do século XIX. A adaptação ao capitalismo monopolista, que marcou grande parte do século XX, exigia que o taylorismo-fordismo vencesse a resistência tanto dos industriais, que impediam a modernização dos seus empreendimentos ao não aderir a formas modernas de gestão desenvolvidas no pós-guerra nos EUA, quanto dos trabalhadores, que não aderiam ao padrão taylorista de organização nas fábricas.

No Brasil, a utopia da modernização foi vivida nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, da redemocratização, com o fim do Estado Novo, até o golpe de 1964. Ela era sustentada por uma economia em expansão, pelo crescimento do proletariado industrial, o êxodo rural e o início de uma classe média consumista. De forma semelhante à França, era necessário superar os resquícios dos antigos modos de produção e levar as classes sociais a se ajustarem ao capitalismo monopolista. No caso brasileiro, embora a Revolução de 1930 tenha iniciado um processo de modernização, o país ainda convivia com uma estrutura agrária e de classes, herdada da sociedade escravocrata, fundamentada no latifúndio. Nesse sentido, tanto os trabalhadores quanto os empresários não contavam com disposições ajustadas à ordem competitiva. No caso dos primeiros, isso era fruto de sua socialização em regimes de trabalho diferentes do trabalho livre e assalariado (Fernandes, 2008). Já os últimos, de modo similar ao

¹ Embora a pesquisa tenha uma clara inspiração marxista e em especial lukácsiana, os fundamentos sociais não devem ser entendidos apenas como relacionados às relações de produção, contemplando também os interesses de grupos específicos e redes sociais que se constituíram ao longo do tempo.

ambiente francês, resistiam a passar de formas patrimoniais de gestão em favor de modelos mais modernos (Cardoso, 2020).

A consequência das transformações do capitalismo durante esse período tornou o mundo do trabalho e da indústria um dos objetos fundamentais para entender a totalidade da sociedade. Por essa razão, era necessário o desenvolvimento de estudos sociológicos que, para além de entender o processo de modernização das sociedades, pudessem intervir e influenciar os desdobramentos, controlando os efeitos das mudanças.

Ainda na parte 1, o autor analisa que a institucionalização da sociologia do trabalho nas décadas de 1950 e 1960 esteve associada a uma série de políticas promovidas por diversos agentes com o objetivo de constituir uma comunidade acadêmica internacional. Entre os atores, destacam-se ações de organizações como a Unesco, que auxiliou na criação da Associação Internacional de Sociologia (ISA), bem como entidades filantrópicas como a Fundação Rockefeller, que apoiou o *Centre de Documentation Sociale* (CDS), e a criação de novos periódicos, como a *Annales Sociologiques*.

Na segunda parte da sua obra, intitulada “A sociologia do trabalho na França (1950-1960)”, Festi analisa o surgimento da sociologia do trabalho francesa após a Segunda Guerra. Para isso, destaca o sociólogo Georges Friedmann como principal responsável pelo surgimento da disciplina, sendo chamado por muitos de “pai da sociologia”. Além disso, aborda personagens que foram influenciados por ele, como Jean-Daniel Reynaud, Michel Crozier e, principalmente, Alain Touraine.

Para Festi, há um momento de inflexão entre o período anterior e posterior à guerra. Além da interrupção de pesquisas e o fechamento de centros, ocorreu o exílio e a morte de intelectuais importantes. Na França, importantes nomes, como March Bloc e Maurice Halbwachs, não sobreviveram à guerra, e outros autores, como Marcel Mauss, foram perseguidos e tiveram que interromper suas atividades acadêmicas. Além disso, as consequências da ocupação nazista resultaram no exílio de intelectuais em outros países, como foi o caso de Georges Gurvitch, Claude Lévi-Strauss, Raymond Aron e, o mais importante para o livro, Georges Friedmann.

O efeito da guerra no campo acadêmico na França foi a perda da hegemonia acadêmica e a passagem dela para os norte-americanos. Além de terem sido menos afetados, o exílio de parte da intelectualidade francesa permitiu que os pesquisadores desse grupo fossem profundamente influenciados pelos desenvolvimentos científicos que ocorreram no país.

Gurvitch sintetizou os objetivos da sociologia francesa nas décadas seguintes ao afirmar que a missão da sociologia é incorporar os avanços descritivos das ciências sociais norte-americanas e enquadrá-los sob esquemas conceituais teoricamente mais ricos, algo que seria uma especialidade das ciências humanas na França. Segundo Festi, foi nos estudos sobre o mundo do trabalho que essa combinação obteve mais avanços na época. Dessa forma, a característica da sociologia do trabalho que se desenvolveu foi ser uma sociologia empírica e aplicada, influenciada pelo ideal de modernização do taylorismo-fordismo e com o objetivo de controlar os processos de transformação.

Friedmann foi um dos pioneiros nos estudos sobre trabalho e teve a ambição de realizar uma sociologia aplicada, tendo dirigido suas pesquisas no *Centre d'Études Sociologiques* (CES). Para Festi, sua influência no ambiente francês e internacional deve-se não apenas à sua competência como pesquisador, mas também ao intercâmbio estabelecido com autores de diversos países e suas relações com instituições internacionais como a Unesco e a ISA. É especialmente relevante destacar as relações de Friedmann com os estudos do trabalho norte-americanos, em especial a sociologia industrial representada pela Escola de Relações Humanas, sob a direção de Elton Mayo.

Ao se inspirarem no estrutural-funcionalismo de Pareto, os norte-americanos percebiam a empresa como um sistema social cujas partes são interdependentes. Dessa forma, qualquer mudança em um elemento pode gerar alterações em outros, alterações essas que podem ser patológicas ou levar ao equilíbrio. A tese fundamental de Mayo era a de que a produtividade não depende apenas de fatores técnicos e organizacionais, mas também engloba aspectos das relações humanas e sociais, chamadas pela Escola de fatores humanos.

Embora sustentassem a indispensabilidade de considerar as relações humanas, na visão de Friedmann e seu grupo era necessário compreender a vida social dos trabalhadores para além do ambiente fabril, reconhecendo-os como componentes de uma classe social que demanda uma análise holística. Nesse contexto, criticavam a compreensão limitada de Mayo e sua Escola em relação às complexidades envolvidas na formação de uma classe social e no desenvolvimento de sua consciência.

Dessa maneira, tornou-se imprescindível desvencilhar-se da tradição da sociologia industrial norte-americana e estabelecer uma nova disciplina acadêmica: a sociologia do trabalho. Portanto, era necessário realizar estudos interdisciplinares sobre o mundo do trabalho, dialogando com a psicologia social, a economia, a demografia e a história do movimento

operário. O objetivo central era construir, por meio dos estudos sobre o trabalho, explicações sociológicas que levassem em conta a totalidade da sociedade e sua historicidade. Esse novo paradigma deu início a uma grande heterogeneidade de temas pesquisados ao longo das décadas de 1950 e 1960, como as atitudes operárias e suas consciências, a mobilidade social e profissional dos trabalhadores, o impacto das transformações tecnológicas na sociedade, formas de organização das empresas, sindicalismo, entre outros.

Entre os diversos trabalhos desenvolvidos ao longo dessas décadas, há uma visão geral que unifica os empreendimentos investigativos realizados pelos sociólogos franceses do trabalho, definida a partir do dualismo entre tradicional e moderno. Essa abordagem se justifica pelo fato de que o objetivo desses estudiosos era analisar o processo de modernização da sociedade francesa e os obstáculos que dificultavam essa transformação. Desse modo, os vários fenômenos estudados pelos autores, como os tipos de indústria, a consciência operária e a postura dos empresários, poderiam ser compreendidos como manifestações de formas de conduta e organização tradicionais ou modernas – a primeira representando expressões dos modos de produção pré-capitalistas ou relacionadas ao capitalismo concorrencial do século XIX, enquanto a segunda refere-se aos comportamentos ajustados ao capitalismo monopolista do taylorismo-fordismo.

Um dos principais estudos exemplificadores da visão dos pesquisadores franceses foi conduzido por Alain Touraine e dirigido por Friedmann durante os anos de 1948 até 1954 nas fábricas da Renault². No complexo de fábricas, o autor encontrou evidências que considerou como a expressão das “sucessivas etapas da evolução técnica da indústria francesa desde a Primeira Guerra Mundial” (Festi, 2023, p. 152). Touraine identificou dois departamentos completamente diferentes em termos de técnica e de organização do trabalho. O primeiro, chamado de usinagem de peças motores, era responsável por fabricar peças para diversos motores e nele foram observadas máquinas ultrapassadas e oficinas com chaminés e estoques abarrotados. Já o segundo, por sua vez, denominado usinagem e montagem do 4CV, era um galpão consagrado para a fabricação do modelo do carro 4CV, com máquinas modernas e um estoque reduzido. Esses dois departamentos representavam a diferença entre a velha indústria francesa de antes da Primeira Guerra Mundial (arcaica) e as fábricas modernas que passaram a dominar o cenário francês depois de 1945.

² Esse trabalho resultou na obtenção do diploma de Estudos Superiores em História (mestrado) em 1949 e a produção do livro *L' Evolution du travail ouvrier aux usines Renault*, publicado em 1955 (Touraine, 1955).

Do ponto de vista do processo de trabalho, o primeiro departamento representava um sistema de trabalho qualificado, enquanto o segundo era caracterizado pelo trabalho especializado. Esperava-se que o desenvolvimento da vida econômica resultasse na transição da primeira forma de organização para a segunda. No sistema de trabalho qualificado, o operário desfrutava de autonomia profissional e a qualidade profissional era determinada por suas habilidades – como, por exemplo, rapidez e reflexos. Ademais, as habilidades eram adquiridas por meio da experiência no trabalho, e as máquinas que utilizavam eram universais, o que exigia do operário qualificação e habilidade para realizar múltiplas operações e para fabricar peças diferentes. Em contraste, no trabalho especializado, há o parcelamento do processo de trabalho através da especialização das máquinas, substituindo o operário qualificado pelo operário especializado. Nessa fase, os trabalhadores não eram mais polivalentes e não detinham mais o controle do processo de trabalho³.

Para Touraine, a transição do operário qualificado para o especializado teria resultado em mudanças na consciência operária. No século XIX, o trabalhador, semelhante ao artesão, constituía-se em uma classe social que estabelecia uma barreira entre sua cultura e o resto da sociedade, tornando evidente o antagonismo de classe. Com o desenvolvimento de máquinas específicas – fenômeno chamado por Friedmann de maquinismo –, as barreiras entre os operários e a sociedade passaram a ficar ofuscadas devido à alienação do trabalho⁴, resultante da perda do controle sobre o processo de trabalho e o desenvolvimento de fenômenos como o consumo e a cultura de massas.

A visão de Friedmann sobre a passagem do operário qualificado para o especializado era marcada por ambiguidades. Segundo ele, o parcelamento da força de trabalho, embora traumático para os trabalhadores, era uma etapa necessária para o processo de automação, orientado pelo objetivo de reunir novamente concepção e execução em novos termos. Assim, seguir-se-ia o desenvolvimento de máquinas polivalentes, exigindo trabalhadores qualificados

³ Como é possível perceber, as reflexões do grupo de Friedmann e do estudo feito por Touraine se assemelham às descrições de Marx em *O capital* sobre a passagem do artesão para a manufatura e, em seguida, para a fábrica no século XIX. Segundo Marx (2015), para além de questões ligadas à produtividade, o que estava em questão era a expropriação do saber do processo de trabalho por parte da burguesia, tendo em vista dificultar as reivindicações dos trabalhadores.

⁴ Para Festi, a interpretação da categoria de alienação em Friedmann era fruto de uma leitura particular de Marx. Para ele, ela significava a perda do controle do processo de trabalho, acompanhado da parcelização do trabalho e, portanto, a desqualificação dele, tornando a vida na fábrica cada vez mais monótona e repetitiva. Festi ressalta que, para Friedmann, bastaria a superação dessas características do trabalho para pôr fim a alienação. Para o autor do livro, essa visão seria uma leitura simplista da obra de Marx, que compreendia que a superação do trabalho alienado estava relacionada com o fim da sociedade capitalista baseada na extração de mais-valor.

para operar as novas máquinas. A esse grupo de trabalhadores, Friedmann chamou de “novos artesãos”.

Outros estudos do mesmo grupo destacam a importância do dualismo tradicional e moderno. Touraine, por exemplo, estudou a consciência dos trabalhadores na França e na América Latina – em especial no Chile⁵ –, investigando como diferentes trajetórias produzem consciências operárias diferentes. Tanto na França como no Chile, operários de lugares mais tradicionais – vindos do meio agrário, por exemplo – tinham tendências à ruptura com a ordem moderna, sendo sua percepção moldada pela comunidade de maneira geral, sem formar um grupo autônomo. Em contraste, os operários de origem urbana ou que não pertencem à primeira geração de trabalhadores industriais representavam exemplos de consciência de classe mais explícita. Esses trabalhadores constituíam um grupo autônomo e, em vez de almejavam uma ruptura com a ordem moderna, demonstravam uma consciência de progresso econômico e social. Festi destaca a influência desse tipo de estudo na sociologia do trabalho brasileira, impactando autores como Leôncio Martins Rodrigues, que reproduziu essa tese no livro “Industrialização e atitudes operárias” (Rodrigues, 2009).

Na terceira parte, intitulada “A sociologia Uspiana do trabalho”, Festi situa o início da sociologia do trabalho no Brasil na Universidade de São Paulo (USP) com os estudos de Mario Wagner Vieira da Cunha, no Instituto de Administração, nos anos 1950. Esse campo de estudo foi consolidado com o grupo de pesquisa vinculado à Cadeira de Sociologia 1, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, liderado por Fernando Henrique Cardoso.

Para Festi, a sociologia do trabalho no país foi influenciada pela vinda dos sociólogos franceses para a América Latina nas décadas de 1950 e 1960. Ao mesmo tempo, outro fator influenciador foi o patrocínio de pesquisas envolvendo a temática do trabalho por organizações internacionais, como a Unesco, a Organização dos Estados Americanos (OEA), fundações filantrópicas, entre outras. Sobre o intercâmbio com os acadêmicos franceses, uma das principais visitas foi feita por Friedmann, em 1958, na USP. Ela foi possível devido à consolidação da comunidade acadêmica internacional, em especial, dos vínculos feitos desde a criação da ISA, em que a participação dos brasileiros nas diretorias foi relevante. Já sobre a participação de outras entidades internacionais, cabe destacar os incentivos da Unesco, como a

⁵ Touraine participou no Chile da criação de uma linha de pesquisa de sociologia industrial. Um dos autores que ajudou o autor francês na época foi o jovem Enzo Faletto. Eles estudaram uma mina de Carvão em Lota e uma siderúrgica em Huachipato. A primeira representava o mundo tradicional, enquanto a segunda, o moderno.

criação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Clapcs), que começaram a funcionar em 1958.

Após a primeira fase de desenvolvimento da disciplina com a vinda de Friedmann, a principal figura que desembarcou em 1960 foi Alain Touraine. Ele ministrou um seminário de sociologia do trabalho e ajudou professores e assistentes a planejarem a criação do Cesit, que começou a funcionar oficialmente em fevereiro de 1962.

De forma semelhante à sociologia do trabalho francesa, o paradigma que estruturou os trabalhos produzidos por esse grupo foi o dualismo tradicional e moderno. Com o processo de industrialização e o crescimento significativo da classe operária, a questão central passou a ser a superação do atraso por meio da introdução de efeitos modernizadores na parte arcaica. Assim, um conjunto de trabalhos foram feitos sobre a organização das empresas, a mentalidade dos empresários e a consciência dos operários tendo em vista diagnosticar os motivos pelos quais formas não adequadas ao capitalismo monopolista continuavam a sobreviver na sociedade brasileira⁶.

Um exemplo claro do dualismo tradicional/moderno e da influência francesa no pensamento da sociologia do trabalho brasileiro pode ser observado no trabalho de Leôncio Martins Rodrigues. Similar à tese de Touraine, Rodrigues apontava que a natureza do processo de industrialização, em interação com as características da sociedade, teria colaborado para que características arcaicas perdurassem na consciência e atitude dos operários. A especificidade do Brasil residiria no fato de que os trabalhadores vindos do campo estariam orientados por aspirações de integração à sociedade urbana e moderna, tendo em vista uma racionalidade individualista que não permitiu a constituição de uma classe operária com consciência de classe. Além disso, a participação política dessas classes se deu sob a égide do populismo, orientadas por lideranças paternalistas de classes superiores, o que demonstrava a permanência, na vida política, de valores ligados ao mundo tradicional (Rodrigues, 2009).

Outra análise parecida foi feita por Fernando Henrique Cardoso em “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil” (2020). Para Cardoso, os empresários estariam influenciados pelas formas de gestão tradicional das empresas, baseadas no

⁶ Pesquisas semelhantes já haviam sido feitas por Juarez Brandão Lopes na década de 1950 e 1960, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Ao analisar o processo de industrialização de duas cidades-piloto (Leopoldina e Cataguases), Lopes (2009) tinha como problemática a adaptação da sociedade tradicional, representada pelos trabalhadores rurais, à nova sociedade industrial marcada pelo contexto fabril.

paternalismo e na transmissão familiar. Nesse sentido, faltaria a eles a racionalidade instrumental weberiana para desenvolver a economia brasileira.

Para Festi, os golpes militares ocorridos nos países da América Latina, como Brasil, Argentina e Chile, colocaram fim ao projeto de modernização da sociologia do trabalho desse período, pautado na pesquisa empírica para a transformação social. Isso se relaciona com dois motivos. O primeiro é a perseguição e aposentadoria compulsória dos intelectuais brasileiros partidários da transformação social por caminhos progressistas. Centros como o Cesit deixaram de realizar suas pesquisas em andamento para se dedicar à formação de quadros para a Cadeira de Sociologia I, buscando substituir os professores perseguidos. O segundo motivo tem a ver com o fim do ideal de modernização encampado pelos intelectuais da USP, ou seja, o ideário nacional-desenvolvimentista que, por meio do planejamento, controlaria a mudança social e econômica. Influenciadas pelo contexto latino-americano, mas também após o seminário “Resistências à mudança” organizado pelo Clapcs e a Flacso em 1959, as reflexões de personagens como Fernandes e Cardoso se deslocam para os debates sobre os conflitos sociais e para a imprevisibilidade das suas consequências. Os resultados serão livros lançados pós-golpe, como foi o caso de “A Revolução Burguesa no Brasil” (Fernandes, 2020) e “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (Cardoso; Faletto, 2004).

O livro termina com uma reflexão proposta por Festi sobre a importância de se estudar as origens da sociologia do trabalho no Brasil e na França nas décadas de 1950 e 1960. Para ele, em uma época em que as ciências sociais estão dominadas pela crença na incognoscibilidade da totalidade e pela crescente especialização e fragmentação da sociologia em múltiplos campos, o projeto defendido pela sociologia do período estudado se mostra ainda de grande relevância, uma vez que se direciona na contramão desse processo. Para os teóricos da época, os estudos sobre o mundo do trabalho e da indústria eram pontos de entrada para refletir sobre a formação das sociedades de maneira geral, convidando a sociologia a se dedicar ao estudo da totalidade concreta novamente.

Para além disso, revisitar as reflexões feitas ao longo dessas décadas sobre o mundo do trabalho nos permite refletir criticamente sobre o dualismo tradicional/moderno que fundou a sociologia do trabalho e, em certa medida, está na origem das ciências sociais. Para Festi, uma alternativa para esse paradigma é pensar como o binômio atraso/moderno são lados da mesma moeda e como o desenvolvimento do capitalismo ocorre de forma desigual e combinada.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FESTI, Ricardo. **As origens da sociologia do trabalho: Percursos cruzados entre Brasil e França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Crise do Brasil arcaico**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **L'évolution du travail ouvrier aux usines Renault**. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1955.

Recebido em: 16/6/2023

Aceito em: 1/9/2023